

# **CIVILIZAÇÃO E INOVAÇÃO**

**PORQUE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL FOI UM FENÔMENO  
DEPENDENTE DE UMA TRAJETÓRIA EVOLUCIONÁRIA  
CIVILIZACIONAL**

**ADEMAR RIBEIRO ROMEIRO**

**INSTITUTO DE ECONOMIA - UNICAMP**

## **Resumo**

Este ensaio histórico defende a ideia de que a Revolução Industrial somente poderia ter sido o resultado de uma peculiar e longa trajetória evolucionária civilizacional. Peculiar na medida em que caracterizada por uma abertura à introdução de inovações inédita na história das civilizações. Longa por causa da necessária acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos. Civilizacional porque esta abertura em relação à introdução de inovações é específica à Civilização Ocidental. São discutidas as causas desta abertura à introdução de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas e como estas inovações interagem provocando um processo permanente de 'mutação' societária. Desse modo, vão sendo criadas as condições para a ocorrência da 'explosão' de inovações que permitiu uma fortíssima aceleração da taxa de crescimento econômico, e que se sustenta no tempo, que é o cerne da Revolução Industrial. O período considerado se estende do começo do século XI, quando se consolida o sistema feudal na Europa Ocidental, até o começo do século XIX, quando a taxa de crescimento econômico muda para um novo patamar inédito na história.

## **Palavras-Chave**

Revolução Industrial, Dependência de Trajetória, Dinâmica de Inovações  
Cultura, Instituições e Tecnologia

**Para Maria Lúcia**

# ÍNDICE

## Introdução

## Parte I. A Matriz Medieval

### 1. Ordens Sociopolíticas Familísticas e Ordens Sócio-políticas Estatais

### 2. O caso da China: as Origens Político-Culturais do Crescimento Econômico Interrompido

#### 2.1. O Surgimento dos Estados Chineses

#### 2.2. A Unificação do Estados Chineses

#### 2.3. Organizações sociais familísticas versus Organizações sociais corporativas

#### 2.4. Um Contraponto Asiático: a fragmentação Indiana

#### 2.5. A Revolução Industrial Chinesa Rejeitada

### 3. O Caso da Europa: a Matriz Medieval

#### 3.1. Cultura e Instituições

##### 3.1.1. A Cosmo Visão Judaico-Cristã

##### 3.1.2. O Individualismo e o Padrão Europeu de Casamento (PEC)

##### 3.1.3. O Império da Lei e o Estado

##### 3.1.4. Religião, Instituições e a Lei

#### 3.2. A Democratização da Governança

##### 3.2.1. Os Estados Feudais

##### 3.2.2. As Cidades e as Cidades-estados

#### 3.3. A Economia do Conhecimento Medieval

### 4. Inovação e Mudança Estrutural na Idade Média

#### 4.1. Acumulação de Capital na Agricultura

##### 4.1.1. Dinâmica da Mudança Técnica

##### 4.1.2. Acumulação de Capital Agropecuário e Capitalismo

#### 4.2. A Revolução Comercial

##### 4.2.1. Um Estado Peculiar: Comunas e Guildas Comerciais

##### 4.2.2. O Sistema de Responsabilidade Comunitária

- 4.3. A Revolução Pré-Industrial**
  - 4.3.1. Energia, Ferro e Pedra**
  - 4.3.2. Especialização e Divisão do Trabalho**
  - 4.3.3. Desflorestamento e Poluição do Carvão**
- 4.4. A Catástrofe Econômico-Ecológica do Século XIV**
- 5. O Legado Medieval**

## **Parte II. Modernidade, Capitalismo e Revolução Industrial**

- 6. Vida Material: persistência da pobreza**
  - 6.1. Agricultura e Pobreza**
  - 6.2. O Enfrentamento da Pobreza Extrema**
- 7. Dinâmica da Competição Intereuropeia**
  - 7.1. As Economias-Mundo**
  - 7.2. A Clivagem Norte-Sul Europeia**
    - 7.2.1. O Sul sai na frente com Veneza**
    - 7.2.2. Um primeiro avanço do Norte: a ascensão de Antuérpia**
    - 7.2.3. O Sul retoma a liderança com Gênova**
    - 7.2.4. A Ascensão definitiva do Norte começando com Amsterdam**
  - 7.3. O Fim da Hegemonia das Cidades**
- 8. Ascensão dos Estados, Competição e Avanço da Economia de Mercado**
  - 8.1. Os Estados Territoriais**
  - 8.2. Os Limites ao Despotismo**
  - 8.3. A Ascensão da Burguesia**
  - 8.4. Capital Comercial e Competição**
  - 8.5. Inovação e Mudança Socioeconômica e Cultural**
  - 8.6. A Moda**
  - 8.7. Os Tipos de Mercado**
  - 8.8. Moeda e Crédito**
- 9. Ascensão da Inglaterra e Revolução Industrial**

**9.1. O Contraponto Francês**

**9.2. Dinâmica Agricultura-Indústria na Formação do Mercado Nacional Inglês**

**9.3. A 1ª Revolução Agrícola**

**9.4. A Revolução Financeira Inglesa**

**10. Mudança Cultural e Revolução Industrial**

**10.1. Continuidade ou Ruptura de Trajetória?**

**10.2. República das Cartas, Revolução Científica e Cultura do Progresso**

**Parte III. Uma Trajetória Evolucionária**

**11. A Mutação Societária Europeia**

**12. A Psicologia Ocidental**

**12.1. Cultura e Psicologia**

**12.2. A Evolução da Psicologia Ocidental**

**13. Uma Perspectiva Institucional Legalista**

**13.1. Como o Capitalismo Evoluiu?**

**13.2. Variabilidade e Evolução de Quatro Subsistemas Decisivos na Ascensão do Capitalismo Moderno**

**13.2.1. A Família**

**13.2.2. O Estado e a Lei**

**13.2.3. O Mercado**

**13.2.4. O Sistema Financeiro**

**14. Considerações Finais**

## Introdução

A Revolução Industrial afetou profunda e irreversivelmente as condições de vida material e psicológica da humanidade. Desde sua eclosão, como assinala McCloskey (2010, p.49), “o crescimento econômico moderno em uma escala mundial representou um fator de aumento de pelo menos 16 vezes a partir da grande aceleração no século XIX. As pessoas sempre produziram e consumiram 3 dólares por dia. Atualmente elas consomem 30 dólares por dia considerando a média mundial e 137 dólares se forem cidadãs norueguesas.... o crescimento econômico moderno tem sido assombroso, inédito, inesperado, a maior surpresa da história econômica”.

Um fenômeno realmente assombroso, de proporções pode-se dizer *geológicas*<sup>1</sup>, considerando a história das civilizações, cuja explicação tem sido objeto de um enorme e infindável debate desde que se tornou um tema central em história econômica a partir do final do século XIX. O vasto material historiográfico acumulado desde então, e que continua a se acumular, tem provido elementos para a construção de inúmeras e distintas correntes explicativas, podendo ser agrupadas em ‘escolas’, como mostra a meta-história desse debate. Debate este que McCloskey (2010,2016) revisa em profundidade em dois volumes de sua massiva trilogia como parte da metodologia para a construção de seu argumento explicativo alternativo. Para ela, o que haveria de comum entre todas correntes explicativas do fenômeno seria o argumento de fundo de que o elemento indutor básico da Revolução Industrial foi a motivação econômica, variando apenas o que cada uma considera relevante para a criação de incentivos e oportunidades econômicas: os autores institucionalistas com seus quadros de incentivos decorrentes de inovações institucionais, os autores marxistas com seus quadros de incentivos resultantes, entre outros fatores, da expansão imperialista europeia (‘acumulação primitiva’), os autores sem uma filiação teórica definida com seus quadros de incentivos decorrentes de fatores contingentes variados: geográficos, governança (políticas estatais de industrialização), oportunidades comerciais.

O interessante no seu notável esforço de revisão crítica, não é apenas a perspicácia e profundidade de sua análise das contribuições de uma vasta coleção

---

<sup>1</sup> Geológicas até em um sentido estrito de dar origem a uma nova época geológica, o Antropoceno!

de autores, mas também pelo fato deste esforço deixar claro como não tem sentido considerar isoladamente um ou dois fatores para explicar um fenômeno tão complexo como a Revolução Industrial (RI), embora ela própria acabe por defender um fator isolado como tendo decisivo para a sua eclosão<sup>2</sup>. A cada momento pontos de vista referentes a temas e períodos específicos são reafirmados ou colocados em dúvida, em alternância contínua à medida do avanço da pesquisa historiográfica. Além de obviamente alimentar a controvérsia, este fato é um indicativo de que, metodologicamente, fenômenos históricos complexos só podem ser apreendidos em toda sua complexidade: é preciso ampliar o horizonte temporal e o número de variáveis explicativas potencialmente relevantes.

Porém, seria um erro achar necessário enfrentar o problema, insolúvel, de ponderar o peso relativo de cada variável na explicação do fenômeno<sup>3</sup>. Por outro lado, é obviamente inócuo apenas inventariar as possíveis causas da RI. Na verdade, o que é possível e metodologicamente correto fazer, é analisar como elas operam conjuntamente em um processo evolucionário de mudanças culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas em um determinado contexto civilizatório. O que nos remete à clivagem mais importante dividindo atualmente as diversas abordagens explicativas. A controvérsia opondo, de um lado, as correntes para as quais a trajetória rumo à revolução industrial foi uma trajetória institucional/cultural específica europeia e, de outro, aquelas para as quais a revolução industrial ocorreu na Europa devido a fatores mais ou menos contingentes, sem ligação com suas especificidades culturais/institucionais.

---

<sup>2</sup> Para ela o problema comum a todas as abordagens é que, além de boa parte dos quadros de incentivos não serem específicos à Europa, eles existiriam há séculos e nunca levaram à Revolução Industrial em lugar algum pelo simples fato de que incentivos econômicos não seriam suficientes para explicar a explosão de inovações responsável pela enorme aceleração do crescimento econômico que a caracteriza. O fator decisivo teria sido retórico: são as conversas, éticas ou não, que fazem funcionar o mundo. Na Europa do Norte por volta de 1700 a opinião teria mudado em favor da burguesia, em especial em favor de seu marketing e inovação, sendo que esta mudança foi súbita. Portanto, os incentivos decisivos não foram econômicos e sim retóricos: as ideias burguesas sobre progresso, ética, dignidade e igualdade. No volume I de sua trilogia (McCloskey, 2006), ela procura mostrar porque os interesses materiais e econômicos, *prudence-only*, não são suficientes para explicar as ações humanas. Entretanto, por cerca de um século, entre 1890 e 1980, positivismo, behaviorismo e economicismo dominaram o show científico social. Ter ideias sobre ideias era considerado não científico. Negava-se a relevância das palavras e da retórica, da identidade e criatividade em favor de números e interesses, da matéria.

<sup>3</sup> Arruda (1988, pp.11,12) nota que um pioneiro como T.S. Ashton (1948) em propor considerar um complexo de fatores para explicar a RI, não resiste no final em escolher uma variável como primordial, a baixa taxa de juros. Ou então, o que restaria seriam apenas inventários de causas da RI, como feito por R.M. Hartwell (*The causes of the Industrial Revolution*), sem determinar a importância relativa de cada uma, nem como elas operam conjuntamente em um processo de mudanças econômicas. Goldstone (2016), levanta precisamente este ponto: não tem sentido eleger um fator explicativo que seria o decisivo para explicar um fenômeno da complexidade da Revolução Industrial, incluindo o argumento retórico de McCloskey.

Esta clivagem classificatória das correntes em liça é relativamente recente no debate e claramente reflete também elementos ideológicos. A primeira perspectiva foi considerada por muitos como ‘eurocêntrica’ em um sentido negativo, seja porque atribuiria à Europa qualidades excepcionais, que para alguns justificariam considerá-la como superior a todas as demais, ou porque ignorariam as contribuições de outras civilizações ou ainda porque não levariam em conta o papel da exploração colonial. Para McCloskey (2010, p.7) esta primeira perspectiva é aquela de um “incrível” grupo de historiadores econômicos que “argumentam que a Europa e em especial a Inglaterra vinham se preparando há séculos para a Revolução Industrial”. O tema deles seria “similar ao da velha história atribuindo a excelência da Europa à sua antiga civilização, cristã e humanista, fruto do casamento da Grécia e Israel, mais a contribuição das tribos germânicas”.

É verdade que muitos no passado usaram a linguagem de superioridade versus inferioridade ou avançada versus atrasada, em certos casos mesmo com conotações raciais, para caracterizar a Europa e seu sucesso econômico. No entanto, este não é o caso certamente de uma longa linhagem de historiadores profissionais como William McNeill, Eric Jones, Fernand Braudel, David Landes, Joel Mokyr, Niall Ferguson e muitos outros, bem como de estudiosos de economia como Robert Thomas, Nathan Rosenberg, Douglass North, John Wallis, Barry Weingast, Daron Acemoglu, James Robinson, que viram a Revolução Industrial como resultado de certas peculiaridades geopolíticas e institucionais europeias. Peculiaridades estas que se definem em sua matriz medieval, como foram analisadas por medievalistas tais como Marc Bloch, Lynn White, Jean Gimpel, Jacques Le Goff, Frances e Joseph Gies, Georges Duby, Robert Lopez, entre outros, bem como estudiosos como Francis Fukuyama e Avner Greif que oferecem penetrantes análises das características das ordens políticas e instituições medievais.

Para o ‘institucionalista’ Landes (1998), um dos mais criticados eurocêntricos<sup>4</sup>, a Revolução Industrial tem uma origem histórica longínqua, medieval, sendo o resultado de uma trajetória evolucionária civilizacional peculiar. Porém, restringe sua análise ao período moderno. Ele considera como elemento chave do sucesso

---

<sup>4</sup> Neste livro, entretanto, Landes vai muito além da análise do caso Europeu, procurando explicar as dificuldades da maior parte dos países em realizar as próprias revoluções industriais. Um esforço semelhante ao que viriam fazer Acemoglu e Robinson 14 anos depois, porém sem a mesma potência analítica. Nessa aventura Landes abre espaço realmente para críticas, como as feitas por Arruda (1999), de um eurocentrismo que parece bordejar a ideia de supremacia cultural europeia.

européu uma evolução institucional favorável à introdução de inovações de todos os tipos. Evolução esta cuja origem é medieval, em especial seu legado do Império da Lei que impediu despotismos excessivos, diferentemente dos 'despotismos orientais', permitindo ao mercado assumir um papel central, com empresas privadas atuando livres do controle do Estado. Esse fato, aliado à competição decorrente da fragmentação geopolítica, limitou o poder das elites dominantes em evitar ou desencorajar inovações contrárias aos seus interesses velados na manutenção do **status quo**. Uma visão geral compartilhada por autores como Rosenberg e Birdzell (1986), McNeill (1991), Baechler, Hall e Mann (1988), Jones (1986), Ferguson (2011) e Olson (2000); como assinala Mokyr (2010) a transição do *rent seeking* para o livre mercado foi uma pré-condição para a revolução industrial, sendo que a economia britânica ao longo do século XVIII inicialmente teria se desenvolvido e crescido **apesar** do mercantilismo<sup>5</sup>, o qual desaparece quando a economia deslança.

North, Wallis e Weingast (2009) e Acemoglu e Robinson (2012) também têm uma perspectiva civilizatória de longo prazo em suas análises, reconhecendo que a 'Revolução Gloriosa' na Inglaterra em 1688 tem origens medievais. Porém, concentram a análise neste período imediatamente precedente da RI, focando nas mudanças institucionais que consideram decisivas para tornar a Inglaterra uma sociedade de acesso aberto e/ou de instituições inclusivas, sendo essa a condição necessária e suficiente para a RI<sup>6</sup>. Mokyr (1990, 2002, 2010, 2016), por sua vez, também reconhece as origens medievais da trajetória cultural/institucional conducente à RI. Porém, em sua obra de 2016, considera que a partir de 1500 houve realmente uma inflexão cultural decisiva, quase uma ruptura, no sentido da emergência de uma **cultura** favorável ao crescimento econômico.

A abordagem eurocêntrica aqui desenvolvida considera, como as demais, que os principais fatores determinantes da trajetória em direção à Revolução Industrial foram fatores endógenos, peculiarmente europeus. No entanto, diferentemente destas, considera como relevante para explicar essa trajetória ampliar o período de análise de modo a ter em conta as características civilizacionais europeias desde

---

<sup>5</sup> Na verdade, como será visto (8.1) o mercantilismo pode ser considerado, ao contrário, como uma política de industrialização de Estados territoriais em processo de consolidação e que deixa de ter sentido uma vez que esta consolidação ocorre.

<sup>6</sup> Autores como Karayalçın (2008) oferecem perspectivas eurocêntricas mais estreitas. Para ele, a competição política por uma base móvel de impostos teria forçado os governantes a garantir mais segurança aos direitos de propriedade encorajando, desse modo, uma acumulação de capital mais rápida.

sua formação no período medieval. São essas características civilizacionais que vão explicar a trajetória seguida; ou seja, os fatores considerados como relevantes no período moderno seguinte resultam dessa trajetória, não sendo inteligíveis fora dela. Além disso, nossa abordagem se beneficia da existência de complementaridades importantes entre as diversas abordagens eurocêntricas. Em outras palavras, consideramos possível construir uma narrativa suficientemente robusta com base em uma bibliografia seletiva, robustez esta decorrente em especial da perspectiva evolucionária civilizacional de muito longo prazo adotada. Do vasto material historiográfico e analítico disponível, selecionamos as abordagens eurocêntricas consideradas as mais relevantes, bem como estudos gerais importantes sobre determinados períodos históricos, além de estudos focados em aspectos específicos - tecnológicos, organizacionais, institucionais e culturais.

Nossa abordagem é semelhante às abordagens eurocêntricas de Braudel (1979, 1984), Jones (1986), Van Zanden (2009), no sentido de buscar compreender um processo civilizacional evolucionário aberto a inovações e considerar um espaço temporal mais amplo, que inclui a matriz civilizacional medieval. Em relação às abordagens de Braudel e Jones, porém, uma primeira diferença é relativa ao próprio período relevante de análise, por eles definido como de 1400 a 1800. Para nós esse período deve se estender até o ano 1000, quando o sistema feudal se consolida. O período de 1000 a 1400 foi decisivo, definidor da trajetória seguida. Em Jones as características deste período são reduzidas a “conjecturas sociais e ambientais”, das quais as mais importantes seriam: (1) as razões geográficas que explicariam a descentralização europeia e a conseqüente competição favorável à introdução de inovações; e (2) o ambiente cultural único marcado pela capacidade de controle demográfico (padrão de casamento tardio), favorecendo a acumulação de capital. Por sua vez, sua análise do período de 1400 a 1800 é uma análise comparada da Europa com as principais civilizações concorrentes e com o mundo em geral. Em nossa abordagem, apenas as características da Civilização Chinesa são consideradas em maior profundidade. Primeiro, porque foi sem dúvida a civilização que mais perto chegou de iniciar uma revolução industrial, além de ter sido a origem de importantes invenções que tiveram grande impacto na Europa; ela oferece, portanto, uma perspectiva comparativa muito boa. Segundo, porque dá espaço para que a dinâmica civilizacional europeia pudesse ser mais detalhada e profundamente analisada.

Em relação a Braudel a situação é distinta. Primeiramente caberia notar que ele é um representante notável, juntamente com um pequeno grupo também eminente de historiadores, da vasta historiografia francesa em nossa narrativa baseada principalmente na literatura anglo-saxônica. Isto por si só é um elemento de complementaridade historiográfica importante. O eurocentrismo de Braudel transborda claramente do começo ao fim em sua obra magna sobre os séculos XV a XVIII na Europa – civilização material, economia e capitalismo. Para ele o crescimento econômico é inerente, constitutivo da ordem civilizatória que emerge na Europa Medieval<sup>7</sup>; nesse sentido, a RI deve ser considerada como “um fenômeno de conjunto, e um fenômeno lento, o que implica como consequência ter origens longínquas e profundas”<sup>8</sup>. Seguidas vezes, desde a Idade Média, a expansão dos mercados e do capitalismo se choca com certos limites, “tetos”, em especial aqueles de uma produção agrícola e energética limitadas. “O crescimento moderno começa quando o teto ou limite não cessam de se elevar ou se afastar”<sup>9</sup>. Por sua vez, sua brilhante análise do período de 1400 a 1800 teve um papel decisivo na estrutura analítica da segunda parte da nossa narrativa.

No caso de van Zanden, o período relevante é o mesmo que o nosso. Para ele, a partir do final do período medieval a Europa já possuía um conjunto de instituições relativamente eficientes, as quais reduziram os custos de transação e permitiram uma participação em larga escala das famílias nos mercados de fatores e produtos e promoveram um alto grau de integração de mercado. Durante o longo período de prosperidade de 1000 a 1300, a Europa Ocidental provavelmente se tornou a mais urbanizada região do mundo. Em particular, as baixas taxas de juros sugeririam direitos de propriedade bem respeitados e um nível relativamente elevado de confiança pública, fundamental para o desenvolvimento dos mercados de trabalho e de capital.

---

<sup>7</sup> Apesar de seu viés anticapitalista, Braudel vê o desenvolvimento do capitalismo na Europa de modo bem distinto de Marx. Como será visto na parte II, para ele o desenvolvimento capitalista resulta de uma dialética inextricável entre cultura/instituições e economia.

<sup>8</sup> « La tendance est, de plus en plus, de considérer la Révolution Industrielle comme un phénomène d'ensemble, et un phénomène lent, qui implique par suite des origines lointaines et profondes » (Braudel, 1984, p.111).

<sup>9</sup> “Jusqu'à la Révolution Industrielle, chaque poussée de la croissance s'est brisée contre ce que j'appelé, dans le premier volume de cet ouvrage, la « limite du possible », entendez un plafond de la production agricole, ou des transports, ou de l'énergie, ou de la demande du marché...La croissance moderne commence quand le plafond ou la limite ne cessent ou de s'élever ou de s'éloigner. Ce qui ne veut pas dire qu'un plafond, un jour, ne se reconstituera pas ». Braudel (1979, T 3, pp.512/513).

Para ele, uma das grandes vantagens relativas da Europa provinha da qualidade de suas *instituições verticais*, isto é, aquelas que regulavam as relações entre estados e cidadãos, como as organizações corporativas – Guildas e Comunas urbanas, bem como Estados territoriais baseados no Império da Lei e na noção de cidadania que se desenvolvera nas cidades independentes. Essas instituições verticais foram relativamente eficientes porque tornaram possível proteger os direitos de propriedade daqueles que não tinham poder. Outro fator é que procedimentos democráticos tanto nas corporações, Guildas e Comunas, como nos Estados baseados na cidadania, ofereciam meios transparentes para a mudança das “regras do jogo”<sup>10</sup>. A perspectiva geral de van Zanden é a mesma que a nossa, porém apresenta uma grande complementaridade na medida em que seu esforço maior é testar quantitativamente a eficiência das instituições europeias. Ele provê indicadores quantitativos de eficiência institucional, formação de capital humano e performance econômica nesse longo período que antecede a RI.

Por sua vez, os argumentos dos autores não-eurocêntricos não são discutidos diretamente. Metodologicamente não é necessário na medida em que o objetivo é de simplesmente integrar diversas abordagens eurocêntricas em uma nova com maior poder explicativo do fenômeno histórico em foco. É suficiente ter em conta uma tipologia sumária dos principais argumentos não-eurocêntricos. Começando com a tese da “similaridade eurásiana”, comum ao grupo de autores pertencentes ao que Goldstone (2009) batizou de “escola californiana”<sup>11</sup>: do início da modernidade no começo do século XVI até o final do século XVII, os níveis de riqueza, desenvolvimento e crescimento nos dois extremos da Eurásia seriam bastante similares<sup>12</sup> e o supostamente caráter único da sociedade ocidental seria em grande medida resultado da imaginação de historiadores eurocêntricos. Para Perdue (2005), até mesmo enfatizar a diferença europeia em termos de competição entre estados estaria errado, sendo a situação similar à de outros espaços civilizacionais até 1750. Ou, como defendem Rosenthal e Bin Wong (2011), as instituições europeias não

---

<sup>10</sup> Ele acrescenta uma “instituição horizontal”, isto é, que regula as relações entre a população como tendo também um efeito extremamente positivo para as mulheres e sua participação na vida sócio-econômica: o “padrão de casamento europeu”.

<sup>11</sup> Californiana pelo fato de grande número de seus membros trabalharem nas universidades da Califórnia. Além dele próprio, essa escola inclui autores como Pomeranz (2000), Allen (2009), Rosenthal e Bin Wong (2011), Frank (1998), Goody (2010) entre outros.

<sup>12</sup> Alguns autores foram mais longe ainda considerando a Europa era atrasada em relação à China. Ver Hobson (2004), Frank (1998), Marks (2002). O contraste não poderia ser maior em relação às estimativas de Angus Maddison (2001) sobre o dinamismo do crescimento econômico europeu desde a Idade Média.

eram mais favoráveis ao crescimento econômico, mesmo ao contrário, eram as instituições chinesas as que mais o promoviam. Ou ainda, como defende Goody (2010), Ásia e Europa alternaram suas posições relativas em termos de avanços desde a Idade do Bronze, sendo que a RI apenas representou um momento dessa alternância em que a Europa assume a liderança; o avanço da industrialização na Ásia atualmente seria uma prova desta alternância!<sup>13</sup>. Portanto, a RI somente poderia ter ocorrido na Europa devido a fatores mais ou menos contingentes. Estes fatores seriam, principalmente, imperialismo/exploração colonial, expansão comercial, governança e geografia.

O imperialismo/exploração colonial tem sido uma das explicações favoritas. Para Hobson (2004) a ascensão da Europa se deveu principalmente à assimilação de invenções orientais e ao imperialismo que permitiu a apropriação de recursos da Ásia – terra, trabalho e mercados. Pomeranz (2000), por sua vez, considera que a “grande divergência” – expressão que ele cunhou – entre a Europa e a Ásia (China) teria começado somente no século XIX quando a Europa foi capaz de ter um “acesso privilegiado aos recursos ultramarinos”. Os autores marxistas ocupam uma posição peculiar. Para eles a RI resulta ‘inelutavelmente’ do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Esse desenvolvimento, por sua vez, é inerente às ‘leis de movimento’ da história cujo ‘motor’ é a luta de classes, algo universal, mas que somente na Europa levou o desenvolvimento das forças produtivas até seus limites capitalistas. Porém, para chegar à RI o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas dependeu de um processo de ‘acumulação primitiva’ pré-capitalista<sup>14</sup> na própria Europa e fora dela. Fora dela o saque imperialista/colonial teria tido um papel decisivo.

Para outros autores a ampliação do mercado pela expansão comercial externa, independentemente de ter sido ou não realizada a partir de uma posição de força, teria sido decisiva para o atingimento da escala necessária à RI. No mínimo para iniciá-la os mercados externos teriam sido fundamentais (Deane and Cole, 1962). Hobsbawn (1977) aponta sua importância para a indústria têxtil inglesa do algodão,

---

<sup>13</sup> Ele é obcecado com a ideia de que defender peculiaridades civilizacionais europeias condutoras à revolução industrial equivale a defender uma supremacia europeia permanente.

<sup>14</sup> A ‘acumulação primitiva’ de capital é uma noção essencial no esquema analítico de Marx para explicar o avanço do modo de produção capitalista desde a transição feudalismo-capitalismo. Marx considerava que em Economia Política a acumulação primitiva tem um papel similar ao do pecado original em Teologia. Para ele, desde a transição feudalismo/capitalismo na Idade Média até o início da RI, a ascensão capitalista foi praticamente um jogo de soma zero, dependendo da apropriação de recursos acumulados previamente na Europa e no mundo.

por onde se iniciou a RI. Para Inikori (2002) mais do que uma condição inicial, os mercados externos foram a causa maior da RI na Inglaterra, tendo sido a primeira *export-led* industrialização da história, na medida em que a mudança tecnológica teria sido estimulada pela enorme expansão comercial internacional.

Sobre a governança merece destaque a posição de Vries (2015). Para ele essa teria sido a diferença fundamental entre Europa e China capaz de explicar a “grande divergência”: a importância, o papel e a função do Estado. Não se trata de algo inteiramente contingente, nem especificamente europeu. Apenas aconteceu que na Europa a atuação do Estado teria sido bem mais importante do que na China no seu escopo, bem como na proporção do gasto público em relação à renda nacional. Nesse sentido, teria representado um fator decisivo para explicar o sucesso europeu; tão decisivo a ponto de ele considerar que a principal linha divisória do debate estaria entre, de um lado, os que defendem o papel de um Estado mínimo como causa da RI e, de outro, aqueles, como ele, que defendem o papel do Estado como principal promotor do processo de industrialização que levaria à revolução industrial. Finalmente, em relação à geografia cabe mencionar o trabalho de Morris (2010) por sua defesa extrema do fator geográfico (*location, location, location*) como determinante da RI em um momento em que a Europa se encontrava inclusive mais atrasada em relação à Ásia.

McCloskey (2010,2016) mostra de maneira persuasiva porque cada um desses argumentos não é capaz de explicar a explosão de inovações que deu origem a um fenômeno como a revolução industrial. Diferentemente, aqui neste ensaio as críticas aos argumentos das abordagens não-eurocêntricas aparecem de forma indireta na medida em que se mostra, por exemplo, que as situações nos dois extremos da Eurásia não eram nada similares, com a exceção da pobreza da maior parte da população; ou que a maior parte do comércio se fazia entre países europeus sendo, no todo, marginal a contribuição de espaços não-europeus; ou então, que invenções de origem externa tiveram um enorme impacto socioeconômico na Europa e praticamente nenhum em suas regiões de origem; ou ainda, que uma governança mais eficiente em termos de políticas de industrialização resultava precisamente das peculiaridades europeias.

Aparece claro também que o leque de explicações divergentes poderia ser menor que o existente se a questão central a ser respondida tivesse sido melhor especificada a partir deste fato histórico: durante milênios, desde a Revolução do

Neolítico (a invenção da agricultura), as diversas civilizações experimentaram um processo de crescimento econômico sem o qual não teriam se consolidado como tais. Crescimento econômico decorrente de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. Entretanto, a partir de certo ponto o crescimento econômico se estanca. Os surtos de inovações que permitiram esta consolidação desaparecem por falta de estímulos ou devido a esforços deliberados de evitá-las. Inovações por definição mudam a ordem das coisas, produzindo ganhadores e perdedores, de modo que mudanças deixam de interessar uma vez consolidada uma determinada ordem político-social<sup>15</sup>. Os beneficiados do *status quo*, em especial, passam a reagir contra mudanças vistas como ameaças à ordem estabelecida e suas respectivas posições nela.

Por que, então, pela primeira vez na história das civilizações, surgiu uma na qual as forças reacionárias de estabilização não foram suficientemente fortes para se contraporem às forças de mudança? Essa é a questão central a responder, antes daquela sobre as causas da explosão de inovações tecnológicas que produziu a RI, uma vez que não é possível ocorrer uma explosão de inovações em civilizações que se caracterizam justamente por sobreviverem durante séculos reagindo contra todo tipo de inovações ameaçadoras da ordem estabelecida.

É muito importante notar, entretanto, que as forças reacionárias não resultam apenas dos interesses velados daqueles usufrutuários de uma posição privilegiada em uma dada ordem político-social, mas também da grande maioria da população que vê um valor intrínseco nas instituições e costumes que lhe dão legitimidade. Trata-se de preservar um dado modo de viver – de trabalhar, de casar e ter filhos, de fazer negócios, de rezar... - consagrado pela tradição, apesar da pobreza extrema em que vive essa população<sup>16</sup>. A ideia de progresso material simplesmente não

---

<sup>15</sup> Afinal, novas ideias prejudicam os ganhos provenientes de velhas ideias. Como nota Mokyr (1990, p.153) “quanto mais forte a aversão ao distúrbio de uma ordem econômica existente, menor a probabilidade de uma economia oferecer um clima favorável ao progresso tecnológico”. Ou como mais fleumaticamente coloca Peter Howitt (2005), “o conflito entre ganhadores e perdedores de novas tecnologias é um tema recorrente em história econômica e a dificuldade de mediar esse conflito afeta a disposição das sociedades em promover ou tolerar o crescimento econômico” apud McCloskey (2010, p.85).

<sup>16</sup> A “mudança econômica em todos os tempos depende, mais do que a maioria dos economistas pensa, do que as pessoas acreditam”. Mokyr (2010, p.1). Ou ainda, como observa Lucas (2002): “Para a renda aumentar em uma sociedade, uma grande fração da população deve experimentar mudanças que ela imagina ser possível para ela própria e para seus filhos; sendo que estas novas visões sobre os possíveis futuros devem ter força suficiente para levá-la a mudar o modo como se comporta, o número de filhos que ela tem e a esperança que ela deposita nesses filhos: o modo como ela aloca o tempo dela. Em outras

existe. No plano cultural outra característica comum a todas as civilizações é o desprezo pelo trabalho, visto como degradante, indigno, incluindo aquele do comerciante na maioria dos casos. A escravidão é perversiva, totalmente naturalizada, o que, evidentemente, reforça o desprezo pelo trabalho. A classe comerciante ela própria é frequentemente vista com desconfiança. Provavelmente porque o trabalho que realiza, além de indigno, pode enriquecer alguns de seus membros, até mais do que um aristocrata cuja renda provém da sua posição na hierarquia social. Uma ameaça perturbadora.

Neste sentido, em todas as civilizações o processo evolucionário inovador responsável por sua consolidação como tais, progressivamente cede lugar a uma dinâmica de reações dos poderes constituídos contra todo tipo de mudança, apoiadas por culturas que desprezam as fontes básicas de uma sociedade inovadora, transformando-as em **Civilizações Reacionárias**. Portanto, o esforço para a manutenção do **status quo** implica forçosamente bloquear o processo de crescimento econômico de longo prazo. Ou seja, o crescimento econômico acaba por cessar porque é **subversivo** dado que sua continuidade depende da introdução contínua de inovações que impactam todas as esferas de atividade da sociedade<sup>17</sup>. Como observa Lopez (1976, pos.67), tendo em vista o caso do Império Romano:

*“O crescimento econômico...é perturbador e tende a perder seu apelo uma vez que um equilíbrio satisfatório é atingido...Cada um dos grandes impérios que floresceram antes de Roma, cedo ou tarde, cresceram até um ponto considerado confortável e procuraram não ir adiante. Similarmente, nos últimos dois séculos antes de Cristo, a Roma republicana tinha atingido junto com sua forte expansão militar um nível semelhante de aventura empreendedora e comercial; mas as convulsões políticas que acompanharam este crescimento amedrontaram os aristocratas fundiários que detinham originalmente o poder e que acabaram vencendo. Augustus restaurou a paz e dedicou o Império à tranquilidade agrícola e à busca do meio termo*

---

palavras...o desenvolvimento econômico requer **um milhão de motins**”. Lucas,R.(2002). Lectures on Economic Growth. Cambridge (MA): Harvard University Press. Apud van Zanden (2009), epígrafe.

<sup>17</sup> Além das inovações, as demais fontes de crescimento econômico são relativamente limitadas. Mokyr (1990) classifica como “horizontal” o crescimento da produtividade do trabalho decorrente dos ganhos de escala que resultam do aumento do tamanho da economia pelo crescimento demográfico; por crescimento “slowiano” o aumento de produtividade que resulta da acumulação de capital; por crescimento “smithiano” a elevação da produtividade do trabalho que resulta da ampliação da divisão do trabalho resultante da expansão comercial; e, finalmente, por crescimento “schumpeteriano” o crescimento econômico que resulta da introdução contínua de inovações que leva a um processo que Schumpeter batizou de “destruição criativa”.

*dourado, 'aurea mediocritas'. A cada cidadão foi garantido o sentimento de segurança e de estar bem ajustado ao padrão de vida ao qual sua posição social dava direito, sendo desencorajado a buscar mais. Estabilidade, não oportunidade, era considerado o objetivo mais desejável”.*

Enfim, pode-se considerar como auto evidente que o crescimento econômico sustentado de longo prazo requer a superação da resistência das ordens políticas ao processo de **destruição criativa** pela introdução sistemática de inovações de todos os tipos. É necessário que a inventividade da população possa se expressar em aplicações inovadoras e não bloqueada ou limitada pelos detentores do poder. A inventividade tem que se traduzir em inovações que se difundam, causando forte impacto social e econômico. É possível uma sociedade ser muito inventiva, mas pouco inovadora, como foi o caso da chinesa. A civilização chinesa foi uma das que mais perto chegou de uma revolução industrial, seguindo uma trajetória inteiramente dependente de suas peculiares características civilizacionais. Entretanto, a característica comum a todas as civilizações, embora de um modo peculiarmente chinês, acabou por prevalecer e bloqueou essa trajetória de inovações: a aversão em relação a inovações que poderiam ameaçar a estabilidade de uma ordem política consolidada, uma ordem vista como *celestial*; desse modo, as forças reacionárias foram capazes de limitar de modo decisivo a difusão de ideias e invenções perturbadoras da ordem estabelecida. Por outro lado, é possível uma sociedade ser desproporcionalmente mais inovadora do que inventiva. Foi o caso da Europa, onde ideias e invenções, muitas das quais provenientes de outras civilizações (principalmente da China), se transformaram em inovações de grande impacto socioeconômico<sup>18</sup> porque lá as forças reacionárias, ao contrário, não tiveram o poder para bloqueá-las ou controlá-las.

Portanto, tendo em conta esse quadro histórico, a pergunta corretamente especificada é: por que, pela primeira vez na história das civilizações, a introdução de inovações não somente não foi bloqueada ou controlada, como encontrou um ambiente cultural/institucional favorável? O argumento central desse ensaio histórico é aquele de uma trajetória civilizacional peculiarmente aberta à introdução de inovações devido a um *mix* de fatores culturais, institucionais e geopolíticos. Em

---

<sup>18</sup> A diferença entre invenção e inovação está em que uma invenção se torna uma inovação quando se difunde, quando tem um impacto socioeconômico.

outras palavras, trata-se de explicar por que a Civilização Ocidental veio a se caracterizar como possuindo uma espécie de **qualidade de instabilidade intrínseca** (*built-in quality of instability*) resultante dessa abertura para inovações, que a tornou uma **Civilização Mutante**<sup>19</sup>. É somente dentro desse quadro evolucionário civilizacional único que poderia ocorrer uma trajetória tal que levasse no século XVIII ao triunfo da burguesia e de seus valores, preparando o caminho para a explosão de inovações no século XIX. Portanto, metodologicamente, em nossa abordagem desaparece o problema insolúvel de ponderar o peso relativo de muitas variáveis explicativas potencialmente relevantes. Trata-se de examinar as variáveis em jogo em uma trajetória evolutiva conducente à revolução industrial por ser continuamente aberta à introdução de inovações de todos os tipos. Este foi o fato novo na história das civilizações.

Em síntese, na Europa fatores geopolíticos, institucionais e culturais peculiares fizeram com que o processo civilizatório que começa a partir do fim do Império Romano tomasse uma trajetória distinta daquela das demais civilizações. As inevitáveis forças reacionárias aí serão bem-sucedida e permanentemente confrontadas pelas forças de mudança, permitindo a introdução cada vez mais sistemática de inovações em todos os campos - culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. Nossa narrativa procura mostrar, tal como sugerido pelas análises de medievalistas como White (1962)<sup>20</sup> e Gimpel (1975) entre outros, que a RI representa o coroamento de um processo evolucionário inédito na história das civilizações, começando na Idade Média, quando ocorrem revoluções comercial e pré-industrial, se acelerando no século XVIII e *explodindo* no século XIX. Modernidade, capitalismo e revolução industrial foram fenômenos peculiarmente europeus. Peculiaridade esta fruto de um amalgama único de fatores geopolíticos, institucionais e culturais, capaz de dar origem a uma civilização aberta a inovações a qual, por sua vez, permitiu pela primeira vez na história o rompimento de um *teto invisível* bloqueando a continuidade do processo de crescimento econômico em todas as civilizações. Não tivesse esse amalgama ocorrido a RI poderia ter sido

---

<sup>19</sup> A primeira é uma formulação empregada por Joseph Needham (1969) para contrastar a “instabilidade intrínseca” europeia com a “homeostase espontânea” que ele via como uma característica chinesa; a segunda é uma expressão usada por Eric Jones (1986) e Fernand Braudel (1979) para definir o caráter de uma civilização em processo contínuo de transformação pela introdução de inovações.

<sup>20</sup> Lynn White foi criticado também por seu eurocentrismo pioneiramente explícito ao mostrar as razões culturais/institucionais do dinamismo tecnológico europeu medieval e por sugerir que isto estaria na origem da RI na Europa.

postergada por séculos.

O enorme material historiográfico acumulado oferece elementos mais que suficientes para elaborar uma nova abordagem que integra as principais abordagens eurocêntricas existentes em um quadro explicativo mais amplo: aquele de um ambiente evolucionário único, de uma civilização que se transmuta permanentemente em marcado contraste com todas as demais civilizações que surgiram, cujas forças de reação produziram estabilidade, depois decadência e desaparecimento. Na mutante civilização europeia, ao contrário, as forças de mudança superam incessantemente as forças da reação, produzindo variabilidade e evolução transformadora até a revolução industrial quando, a partir de então, o mundo inteiro estará fadado a entrar em um processo de mudanças contínuas impulsionado pela introdução incessante de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. A civilização mutante europeia vai se tornar uma civilização mutante mundial. Porém, as forças da reação, embora vencidas, tampouco cessam. O desejo de estabilidade é permanente. O novo na história foi o desejo de mudança.

O livro possui três partes bem delimitadas. A primeira analisa a matriz medieval da Civilização Ocidental, procurando mostrar como se forma a primeira civilização **mutante** da história, em contraste com a **homeostática** Civilização Chinesa, cujo legado contribuiu decisivamente para a definição de uma trajetória cultural, socioeconômica e político/institucional que levou à Revolução Industrial. Nesse período começa a formação de uma nova Civilização Europeia. A civilização Greco-Romana era europeia em termos geográficos. Porém, embora tenha sido uma de suas fontes, o que veio a ser chamado de Civilização Ocidental não resultou de uma evolução direta dessa civilização. Duas outras fontes vieram se juntar para formar uma nova civilização: o Judaico-Cristianismo e as culturas tribais germânicas. Sem dúvida, na expressão de Shapiro (2018), a civilização ocidental é fruto do casamento de Atenas com Jerusalém. Casamento esse que começa durante o Império Romano, mas a união se consolida e adquire suas feições únicas no período medieval quando herança greco-romana se funde com as tradições tribais germânicas sob a égide do Cristianismo em expansão e afirmação, em um contexto de fragmentação geopolítica e de poder, dando origem a uma civilização movida pela introdução incessante de inovações – culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. O legado civilizacional medieval, por sua vez, condicionou uma trajetória *sui generis* das

ordens político/sociais que se consolidam com os Estados nacionais, trajetória esta conducente à Revolução Industrial.

Esta parte é composta de cinco capítulos. No capítulo (1) é feita uma breve discussão sobre as origens das formas de organizações sociais estatais, sem as quais não há crescimento econômico. Durante a maior parte da história do **homo sapiens** a humanidade se organizou em ordens sociais tendo por base afinidades familiares – **familísticas** – seja sob a forma de bandos seja sob a forma de tribos. Nessas condições, que perduraram por centenas de milhares de anos, não há crescimento econômico, nem tampouco mudanças organizacionais/culturais significativas. Estas sociedades movem-se lentamente como ‘placas tectônicas’. A passagem da organização em bandos para a de tribos ocorreu em algum momento por razões desconhecidas. Talvez pela união de vários bandos sob uma liderança carismática; ou pela expansão de um bando que incorpora à força outros grupos. O ponto de união da tribo é a reivindicação de um ancestral comum real ou mítico. O que se pode deduzir logicamente é que a partir do surgimento da primeira tribo, suas óbvias vantagens militares dão origem a um processo de formação de tribos por parte dos bandos que se sentem ameaçados. Do mesmo modo, desde que surge o primeiro Estado suas vantagens militares dão origem a um processo de formação de Estados por parte das demais tribos que não foram derrotadas/assimiladas. No entanto, em todas as civilizações as ordens políticas de Estados territoriais não superaram completamente o familismo herdado das ordens sociais tribais. Somente na Europa Ocidental isso vai ocorrer, constituindo-se em um dos elementos decisivos da sua trajetória evolucionária conducente à revolução industrial.

Em seguida, no capítulo (2), o caso da China é analisado, dado o consenso entre estudiosos sobre esta ser a civilização que mais se aproximou da realização da Revolução Industrial. Começando com o processo de formação dos Estados chineses, sua análise oferece uma perspectiva comparativa interessante com o que viria ocorrer na Europa mais de mil anos depois (2.1). Do mesmo modo como as tribos Zhou conquistaram um território ocupado há muito tempo para estabelecer uma aristocracia guerreira, as tribos germânicas que destruíram um decadente império romano criaram um sistema político comparavelmente descentralizado. Em ambas as regiões a formação dos Estados foi impulsionada pela guerra, levando a uma progressiva consolidação das terras controladas por senhores da guerra em Estados territoriais, com centralização do poder político e desenvolvimento de uma

administração impessoal moderna. Porém, na China as relações familísticas de origem tribal não desapareceram, continuando a coexistir com uma administração impessoal até os dias de hoje. Como consequência, serão organizações sociais familísticas que vão se tornar as provedoras dos bens públicos que os estados não tinham ainda condição de oferecer. Diferentemente da Europa, onde as estruturas familísticas foram superadas pelo moderno individualismo, fazendo com que surgissem organizações sociais corporativas capazes de provimento de bens públicos.

Por último, e não menos importante, os diversos Estados chineses acabaram por se consolidar em um único e gigantesco Estado unificado (2.2), que não somente foi um dos mais precoces historicamente, como também o mais moderno entre todos pelos critérios de Max Weber, em especial aquele de possuir uma burocracia administrativa uniforme em vários níveis recrutada por critérios impessoais de eficiência. Porém, essa modernidade política precoce na China não foi acompanhada pela modernidade econômica, ou seja, a ascensão de uma economia capitalista de mercado.

A ascensão precoce do Estado centralizado moderno na China resultou em que este tenha permanecido como o mais organizado e poderoso ator social da sociedade chinesa. A elite do aparelho do Estado, os **mandarins**, uma quase-casta não-hereditária de funcionários públicos concursados, formava o núcleo fundamental responsável pelo desenvolvimento de uma cultura comum a todas as elites, extremamente conservadora, com uma linguagem compartilhada, um *Canon* literário clássico, uma tradição burocrática, instituições educacionais imperiais, uma história comum e um sistema de valores que condicionava o comportamento das elites tanto social como politicamente. Não havia a menor possibilidade de contestação de um cânon cultural que tinha como uma das suas características a reverência a um passado que devia ser considerado insuperável. Este sentimento de unidade cultural, de que 'governar o todo era mais legítimo que governar suas partes componentes', permanecia mesmo quando o estado se desintegrava. Assim, as sucessivas rupturas descentralizadoras não se congelaram numa multiplicidade de estados independentes.

No tópico seguinte (2.3) é realizada uma análise comparada das origens das distintas formas de governança chinesa, baseada em organizações sociais familísticas, e europeia, baseada em organizações sociais corporativas. A análise

histórica revela que na China e na Europa os clãs e as corporações, respectivamente, começaram a proliferar por volta do final do primeiro milênio da era comum. A necessidade de bens públicos era particularmente aguda em um período marcado por intensas migrações. O processo pelo qual os imigrantes se organizaram socialmente teria sido um processo *botton-up* e não um processo determinado por interferências políticas ou outras instituições. A razão principal da bifurcação entre China e Europa, seu ponto de partida, está nas características distintas das religiões que predominaram em ambas as regiões: familística na China Confuciana e generalista e individualista na Europa Católica. O clã emerge na China como a organização social dominante uma vez que uma grande parte da população já possuía fortes ligações morais com parentes; por sua vez, a corporação emerge na Europa na medida em que lá as ligações morais já eram impessoais e mais fracas.

Na Ásia, a fragmentação indiana faz um contraponto notável em relação à unidade chinesa (2.4). A saída do tribalismo lá ocorreu de modo distinto. Por razões desconhecidas, a mobilização social para a guerra no processo de formação e consolidação dos Estados indianos nunca atingiu os extremos que foram a marca deste processo na China. Mais importante ainda, o desenvolvimento social indiano saiu na frente tanto do desenvolvimento político como do econômico. Muito antes de sequer tentar-se uma unificação política, uma cultura comum com base em um conjunto de crenças religiosas e práticas sociais derivadas marcava o subcontinente indiano como uma civilização distinta. Uma autoridade moral religiosa independente do poder de Estado se afirma, baseada no fato de ser a guardiã de uma Lei sagrada preexistente. Assim, de modo similar ao que irá ocorrer na Europa, havia na Índia o germe do que seria um Império da Lei capaz de limitar o poder da autoridade secular. Outro fato fundamental que diferencia a trajetória indiana da chinesa foi o surgimento de um sistema de castas (Jatis). As castas foram superpostas sobre as estruturas de clãs existentes, fixando os limites para a exogamia de cada clã. Estas novas categorias sociais se tornaram a rocha fundamental da organização da sociedade, limitando severamente o poder do Estado em penetrá-la e controlá-la.

Finalmente, porque pode-se dizer que a China 'rejeitou' a revolução industrial (2.5). É preciso considerar que não é possível explicar um Estado tão forte, capaz de controlar uma população imensa em um território enorme, sem um processo de crescimento econômico sustentado. Por sua vez, este Estado poderoso e despótico contribuiu significativamente para esse crescimento. Basta ter em mente

os enormes investimentos em transporte fluvial (em especial o grande canal) e seus efeitos sobre a produtividade geral do sistema econômico. Ou seja, em um contexto de expansão e afirmação de uma nova civilização, o Estado chinês foi capaz durante um longo período de liderar, incentivar, e controlar, a introdução de inovações que contribuíam para manter e/ou aumentar seu poder, o qual era baseado fundamentalmente na extração do excedente gerado por uma massa enorme e crescente de camponeses.

Porém, para manter a ordem estabelecida, o *status quo* e seus interesses velados, as inovações necessárias eram aquelas que permitiam manter uma enorme densidade populacional produzindo e vivendo de acordo com os costumes estabelecidos. A partir de certo ponto, o interesse do Estado chinês era de estimular fundamentalmente inovações poupadoras dos recursos cada vez mais escassos, terra e capital, e intensivas em mão de obra, o recurso abundante. O que implicava a não adoção e, em muitos casos, simplesmente o abandono de certas inovações poupadoras de trabalho em favor de velhas tecnologias intensivas em trabalho. Desse modo, em um contexto de estabilização, o Estado chinês foi capaz de bloquear quase que completamente a introdução de inovações perturbadoras da nova ordem sociopolítica que se consolidara.

O capítulo (3) trata da matriz medieval da Civilização Europeia onde, diferentemente, a emergência dos Estados centralizados ocorreu posterior e/ou concomitantemente com a emergência dos elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática. Esses elementos têm sua origem, por um lado, na fusão da herança greco-romana com as tradições germânicas num processo conduzido e condicionado largamente pela evangelização do Norte Europeu e, por outro, em fatores geopolíticos que contribuíram para a fragmentação de poder. Esta situação de fragmentação de poder entre Estados em competição se reproduzia, dentro de cada Estado, na competição entre o poder estatal e instituições e organizações corporativas independentes. Estas foram condições essenciais que permitiram evitar a formação de regimes excessivamente despóticos. Por sua vez, condição necessária para a liberdade de organização e de empreendimento, de inovar.

Elementos culturais e institucionais peculiares (3.1) começam a se afirmar séculos antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo; do mesmo modo, o Império da Lei precedeu a concentração do poder político em Estados centralizados;

e, por último, instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais originais tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar. Enfim, os elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática evoluíram de um modo excepcional e precoce, levando à formação de entidades sócio-políticas (*polities*) de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação.

No plano cultural cabe destacar inicialmente a influência da cosmovisão judaico-cristã na criação de uma cultura mais favorável ao crescimento econômico sustentado (3.1.1). Primeiramente, pelo ser humano ser visto como o centro da criação divina, estando a natureza a seu serviço. Uma natureza de certo modo 'dessacralizada', na medida em que o lócus divino/espiritual se transfere para Deus (e os santos). Essa concepção de natureza confere uma grande liberdade na sua manipulação, a essência mesma do progresso tecnológico inovador. Em segundo lugar, pela concepção linear do tempo progressiva, em direção a um mundo melhor, em contraste com as concepções cíclicas predominantes em outras civilizações, onde a ideia de progresso inexistente. Finalmente, pelo respeito ao trabalho presente nos Antigo e Novo Testamento, que na Cristandade Latina Medieval assumirá, começando pelos monastérios, um valor social amplamente respeitado.

Outro fator cultural decisivo foi o individualismo. O **Individualismo** junto com o **Império da Lei** foram fatores decisivos do excepcionalismo europeu (3.1.2). Ele emerge inicialmente como uma força capaz de suplantar o familismo devido a capacidade de influência sociocultural de uma instituição religiosa *sui generis* - a Igreja católica -, que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento que contribui decisivamente para acabar com o familismo. Nele a mulher tinha maiores direitos de propriedade e de participação da vida pública. É preciso ter em mente que era o indivíduo e não o grupo social que estava no centro da teologia cristã. Por sua vez, a forma peculiar de organização de autodefesa do feudalismo, o **sistema de vassalagem**, vai selar a sorte do familismo como base do provimento do serviço de segurança. Ele emergiu como desesperada resposta de autodefesa num contexto de caos imenso que exigiu encontrar formas de articulação entre grupos isolados não relacionados familiarmente. Em outras palavras, o feudalismo surgiu como uma alternativa não familística de organização social.

Além dessa excepcional situação de destruição do familismo tribal, também o processo de formação dos Estados feudais europeus foi excepcional na medida em que o crescimento de seu poder e legitimidade foi inseparável da emergência do Império da Lei (3.1.3). Na China a lei era o que a vontade do imperador determinasse. Nos Estados feudais não. Os reis feudais nada mais eram que *primus inter pares* dentro de uma ordem social descentralizada. Eles passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer a autoridade e manter as comunicações num mundo fracionado em vilarejos e feudos isolados, sendo que um dos principais serviços que o rei podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. No entanto, as condições para o funcionamento apropriado do Império da Lei vão além de aspectos institucionais e/ou procedurais. É necessário que este seja percebido como justo, não podendo haver exceções. Os próprios reis, bem como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor derivava em última instância de uma sanção religiosa. Sanção religiosa esta que provinha de uma autoridade religiosa que havia se firmado de modo independente da autoridade política.

A Igreja foi capaz de criar um domínio separado e bem institucionalizado de autoridade espiritual com jurisdição universal. Desse modo, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também antes do próprio processo de construção do Estado moderno. Porém, a prevalência do Império da Lei é uma condição necessária, mas não suficiente para o exercício de uma governança mais democrática. É preciso que existam instituições capazes de responsabilizar os governos pelos erros cometidos na definição e condução de políticas públicas. Na Europa estas instituições surgiram a partir de antigas instituições feudais, tais como assembleias representativas, bem como organizações corporativas como as guildas, as universidades, os mosteiros.

Um elemento diferenciador decisivo na conformação deste quadro socioinstitucional foi a forma como assumiu a religião na Europa Ocidental (3.1.4). Na China a religião não refletia um consenso sociocultural, mas tendia a ser uma fonte de protesto social. O Estado chinês jamais reconheceu alguma fonte religiosa de autoridade superior à sua própria e sempre controlou facilmente toda classe sacerdotal que tenha existido. Portanto, nunca houve na China um Império da Lei

baseado em autoridade religiosa. Na Índia a situação era completamente diversa. A religião Bramânica, que se desenvolveu no mesmo período de formação dos Estados indianos, foi capaz de subordinar a classe político/guerreira à classe sacerdotal. A Lei era fortemente enraizada na religião. Porém, não havia um campo secular separado de elaboração de leis, nem uma classe sacerdotal (Brahmins) organizada dentro de uma Igreja de forma hierarquizada como no Ocidente. Na área de domínio da Civilização Islâmica também houve Império da Lei com base em autoridade religiosa, mas não uma instituição religiosa independente do Estado. Como na Europa, os governantes nessas duas regiões reconheciam que estavam submetidos a uma lei maior que eles não haviam criado. Porém, na Europa Ocidental o Império da Lei foi institucionalizado num grau bem maior do que na Índia e no mundo islâmico, ou mesmo do que na Europa Oriental, graças à presença de uma instituição religiosa que obteve um grau de autonomia e influência sem paralelos com outras civilizações.

Por outro lado, a fragmentação geopolítica foi também decisiva para a emergência de uma governança mais democrática (3.2), passível de responsabilização pelos seus atos. É preciso ter em conta que os estados feudais que se consolidam no final no século X são estados em equilíbrio instável, em competição entre si e com as cidades (3.2.1). A monarquia tinha interesse em apoiar as elites urbanas, a burguesia nascente, contra os senhores feudais. Esse apoio foi essencial na ampliação do número de aglomerações urbanas independentes, além das grandes Cidades-estados, fazendo com que este conjunto de centros urbanos funcionasse como uma fronteira interna relativamente à economia senhorial feudal que ampliava a mobilidade do trabalho. As cidades tinham uma governança própria, as comunas. Contra as monarquias frequentemente se aliavam com as aristocracias feudais circundantes. Assim, alternando alianças com as monarquias e a aristocracia feudal, se armando e sendo capazes de derrotar inclusive o Imperador, as cidades medievais tiveram um papel na ordem política único na história das civilizações.

Este é o fato notável nos primeiros grandes séculos urbanos da Europa medieval: a vitória das cidades, que se constituíram em centros autônomos de poder com grande liberdade face à aristocracia rural e a monarquia (3.2.2). A partir dessa liberdade, as grandes cidades e as demais cidades que elas influenciam (ou controlam), construíram uma civilização original, plena de novas técnicas, ou renovadas, ou redescobertas depois de séculos, pouco importa. Foi possível para

elas irem até o fim com experiências políticas, sociais, econômicas inéditas, sem paralelo com as dinâmicas urbanas de outras civilizações. No campo financeiro as cidades organizaram o imposto, as finanças, o crédito público, as aduanas. Elas inventaram os empréstimos públicos. Elas organizaram a indústria, as profissões, inventaram ou reinventaram o comercio de longa distância, a letra de câmbio, as primeiras formas de sociedades comerciais e de contabilidade.

Finalmente, uma peculiar cultura do conhecimento se desenvolveu (3.3). Não teria sido possível uma Revolução Industrial se não houvesse o que pode ser chamado de uma economia do conhecimento. Conhecimento em geral como base para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa economia do conhecimento na Europa tem origens medievais. Nos seus primórdios medievais a demanda por conhecimentos era altamente concentrada nos mosteiros, onde também ocorria a produção de livros sem os quais não é possível uma economia do conhecimento. A forte expansão do movimento monástico a partir do século X foi um fator importante no aumento da produção de livros. Porém, a partir do século XI, o renascimento das cidades e a ativação do comércio, em seguida a fundação das universidades, enfim a ascensão da burguesia, a demanda de livros por parte da população leiga cresce fortemente. A produção de livros manuscritos passa de uma média de 6,5 livros per capita por ano no século VI para 929,2 no século XV.

O capítulo (4) trata de inovação e mudança estrutural na Idade Média, começando com a análise do processo de acumulação de capital na agricultura (4.1). Um processo que evolui também de modo *sui generis*. Importantes inovações vão contribuir ao mesmo tempo para a consolidação do sistema feudal e para colocar em movimento forças que vão contribuir para seu desfazimento. Em especial as inovações que aumentaram a produtividade total dos fatores na agricultura, mas com um viés poupador de trabalho (4.1.1). A charrua representou uma inovação maior, concebida essencialmente para poupar trabalho no controle de ervas daninhas (capim). Uma segunda macro inovação, que irá aumentar significativamente a capacidade de acumulação de capital da agricultura medieval, foi um novo sistema de atrelamento que permitiu usar o cavalo para puxar o arado. O cavalo é muito mais rápido do que o boi, permitindo em um mesmo ano trabalhar um terço da área para controlar ervas daninhas, outro terço para preparar o solo para uma semeadura de uma cultura de primavera e outro terço para semeadura de uma cultura de inverno, o sistema de rotação trienal. Como resultado, obtém-se um aumento de cerca de um

terço da área cultivada (67% da área contra 50% no sistema de rotação bienal anterior), além de colocar em marcha um aumento progressivo dos rendimentos da terra pela melhoria da fertilização que o uso do cavalo no transporte de fertilizantes vai propiciar. Os rendimentos por hectare evoluem para dobrar com o tempo o que, somado à expansão de um terço da área cultivada, resultará em um aumento muito significativo da produtividade do **trabalho** agrícola.

Além dos impactos transformadores dinâmicos inerentes ao tipo de acumulação de capital (“cheptel”<sup>21</sup>) qualitativamente superior da agricultura feudal, essa acumulação impacta e é impactada pela expansão do comércio internacional e da produção manufatureira (4.1.2). A Revolução Comercial capitalista iniciada pelas cidades italianas não teria tido a amplitude que teve sem uma resposta à altura do mundo agrário feudal. Para além da expansão dos excedentes, essa resposta implicou a progressiva redução dos laços de servidão nas relações entre camponeses e senhores em benefício de formas contratuais não servis, que desde sempre coexistiram com o sistema de servidão, mas que vão assumindo um papel preponderante com a ascensão do capitalismo agrário. As cidades exerciam um duplo papel dissolvente das relações servis: por servir de refúgio seguro aos servos de gleba que lá afluíam e pelo estímulo dos mercados urbanos à monetização das prestações feudais (corveia).

Por sua vez, a Revolução Comercial (4.2) promovida pelas cidades foi o resultado de um conjunto de inovações contábeis, financeiras e político/institucionais. As cidades portuárias italianas foram pioneiras e lideraram um processo de independência que foi se estendendo por toda Europa. No século XII as comunas italianas já haviam se tornado essencialmente “governos de mercadores, por mercadores e para mercadores”. As comunas foram elas próprias uma importante inovação político/institucional na governança urbana. Elas se tornaram parte importante do processo evolucionário que levou à dissolução dos Estados feudais, caracterizado pela dinâmica de múltiplas organizações corporativas independentes. Alternando alianças com diferentes suseranos, sobretudo com as monarquias em suas disputas contra os senhores feudais, as cidades foram conquistando graus variados de autonomia.

As cidades medievais criaram um sistema de governança estatal realmente

---

<sup>21</sup> A origem da palavra capital é precisamente esta, “cheptel” que quer dizer rebanho em francês.

peculiar (4.2.1). O desafio da construção de um estado efetivo, porém mais democrático foi enfrentado com a criação da Comuna, uma inovação institucional medieval fundamental que se constituía em uma associação voluntária juramentada temporária, dirigida por cónsules que eram eleitos por um período limitado por um parlamento composto de todos os cidadãos de 'pleno direito'. As Comunas eram comunidades autogovernadas. Elas eram similares às comunidades na medida em que se caracterizavam pela familiaridade pessoal intracomunitária. Porém, eram também similares aos estados, dado que possuíam um monopólio geograficamente localizado sobre o uso legal de poder coercitivo. Seus tribunais representavam os interesses da comunidade, porém tendiam a agir com imparcialidade quando de disputas envolvendo membros de outras comunas.

Em associação com as guildas, sobretudo as guildas comerciais, as comunas cidadinas criaram um mecanismo, uma instituição - o **sistema de responsabilidade comunitária** - que resolveu o problema do risco de trocas impessoais através de fronteiras jurisdicionais. Através desse sistema (4.2.2), o tribunal de uma comuna responsabilizava todos os membros de outra comuna pelo dano causado por um de seus membros. Se o tribunal da Comuna do fraudador se recusasse a compensar a parte lesada, o tribunal da Comuna do fraudado ordenaria o confisco da propriedade de todos os membros da Comuna do fraudador presentes na sua jurisdição para compensar o fraudado. O único modo da Comuna do fraudador evitar a compensação seria não ter negócio algum com a Comuna do fraudado. Mas isto poderia representar um custo muito elevado. Portanto, o comportamento mais sensato do tribunal de uma Comuna seria dispensar uma justiça imparcial, punindo seu próprio membro fraudador de um membro de outra comuna. A expansão comercial propiciada por esse Estado peculiar criado pelo sistema de responsabilidade comunitária unificou comercialmente toda Europa e essa com o oriente e o norte da África.

A expansão da produção manufatureira estimulada pela expansão comercial pode ser caracterizada também como uma revolução produtiva, uma Revolução Pré-Industrial (4.3). A começar pela extraordinária expansão da produção energética através de moinhos hidráulicos e eólicos (4.3.1). Até o final do século XIII todos os sítios favoráveis à produção hidráulica haviam sido explorados, configurando um aporte de energia não humana ou animal inédito na história das civilizações até então. Energia essa largamente aplicada na mecanização da produção

manufatureira a partir da invenção dos eixos de manivela capazes de transformar movimentos circulares em movimentos pendulares. Em especial cabe destacar seu emprego na metalurgia. Para produção de ferro de qualidade, os engenheiros metalúrgicos da época foram os primeiros a adaptar a produção siderúrgica à energia hidráulica, mecanizando o processo de moldagem de peças (martelos de forja) e permitindo a construção de fornos com acionamento automático do insuflamento de ar que atingiam até 1.200 graus centígrados.

Por sua vez, as Guildas, organizações corporativas de ofício, representaram uma inovação institucional importante para a pré-revolução industrial medieval. Elas tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos produtivos (4.3.2). No entanto, a expansão dos mercados puxada pela Revolução Comercial irá pouco a pouco miná-las por dentro e por fora. Por fora pelo sistema de *putting-out*, que consistia em deslocar a produção para os vilarejos rurais fora da jurisdição das guildas. Por dentro, na medida em que a superior produtividade possibilitada pela parcelização do trabalho artesanal em operações especializadas de partes começa a se impor naqueles setores mais dinâmicos como o têxtil. Por outro lado, esta expansão levou a especializações regionais em concorrência mútua.

A revolução pré-industrial medieval agravou o desflorestamento causado pela forte expansão agrícola e populacional (4.3.3). A demanda por madeira como combustível e material de construção (incluindo de navios) cresceu fortemente a partir do século XI. A preocupação com o desflorestamento se generalizou e políticas de proteção florestal foram implementadas. Porém, com a demanda crescente a busca por alternativas, como o carvão mineral, se generaliza onde foi possível. As reclamações de poluição do carvão se sucedem ao longo do século XIII nas cidades e vilarejos dotados de fornos à carvão mineral.

A expansão econômica medieval termina com a catástrofe econômico-ecológica do século XIV (4.4). Foi uma verdadeira catástrofe econômico-ecológica causada em grande medida pela própria expansão econômica que levou a um esgotamento da fronteira agrícola e ao desflorestamento quase completo. As florestas tinham um papel crucial na manutenção da fertilidade dos solos agrícolas e no provimento de suplemento alimentar. Para agravar o quadro uma mudança do clima torna as condições climáticas bem mais difíceis para a agricultura. As quebras de safras se tornam cada vez mais frequentes atingindo as populações que já não podiam mais contar com o suplemento alimentar provido pelas florestas. Outro fator agravante foi

a volta da vulnerabilidade das populações às predações de guerras devido as lutas entre os Estados nacionais que começam a se afirmar, notadamente a guerra dos cem anos entre França e Inglaterra. Como resultado uma população afetada pela subnutrição se torna mais vulnerável a doenças entre as quais a terrível peste bubônica. Entretanto, essa catástrofe porá fim ao crescimento econômico medieval, mas não a um quadro político/cultural favorável à introdução sistemática de inovações que irá levar à Revolução Industrial no século XVIII.

O capítulo (5) conclui com uma avaliação do legado medieval. Ao final deste período a Europa Ocidental já tinha saltado à frente da China, que era a região mais desenvolvida em termos de desenvolvimento social. Desenvolvimento social no sentido da ‘capacidade de realizar coisas’, de moldar seus ambientes físico, econômico, social e intelectual de acordo com suas próprias finalidades, medido pela (a) produção per capita de energia, pelo (b) desenvolvimento urbano, pela (c) capacidade de processamento de informação, e pela (d) eficiência militar.

Porém, mais importante ainda que o legado medieval em termos de acumulação de capital foi seu legado sociopolítico/cultural. Legado este que fará com que a formação de Estados centralizados em competição tenha sido acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes. Uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsabilizáveis, como também do próprio processo de construção do Estado moderno. Resultado de um processo peculiar de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, entendida como a corporificação de um amplo consenso social em relação às regras da justiça. Este foi o fundamental do legado medieval: o Império da Lei, o individualismo, as assembleias representativas, o respeito às profissões, o embrião de uma cultura do progresso.

A segunda parte, sobre modernidade, capitalismo e Revolução Industrial, procura mostrar como evolui a trajetória de mudança a partir do legado medieval, sob o impacto contínuo de inovações de todos os tipos, trajetória esta que atinge um ponto crítico na Inglaterra no final do século XVII, dando início a uma aceleração do crescimento econômico cuja velocidade muda de patamar e se sustenta no tempo, difundindo-se rapidamente pelos demais países europeus e seu ‘avatar’ colonial mais próximo, os EUA. É o que caracteriza uma Revolução Industrial: aumento

muitíssimo mais rápido e sustentado da produção material/energética.

A dinâmica evolucionária muda com o desfazimento da ordem feudal e a ascensão dos estados territoriais, mas não sua abertura à introdução de inovações. Primeiramente porque a competição se manteve, com a diferença de que a competição entre cidades e regiões vai se transformando em uma competição entre Estados territoriais. Em segundo lugar, graças ao que ficou como legado cultural/institucional do período medieval: o Império da Lei, que impediu um despotismo excessivo das monarquias absolutas, o individualismo, que favorece uma sociedade contratual, as assembleias representativas, o respeito às profissões, em especial a de comerciante; enfim, a continuidade e desenvolvimento de uma cultura de crescimento, de prosperidade material. A partir da segunda metade do século XV, a Europa recupera seu élan de expansão demográfica e econômica. Uma expansão econômica que não resulta simplesmente do crescimento demográfico, mas da retomada do crescimento econômico com aumento da **produtividade do trabalho** pela introdução de inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais que havia começado no século XI.

A introdução de inovações, por sua vez, contribui para e é estimulada pelo **avanço da economia de mercado** sobre a economia de subsistência: parcelas crescentes da produção de bens e serviços passam a ser transacionadas nos mercados. A expansão dos mercados aumenta a eficiência do sistema uma vez que o sistema de preços orienta cada vez mais as decisões de alocação dos agentes econômicos. Por outro lado, essa expansão do mercado só é possível em sociedades abertas a mudanças, em especial quando se considera o avanço do mercado nas relações de trabalho e na posse da terra. Como assinala Jones (1986, p.XIV) “isso requeria uma dissolução mais profunda de rigidezes culturais e políticas e, portanto, deslocamentos mais profundos e perigosos na sociedade do que a mera aceitação de uma ampliação do comércio de bens”. Uma economia de mercado que escapa em grande medida do controle das autoridades públicas. Essa é uma clara diferença entre a Europa e o restante do mundo, onde a economia de mercado encontrava limites estritos para sua expansão.

Ainda assim, esse avanço irá demorar um longo período para mudar de modo significativo as condições de vida da grande maioria da população, composta principalmente de camponeses vivendo em vilarejos quase autárquicos, que praticamente não mudam até a RI. Além disso, uma parte dessa população constitui

um excedente populacional errante em busca de trabalho e/ou socorro de região em região, de cidade em cidade, excedente que aumenta em períodos de quebras de safras. Desse modo, o crescimento econômico a partir de meados do século XIV foi um crescimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra, que manterá os salários constantes ao nível de uma subsistência precária até a revolução agrícola no século XVIII na Inglaterra e no século XIX no Continente.

Essa parte é composta de cinco capítulos. No primeiro, o capítulo 6, o objetivo é mostrar em que se traduz esse quadro de subsistência precária da grande massa da população. Para essa população, melhorar o nível de vida significava antes de tudo comer adequadamente. É preciso ter claro que, em uma perspectiva mais ampla, falar do cotidiano da vida das populações ao longo dos séculos em todas as civilizações implica antes de tudo falar da fome. Durante séculos seu espectro rondou incontáveis gerações de seres humanos. A causa básica (6.1) era uma produção agrícola precária, dependendo sempre de condições climáticas muito boas para uma colheita relativamente abundante, deixando os camponeses sem condições de formar algum estoque garantidor. Bastavam duas colheitas ruins seguidas e a catástrofe se instalava.

Os pobres no campo ou na cidade viviam em habitações quase que completamente despojadas, praticamente sem móveis. Portanto, a vida da população era dura, marcada pela penúria alimentar no campo e nas cidades para onde afluía um contingente importante de pobres do campo, formado por aqueles sem acesso à terra, que podia aumentar muito quando ocorria quebras de safras em outras regiões. Como as cidades possuíam uma certa capacidade de estocagem de alimentos, em cada localidade os pobres eram objeto de diversos mecanismos de caridade pública organizados pelas igrejas e administrações municipais. Este era um problema permanente para as cidades, que piorava a cada quebra de safra.

Com o crescimento demográfico a situação vai se agravando (6.2). De modo correspondente, as medidas contra a mendacidade pública e a vagabundagem vão se sucedendo, acabando por torná-las um delito em si. Uma vez preso, o ‘vagabundo’ era frequentemente surrado, tinha a cabeça raspada, e mesmo marcado a ferro! Este quadro desolador das condições de vida da maioria da população nesse período foi um dos fatores que levaram a teses como a da “similaridade euroasiática” da escola californiana; ou seja, até o século XVIII a situação socioeconômica como um todo da Europa não teria diferido daquela da China e outras civilizações. Um erro que ficará

claro nos próximos três capítulos.

Os três capítulos seguintes (7,8 e 9) vão procurar mostrar em que, e porque, a situação da economia europeia diferia, e em muito, daquela das demais civilizações contemporâneas. Uma situação de 'efervescência' dos negócios levando ao domínio definitivo da economia de mercado sobre a economia de subsistência. Nesse sentido, se muita pouca coisa muda no cotidiano de vida da grande massa da população europeia neste período, o que vai ocorrer com a ascensão da burguesia é a ampliação do percentual da população com acesso ao conforto material disponível. Uma forte ampliação considerando o ponto de partida extremamente limitado, mas ainda abarcando uma pequena fração da população total. Porém, em termos absolutos foi o suficiente para constituir um mercado consumidor capaz de dar suporte a um processo evolucionário de mudanças contínuas na estrutura econômica e social induzido pela ascensão da burguesia e de seus valores. Nas cidades maiores e mais ricas as limitações da produção agrícola serão contornadas através da importação de grãos, sobretudo da região do Báltico.

Os grandes mercadores lideram e direcionam o processo de expansão dos mercados e a competição entre cidades e regiões. Eles organizam a produção artesanal/manufatureira tendo em conta o espaço econômico europeu como um todo, levando a especializações regionais. Esta dinâmica competitiva intereuropeia é analisada no capítulo 7 com base no conceito (7.1) de **economia-mundo**. Trata-se do mesmo conceito de Wallerstein (1974). Porém, para Braudel (1979), este é um conceito que, por um lado, descreve situações que se repetem em todas as civilizações ao longo da história; por outro lado, ele é apropriado para descrever o que se passava no interior do espaço europeu onde, desde a Idade Média, cidades e regiões se sucedem como polos dominantes de uma economia-mundo.

Desde a antiguidade existem economias-mundo, sendo que essas economias coexistiam, havendo trocas limitadas entre elas: até Pedro o Grande, a Rússia era em si mesmo uma economia-mundo; o imenso Império Turco e antes dele o Império Árabe; a Índia; a China. Porém, o caso do espaço europeu se diferencia fortemente, apresentando um dinamismo transformador incessante em função da liberdade de empreender vis-à-vis aos poderes estatais e da competição entre as diversas regiões, o que levou a uma mudança contínua de polos dominantes. É importante notar também a existência de uma clivagem norte-sul (7.2). Durante um longo período no espaço econômico europeu houve dois polos regionais em disputa,

um no Norte – centrado nas principais cidades-estados dos Países Baixos – Amsterdam e Antuérpia, abrangendo o mar do Norte e o Báltico e outro no Sul – centrado nas quatro principais cidades-estados no Norte da Itália, em feroz disputa – Veneza, Gênova, Florença e Milão, abrangendo todo Mediterrâneo.

No final do século XIV uma primeira economia-mundo europeia se forma centrada sobre Veneza (7.2.1); por volta de 1500 há um salto, uma mudança brusca do centro, de Veneza para Antuérpia no Atlântico Norte (7.2.2); depois, por volta de 1550/1560, um retorno ao Mediterrâneo, desta vez tendo Gênova como centro (7.2.3); entre 1590 e 1610 se opera novamente a transferência, desta vez definitiva, do centro para o Atlântico em Amsterdam (7.2.4); entre 1778 e 1815, Londres, mas não como uma cidade-Estado, e sim como capital de um Estado nacional, se torna o centro da economia-mundo europeia e mundial até 1929 (7.3), quando ‘ele atravessa o Atlântico e se situa em Nova York’. Cada mudança se fez em meio a lutas, choques e fortes crises econômicas. O simples observar dessa dinâmica competitiva, e o impulso e abertura que promovia à introdução de inovações, deixam claro seu caráter inédito quando comparada ao que se passava em outros espaços civilizacionais.

O capítulo 8 irá tratar das características da retomada do crescimento econômico, do desenvolvimento e consolidação dos Estados territoriais, que haviam sido duramente atingidos pela crise dos séculos XIV/XV, e que imprime um novo dinamismo à economia europeia. A ascensão dos Estados territoriais teve um papel decisivo na dinâmica da competição intereuropeia, bem como na criação das condições político-econômicas e institucionais que faltavam para que o processo de crescimento atingisse um novo patamar de velocidade e de sustentabilidade. Essa ascensão (8.1) iniciara-se desde muito cedo com o surgimento de regiões dominantes, a partir das quais começaram suas lentas construções políticas. Fatores geopolíticos e econômicos se interpenetram. Nas regiões dominadas por cidades-estados poderosas os Estados territoriais não avançam: Itália, Alemanha, Países Baixos. Durante um longo período, sob a égide de uma sucessão de hegemonias de economias-mundo tendo como polo dominante cidades-estados, as estruturas políticas dos Estados territoriais em afirmação não coincidem com as estruturas econômicas, de modo a formar **mercados nacionais**. O espaço econômico ia muito além dos espaços políticos. As nações e seus mercados nacionais foram não somente construídos no interior de um conjunto econômico mais vasto do que eles

como, mais exatamente, **contra** esse conjunto dominado por economias-mundo centradas em cidades-estados. Além disso, as nações em processo de formação tinham que dar conta das dificuldades da passagem de uma situação de fragmentação do território em economias (mercados) regionais quase autônomas, consolidando-as em um mercado nacional unificado.

É preciso considerar, entretanto, que esse esforço dos Estados em estimular e controlar as atividades econômicas dentro de um espaço territorial é parte do esforço maior na busca da consolidação de um poder monárquico que tende a ser absolutista/despótico. Porém, (8.2) a prevalência do Império da Lei tornava a própria legitimidade do Estado monárquico absolutista dependente de um compromisso com as diversas nobrezas e com a burguesia emergente. Jamais o absolutismo monárquico na Europa, mesmo no tempo de Luís XIV, o 'rei Sol', na França, atingiu o nível de arbitrariedade dos 'despotismos orientais'. A monarquia tinha que negociar com as diversas nobrezas, nobreza da corte, da espada, nobreza rural de caráter feudal, que resistiam à taxaçoão do Estado; também com burgueses que se 'enobreciam' comprando terras e cargos oficiais no aparelho de Estado.

Nas demais civilizaçoões a classe mercantil jamais atingiu nem de longe a influência e prestígio atingidos na Europa (8.3). A ascensáo da burguesia mais a permanência de uma nobreza protegida pela lei fez com que mesmo um Estado tão absolutista quanto o francês tivesse grande dificuldade em promover as reformas tributárias necessárias para enfrentar as despesas crescentes do Estado territorial, sobretudo para financiar guerras cada vez mais custosas. Os grandes comerciantes eram os principais agentes da competiçoão (8.4) entre estados e cidades-estados. O apogeu do domínio desses grandes comerciantes em toda Europa ocorre no século XVIII, quando a preeminência passará ao capitalista industrial. Até então, a produçoão artesanal/manufatureira destinada ao comércio inter-regional será controlada, direcionada, pelo capitalista comercial, que acumula todas as vantagens na luta contra as corporaçoões de artesãos.

A especializaçoão regional resultava inexoravelmente da açáo desses grandes comerciantes dentro de um espaço econômico europeu unificado. Porém, uma especializaçoão regional sujeita a mudanças muitas vezes rápidas provocadas pelo surgimento de pontos de estrangulamentos no abastecimento de matérias primas, na oferta de mão-de-obra, do crédito, da técnica, da energia, bem como pelas flutuaçoões da demanda nos mercados - nacionais e internacionais, flutuaçoões essas

em grande medida causadas pela moda.

O tópico (8.5) trata do impacto disruptivo de algumas inovações na Europa as quais, ao contrário, não tiveram nenhum impacto significativo em outras civilizações: a pólvora, a navegação de alto mar, a imprensa e o relógio mecânico. A pólvora na Europa teve um duplo impacto disruptivo: de um lado, no desfazimento de uma ordem feudal centrada em castelos fortificados e cidades livres muradas; de outro, juntamente com a navegação de alto mar, o controle dos oceanos. Quanto à imprensa, seu impacto foi duplo, tanto na dinâmica de mudança social como tecnológica: em relação à primeira, sem o livro não teria sido possível a difusão do humanismo renascentista, bem como a reforma protestante e a contrarreforma católica, o Iluminismo; em relação à segunda, a transmissão de técnicas e a própria revolução científica. Finalmente, o relógio mecânico tornou possível uma disciplina do tempo, uma pontualidade pessoal, em vez de simplesmente uma obediência ao tempo, bem como uma civilização atenta à passagem do tempo, e por conseguinte à produtividade e à performance.

A moda (8.6), por sua vez, ligada ao aumento geral da produção manufatureira, mas também reflexo de uma sociedade ávida por inovações, surge na Europa no século XIV e passa a jogar um papel fundamental na dinâmica produção-consumo. Fato único europeu, a moda é um sinal que testemunha, em profundidade, uma sociedade, uma civilização mutante. Ela representa um elemento cultural importante para quebrar as resistências à introdução de inovações.

Outro indicador do avanço da economia de mercado na Europa é a dinâmica de mudança dos instrumentos de troca predominantes, isto é, os modos de realização das transações comerciais (8.7). Há uma economia de mercado baseada nos mercados públicos, nas lojas, nos mascates; e uma economia de mercado baseada em instrumentos de troca mais sofisticados, como as feiras, as Bolsas e os mercados privados (*private markets*). Esta dinâmica de mudança se opera em dois vetores: da sazonalidade para a permanência; e do menos para o mais sofisticado. Na retomada do crescimento no século XV os instrumentos de troca predominantes serão as oficinas-lojas dos artesãos e, principalmente, os mercados públicos urbanos. No século seguinte as grandes feiras internacionais assumem um papel preponderante, onde as trocas de mercadorias têm um papel cada vez mais secundário frente a seu papel de câmara de compensação e mercado de crédito.

O avanço da economia de mercado sobre a economia de subsistência pressupõe

evidentemente uma maior oferta de moeda e crédito (8.8). Neste sentido, dado o dinamismo da economia europeia, a escassez de moedas era um problema permanente pois, além do fluxo de pagamentos em direção à Ásia, havia o problema do entesouramento. Desse modo, a escassez de moedas metálicas tinha que ser contornada com outros tipos de moedas. Na verdade, desde que a humanidade aprendeu a escrever e começou a manipular peças de 'moedas sonantes', ela passou também a substituir as moedas por escritos, bilhetes, promissórias, ordens. A situação na Europa vai se diferenciar menos pelos tipos de instrumentos monetários do que pela diversidade e amplitude do seu uso.

É dentro desse quadro geral de competição pela industrialização dentro do espaço econômico europeu que é preciso situar o caso da economia inglesa e seu desenvolvimento rumo à RI. Como será mostrado no capítulo 9, na Inglaterra havia começado mais cedo seu processo de consolidação como um Estado territorial onde a estrutura política coincide com a estrutura econômica. Entre meados do século XV e meados do século XVI ela se torna definitivamente um espaço autônomo, se destacando do espaço continental ao qual ela estava 'corporalmente' ligada. Ela soube proteger seu mercado nacional e sua indústria nascente como nenhum outro país na Europa. Sem dúvida o fato de ser uma ilha facilitou esse processo de enfrentamento da concorrência continental. Porém, é preciso levar em conta fatores culturais e institucionais que impactam o ambiente de negócios. A começar pela própria natureza do Estado, seu grau de absolutismo.

De modo geral na Europa Ocidental, havia basicamente três grupos capazes de resistir ao Estado: a alta nobreza, a pequena aristocracia (*gentry*) - formada por senhores da guerra, pequenos proprietários rurais e outros indivíduos livres – e o chamado Terceiro Estado, composto pelos habitantes das cidades, a burguesia. Na Inglaterra, e somente lá, esses três grupos foram capazes de se articular o suficiente para se fazer representar conjuntamente no Parlamento nacional, configurando uma força suficientemente poderosa de modo a enfrentar o Estado centralizador e impor um arranjo constitucional que sujeitasse o monarca a lhe prestar contas.

O caso da França foi um contraponto ao caso da Inglaterra (9.1) mais representativo do que se passou no restante do Continente Europeu, com uma governança fortemente marcada pelo patrimonialismo. A coroa criava privilégios corporativos dentro do Estado e os vendia aos indivíduos integrantes dos grupos de elite. Praticamente todos os cargos governamentais, de comandos militares até

posições no ministério das finanças (como coletores de impostos), eram leiloados ao maior lance. Isto evidentemente resultou na legitimação e institucionalização do **rentismo** e da corrupção, com os agentes do Estado atuando em seus cargos em benefício próprio. Diferentemente também, na França a aristocracia rural se aliou à monarquia para recuperar antigos direitos feudais, se transformando em uma nobreza da corte inteiramente dependente do poder real, sendo que os governos locais passaram a ser controlados por uma pequena oligarquia que comprava seus cargos. Pode-se dizer, portanto, que a nobreza manteve o *status* social, mas perdeu poder político real. Desse modo, a autoridade do Estado absolutista se estabelece através do empoderamento de uma ampla coalizão de elites em busca de privilégios (rentismo) respaldada pela tradição e pela lei

Outra especificidade inglesa foi a dinâmica agricultura-indústria e seu papel na formação de um mercado nacional (9.2). Do lado da agricultura, na Inglaterra um capitalismo agrário bem mais dinâmico, foi capaz de melhor explorar as oportunidades oferecidas pelo mercado urbano-industrial em expansão; capitalismo agrário que emerge através de camponeses mais empreendedores (*yeomen*), bem como através de senhores da terra que eles próprios tomavam a frente dos negócios ou arrendavam as terras para arrendatários capitalistas. É o que explica um quadro inédito de prosperidade rural, em vivo contraste com a pobreza generalizada nos campos dos países do continente no mesmo período. Do lado urbano-industrial a especificidade inglesa também é clara. Para além de fatores culturais-institucionais peculiares, a recuperação a partir do século XV que levou a Inglaterra de última colocada para a posição de primeira economia industrial da Europa em meados do século XVII, em grande medida se deveu ao fato que sua geografia tornou possível o transporte e uso amplo do carvão mineral. Por todo o país se observa um aumento da escala nas produções industriais intensivas em energia, como a produção de sal pela evaporação de água do mar, o refino do açúcar, a fabricação do vidro, a produção de cerveja, de tijolos, de sulfato de alumínio (alun). Por sua vez, essa expansão urbana-industrial difusa por todo o território nacional amplia as oportunidades de negócios dos agricultores, estimulando-os a introduzir as inovações (*high farming*) que vão revolucionar a agricultura inglesa no século XVIII.

O *high farming* inglês (9.3), foi na verdade a importação de tecnologia agrícola desde longa data conhecida e praticada na Europa desde o século XIII. Porém, sua difusão havia se limitado ao Norte da Itália, onde primeiro fora introduzida, e aos

Países Baixos para onde migrara em seguida. Trata-se de uma tecnologia agropecuária conhecida desde a antiguidade grega. Porém, como visto na primeira parte (4.7), sua difusão sempre fora restrita a umas poucas localidades devido suas exigências em termos de investimento e perspectivas de mercado. Na Inglaterra causou uma revolução agrícola. A expressão revolução agrícola para nomear a difusão de uma tecnologia agropecuária conhecida e já difundida em duas regiões no continente europeu, tem razão de ser em função da amplitude e importância do impacto que causou na Inglaterra e, um século depois, no Continente. Amplitude na medida em que sua difusão ocorreu na escala de um Estado territorial e, em função mesmo dessa amplitude de difusão, teve um impacto decisivo na formação do primeiro mercado nacional, uma condição necessária para a RI.

Sua difusão em escala nacional na Inglaterra é um indicativo de que o Estado territorial inglês estava atingindo um nível de desenvolvimento e uma densidade econômica distintos daqueles dos Estados territoriais rivais no Continente, em especial em relação de seu maior rival, a França. Ocorre então um círculo virtuoso em que a expansão dos mercados urbano-industriais dispersos por todo o país aumenta as oportunidades de investimento em novas tecnologias agropecuárias, as quais aumentam a produtividade e a renda do setor rural o qual, por sua vez, contribui para a expansão do mercado nacional para produtos industriais.

Finalmente, no tópico (9.4), é feita uma reflexão sobre a peculiar evolução cultural/institucional inglesa no que concerne os limites da ação do Estado na taxação dos súditos do rei e seus impactos profundos na formulação de políticas monetárias, bem como no funcionamento do próprio mercado financeiro. Impactos altamente positivos no sentido de, em última instância, reduzir o custo do dinheiro; uma enorme vantagem seja no que concerne o financiamento do Estado, em especial das guerras, seja nos investimentos produtivos, em especial aqueles de baixo retorno em infraestrutura de transportes. As reformas fiscais e bancárias (criação do Banco da Inglaterra) realizadas na esteira da Revolução Gloriosa, a estabilidade da libra esterlina e uma tradição de pagamento pontual permitiram que o governo pudesse emprestar em mercados transparentes da dívida pública, inexistentes nos Estados rivais mais despóticos, como a França ou Espanha. Uma verdadeira 'revolução financeira' conjugada com a revolução institucional trazida pela 'Revolução Gloriosa'. As inovações institucionais principais foram a criação de um banco nacional, de uma dívida nacional financiada, várias melhorias em títulos da

dívida e ações, sistema de seguros mais sofisticados, mudanças no funcionamento da lei corporativa (por ex. a criação da nova companhia das Índias Orientais).

Por último, o capítulo 10 se destaca dos três anteriores no sentido em que vai tratar de mudanças culturais e institucionais decisivas para explicar o salto definitivo rumo à Revolução Industrial. Nos três capítulos precedentes foram analisados os fatores que levaram a um processo generalizado de industrialização na Europa após a grande crise dos séculos XIV/XV, e que se acelera no século XVIII iniciando a RI. Porém, para explicar sua continuidade em um ritmo superior e sustentado, de modo a efetivamente caracterizar uma revolução industrial, é precisar levar em conta, compreender, a evolução cultural/institucional específica que permitiu a acumulação do conhecimento e do *know how* tecnológico que iriam gerar a ‘explosão’ de inovações no século XIX e sustentá-la ao longo do tempo. É preciso ter claro que o aumento do conhecimento tecnológico por si próprio sem uma interação constante com alguma forma de ciência, formal ou informal, não teria sido capaz de gerar crescimento e desenvolvimento nas taxas observadas. Por conseguinte, é preciso explicar o avanço dos conhecimentos científicos.

O avanço dos conhecimentos científicos, por sua vez, está relacionado à atitude, à disposição e energia com as quais as pessoas procuram entender o mundo natural ao seu redor. Entre 1500 e 1700, a crença medieval no caráter virtuoso da tecnologia evolui para uma crença no progresso, mais especificamente no progresso econômico. A crença no progresso se amplia com um desenvolvimento cultural intenso, com destaque para a Reforma protestante, a exegese bíblica e o Iluminismo, bem como impactos culturais de descobertas científicas como a estrutura do sistema solar, a circulação do sangue, a atmosfera, o cálculo, as leis de movimento dos corpos celestes.

Tratou-se efetivamente de uma inflexão na trajetória cultural, embora não uma ruptura de trajetória (10.1). Esta inflexão cultural decorreu primeiramente do surgimento de um número mais significativo de grandes inovadores culturais em termos da potência de suas ideias e de sua retórica. Esse fato se compõe com a invenção e difusão da imprensa, a melhoria dos serviços postais e da capacidade de modos de transporte marítimos e terrestres. Acrescente-se o maior contato com outras civilizações com a expansão ultramarina. Somados, conduzem a um maior ceticismo em relação à sabedoria tradicional, vista como inconsistente com os novos fatos que iam surgindo. É preciso não perder de vista, entretanto, que o

questionamento da sabedoria tradicional, a liberdade de filosofar, adquire um caráter sistemático desde o surgimento das universidades no século XII, que se transformaram em verdadeiros centros de efervescência heterodoxa no apogeu do período medieval.

Por sua vez, o surgimento da instituição informal batizada de ‘República das Cartas (RC)’ representou uma inovação que teve um papel decisivo na difusão do conhecimento útil capaz de controlar e manipular a natureza e, por conseguinte, na Revolução Científica e Tecnológica (10.2). A RC foi de muitas maneiras um fenômeno único na história das civilizações, tendo contribuído decisivamente para o avanço da ciência. Outras civilizações realizaram avanços científicos e tinham mercados de ideias, mas sempre em algum momento eles entravam em retornos decrescentes, na medida em que as forças reacionárias que protegiam o *status quo* passavam a resistir à introdução de inovações adicionais. Na Europa de poderes fragmentados não havia esta possibilidade. A RC contribuiu poderosamente para o iluminismo industrial oferecendo ao mercado de ideias o meta-conceito de que o relacionamento do homem com o meio ambiente era baseado na inteligibilidade e na instrumentalidade. Por volta de meados do século XVII o conhecimento útil era cada vez mais reconhecido como uma força potencialmente poderosa de mudança econômica, se tornando uma fonte de otimismo social e uma força de progresso. Mais do que nunca a crença, de origem medieval, em um universo compreensível e em um meio ambiente controlável foi sendo confirmada pelos *insights* da filosofia natural e pelos fatos que iam se sucedendo.

Finalmente, na terceira parte, é feito um esforço de teorização com base nas obras de Henrich (2015) e Hodgson (2015). Seus respectivos esquemas analíticos são consistentes com a dinâmica evolucionária que descrevemos. Ela é composta de três capítulos. O primeiro, capítulo 11, sintetiza o processo de ‘mutação’ societária europeia de modo a indicar como ele se ajusta a uma perspectiva evolucionária darwiniana. O argumento central desse ensaio histórico foi que a Revolução Industrial somente poderia ter ocorrido em civilizações onde a introdução sistemática de inovações de todos os tipos – culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas, não fosse bloqueada ou controlada por aqueles com interesses velados na ordem sociopolítica estabelecida. A pressão competitiva foi a força básica que enfraqueceu o suficiente a capacidade dos agentes em resistir a inovações que ameaçavam as respectivas posições na estrutura social. Uma força evolucionária de

competição por poder e recursos escassos que existe em qualquer circunstância. Porém, ao longo da história, desde as cavernas, a **competição** intergrupos humanos – bandos, tribos, estados - teve por efeito estimular a **cooperação** intra-grupos. Ou seja, tendeu a reforçar a coesão e, por conseguinte, a estabilidade da estrutura social grupo. Foram centenas de milhares de anos com a humanidade vivendo sob a forma de bandos/tribos.

A estabilidade social dos grupos humanos mais simples decorre, fundamentalmente, do fato que a competição por recursos entre os membros do grupo é mais facilmente controlável pela estrutura de poder que se estabelece. Um poder familístico altamente despótico, porém não arbitrário. Despótico na medida em que os indivíduos como tais não possuem identidade própria; esta é definida pela sua posição no grupo familiar/tribal, que toma todas as decisões concernentes à vida pessoal de cada membro. Não-arbitrário na medida em que os próprios líderes do grupo estão subordinados a um conjunto de regras costumeiras, que deixa pouco espaço para decisões injustas com o objetivo de ganho pessoal - ganho econômico e/ou emocional (prazer do exercício do poder). É rara a ocorrência de variações internas que poderiam dar uma vantagem competitiva para um grupo na competição com outros grupos humanos.

No caso de sociedades estatais mais complexas essa variabilidade é maior, o que explica sua evolução mais rápida. Porém, ainda assim durante milênios a competição entre as diversas formas estatais resultou apenas em espaços civilizacionais sujeitos a movimentos de unificação (impérios) e fragmentação, mas suficientemente estáveis para impedir uma transformação evolucionária significativa. Essa estabilidade, por sua vez, resultava da capacidade dos detentores do poder de bloquear ou controlar a introdução de inovações uma vez consolidada uma dada ordem sociopolítica e cultural. No entanto, diferentemente do despotismo familístico tribal, o despotismo característico das formas estatais é altamente propenso a arbitrariedades. Até certo ponto, a arbitrariedade pode fazer parte dos mecanismos de estabilidade, como é o caso quando se trata da violência exemplar extrema para o controle da população pelo terror. Porém, trata-se de um mecanismo de controle *self-defeating*. A violência exemplar tem que ser usada de acordo com certas regras. No entanto, essas regras tendem a ser violadas nas disputas por poder. Em sociedades estatais mais complexas, onde o exercício do poder não é constrangido por regras costumeiras como em uma tribo, o desejo de poder inerente à natureza

humana tem mais espaço para se manifestar. Sempre surgem indivíduos capazes de levar mais longe esse desejo promovendo disputas e lutas e, desse modo, causando instabilidades variadas, **destruições não-criativas**, isto é, não baseadas em inovações. Conseqüentemente, acabam por levar inelutavelmente à decadência e/ou desaparecimento, e não a uma evolução para formas mais adaptáveis e resilientes.

Nesse sentido, foi um elemento aleatório imprevisível, equivalente a uma mutação genética no reino animal, que fez com tenham surgido formas estatais dentro de um espaço civilizacional onde inovações de todos os tipos não tinham como ser controladas pelas forças de estabilização. Da narrativa apresentada salta aos olhos o quão peculiarmente aberta à introdução de inovações foi a trajetória civilizacional europeia. Inovações que, por definição, mudam o modo como o trabalho é organizado e realizado; o modo de fazer negócios; o modo como as pessoas pensam. Enfim, vão mudando completamente a ordem sociopolítica. A Revolução Industrial resultou justamente de uma aceleração, uma explosão de inovações, que somente poderia ter ocorrido como resultado dessa trajetória de contínuas mudanças culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas.

O capítulo 12 expõe a explicação de Henrich (2015) para a sua constatação de que a psicologia das pessoas nos países ocidentais desenvolvidos é marcadamente distinta, **estranha**, comparada àquela das pessoas nos demais espaços civilizacionais. Ele procura explicar essa estranheza, ficando já subentendida a hipótese de uma correlação entre a psicologia das pessoas no Ocidente e sua trajetória bem-sucedida de desenvolvimento econômico e social.

Ao longo da história humana, as relações entre cultura e psicologia/biologia humanas (12.1) foram uma via de mão dupla, com influências recíprocas. As instituições mais fundamentais se enraizaram no familismo. As normas emergentes tenderam a se ancorar sobre e estender os instintos dos primatas em cuidar das crias, dos parentes próximos, do acasalamento e evitar o incesto. Do mesmo modo que os demais primatas, os humanos possuem inclinações altruístas inatas em relação aos parentes geneticamente próximos. E tendem a estender o círculo criando instituições que o permitam como o casamento, que permite garantir a paternidade certa, bem como estender a família criando os parentes legais (sogros, sogras, genros, noras, cunhados).

A cultura (crenças, práticas, tecnologias e normas sociais) pode moldar os

cérebros das pessoas, a biologia e a psicologia, incluindo motivações, habilidades mentais e vieses na tomada de decisão; não se pode separar cultura de psicologia ou psicologia de biologia, porque a cultura reconecta fisicamente os cérebros humanos e, desse modo, molda como as pessoas pensam; por sua vez, mudanças psicológicas induzidas pela cultura podem moldar de todas as maneiras eventos subsequentes ao influenciar o que as pessoas prestam atenção, como elas tomam decisões, que instituições elas preferem e como elas inovam. A espécie humana é uma espécie cultural. Enfim, as instituições moldam a psicologia e a psicologia molda as instituições.

A espécie humana evoluiu em grande medida em resposta a conflitos. Em sociedades onde a sociabilidade permanece baseada em relações interpessoais (familísticas), com moralidade relacional (isto é, baseada em afinidades relacionais entre parentes), uma maior competição intergrupos favorece clãs, negócios familiares, ou organizações mafiosas. Seus membros não podem “trocar de time” ou recrutar facilmente novos membros. Desse modo, os conflitos, a competição, nesse contexto, só podem acentuar ainda mais as divisões existentes ao estimular uma união ainda mais forte das pessoas com seus clãs e suas normas de regulação relacionais. Há pouco espaço para a confiança impessoal.

Na Europa, esse processo evolucionário ocorreu de modo excepcional em um contexto não-familístico em função da destruição do familismo pelas novas prescrições de casamento impostas pela Igreja Católica. A psicologia das pessoas foi alterada por estas prescrições que dissolveram a densa interconexão entre clãs e clãs estendidos (*kindreds*) existente na Europa em famílias nucleares e casamentos monogâmicos. Os Europeus Ocidentais começaram a se ver como seres únicos e não como nódulos em uma rede social (familística) que se estende no espaço e no tempo, sendo capazes de fazer as próprias escolhas como indivíduos. Paradoxalmente, apesar do forte individualismo e auto obsessão, as pessoas no Ocidente tendem a aderir a regras ou princípios imparciais, podendo ser bastante confiáveis, honestas, justas e cooperativas em relação a estranhos ou outros anônimos.

A erradicação do familismo pela Igreja, a expansão de mercados impessoais e de formas ‘domesticadas’ de competição intergrupos (entre corporações) e o aumento da divisão do trabalho nos centros urbanos, levaram, então, a mudanças psicológicas (12.2) que tiveram um papel central. Essa nova psicologia *weird* que

estava emergindo em comunidades fragmentadas por toda a Europa Ocidental, acompanhada de mudanças nas normas sociais, tornou as pessoas mais propensas a pensar, endossar e adotar tipos peculiares de ideias, leis, regras, políticas, crenças, práticas e argumentos. Muitas das ideias modernas sobre lei, governo, ciência, filosofia, arte e religião, que teriam sido ‘impensáveis’, aversivas ou não-intuitivas para as pessoas em toda a história das civilizações, começaram a se tornar compatíveis com essa estranha psicologia que estava emergindo na Idade Média. Essas novas ideias, leis e políticas tendiam a ser filtradas e selecionadas pela incessante competição intergrupos em mercados impessoais entre associações voluntárias – cidades, guildas, universidades, mosteiros, associações científicas e, finalmente, estados territoriais, todos competindo pelas melhores cabeças e formando uma espécie cérebro coletivo europeu.

O desenvolvimento do pensamento analítico, que permite melhor navegar em um mundo de indivíduos não atados a densas redes de relações familísticas, foi reforçado por uma cultura que induziu o aumento da alfabetização através do estímulo ao aumento da escolarização, à produção de livros e à disseminação de conhecimento. A alfabetização, por sua vez, muda a biologia e a psicologia das pessoas sem alterar seus códigos genéticos: aumenta o corpo caloso do cérebro e diminui a capacidade de reconhecimento facial. Desse modo, a cultura altera os cérebros, sua anatomia, e os hormônios, juntamente com as percepções, motivações, personalidades, emoções e muitos outros aspectos das mentes humanas.

No capítulo 13, a proposta teórica de Hodgson (2015) é sumarizada e testada com os elementos fornecidos pela nossa narrativa. Ele propõe uma definição do capitalismo moderno com seis características<sup>22</sup> que o demarcam de outros sistemas. Essas características definidoras indicam um conjunto de condições necessárias, em termos de incentivos e de instrumentos, para a aceleração dos investimentos e do crescimento econômico. A questão importante é justamente como os fatos e as várias explicações para a RI se relacionam com a essa definição de capitalismo. Se

---

<sup>22</sup> 1. Um sistema legal dando suporte a amplas liberdades e direitos individuais para possuir, comprar e vender propriedades privadas; 2. Vastos mercados e trocas de mercadorias envolvendo dinheiro; 3. Grande difusão da propriedade privada dos meios de produção por firmas produzindo bens e serviços com fins lucrativos; 4. Boa parte da produção organizada separadamente e aparte dos lares e famílias; 5. Ampla difusão de trabalho assalariado e contratos de trabalho; 6. Um sistema financeiro desenvolvido com instituições bancárias, amplo uso de crédito com propriedade colateral e a venda de dívidas.

relacionam no sentido em que a RI foi causada pela evolução de um conjunto de fatores que se articulam e definem uma estrutura de incentivos e de instrumentos que configuram também um novo sistema capitalista que se torna dominante.

Trata-se de uma nova espécie de capitalismo com capacidade produtiva e capacidade de adaptação muitíssimo maiores. De modo análogo à evolução das espécies biológicas ele foi produto da pressão competitiva, de uma luta pela sobrevivência. Inicialmente, entre diversos capitalismos mercantis citadinos que emergem na Itália no século XI e destes com os estados feudais. Competição que se acirra com a ascensão dos capitalismos territoriais dos estados nacionais. É uma forma de capitalismo bem mais específica em suas características em função do modo peculiar como seus subsistemas coevoluíram internamente e na competição com vários capitalismos similares em diferentes países da Europa Ocidental.

No *population thinking* darwiniano a variação é vista como a característica chave de um grupo de entidades (população) de um tipo específico. A essência de uma população envolve variação entre entidades de um dado tipo. Nesse caso, a população de entidades era composta dos vários capitalismos em competição na Europa Ocidental que apresentavam variações entre eles. Ele acrescenta uma dimensão adicional de variação na população de capitalismos, chamada de *princípio da impureza*, que implica a existência de variações dos subsistemas que compõem cada capitalismo. De acordo com esse princípio, todo sistema socioeconômico deve depender ao menos de um subsistema estruturalmente distinto para funcionar. Deve haver sempre uma pluralidade de subsistemas de modo que a formação social como um todo tenha variedade o suficiente para promover e enfrentar mudanças.

Se um tipo de estrutura domina, outras estruturas são necessárias para que o sistema como um todo possa operar. Complexidade e variedade dentro dos sistemas são necessárias para que eles possam sobreviver e lidar com a complexidade, variedade e choques imprevisíveis no mundo real. O capitalismo contém diferentes subsistemas de governança, produção, distribuição e trocas. Além do mais, nem tudo entra na órbita das trocas. Portanto, o estudo dessas *impurezas* é crucial para a compreensão da constituição e evolução do sistema capitalista, embora estas não sejam parte de sua essência definidora.

Pelo menos quatro tipos de subsistemas (*impurezas*) foram vitais para a ascensão do capitalismo moderno: a família, o estado, o mercado e o sistema financeiro. A família e o Estado em especial merecem destaque. O capitalismo pode funcionar

com diferentes tipos de família e criação de crianças. Porém, a **família** é um subsistema que não é produzido pelo capitalismo. Qualquer que seja o tipo de família, é sempre uma impureza, no sentido de que o capitalismo não seria mais capitalismo se as crianças fossem compradas e vendidas, criadas e produzidas com fins lucrativos como escravas, sendo que suas características no Ocidente terão um papel decisivo. No caso do **estado**, ele teve um papel vital no desenvolvimento econômico ao proteger a propriedade e os contratos, subscrevendo o sistema financeiro e ajudando a promover os investimentos. O estado precede e é imprescindível para o nascimento do capitalismo, sendo necessário também para sustentar sua existência. Capitalismo, propriedade, dinheiro, mercados e corporações dependem e são parcialmente constituídos pelo estado. Porém, um estado muito peculiar. Foi necessário o desenvolvimento de uma nova e sofisticada máquina estatal, forte o suficiente para proteger a propriedade e o comércio, mas adequadamente restringida por pesos e contrapesos, por contrapoderes. Um estado que se sustenta e opera dentro de uma estrutura legal efetiva à qual ele próprio está subordinado, o Império da Lei.

Como o capitalismo evolui? Para compreender (13.1) a evolução do capitalismo, do mesmo modo que para entender a evolução das espécies, é preciso pensar nas forças agindo sobre as entidades (formações estatais no primeiro caso, indivíduos no segundo). O capitalismo global possui populações de entidades com múltiplos níveis. Primeiro, existe a população de sistemas nacionais capitalistas. Segundo, dentro de cada um existem populações de organizações competindo por recursos nos mercados. Terceiro, as organizações são formadas por indivíduos humanos com suas motivações [com suas psicologias], cada um dos quais requer meios de subsistência. Em todos os níveis há o enfrentamento de problemas de escassez imediata local de recursos. Importantes informações são transmitidas de uma entidade a outra. Em cada uma dessas populações (de entidades, de organizações e de indivíduos), as questões darwinianas concernentes à explicação da variação, sucesso diferencial e transmissão de informação continuam vitais.

Porém, o darwinismo geral é capaz de explicar em princípio, mas não em detalhe. Considere-se as entidades que competem por recursos locais e a informação útil para a sobrevivência que é transmitida de uma entidade a outra. As entidades podem ser chamadas de *interagentes* (*interactors*) e as informações úteis (sequências de informações como em um programa) que são transmitidas como herança

(replicadas) de um *interagente* a outro podem ser chamadas de *replicadoras* (*replicators*). Um *interagente* é uma entidade que, como um todo coerente, interage diretamente com seu meio ambiente de um modo tal que essa interação causa uma replicação diferenciada. Por sua vez, o *replicador* não é uma coisa separada, mas um mecanismo que contém informação dentro de um *interagente*. A replicação (herança) é um processo em que a informação contida no *replicador* é passada de um *interagente* para outro. No caso das entidades socioculturais, há um processo de replicação específico, a **difusão**, quando os *replicadores* são copiados de um *interagente* para outro. Por exemplo, a cópia de leis ou políticas por estados, a cópia de rotinas pelas firmas, e a transmissão de hábitos de um indivíduo para outro, que incluem o aprendizado em uma escola. A *difusão* é o fator fundamental que diferencia a dinâmica evolucionária entre entidades sociais humanas daquela entre as espécies animais.

Entretanto, embora a *difusão* seja um mecanismo proeminente em toda evolução social e tenha se tornado cada vez mais importante nas eras do imperialismo e globalização, a *difusão* de informação, de *know how*, não é fácil. Primeiro, porque a transferência bem-sucedida de conhecimentos e práticas de gestão depende de as instituições receptivas serem suficientemente adaptáveis para absorvê-los. Dado o conhecimento tácito envolvido, a *difusão* efetiva requer um bom montante de experimentação e repetição organizada. Segundo, mesmo quando ocorre a *difusão*, isto não leva necessariamente à maior eficiência ou produtividade, uma vez que o que funciona em um contexto pode não funcionar direito em outro. São necessárias as instituições complementares, sendo que sua ausência pode inclusive levar a resultados deletérios.

Os quatro subsistemas (13.2) decisivos na formação e na dinâmica evolucionária do capitalismo – família, estado, mercado e sistema financeiro – co-evoluem em função de uma múltipla pressão competitiva: a fragmentação competitiva não ocorria apenas entre estados, mas também dentro de cada *politie* organizações de caráter corporativo competiam por poder e recursos, dentro das quais estavam recursos humanos dotados de uma psicologia peculiarmente distinta. Psicologia esta cuja origem estava precisamente na forma também peculiar de família, inédita na história humana, que se consolida na Europa: a família nuclear, onde os indivíduos possuíam um grande grau de liberdade de decisão sobre questões fundamentais de suas vidas pessoais, o que acrescenta um extrato adicional de variabilidade. Indivíduos em

cujas motivações intervinham características da natureza humana e fatores socioculturais.

A evolução dos estados europeus vai ser condicionada pela destruição do familismo como base da organização social. Vão competir internamente com corporações variadas que representam contrapoderes efetivos. Como resultado, esses estados foram capazes de cumprir um papel crucial por ter ao mesmo tempo um grande poder capaz de criar as condições necessárias para o florescimento de todo tipo de iniciativa empreendedora, mas ao mesmo tempo um poder suficientemente restrito de modo a impedir arbitrariedades abusivas. Eles serão imprescindíveis para garantir os avanços dos mercados em escopo e escala, bem como para o desenvolvimento de um sistema financeiro necessário para a ascensão e consolidação do capitalismo moderno. Na Inglaterra esses quatro subsistemas apresentaram variabilidades que explicam por que a revolução industrial europeia em curso lá atingiu antes seu 'ponto de ebulição'.

O tipo de organização familiar que emerge na Europa medieval (13.2.1) foi peculiarmente distinto de todos os tipos de organização familiar prevalentes até então. Em todos os demais havia um princípio comum **familístico**: qual seja, os membros de uma família eram submetidos a regras do grupo familiar estendido. Na Europa, o familismo tribal foi destruído pelas novas regras de casamento da Igreja, o que resultou em uma população desatada de estruturas familísticas altamente propensa a produzir variações nas trajetórias individuais acelerando, assim, o processo evolucionário. O provimento de bens públicos antes fornecidos pelas tribos foi garantido por **corporações**, que são associações voluntárias entre indivíduos não relacionados por laços de parentesco com o propósito de perseguir interesses comuns e que representaram contrapoderes efetivos aos Estados.

Os estados europeus que emergem nesse processo (13.2.2), foram estados condicionados por um sistema corporativo de governança, o sistema de vassalagem. Eram governados por reis eles próprios senhores feudais, sendo apenas *primus inter pares*. Eles passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer a autoridade, consumir no local parte do que lhes era devido e manter as comunicações em um mundo fracionado entre vilarejos e feudos isolados. Um dos principais serviços que a corte real podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. Trata-se de uma situação historicamente

excepcional na medida em que o poder do estado era baseado não somente na capacidade militar, mas sobretudo também na sua habilidade de prover justiça.

Desse modo, o crescimento do poder e da legitimidade dos Estados europeus foi inseparável de sua capacidade de provimento de justiça. Porém, esses primeiros estados feudais europeus dispensavam justiça, mas não necessariamente a Lei. A Lei constitui-se de um corpo de regras abstratas de justiça responsáveis pela coesão de uma dada comunidade. Em todas as civilizações a evolução em direção a uma estrutura legal foi causa e resultado da emergência das formas estatais, com autoridade política suficientemente forte. Nesse ponto, na Europa não foi diferente. Porém, a ascensão dos estados territoriais se realizou em um contexto em que uma organização religiosa *suis generis* foi capaz de definir um campo jurisdicional próprio e acima do poder estatal. Essa foi uma condição necessária para garantir o Império da Lei, ao qual o próprio rei estava subordinado e, portanto, uma governança mais democrática.

O complemento necessário fundamental foi a evolução dos contrapoderes exercidos inicialmente pelos baronatos feudais e outras corporações, depois com a participação crescente da burguesia. Como resultado, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia antes do processo de construção do Estado moderno, através de um processo peculiar de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, que corporifica um amplo consenso social em relação às regras da justiça.

Em relação ao mercado (13.2.3), sua expansão do mercado, de modo a tudo ir abarcando (propriedade em geral, trabalho, dinheiro), foi evidentemente uma condição necessária para a evolução em direção ao capitalismo moderno. No entanto, essa expansão de escopo dependia também de uma expansão de escala. No período medieval essa dupla expansão começa com o renascimento das cidades no século XI. Através de uma inovação institucional, o *sistema de responsabilidade comunitária*, as cidades livres medievais garantiram a formação de um mercado europeu unificado. Esse sistema proporcionou um mínimo de unidade legal para tratar dos litígios comerciais através de fronteiras jurisdicionais, evitando que os governantes de outras jurisdições agissem predatoriamente.

No entanto, para os estados territoriais em processo de afirmação, a formação de um mercado nacional era condição necessária para a própria definição de um espaço

geopolítico unificado, além também de condição necessária para o desenvolvimento industrial nacional. Eles tiveram que lutar não apenas contra a hegemonia das grandes cidades-estados, mas também que costurar juntas uma multiplicidade de economias regionais, quase autônomas. Foi necessário um movimento de vontade política centralizadora capaz de fazer essa costura entre cidades e regiões autônomas ou semiautônomas. O esforço dos estados em estimular e controlar as atividades econômicas dentro de um espaço territorial foi, portanto, parte do esforço maior na busca da consolidação de um poder monárquico absolutista. Na Inglaterra esse processo se consolida primeiro, sendo uma das razões da RI lá ter começado.

O desenvolvimento do sistema financeiro (13.2.4) foi uma pré-condição para a ascensão do capitalismo moderno de modo a resolver as limitações da oferta de moeda e de crédito. As soluções para a escassez de moeda representam também meios de expansão do crédito. Em especial considerando as necessidades de financiamento dos estados territoriais, que possuíam marcas específicas em relação àquelas das cidades-estados comandadas por comerciantes, em termos da escala e, principalmente, em termos da base de tributação. As despesas tendiam a aumentar na medida em que o Estado estendia e diversificava sua autoridade e, principalmente, pelo aumento do custo da guerra. As rendas diretamente auferidas dos domínios agrários não eram mais suficientes para financiar o Estado moderno; era preciso taxar a riqueza que circula, além de lançar mão de empréstimos dado que as despesas tendem a exceder as receitas. Era preciso, portanto, criar uma nova estrutura tributária. Até então, as finanças públicas não estavam centralizadas sob dependência única do Estado. Estavam em grande medida sob a iniciativa privada dos preceptores de impostos, que eram também financiadores do rei, de financistas que tinham seus próprios negócios e de oficiais que compraram seus cargos.

Na Inglaterra, a articulação da nobreza com a burguesia no parlamento tornará possível uma reforma financeira capaz de fazer o estado se desembaraçar desses intermediários que o parasitavam, em um processo lento e contínuo de 'nacionalização' das finanças que passa para o controle do Banco da Inglaterra em meados do século XVIII. Isso permitiu à Inglaterra desenvolver um sistema de crédito bem mais eficaz, pois baseado em regras claras de alocação de recursos seguros para o pagamento dos juros, que inclusive foi decisivo para a superioridade inglesa em financiar a guerra a custos mais baixos do que aqueles

de seus rivais, com empréstimos de longo prazo com baixas taxas de juros, cujo pagamento podia ser refinanciado ('rolagem da dívida'). Coube ao Parlamento inglês estabelecer os tributos que seriam destinados ao pagamento dos juros dos empréstimos.

A peculiar evolução cultural/institucional inglesa no que concerne os limites da ação do Estado na taxação dos súditos do rei teve impactos profundos na formulação de políticas monetárias, bem como no funcionamento do próprio mercado financeiro. Impactos altamente positivos no sentido de, em última instância, reduzir o custo do dinheiro; uma enorme vantagem seja no que concerne o financiamento do Estado, em especial das guerras, seja nos investimentos produtivos, em particular aqueles de baixo retorno em infraestrutura de transportes. As reformas fiscais e bancárias (criação do Banco da Inglaterra) realizadas na esteira da Revolução Gloriosa, a estabilidade da libra esterlina e uma tradição de pagamento pontual permitiram aos governos emprestarem em mercados transparentes da dívida pública, inexistentes nos Estados rivais mais despóticos, como a França ou Espanha.

Finalmente, no capítulo (14) de considerações finais, o objetivo foi de iluminar o que consideramos aspectos fundamentais da difusão da RI em escala mundial. Em relação aos países que foram parte constitutiva do ambiente evolucionário original do qual emergiu o capitalismo moderno no estado inglês vitorioso, muitas das adaptações e ajustes necessários para o salto revolucionário industrial foram por eles sendo realizados na medida em que a Inglaterra saltava à frente. O papel do estado na coordenação e promoção dessas adaptações e ajustes foi essencial, estado este que permaneceu autoritário por um período maior nesses países, sendo esta uma condição necessária. Porém, estados necessariamente 'esclarecidos', alguns personificados por 'déspotas esclarecidos' excepcionais como Bismark na Alemanha, na medida em que teriam que ser capazes de, por um lado, de quebrar as resistências ainda restantes de grupos beneficiários de ordens sociais que teriam que mudar para se tornarem mais inclusivas, introduzindo as reformas institucionais necessárias; e, por outro lado, respeitar os direitos de propriedade, de liberdade de empreender etc.

Com o tempo a democracia se consolida. O dinamismo do sistema no longo prazo não pode ficar sempre dependente de déspotas ou estados despóticos esclarecidos. Entretanto, não há somente a resistência ser vencida de interesses

velados na ordem estabelecida. Embora a *difusão* seja um mecanismo decisivo em toda evolução social, a difusão de informação, de *know how*, não é fácil. A transferência bem-sucedida de conhecimentos e novas ideias depende de as instituições receptivas serem suficientemente adaptáveis para absorvê-los. Dado o conhecimento tácito envolvido, a *difusão* efetiva requer um bom montante de experimentação e repetição organizada. Ainda quando ocorre a *difusão*, isto não leva necessariamente à maior eficiência ou produtividade, pois o que funciona em um contexto pode não funcionar direito em outro, exigindo instituições complementares. Os institucionalistas têm razão quando localizam o problema do subdesenvolvimento na incapacidade de uma sociedade promover as inovações e/ou adaptações institucionais necessárias.

Fora do ambiente evolucionário original, os primeiros países que buscaram seguir no caminho de realização das próprias revoluções industriais também o fizeram sob o impacto do exemplo e/ou da ameaça militar. A superioridade tecnológica e militar dos países que se tornaram potências industriais, de modo análogo ao processo evolutivo bando-tribo-estado, vai dar origem a um processo de reação mais ou menos bem sucedida dos demais países à ameaça de conquista e/ou submissão. Os casos de reações bem-sucedidas, embora com peculiaridades marcadas, tiveram em comum uma grande capacidade de adaptação para a absorção de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. Um notável sucesso evolucionário de *difusão*, em que estados, mais ou menos autoritários, tiveram um papel ainda mais importante do que no caso dos países europeus imediatamente concorrentes com a Inglaterra, na promoção das condições para a absorção das inovações necessárias para além da quebra da resistência de elites reacionárias às mudanças que afetavam suas posições privilegiadas na ordem sociopolítica dominante. Tiveram que compensar de certo modo a ausência de organizações e instituições que na Europa surgiram organicamente em um processo competitivo com agentes dotados de uma psicologia peculiar.

Na maioria dos países um familismo mal resolvido tem um forte obstáculo para a criação das condições necessárias para a evolução do capitalismo moderno que requer uma sociedade mais inclusiva. O que se tem observado é a difusão de diferentes tipos de capitalismo de 'compadrio', com grupos minoritários se articulando com o estado para obter benefícios que garantam suas

posições privilegiadas na ordem sociopolítica. Sociedades de acesso limitado, tanto político como econômico, com ambientes de negócios de baixo nível de confiança pública, onde algum tipo de acesso privilegiado ao aparelho de estado é um caminho incontornável para prosperar nos negócios.

## Parte I. A Matriz Medieval

### 1. Ordens Sócio-Políticas Familísticas e Ordens Sócio-Políticas Estatais

De acordo com a antropologia evolucionária existem quatro estágios de organização sócio-política da humanidade: bandos, tribos, pequenos reinados e Estados. Nos casos dos bandos e das tribos a organização social é baseada em afinidades familiares – familísticas -, em geral sanguíneas, mas não exclusivamente. São sociedades relativamente igualitárias. Pequenos reinados e Estados, ao contrário, são organizados hierarquicamente, sendo que a autoridade é exercida em um território e não com base em relações familísticas, embora estas possam permanecer como base para atividades e organizações sociais variadas. North, Wallis, e Weingast (2009) propõem considerar estes dois últimos como **Estados naturais**, sendo **ordens sociais de acesso limitado**, os quais constituiriam o resultado social *default* quando se passa de uma organização tribal para uma organização estatal. É uma situação que tende a predominar na medida em que resulta do alinhamento de interesses de indivíduos poderosos e dominantes para forjar uma coalisão hegemônica, capaz de controlar a violência monopolizando seu uso. Como consequência, torna-se possível a interação social em uma escala mais ampla.

Em relação às ordens sócio-políticas baseadas em afinidades familiares, a tendência observada foi de evolução do estágio de bandos para o estágio de tribo. A humanidade viveu sob esses tipos de ordens sociais durante imensa parte de sua história. Centenas de milhares de anos contra cinco ou seis mil quando surgem os primeiros Estados. Como e por que ocorreu esta evolução dos bandos para as tribos? Uma premissa lógica é a de que a organização tribal apresenta uma vantagem indiscutível em relação à organização em bandos. Nesse sentido, quando por algum mecanismo surge a primeira tribo, as vantagens deste tipo de organização social ficam tão evidentes que os demais bandos circundantes ou seguem pelo mesmo caminho pelo efeito demonstração ou acabam derrotados e/ou assimilados pelas tribos.

Para Fukuyama (2011) este processo evolutivo é análogo àquele da evolução biológica darwiniana, baseada nos princípios da variação e da seleção: os organismos sofrem mutações genéticas aleatórias e aqueles que ganham maior capacidade de adaptação sobrevivem e se multiplicam. O mesmo ocorreria com o desenvolvimento das instituições políticas: as variações com maior capacidade de adaptação ao meio ambiente físico e social sobrevivem e proliferam. No entanto, há diferenças importantes entre os dois tipos de evolução, biológica e política: diferentemente dos genes, as instituições humanas resultam de escolhas e projetos deliberados e são transmitidas culturalmente ao longo do tempo. A elas são conferidos valores intrínsecos através de uma gama de mecanismos sociais e psicológicos que as tornam mais difíceis de mudar. É por essa razão que as forças de estabilização (reacionárias no sentido estrito de reagirem a mudanças) não resultam apenas dos interesses velados daqueles que usufruem uma posição vantajosa ou privilegiada em uma dada ordem sócio-política, mas também da maioria de seus membros, os quais vêm um valor intrínseco nas instituições e costumes que lhes dão coesão e estabilidade.

A religião é uma fonte de coesão social que permite estender e dar maior segurança ao que seria uma tendência natural de cooperação entre os seres humanos. Sem essa fonte de coesão social, a ação coletiva começa a se quebrar na medida em que o tamanho do grupo em cooperação se amplia, ficando mais difícil o monitoramento da contribuição individual de cada membro e, desse modo, abrindo espaço para comportamentos oportunistas. A religião resolve o problema da ação coletiva, reforçando os ganhos da cooperação pelas punições e recompensas que promete, bem como pelo valor intrínseco que atribui a determinado conjunto de normas.

A tendência humana em investir em modelos mentais e teorias com valores intrínsecos promove, portanto, a estabilidade social e permite às sociedades aumentarem enormemente seu tamanho. Por sua vez, o conservadorismo inerente a sistemas estáveis torna as sociedades resistentes ao desafio às suas ideias dominantes. A capacidade de resistir, inerente a sistemas sociais que perduram no tempo, pode se tornar fonte de decadência política ao impedir as necessárias mudanças de instituições ou normas que se tornam disfuncionais quando muda o conjunto de circunstâncias que lhes deram origem.

As formas de religião baseadas na crença na realidade dos ancestrais mortos atam os indivíduos de uma ordem social tribal em uma escala muito maior do que seria possível em uma ordem social de bando. Mesmo os mais distantes parentes sentem que têm alguma conexão e deveres entre si, sentimento este que é reforçado por rituais variados que se aplicam à comunidade como um todo. O papel de cada indivíduo na tribo é definido pela sociedade em que ele está imerso. Embora não haja um Estado para tyrannizar as pessoas, existe o que o antropólogo Ernest Gellner chamou de “tyrannia dos primos”<sup>23</sup>: o mundo social de cada pessoa é de tal modo limitado pelos círculos de parentes em torno dela, que não há liberdade de escolha individual sobre quando e com quem se casar, como rezar, como vestir-se, etc. O risco de comportamento oportunista se encontra desse modo severamente limitado.

A passagem da forma de organização em bando para aquela em tribo como forma dominante de organização social tornou-se possível com o desenvolvimento da agricultura (e pecuária), que permitiu um aumento da densidade populacional de 0,1 a 1 habitante por Km<sup>2</sup> para 40 a 60 habitantes por Km<sup>2</sup>. Maiores densidades populacionais, por sua vez, tornam necessárias organizações sociais de maior escala. No entanto, é preciso considerar que a produtividade do trabalho nas sociedades caçadoras-coletoras em condições de abundância de recursos era muito superior àquela das sociedades baseadas na agricultura. Como numerosos estudos antropológicos têm mostrado, os bandos de caçadores-coletores se moviam constantemente entre os locais mais favoráveis em termos da abundância de recursos. Uma vez esgotados os recursos abundantes e fáceis de caçar/coletar, o bando se movia para outra localidade (ver Gowdy, 1998).

Nesse sentido, a opção pela agropecuária como forma predominante de produção de alimentos somente faria sentido se por alguma razão a abundância de alimentos deixasse de existir; teria sido, portanto, uma opção de sobrevivência frente à escassez crescente de recursos disponíveis para caça/coleta. Diamond (1997) aponta como causas possíveis dessa escassez a extinção de grandes animais em muitas regiões pela mudança climática e pela própria expansão dos grupos de caçadores/coletores, com cada vez melhores tecnologias de caça/coleta e de estocagem de produtos.

---

<sup>23</sup> Citado por Fukuyama (2011, p.54).

Certamente é possível que esta tenha sido uma condição necessária para o surgimento das organizações tribais. Mas não necessariamente suficiente. Provavelmente foi preciso também algum líder que conseguiu juntar vários bandos formando uma tribo em torno da crença em ancestrais comuns. Porém, o vetor primário de sua difusão, até praticamente a eliminação das formas de organização em bandos, foi a guerra. Uma sociedade tribal é muito mais poderosa que uma sociedade organizada em bando. Maior poder militar que passou a ser usado para proteger (ou roubar) uma produção de excedente muito superior ao que produziam as sociedades não-agrícolas organizadas em bandos. Assim, sua enorme vantagem militar levou à imitação por parte de outros grupos, resultando no predomínio da organização tribal por milhares de anos.

O vetor da guerra provavelmente foi também, na maioria dos casos, a variável independente na substituição de formas de organização tribais por formas de organizações estatais. Do mesmo modo que as vantagens militares da tribo dão origem a um processo de formação de tribos por parte dos bandos que se sentem ameaçados, as vantagens militares do Estado dão origem a um processo de formação de Estados por parte das tribos. Historicamente há muitos exemplos deste processo, mas não se sabe quando, onde e como ocorreu a formação de um Estado original.

Para Fukuyama é muito pouco provável que o primeiro Estado tenha sido o resultado de um acordo voluntário, como implícito nos teóricos do contrato social (Hobbes, Locke e Rousseau), pois isto implicaria supor que em uma dada tribo seus membros tivessem em certo momento decidido voluntariamente conceder de modo permanente poderes ditatoriais a um indivíduo, e seus descendentes, para reinar sobre eles. Um cenário mais provável para a origem do primeiro Estado é aquele em que confluem vários fatores: a-) a existência de recursos suficientemente abundantes para permitir a criação de um excedente; b-) a escala absoluta da sociedade tem que ser suficientemente grande para permitir a ocorrência de uma divisão rudimentar do trabalho e a emergência de uma elite dominante; c-) a população tem que estar limitada a um espaço geográfico que induza à maior densidade quando os avanços tecnológicos permitem e evite a fuga das pessoas quando a coação para extração de excedentes começa a ser exercida; d-) os grupos tribais têm que ser motivados a desistir da sua liberdade em favor de autoridades de

um Estado: pela ameaça de extinção por outros grupos melhor organizados ou pela liderança carismática de algum líder religioso. Por sua vez, o surgimento de ordens sociais estatais propiciadas pelo desenvolvimento da agricultura abriu a possibilidade de acumulação de capital, ou seja, de crescimento econômico.

Fukuyama (2011, pp.77/78) nota, entretanto, que o aparecimento de sociedades organizadas sob a forma de Estados não implica forçosamente o desaparecimento das instituições tribais. Pelo contrário. Em quase todo lugar as instituições de Estado foram sobrepostas como uma camada sobre instituições de origem tribal, o sistema de clãs, e durante um longo período um equilíbrio precário entre as duas se estabelece, limitando a ampliação das transações econômicas, do mercado. A única parte do mundo onde o tribalismo foi plenamente superado por formas de relacionamento social mais voluntárias e individualistas foi a Europa, onde o Cristianismo teve um papel decisivo no enfraquecimento da organização familística como base da coesão social. No resto do mundo estruturas familísticas complexas, que incluem indivíduos não relacionados por sangue (clientelísticas), permanecem até os dias de hoje como o lócus primário da vida social e influenciam fortemente a interação de grupos com as instituições políticas modernas.

## **2. O caso da China: as Origens Político-Culturais do Crescimento Econômico Interrompido**

A referência em relação à civilização chinesa merece destaque porque foi a civilização não-europeia que mais perto chegou de uma revolução industrial. A razão principal que levou ao quase desencadeamento de uma revolução industrial e que explica também sua interrupção, tem a ver com a forma que lá tomou uma precoce evolução da ordem política. A China foi a primeira a desenvolver um sistema de administração burocrática capaz de governar uma enorme população em um grande território, com um sistema de recrutamento impessoal baseado no mérito. No processo histórico de ascensão do Estado moderno a partir de sociedades tribais, o caso chinês chama a atenção por sua precocidade e alcance. Por seu histórico e características o Estado chinês foi responsável por uma ordem sociopolítica e cultural capaz de sempre tender a uma situação de *homeostases*. Não apenas

recuperar a estabilidade depois de grandes distúrbios políticos e militares, como mantê-la ao abrigo de inovações disruptivas. As dinastias imperiais que se sucederam variaram em sua atitude em relação à introdução de inovações. Porém, no final a busca da estabilidade, e os mecanismos socioculturais e de governança estabelecidos com essa finalidade, foram capazes de manter sob controle ou bloquear a introdução de inovações tendentes a ameaçar ordem estabelecida.

## 2.1. O Surgimento dos Estados Chineses

O surgimento do Estado na China foi um dos mais precoces historicamente. Também o Estado chinês foi o mais moderno entre todos pelos critérios de Max Weber: uma burocracia administrativa uniforme em vários níveis; uma doutrina política explicitamente anti-familística, desenvolvida para minar o poder das relações de parentesco de origem tribal em favor de uma administração impessoal. Os chineses levaram a cabo um projeto de construção de nação que criou uma cultura uniforme e suficientemente poderosa para resistir por cerca de dois milênios de rupturas políticas (guerras civis) e invasões externas. A principal força impulsionadora da formação do grande Estado Imperial chinês foi precisamente estes quase dois milênios de guerras civis e externas. O espaço político-cultural chinês se estendeu sobre um território e sobre uma população bem mais extensos que aqueles do Império Romano. Um Estado centralizado, burocrático e imensamente despótico, o que levou Marx e Wittfogel (1957) a usarem as expressões “modo asiático de produção” e “despotismo oriental” para caracterizá-lo<sup>24</sup>. Entretanto, diferentemente do caso romano, o exército foi mantido firmemente sob controle do Estado e jamais representou uma ameaça à sua autoridade política.

Fukuyama (2011, p.93) assinala que o desenvolvimento precoce do Estado moderno na China ocorreu antes que emergissem outros centros corporativos

---

<sup>24</sup> No entanto, o modelo chinês diferiu não somente do que se passou no Ocidente, mas também de outras regiões na própria Ásia, como a Índia. Na Índia, diferentemente da China, houve a institucionalização de forças autônomas que funcionaram como contraponto ao poder do Estado emergente: uma classe religiosa organizada e uma petrificação das estruturas familísticas/clânicas através da formação de um sistema de castas. Como resultado, China e Índia apresentaram ao longo de mais de dois mil anos de história dois modelos políticos permanentes (“default”) opostos: no caso da China um império unificado pontuado por períodos de guerras civis, invasões e rupturas; no caso da Índia um sistema não unificado de pequenas unidades políticas, pontuado por breves períodos de unidade e império. Ver Fukuyama (2011).

institucionalizados de poder, como aqueles representados por uma aristocracia hereditária baseada em territórios, por um campesinato organizado, por cidades controladas por uma classe mercantil, por igrejas, e outros grupos autônomos. Isto é verdade, porém, como procuram mostrar Greif e Tabellini (2017), não foi algo que resultou simplesmente da precocidade do Estado chinês, mas sim de uma trajetória específica que iria conduzir à emergência de organizações sociais familísticas como elementos fundamentais de governança, os clãs, em vez de organizações sociais corporativas como foi o caso na Europa. Nesse sentido, o processo de formação do Estado chinês oferece uma perspectiva comparativa interessante com o que viria ocorrer na Europa. Do mesmo modo como as tribos Zhou conquistaram um território ocupado há muito tempo para estabelecer uma aristocracia agrária, as tribos germânicas que destruíram um decadente império romano criaram um sistema político comparavelmente descentralizado. Em ambas as regiões a formação do Estado foi impulsionada pela guerra, levando a uma progressiva consolidação das terras em Estados territoriais, a uma centralização do poder político e ao desenvolvimento de uma administração impessoal moderna.

No entanto, importantes diferenças entre o caso chinês e o europeu são mascaradas pelo uso de termos como “feudal”, “família”, “rei”, “duque” e “nobreza” para nomear as instituições chinesas paralelas às europeias. Em especial os termos feudais e feudalismo, que na tradição marxista vieram a denotar um inevitável modo de produção predecessor do modo de produção capitalista, não têm sentido em sociedades como a chinesa. Uma definição mais precisa de feudalismo é aquela proposta por Bloch (1949) em sua análise das instituições feudais na Europa medieval. Segundo ele, o feudo era um acordo contratual entre um senhor de guerra mais forte - o **suserano** - e outro mais fraco – o **vassalo**; a este último era dado um pedaço de terra que em troca servia ao primeiro, com seus homens, no esforço de guerra. As relações eram pessoais, renovadas todos os anos em cerimônias solenes quando o senhor colocava as mãos do vassalo entre as suas e selava o acordo com um beijo. O vassalo por sua vez podia criar subfeudos em suas terras e entrar em relações com seus próprios vassalos. Este sistema gerou um complexo próprio de normas éticas relativas à honra, à lealdade e ao amor cortês.

O mais importante: as relações de vassalagem não eram familísticas. Nesse sentido, o sistema de vassalagem era uma organização social corporativa, isto é,

uma organização articulada para a consecução de interesses comuns. Para Fukuyama a explicação para este fato fundamental (que será visto em maior detalhe mais a frente) está em que na Europa as instituições tribais familísticas foram destruídas no início do período feudal em poucas gerações após a conversão ao cristianismo das tribos germânicas. Nesse sentido, o feudalismo europeu foi um mecanismo que permitiu unir suseranos e vassallos não relacionados por graus de parentesco, tornando possível a cooperação social onde as relações familísticas tribais não mais existiam.

Com o tempo, entretanto, a possibilidade de revogação dos acordos feudais pelo **suserano** se tornou apenas teórica, com os **vassallos** pouco a pouco transformando seus domínios em patrimônios pessoais que podiam ser deixados como herança para seus herdeiros. Progressivamente cada vassallo deixou de ser o agente de um senhor, tornando-se um senhor ele próprio de um território onde tinha direitos políticos que o permitiam recrutar seus próprios exércitos, estabelecer impostos sobre seus residentes e administrar justiça sem a interferência do suserano. Bloch (1949) via este processo como uma degenerescência do sistema feudal, mas foi o que criou uma situação de descentralização do poder político não baseado em relações de parentesco, algo peculiar, único ao sistema feudal europeu. Desde cedo começou a se enraizar uma administração contratual entre senhor e camponês. A autoridade era exercida pelo senhor pessoalmente. Da mesma forma seu domínio pertencia somente a ele e a seus herdeiros diretos.

Na China também a dinastia Zhou do Leste (770-256 B.C.) era uma sociedade feudal nesse sentido de descentralização de poder, mas os atores políticos básicos não eram os senhores individualmente, organizados corporativamente. As relações familísticas de origem tribal não desapareceram. Pelo contrário. Em vez de organizações sociais corporativas serão organizações sociais familísticas que vão se tornar as provedoras dos bens públicos que os estados não tinham ainda condição de oferecer. Os domínios fundiários pertenciam a grupos familiares, os quais então podiam subdividi-lo entre sublinhagens ou ramos colaterais de parentesco. Nesse sentido, a autoridade do senhor fundiário chinês era menos hierárquica e mais fraca do que aquela do senhor europeu na medida em que ele próprio estava submetido à autoridade do grupo familiar. Neste período 'feudal' a China era, portanto, uma sociedade patrimonial, sendo o país inteiro

apropriado por uma série de grupos familiares. As terras de cada domínio e as pessoas que ali viviam eram o patrimônio de cada família, não havendo distinção entre público e privado. Era de responsabilidade de cada grupo familiar organizar as forças militares, impor taxas e administrar justiça. As obrigações morais em relação aos parentes eram enfatizadas desde há muito na filosofia moral de Confúcio (551-479 BCE). O que explica a prevalência de grandes grupos familiares, a *família comunal*, cujos membros conseguiam ao longo de várias gerações (até 10) manter a propriedade comum, o que evidentemente vai favorecer a formação de clãs.

Durante a dinastia Zhou começaram a aparecer verdadeiros Estados. Em especial o reino de Qin (259-210 A.E.C.) iniciou um processo de modernização visando minar diretamente a ordem social patrimonial prevalecente. As forças armadas foram democratizadas através do recrutamento direto de camponeses, deixando de lado os aristocratas guerreiros. As terras dos grupos familiares foram desapropriadas e repassadas diretamente para as famílias de camponeses. A mobilidade social foi estimulada pela redução do poder e prestígio da nobreza hereditária. Estas reformas “democráticas” visavam aumentar o poder do reino Qin, criando uma ditadura implacável com instituições capazes de levar o reino a derrotar os demais Estados concorrentes e unificar a China. O Estado Qin foi capaz de mobilizar para a guerra entre 8 a 20% da população; na República Romana esta mobilização atingia 1% e no período inicial da Europa moderna as taxas de mobilização eram ainda menores.

Em especial nas forças armadas a promoção com base no mérito versus a promoção com base nas conexões familiares tinha efeitos palpáveis e dramáticos em termos de eficiência militar. No reino Qin o exército passou a ser administrado por uma burocracia militar impessoal. Em seguida veio a burocracia civil. Há um consenso de que foram os chineses que inventaram burocracia moderna, onde um quadro permanente de funcionários é selecionado e promovido com base no mérito. A necessidade de financiar o exército reforçou a demanda pelos serviços da burocracia civil na organização e coleta de impostos de modo a assegurar a capacidade de mobilização militar em larga escala. Do mesmo modo, o aumento do excedente agrícola era fundamental para o Estado chinês, que estimulou a introdução de uma série de inovações em tecnologia agrícola.

No plano das ideias ocorreram movimentos culturais fundamentais durante estes séculos turbulentos. Houve uma competição entre diferentes escolas de pensamento, cujos aderentes tentavam persuadir um governante atrás do outro que as respectivas visões eram as melhores como guias de ação política (ver Cohen, 2012). Dessa competição resultou a predominância de duas escolas de pensamento que disputaram a primazia como ideologia dominante: a Confucionista e a Legalista.

O reino Qin obviamente adotou o legalismo, porém seus sucessores da dinastia Han o Confucionismo. Mas o Confucionismo foi também desafiado pelo Budismo, que similarmente ao Cristianismo enfatizava uma moralidade individual e obrigações morais para com os co-religionistas e não para com os parentes. Porém, no final do primeiro milênio da era comum o neo-Confucionismo reganha *momentum* adotando alguns aspectos do Budismo mais atrativos para as massas. Mas manteve o apelo às obrigações morais para com os parentes, sendo que a resposta do Budismo chinês foi adotar esta postura moral também.

O que é importante ressaltar dessa competição de filosofias político/morais é que ela gerou algo como uma ideologia, um conjunto de ideias sobre como deve ser o ordenamento apropriado do governo que permitiu às gerações posteriores de chineses julgar o desempenho de seus líderes políticos. O prestígio dos intelectuais se tornou maior mesmo que o dos guerreiros, ocorrendo também uma espécie de fusão entre a classe de intelectuais e a burocracia de Estado, algo sem paralelo em outras civilizações; em segundo lugar, o prestígio e a mobilidade dos intelectuais através da China foi decisivo para a emergência de uma cultura nacional, com a qual toda a população veio a se identificar. Os grandes clássicos chineses compostos neste período se tornaram a base da educação da elite e o fundamento da cultura chinesa. Uma cultura que se tornou tão poderosa que mesmo quando diversos povos não chineses atacaram e governaram partes da China, eles o fizeram se ‘sinizando’ completamente.

Foi principalmente durante as dinastias Qin e Han que se desenvolveu essa cultura comum a todas as elites, com uma linguagem compartilhada, um Canon literário clássico, uma tradição burocrática, instituições educacionais imperiais, uma história comum e um sistema de valores que condicionava o comportamento das elites tanto social como politicamente. Este sentimento de unidade cultural, de que

“governar o todo era mais legítimo que governar suas partes componentes”, permanecia mesmo quando o estado se desintegrava. Assim, as sucessivas rupturas descentralizadoras não se congelaram numa multiplicidade de estados independentes. Desse modo, depois de uma nova reunificação sob a dinastia Sui, progressivamente o Estado centralizado se fortaleceu e instituições como concursos para cargos públicos e uma burocracia baseada no mérito se revigoraram e recuperaram o terreno perdido anteriormente para os aristocratas bem-nascidos.

Como consequência, uma cultura, extremamente conservadora, foi sendo sedimentada de modo muito eficaz por um sistema de governança – o mandarinato - baseado em uma quase “casta” não hereditária de funcionários públicos concursados que se tornaram seus principais guardiães e promotores. Praticamente toda atividade intelectual na China passou a ser controlada e transmitida por estes funcionários civis ligados à administração central. O serviço civil permaneceu leal à ortodoxia neo-confuciana e nunca houve qualquer perigo de um intelectual minar o *status quo* político como ocorreu na Europa, onde o Iluminismo minou os governos autocráticos. Os exames imperiais para o serviço público com o tempo se tornaram uma ferramenta poderosa de defesa dos intelectuais estabelecidos contra os inovadores. Os concursos públicos permaneceram como o instrumento através do qual os textos antigos se tornaram “um instrumento de conformidade repressiva” (Huang, 1981, p.210). Os filhos da elite eram solicitados desde crianças a ler e recitar certas passagens dos Quatro Livros e Cinco Clássicos – o sumário do cânon Chinês – em uma certa sequência, cem vezes cada!

Não havia a menor possibilidade de contestação do cânon cultural que tinha como uma das suas características a reverência a um passado que devia ser considerado insuperável. Confúcio escreveu em seus Analects: “Eu transmito em vez de criar. Eu acredito neles e amo os antigos”<sup>25</sup>. Esse temor reverencial ao passado tinha implicações políticas óbvias no sentido da legitimação das estruturas imperiais e da ordem sociopolítica da qual essas estruturas representavam a garantia maior. Estabilidade e paz doméstica foram crescentemente vistos como um valor supremo, e isto incluía evidentemente a estabilidade intelectual. Contestações e críticas podiam ocorrer, porém dentro de limites claros, os quais se tornaram mais estritos

---

<sup>25</sup> Citado por Alford (1995, pp.18-29) para explicar a causa da ausência de propriedade intelectual na China.

com a ascensão da dinastia Qing a partir de 1644. O debate era severamente limitado pelo entendimento fundamental de todos os filósofos de que “divergências abertas de visão eram limitadas a uma área que não ameaçasse o *status quo* político” (Lloyd and Sivin, 2002, p.245).

## **2.2. A Unificação dos Estados Chineses**

Com a primeira unificação dos estados chineses pelo reino Qin foi criado não apenas um Estado, mas, como mencionado, o que iria se tornar através de seus sucessores da dinastia Han uma cultura chinesa de elite unificada. No entanto, o mando Qin foi tão implacável que provocou uma série de revoltas em toda a China e entrou em colapso depois da morte do imperador Qin em 210 B.C. A dinastia Qin deixou um legado complexo para os futuros dirigentes chineses. Os Confucionistas e tradicionalistas perseguidos duramente pelos dirigentes Qin vão execrar durante os séculos vindouros esta dinastia como tendo estabelecido um dos mais imorais e despóticos regimes da história chinesa. Quando os Confucionistas retornaram ao poder com a dinastia Han eles tentaram reverter muitas das inovações institucionais do reinado Qin. No entanto, as modernas instituições Legalistas estabelecidas pela dinastia Qin com base no poder político sobreviveram à restauração e permaneceram nas instituições do Estado chinês, como foi o caso de uma burocracia moderna tal como definida por Max Weber.

Entretanto, o princípio Legalista de que os súditos podiam ser usados sem limites pelo governante, como este achasse mais conveniente, foi contrabalançado pela visão Confuciana de que o poder deve ser exercido no interesse dos governados, embora os limites Confucianos ao exercício do poder representassem apenas um constrangimento moral, não prevendo nenhum tipo restrição institucional formal. Na prática o poder dos primeiros imperadores foi limitado pelo fato de que ele estava institucionalizado na burocracia Confuciana ao redor do palácio. Embora esta burocracia não tivesse formalmente nenhuma capacidade de restringir o poder do imperador, ela exercia uma considerável influência informal sobre as suas decisões. O interesse dessa burocracia não era o do bem comum da população, mas sim o da preservação de um sistema social hierárquico, tendo por base estruturas

familísticas, no topo do qual ela se encontrava. De qualquer modo, a ação desta burocracia tornava o governo minimamente responsável, menos despótico. Para Fukuyama uma cultura Confuciana forte é o que poderia explicar também o fato notável de que desde o início as autoridades civis exerceram um forte controle sobre os militares.

Entretanto, a dinastia Han entra em declínio em função de um complexo de causas, incluindo grandes surtos de epidemias, fomes e revoltas camponesas. Do ponto de vista político, uma das principais causas deste declínio foi a recaptura do aparelho de Estado por diferentes elites patrimonialistas e o subsequente enfraquecimento do governo central. Estas elites haviam perdido definitivamente sua base territorial 'feudal' de poder autônomo. As terras que possuíam e as isenções de impostos que as beneficiavam provinham da sua proximidade com a corte imperial. Com o tempo estas famílias aristocráticas detentoras de altos cargos no aparelho de Estado foram aumentando seu patrimônio fundiário e sua capacidade de evasão de impostos.

Diante de uma situação como esta os governantes têm duas escolhas: se aliar ao campesinato, promovendo reforma agrária e direitos à terra mais igualitários ou se aliar à própria aristocracia e usar o poder do Estado para reforçar as posições dos oligarcas locais em sua capacidade de extrair um maior excedente dos camponeses. A monarquia chinesa durante a dinastia Han escolheu inicialmente se aliar aos camponeses, procurando de diversos modos aumentar a área de terra sob seu controle. Com o tempo, entretanto, a reação da aristocracia foi forte o suficiente para reverter essa situação e com isso ampliar significativamente seu poder. A crescente concentração da terra combinada com desastres ambientais e epidemias nos anos 170 A.E.C., levou à explosão da revolta camponesa chamada "Turbantes Amarelos". O colapso da ordem e a progressiva desintegração do governo central levou a aristocracia a se entrincheirar em fortificações em seus distritos rurais, se colocando fora do controle do Estado.

Fukuyama (2011, p.145) chama a atenção para este fato de que no longo interregno de mais de três séculos que separam a desintegração do Estado chinês com o fim da dinastia Han em 220 E.C. e sua reunificação duradoura em 581 E.C. com a ascensão da dinastia Sui, as relações familísticas/patrimonialistas se tornam

o princípio organizador dominante da política chinesa. Existe uma correlação inversa entre o vigor do Estado centralizado e o vigor dos grupos patrimoniais. O tribalismo em suas várias formas tende a permanecer como a forma *default* de organização política mesmo depois que o Estado moderno foi criado. A razão disso é “cultural/biológica”: a propensão dos seres humanos em favorecer a família e os amigos. Acrescente-se a essa propensão ‘natural’ a importância de uma filosofia/religião como a Confuciana que promovia fortemente o familismo. Porém, a ascensão precoce do Estado centralizado moderno na China resultou em que o Estado tenha permanecido como o mais organizado e poderoso ator social da sociedade chinesa, tendo sido capaz de evitar a desintegração familística/tribal.

Politicamente, instituições modernas de Estado vinham sendo gradualmente implementadas em toda a China desde os anos finais da dinastia Zhou e, em especial, no reino Qin. Neste último, este processo foi distinto dos demais na medida em que resultou menos de tentativas e erros na adoção de novas instituições, do que da implementação de uma ideologia de desenvolvimento do Estado, o Legalismo, que deixava claro, de modo explícito, qual devia ser a lógica de um novo Estado centralizado. As redes de relações familísticas eram vistas claramente como um obstáculo à acumulação de poder, de modo que foram implementadas políticas deliberadas de substituição destas redes por um sistema que ligava os indivíduos diretamente ao Estado. O ideal Confuciano tradicional de família foi diretamente confrontado por decretos tais como o que obrigava os filhos a viverem em casas separadas uma vez atingida certa idade sob pena de pagamento duplo de imposto.

Embora a guerra não tenha sido a única força indutora do surgimento dos primeiros Estados na China, no entanto todas as inovações institucionais em direção ao Estado centralizado podem ser ligadas diretamente às necessidades da guerra: a extensão do serviço militar para a população masculina em geral; a ascensão inicial de uma burocracia permanente militar e depois a civil; a substituição de nomeações militares em bases patrimonialistas por nomeações com base no mérito; o registro da população; a reforma agrária contra as elites patrimoniais; o desenvolvimento de melhores comunicações e infraestrutura; a imposição de uma hierarquia impessoal de cargos administrativos; pesos e medidas uniformes. A doutrina Legalista, em contraste com a Confucionista, propunha tratar as pessoas não como seres morais

a serem cultivados através da educação e cultura, mas como agentes econômicos, indivíduos com interesses próprios que responderiam a incentivos positivos e negativos (em especial a punições). O Estado Legalista procurava, portanto, minar a tradição familística, quebrar as amarras das obrigações morais familiares e reatar os cidadãos ao Estado sob novas bases.

A ditadura Qin em especial foi capaz de quebrar o poder da aristocracia patrimonial despossuindo-os de suas terras e taxar pesadamente os novos senhores da terra para financiar suas ambições militares, o que em última instância recaía sobre os camponeses que eram severamente punidos caso não cumprissem as cotas de produção estabelecidas. Tampouco estes novos senhores tinham proteção legal contra a expropriação de suas propriedades. No entanto, a ditadura Qin não foi capaz de minar completamente as relações familísticas na sociedade chinesa. A organização social familística irá se manter como provedora de um conjunto de bens públicos mesmo quando os Estados chineses se reunificam definitivamente, formando um gigantesco e despótico Estado, em contraste com a fragmentada Europa, continuando a coexistir com uma administração impessoal até os dias de hoje.

A reunificação definitiva dos estados chineses ocorre com a dinastia Mongol Yuan e a ascensão subsequente da dinastia Ming em 1368. Há várias explicações possíveis para essa reunificação duradoura dos Estados chineses em contraste com a fragmentada Europa, que no conjunto oferecem uma resposta bastante plausível: uma menor fragmentação geográfica, bem como uma menor diversidade etnolinguística (a tribo Han se tornou maciçamente predominante desde muito cedo); uma liderança excepcionalmente efetiva exercida pelos líderes do Estado Qin quando da primeira unificação. No entanto, a explicação final e provavelmente a mais importante tem a ver com as diferentes trajetórias do desenvolvimento sociopolítico em ambas as regiões. Na Europa mesmo nos Estados considerados absolutistas como Espanha e França, o poder dos monarcas de impor taxas e mobilizar as respectivas sociedades era bem menor do que foi o poder absolutista na China. Isto porque, como será visto mais adiante, os monarcas europeus tinham seu poder limitado por outros grupos sociais muito bem organizados corporativamente: uma aristocracia feudal entrincheirada em seus territórios e protegida legalmente, uma instituição religiosa independente, cidades independentes com governos próprios e

em vários momentos um campesinato bem organizado. A luta entre monarquia, aristocracia e terceiro Estado tão importante para o desenvolvimento das instituições políticas modernas na Europa nunca ocorreu na China, tendo sido a primeira civilização do mundo a criar um Estado moderno, mas um Estado que não era restringido por uma lei maior ou por instituições que tornassem o poder do soberano responsabilizável (*accountable*) perante a sociedade. As únicas possíveis restrições a um poder imperial despótico eram as injunções morais confucianas sobre o bom governante ou o poder prático da burocracia em influenciar as decisões imperiais.

Com a reunificação definitiva o cânon cultural chinês se consolida. A inovação intelectual ficou basicamente confinada nos limites dos parâmetros aceitos, perpetuada pela ortodoxia neo-confuciana formatada em sua última forma por Zhu Xi (1130-1200) no século XII. Zhu era um empreendedor cultural e suas ideias foram adotadas por estas dinastias. Os quatro livros neo-confucianos compilados por ele vão se consolidar como um rígido cânon da cultura chinesa. Esse cânon se tornou uma espécie de dinastia ideológica, contribuindo decisivamente para forjar uma aliança formal entre a política do *status quo* e uma filosofia conservadora promovida na dinastia Ming e levada a extremos na dinastia Qing. A unificação permitiu a convergência em direção a um conjunto particular de ideias, sendo que se pode afirmar que emergiu uma simples explicação coerente da constituição do mundo na China da tribo Han, que durou até a modernização. Como observam Woodside e Elman (1994, p.551), o que a cultura de elite chinesa criou foi “um casamento agridoce do discurso moral Confuciano e NeoConfuciano com uma visão imperialmente prescrita do poder de Estado baseada no Legalismo clássico”.

O próprio aprendizado técnico não era o último objetivo das questões técnicas nos exames sendo que, na verdade, os candidatos eram supostos colocar essas questões dentro do cânon clássico (ver Elman, 2013). Além disso, os estudos naturais eram mantidos estritamente dentro da ortodoxia neo-Confuciana e qualquer inovação intelectual que ameaçasse o *status quo* político era considerada heterodoxa e levava à reprovação do candidato. O curriculum se tornou uma agenda elaborada pelos funcionários estabelecidos para proteger seus interesses, sendo que a educação chinesa era quase que inteiramente dedicada a preparar funcionários públicos. Não havia, como na Europa, escolas ou academias que ensinavam conhecimento útil e preparavam jovens para a vida no comércio e na

indústria. Esse quadro era a receita para a estagnação. No final, a China apesar de toda a erudição e capacidade de leitura, dependeu dos Jesuítas para acertar seu calendário e astronomia!

### **2.3. Organizações sociais familísticas versus organizações sociais corporativas**

Greif e Tabellini (2017) propõem um modelo teórico para explicar as distintas especificidades dos processos de formação dos Estados na China e na Europa. Quando uma tribo cresce se territorializando e desenvolvendo a agropecuária surgem as condições para a formação de um ou mais Estados. Porém, até que um Estado se consolide, o provimento de parte de bens públicos, como segurança e proteção social antes fornecidos pela tribo, terá que ser garantido por organizações sociais que vão complementar uma capacidade ainda muito limitada dos Estados. Haveria duas opções: a substituição da governança tribal por organizações sociais que mantivessem o princípio familístico de organização, os clãs; ou a substituição por organizações corporativas, não baseadas em relações de parentesco. Os clãs são organizações sociais baseadas em relações de parentesco como nas tribos. O tronco continua sendo o ancestral tribal real ou mítico, e os clãs são ramos desse tronco. Constituem-se em linhagens patrilineares que traçam sua origem em um (autoproclamado) ancestral masculino comum, o fundador do clã.

As corporações, por sua vez, são associações voluntárias entre indivíduos não relacionados por laços de parentesco com o propósito de perseguir interesses comuns. Ambas as formas de organização exercem funções similares: elas sustentam a cooperação entre seus membros, regulam a interação com não-membros, fornecem bens públicos locais e coordenam as interações com o mercado e com o Estado. Porém, os clãs operam de modo bastante distinto das corporações. A cooperação dentro de um clã se baseia em obrigações morais recíprocas e interações pessoais, enquanto em uma corporação a cooperação depende de obrigações morais mais genéricas (portanto mais fracas) suplementadas por procedimentos de coação impessoais.

Para Greif e Tabellini a análise histórica revela que na China e na Europa os clãs e as corporações, respectivamente, começaram a proliferar por volta do final do primeiro milênio da era comum. Na China esse processo se deu durante a dinastia Song 960-1279, em particular quando o estado estava fraco ou ausente. A necessidade de bens públicos era particularmente aguda em um período marcado por intensas migrações. O processo pelo qual os migrantes se organizaram socialmente teria sido um processo *bottom-up* e não um processo determinado por interferências políticas ou outras instituições. O modelo teórico se baseia em três ideias: (1) as organizações sociais são importantes porque elas constituem as unidades básicas de cooperação; (2) as organizações sociais são também coesas por obrigações morais mútuas e moralidade específica de grupo, não apenas por interesses econômicos ou outros atributos comuns; (3) embora persistentes, as forças que mantêm os indivíduos juntos não são imutáveis; os indivíduos tendem a votar com os pés, sendo que as fundações culturais e institucionais dos grupos sociais evoluem endogenamente com o tempo.

O pressuposto é que os indivíduos com diferentes traços culturais escolhem a forma de afiliação social, clã ou corporação. O tamanho de equilíbrio dessas organizações reflete os traços culturais predominantes, sendo que traços diferentes (lealdade familística versus moralidade generalizada) conferem uma vantagem a uma ou outra organização. Uma difusão inicial de moralidade limitada baseada em relações familísticas conduz a um estado estável onde a lealdade de clã e o coletivismo são amplamente difundidos, com o clã fornecendo os bens públicos. No caso oposto, em que a moralidade generalizada e o individualismo são inicialmente bem difundidos, a organização da sociedade se move na direção de um estado estável onde as corporações são os principais fornecedores de bens públicos.

Para identificar os traços culturais eles vão considerar 3 conjuntos de indicadores históricos: religião, códigos legais e organizações filantrópicas. Na verdade, o fator determinante será cultural, a religião ou filosofia/religião que, para começar, determinou as formas que assumiram as organizações para o provimento de bens públicos. Na China, embora as autoridades encorajassem a caridade impessoal, os filósofos morais reafirmaram que era imoral desviar recursos devidos aos parentes. Na Europa, a caridade voluntária impessoal era comum desde o início,

organizada e fomentada pela Igreja Católica<sup>26</sup>. Porém, anterior à cultura sob a forma de uma filosofia/religião (o Confucionismo) ou de uma religião (o Cristianismo), está o fato apontado por Fukuyama (op. cit.) de que organizações familísticas tendem a predominar pelo fato de ajudar parentes e amigos ser uma tendência humana inata. Seria necessário a ocorrência de um fator cultural muito forte para que outra opção de organização, não-familística, viesse a predominar. Nesse sentido a hipótese de Greif e Tabellini de escolha entre organizações sociais familísticas ou corporativas não se sustenta. Portanto, nas duas regiões o desfazimento do tribalismo seguiu trajetórias pré-determinadas culturalmente: na China a tendência familística 'natural', certamente de baixo para cima, reforçada pela cultura Confuciana; na Europa a via corporativa, de cima para baixo, determinada pela ação de uma organização religiosa em um contexto cultural em grande medida criado por ela mesmo.

Em resumo, a razão principal da bifurcação entre China e Europa, seu ponto de partida, está, portanto, nas características distintas das religiões que predominaram em ambas as regiões: familística e coletivista na China Confuciana e generalista e individualista na Europa Católica. O clã emerge como a organização social dominante se uma grande parte da população já possui fortes ligações morais com parentes; por sua vez, a corporação emerge se as ligações morais são impessoais e mais fracas. Além disso, as interações sociais dentro de cada forma de organização social reforçam/moldam os traços culturais: as interações dentro dos clãs fomentam a lealdade aos parentes, enquanto interações em organizações corporativas de interesse comum fomentam a moralidade geral. A bifurcação ocorreu em um período de intensa migração em ambas as regiões, quando os migrantes tinham que definir como iam se estabelecer em uma nova região não sendo mais uma comunidade tribal.

Nesse momento de intensas migrações e colonização havia uma grande demanda por bens públicos, mas nem o Estado na China, nem os estados na Europa tinham capacidade de prove-los. Na China as autoridades estatais não se envolviam diretamente na formação de clãs, mas suas políticas coordenaram e aumentaram os benefícios de se criar clãs. No caso da dinastia Song as autoridades encorajavam a formação de clãs permitindo que a população mantivesse genealogias que

---

<sup>26</sup> Na verdade, o próprio conceito de caridade tem uma dimensão teológica única na Europa.

facilitavam a criação de clãs. Na Europa, os grupos de imigrantes, que se tornam comuns a partir do ano mil, já encontravam uma situação de predominância de organizações corporativas, sendo que frequentemente tiveram o suporte delas. A começar pelos senhores feudais organizados na corporação do sistema de vassalagem. Nas cidades a cooperação entre indivíduos não relacionados por parentesco foi a marca do rápido processo de urbanização da Europa. Os remanescentes de grupos de clãs foram sendo submetidos. Os Medicis em Florença foram uma exceção.

De qualquer modo, nas duas regiões os Estados se basearam nas organizações sociais predominantes para delegar tarefas administrativas e legais. O Estado Chinês saiu do campo e crescentemente focou no provimento de bens públicos globais. O sistema foi efetivo no apoio à expansão da população, comércio e indústria, bem como no que diz respeito à formação de um grande exército e à expansão territorial. Porém, a dicotomia entre clãs e Estado permaneceu como um ponto fraco na evolução institucional chinesa. Na Europa, em contraste, a integração das corporações na administração estatal foi facilitada pela tradição na qual indivíduos não relacionados por relações de parentesco cooperavam com base em uma moralidade generalizada e coerção legal, sendo que as tensões entre Estados e corporações vão gerar as condições para a evolução em direção a um Estado mais democrático. Estas distintas organizações sociais vão ter, portanto, efeitos duradouros no padrão de desenvolvimento econômico e político, na medida em que clãs e corporações não eram passivos, subservientes às elites que controlavam o aparelho de Estado. Essas organizações não eram meros instrumentos de controle social como supunha Marx. Para Weber, ao contrário, as organizações sociais eram produtos culturais.

Para Greif e Tabellini a cultura é também endógena, se adaptando vagarosamente às organizações sociais preexistentes e persistindo no tempo apesar dos empreendedores culturais e desviantes que a desafiam e fornecem alternativas. A premissa é que existem complementaridades entre, de um lado, características culturais e, de outro, características socioinstitucionais: a cultura influencia o que é socialmente aceitável e institucionalmente factível; ao mesmo tempo as formas das organizações sociais preservam e reforçam traços culturais específicos. Logo, cultura e organizações sociais são mutualmente constitutivas.

Tanto um clã, quanto uma corporação, são organizações autogovernadas, cuja perpetuação não depende da participação de qualquer indivíduo em particular. Como tais elas podem cumprir papéis similares no apoio à cooperação interfamiliar e intergerações. Mas suas diferentes regras de participação complementam diferentes motivações para cooperar: obrigações morais recíprocas pessoais entre parentes e interações intragrupo multidimensionais repetidas no caso dos clãs; obrigações morais gerais (portanto mais fracas) suplementadas por procedimentos de coação impessoais no caso das corporações.

Na China as tensões entre Estado e clãs no processo de governança não ameaçavam a ordem estabelecida. Na Europa, ao contrário, as corporações representaram durante um longo período contrapoderes efetivos aos Estados. As cidades independentes em especial tiveram um papel decisivo no desfazimento da ordem feudal. Na China as cidades foram criadas como centros administrativos pelo Estado ou como pequenos centros comerciais pelos clãs (pelo menos desde a dinastia Ming) para consolidar seu controle. A emigração de membros dos clãs rurais para as cidades era em geral temporária (mercadores, artesãos, *schollars*). A família ficava no campo. Os cidadãos permanentes eram relativamente poucos e frequentemente se ressentiam dos temporários. Uma situação praticamente oposta à do que ocorria na Europa, onde as cidades eram centros independentes, organizados e governados corporativamente pelas Comunas em aliança com as corporações de ofício, em frequente luta ora contra os Estados, ora contra a aristocracia feudal. Onde os servos fugitivos eram bem-vindos!<sup>27</sup>

O que os sistemas legais Chinês e Europeu tinham de comum por volta do final do primeiro milênio era o de serem territorialmente localizados. Na China a tradição legal surgiu bem antes do sistema de clãs emergir, sendo que o Estado chinês desde sempre articulou e fez valer um código criminal geral. Porém, o sistema legal não era projetado para adjudicar disputas entre indivíduos. As leis comerciais e civis permaneceram pessoal e localmente implementadas até o século XX. O Estado reconhecia a competência dos clãs nessas matérias. O problema, porém, com esse sistema baseado nos clãs é que o Estado não tinha como contar com a cooperação destes quando se tratava de políticas contrárias aos seus interesses. Estas políticas

---

<sup>27</sup> Para Greif e Tabellini as cidades europeias, sendo corporações, viam os novos chegados como contribuintes para alargar a base fiscal.

tinham que ser levadas a cabo pela administração estatal através de agentes em cada localidade, os *runners* (yamen), cujas tarefas incluíam coleta de impostos e dívidas, força policial prendendo criminosos e impondo punições. Seria o equivalente ao *bailiff* na Inglaterra, com a diferença importante de que o *bailiff* era visto como agindo de acordo com a moralidade generalizada prevalecente, sendo moralmente aceito. Na China não. Os *runners* eram considerados imorais mesmo pelos magistrados que os empregavam. Eles tinham que fazer valer a lei por cima das obrigações morais que eles tinham com seus próprios clãs.

Não havia um setor judicial – um judiciário - na administração e a adjudicação era uma das muitas funções de magistrados que de modo geral não tinham treino legal. Eles tinham que pagar se quisessem ter assistência de um especialista legal e podiam ser punidos se o veredito fosse provado errado. Como os clãs tinham uma grande vantagem comparativa na manutenção da disciplina entre seus membros, o Estado considerava vantajoso deixá-los regular essas interações. As decisões dos clãs de modo geral desencorajavam a litigação e favoreciam a arbitragem interna, sendo que o Estado recompensava os clãs que não utilizavam as cortes estatais durante um certo período. Em função da importância dos clãs a estrutura do código legal do estado Chinês evoluiu para a regulação apenas entre Estado e indivíduos, sendo que entre indivíduos somente quando isto afetava diretamente o Estado – por exemplo, questões familiares que repercutiam no sistema de tributação. Basicamente o código complementava a estrutura administrativa do Estado, sem tratar das interações entre indivíduos.

Na Europa os códigos legais eram estabelecidos e cumpridos pelas diferentes corporações: o código feudal feito valer pelas cortes senhoriais no campo, os códigos cívicos das guildas e comunas urbanas – o sistema de responsabilidade comunitária; o direito canônico da Igreja. A ascensão dos Estados territoriais vai minar os sistemas de coação locais, processo facilitado pelo fato de que desde muito antes da sua ascensão prevalecia uma moralidade generalizada. Porém, os códigos legais adotados por todos os Estados europeus, com a exceção da Inglaterra, serão modelados a partir do Código Canônico elaborado por uma corporação religiosa. Corporação esta responsável pela difusão e prevalência do código moral individualista do Cristianismo. A Igreja promoveu “uma nova sociedade baseada não na família, mas no indivíduo, cuja salvação, do mesmo modo como em sua perda

original de inocência, é pessoal e privada” (Hughes, 1974, p.61). Em particular, a moralidade era identificada com o seguir a lei divina, cuja essência é que todos os homens são iguais e todos têm que tratar **parentes** e **não parentes** do mesmo modo. A partir dessa base teológica, a Igreja foi capaz de impor uma série de determinações. Em especial o dogma do casamento que desencorajava ou proibia as práticas familísticas para alargar o conjunto de parentes, tais como: a poligamia, a concubinação, o divórcio e recasamento unilateral pelo homem e, sobretudo, o casamento endogâmico e o controle dos pais sobre os casamentos.

#### **2.4. Um Contraponto Asiático: a fragmentação Indiana**

Na Índia a saída do tribalismo ocorreu de modo distinto. Por razões desconhecidas, a mobilização social para a guerra no processo de formação e consolidação dos Estados indianos nunca atingiu os extremos que foram a marca deste processo na China. Mais importante ainda, o desenvolvimento social indiano saiu na frente tanto do desenvolvimento político como do econômico. Muito antes de sequer tentar-se uma unificação política, uma cultura comum com base em um conjunto de crenças religiosas e práticas sociais derivadas marcava o subcontinente indiano como uma civilização distinta.

No período em que os Estados estavam emergindo desenvolveu-se uma divisão quadripartite de classes sociais conhecida como Varnas: Brahmins, sacerdotes; Kshatriyas, guerreiros; Vaishyas, mercadores; e Sudras, todo o resto (basicamente camponeses). Este fato foi extremamente importante do ponto de vista político porque separou autoridades religiosas de autoridades seculares. Os Brahmins eram reconhecidos como tendo uma autoridade maior do que a dos Kshatriyas. Uma autoridade moral independente do poder do Estado, derivada do fato destes serem os guardiães de uma Lei sagrada preexistente. Assim, de modo similar ao que irá ocorrer na Europa, havia na Índia o germe do que seria um Império da Lei capaz de limitar o poder da autoridade secular.

Outro fato fundamental que diferencia a trajetória indiana da chinesa foi o surgimento de um sistema de castas (Jatis). As classes Varnas foram subdivididas em centenas de grupos ocupacionais segmentados e endógamos. As castas foram

superpostas sobre as estruturas de clãs existentes, fixando os limites para a exogamia de cada clã. Estas novas categorias sociais se tornaram a rocha fundamental da organização da sociedade, limitando severamente o poder do Estado em penetrá-la e controlá-la. Por outro lado, a falta de uma cultura literária comum, em especial entre as elites dirigentes, representou também um obstáculo adicional ao desenvolvimento de um Estado centralizado poderoso.

Para Fukuyama (op. cit.) o caso indiano oferece um exemplo notável do poder das ideias e sua relativa independência de condicionantes materiais. Não foram as classes de guerreiros (Kshatriyas), ou de mercadores (Vaishyas), que terminaram no topo da hierarquia social, mas a classe sacerdotal (Brahmins). Não há como explicar em função de interesses materiais o porquê de Kshatriyas e Vaishyas terem concordado em se subordinar aos Brahmins, dando a eles não somente terras e recursos econômicos, como também o controle sobre os mais íntimos aspectos da vida pessoal.

As implicações políticas desse fato foram imensas. Os governantes iriam ter que estabelecer uma relação pessoal com o sacerdote da corte, que santificaria suas ações como líderes seculares. E, diferentemente do caso chinês, esse sacerdote da corte manteve sua autonomia, não se transformando em um funcionário do Estado sujeito às vontades do governante. A religião Hindu efetivamente afetou, no sentido de limitar, o poder político na medida em que sancionou um corpo de regras que refletia o sentido de justiça da sociedade e que era superior à vontade da pessoa que acontecesse ser o rei. Esse corpo de regras foi criado pelos Brahmins com base em conhecimento ritual, estabelecendo que a legitimidade da monarquia estava condicionada à proteção que o rei garantia a eles. A revolta contra o rei que violasse a lei sagrada era justificada.

Além disso, o sistema social que deriva do Bramanismo criou outras limitações à concentração do poder político: pela restrição à capacidade de mobilização militar dos dirigentes; pelo estímulo que dava a organização de uma miríade de pequenas entidades corporativas – as castas - extremamente unidas do alto a baixo da sociedade, que se autogovernavam e eram capazes de resistir aos esforços do Estado de penetrá-las e controlá-las; e, por último, pelo controle pelos Brahmins do acesso ao conhecimento e ao aprendizado através de seu papel de guardiães do

ritual. No entanto, se, por um lado, o sistema social indiano impediu a ocorrência na história do subcontinente de tiranias políticas como a chinesa, por outro, não impediu e sim promoveu a chamada “tirania dos primos” em que a liberdade do indivíduo era extremamente limitada pelas ligações de parentesco, regras de casta, obrigações religiosas e práticas costumeiras diversas.

## 2.5. A Revolução Industrial Chinesa Rejeitada

Não é possível explicar um Estado tão forte, capaz de controlar uma população imensa em um território enorme, sem um processo de crescimento econômico sustentado. Por sua vez, esse Estado poderoso e despótico contribuiu significativamente para esse crescimento. Basta ter em mente os enormes investimentos em transporte fluvial (em especial o grande canal) e seus efeitos sobre a produtividade geral do sistema econômico. Além dos ganhos decorrentes do efeito escala trazido pelo crescimento populacional, da maior divisão do trabalho proporcionados pela ampliação do comércio entre regiões e do aumento da produtividade do trabalho provenientes da acumulação de capital, o crescimento econômico chinês também foi sustentado por uma série de inovações.

A começar pelas inovações na agricultura, em especial as que permitiram um espetacular desenvolvimento da cultura do arroz irrigado no sul. Um grande trabalho de engenharia hidráulica na construção de canais de irrigação e drenagem, barragens, diques e comportas; também vários tipos de bombas d’água como as *norias* - rodas com vasos fixados ao redor movida pela força do fluxo d’água capaz de elevar automaticamente parte do fluxo. Em termos de equipamentos e ferramentas, além de várias e novas ferramentas feitas de ferro cabe destacar a introdução, por volta do século VI A.E.C., de um novo tipo de arado em ferro, que substituiu pouco a pouco o antigo arado de madeira; na verdade tratava-se de um novo tipo de equipamento, similar ao que será inventado na Europa séculos depois, capaz de ir além do sulcar a terra<sup>28</sup>. No campo da fertilização, uma enorme variedade de fertilizantes, incluindo esgoto urbano, foi desenvolvida. Do mesmo modo, para o

---

<sup>28</sup> Será visto mais adiante na descrição de sua contraparte europeia quais são estas características.

controle de pragas e doenças foram desenvolvidos e empregados com sucesso agentes químicos e biológicos.

No entanto, como observa Chao (1986), a partir do século XII a pressão populacional faz com que as inovações poupadoras de trabalho da agricultura, que beneficiavam a grande massa da população, cedessem lugar a inovações intensivas em mão de obra visando o aumento dos rendimentos da terra. A área cultivada por família se reduz de 16 acres, seu nível máximo atingido previamente, para cerca de 5 acres. Ferramentas mais intensivas em trabalho são reintroduzidas, o uso do cavalo abandonado<sup>29</sup> e novas culturas inseridas no mesmo espaço (*multiple cropping*)<sup>30</sup>. A lógica econômica muda: em vez de maximizar a renda líquida igualando a produtividade marginal do trabalho ao custo marginal, as famílias passam a maximizar o produto total até que a produtividade marginal do trabalho se torne zero.

A pressão populacional era uma variável independente e exógena, fazendo com que as tecnologias de produção e as instituições econômicas tivessem que se ajustar a ela. Para Chao (1986) a explicação mais geral e profunda deste processo é cultural. No familismo de origem tribal que permanece, a veneração pelos espíritos dos antepassados e o conceito de piedade filial deram origem a uma estrutura familiar onde não somente as decisões matrimoniais não eram uma questão de escolha pessoal, como a idade de casamento era a mais precoce possível e ter o máximo de filhos uma obrigação inalienável de um homem perante seus antepassados e sua família, independentemente das circunstâncias socioeconômicas.

Por outro lado, Landes (1998, p.24) chama a atenção para o fato de que o crescimento demográfico era também de interesse do Estado chinês, uma vez que este se traduzia em um maior poder econômico-militar: “Estado e sociedade estavam sempre procurando novas terras e maiores produções, produzindo e usando gente de modo a alimentar gente”. Um exemplo ilustrativo deste processo retro-alimentado

---

<sup>29</sup> Embora mais produtivo, o cavalo é um animal mais custoso de ser mantido, pois necessita um complemento de cereais para se manter com potencial produtivo máximo. Como será mostrado mais adiante, no caso europeu, o uso amplo do cavalo na agricultura não é possível onde o espaço cultivado por unidade de trabalho se reduz.

<sup>30</sup> É preciso considerar também a fronteira agrícola que se expande também sobre terras marginais, como as encostas de montanhas que exigiam enorme quantidade de trabalho para se tornarem e se manterem produtivas.

de produção de gente e alimentos (*a treadmill process*) são as ordenações do Imperador T'ai-wu no século V, que forçavam os camponeses que ainda não tinham bois de arado a vender seu trabalho para pagar um empréstimo para a compra dos animais. As famílias eram registradas e sua força de trabalho contabilizada, bem como as tarefas de cada membro produtivo e sua performance. Os nomes de cada um eram colocados nos respectivos locais de trabalho de modo a permitir a verificação dos respectivos desempenhos. Eles eram proibidos de produzir e beber bebidas alcoólicas, bem como de ir a entretenimentos teatrais. Só havia tempo para produzir alimentos e crianças!

Em relação às tecnologias não-agrícolas, observa-se um grande desenvolvimento tecnológico na produção de uma série de produtos importantes. Mais de 1.500 anos antes dos europeus os chineses já produziam ferro gusa em alto fornos (*blast furnaces*). Também muito antes do Ocidente os chineses produziam aço usando técnicas de co-fusão e de oxidação. Na indústria têxtil por volta do século XIII todas as soluções tecnológicas que levaram à revolução da indústria têxtil na Inglaterra no século XVIII já haviam sido introduzidas. O uso da energia hidráulica seguiu um padrão similar ao que viria a se desenvolver na Europa na variedade (porém não na mesma amplitude) de suas aplicações industriais.

Needham (1965) mostrou também que, ao contrário do que se pensava, os chineses desenvolveram tecnologias de mensuração do tempo – relógios - muito antes dos europeus, atingindo seu ponto máximo no século XI com a construção do famoso relógio de água de Sun Sung. O uso do papel na China se difundiu mais de mil anos antes de chegar na Europa. A imprensa surgiu 700 anos antes de Gutenberg. No que diz respeito às técnicas de navegação em alto mar, por volta do século X a bússola é inventada; a construção naval avança a ponto de produzir juncos de alto mar maiores e melhores que os projetos de embarcações que iriam permitir a expansão marítima europeia séculos depois. Desde o século XIII os juncos chineses já usavam velas trapezoidais semelhantes às velas latinas que iriam permitir os barcos europeus navegarem com ventos pouco favoráveis.

Entre 1405 e 1433 houve uma série de 7 expedições imperiais comandadas por Zheng He, considerado o maior navegador da China. Eram expedições de reconhecimento do mundo e de afirmação do poder do Estado chinês. Frotas

imensas, com tripulação de até trinta mil homens, equipadas com os maiores navios jamais construídos, dotadas de capacidade de navegação sofisticada, com bússola e astrolábio. Essas expedições cessaram com a morte de Zheng e um decreto imperial proibiu a continuidade da construção de Juncos de alto mar sob pena de morte! Como explicar essa decisão? A razão mais provável é que para a ordem imperial chinesa as consequências de uma abertura da China para o mundo, mesmo em uma posição de força, eram muito perturbadoras de uma ordem considerada 'celestial'.

A proibição da continuidade das expedições marítimas simboliza espetacularmente uma dinâmica societária voltada com muita energia para a conservação do *status quo*. No período associado com o renascimento na Europa o progresso tecnológico chinês começa a diminuir até parar completamente. Da ascensão da dinastia Ming na segunda metade do século XIV até o final do século XIX a economia continuou a se expandir, mas baseada no crescimento demográfico, na expansão da fronteira interna em direção ao sul, no comércio e na intensificação da agricultura, praticamente sem inovações. Não somente o surgimento de novas técnicas se desacelera, como técnicas poupadoras de trabalho que haviam sido utilizadas caíram em desuso. A partir do século XVI os contatos cada vez mais frequentes com europeus deixaram claro para os chineses o fosso tecnológico crescente que os separava. Durante séculos os chineses fizeram face ao que Cipolla (1967) considerava como um dilema Hamletiano: deviam copiar ou ignorar o Ocidente? Eles escolheram ignorá-lo!

Algumas invenções foram esquecidas porque não haviam se tornado inovações, isto é, não tinham tido aplicações amplas. Um caso dos mais notórios foi o do relógio. Na Europa essa invenção teve um efeito revolucionário tanto em termos do efeito da medida do tempo sobre as atividades produtivas e sobre a vida em geral, como do seu efeito sobre o desenvolvimento da indústria mecânica. Quando os Jesuítas chegaram na China no final do século XVI, o relógio foi um dos meios usados para impressionar os chineses, que haviam completamente esquecido do relógio de Su Sung. Ainda assim, consideraram o relógio mais como um brinquedo do que como um instrumento de aplicações revolucionárias.

Em muitos casos tecnologias poupadoras de trabalho já bastante difundidas foram abandonadas, como a máquina de fiar seda, em uso amplo desde o final do século XI. Alguns séculos depois, até meados do século XIX, toda a fiação de seda chinesa havia voltado a ser feita manualmente! Em outros casos, não foram introduzidos aperfeiçoamentos óbvios em certas máquinas, como no caso das máquinas de fiar sem lançadeira volante. A lançadeira foi o elemento crítico da fiandeira múltipla de Hargreaves (*spinning jenny*). Ela consistia numa simples barra que puxava vários fios ao mesmo tempo, aumentando 3 a 6 vezes a produtividade do trabalho de tecelagem. Não é plausível supor que esta ideia nunca tivesse ocorrido na China. Certamente ocorreu, mas não havia interesse na sua adoção, por desempregar talvez num quadro geral de baixo dinamismo econômico.

Há situações ainda mais difíceis de explicar, quase um mistério, como no caso da tecnologia militar. Já no século X os chineses usavam a pólvora em fogos de artifícios, explosivos e canhões. No entanto, apesar desse conhecimento e do domínio que tinham da metalurgia os chineses tiveram que aprender a usar o canhão de modo eficiente depois da chegada dos portugueses e seus canhões (ver Mokyr, 1990)! Mesmo no que concerne a disseminação do conhecimento tecnológico disponível parece ter havido um retrocesso: a grande enciclopédia técnica, **Thien Kung Khai Wu** (Exploração dos Trabalhos da Natureza), escrita em 1667 por Sung Ying Hsing, foi destruída, tendo sobrevivido somente graças a uma reimpressão japonesa. Do mesmo modo, no século XVI só restava uma cópia do grande **Tratado sobre Agricultura** de Wang Chen publicado em 1313<sup>31</sup>.

Esse fato, qual seja, uma sociedade muito inventiva e, durante certo tempo também muito inovadora, mas que pouco a pouco se torna avessa a inovações, intrigou gerações de historiadores. Como pode ser isso, se pergunta Mokyr (1990, p.223), que na China não tenha ocorrido, como na Europa, um modelo cumulativo de dependência de trajetória, com ondas de macro inovações seguidas de micro inovações, começando lentamente na Alta Idade Média e culminando com a Revolução Industrial no século XVIII?

---

<sup>31</sup> De modo geral o volume de publicações na China era apenas uma pequena fração do que era publicado na Europa. Embora tenha adotado a imprensa muitos séculos antes da Europa, as publicações só começam a decolar depois de 1800. Ver McDermott (2006) e Van Zanden (2013).

Tendo como pano de fundo cultural relações sociais baseadas num familismo religiosamente reforçado pela veneração aos espíritos dos ancestrais, que tornava a demografia uma variável independente, e sua convergência com os interesses de um Estado excepcionalmente efetivo e despótico, a explicação mais plausível para este fato seria a seguinte: progressivamente para manter a ordem estabelecida, o **status quo** e seus interesses velados, as inovações necessárias eram aquelas que permitiam manter uma enorme densidade populacional produzindo e vivendo de acordo com os costumes estabelecidos. Fundamentalmente inovações poupadoras dos recursos cada vez mais escassos, terra e capital, e intensivas em mão de obra, o recurso abundante. O que implicava a não adoção e, em muitos casos, simplesmente o abandono de certas inovações poupadoras de trabalho em favor de velhas tecnologias intensivas em trabalho.

É preciso ter em mente que inovações tendem de modo geral a perturbar a ordem estabelecida, os modos tradicionais de produzir, de se organizar etc., o que se traduz em conflitos sociais. O Estado chinês foi capaz durante um longo período de liderar, incentivar, e controlar, a introdução de inovações que contribuíam para manter e/ou aumentar seu poder, o qual era baseado fundamentalmente na extração do excedente gerado por uma massa enorme e crescente de camponeses. Entre os interesses velados da ordem estabelecida estavam em especial, como visto, os de uma classe de intelectuais-burocratas a serviço do Imperador, os mandarins, principais responsáveis de um brilhante desenvolvimento cultural onde a manutenção de uma ordem considerada harmoniosa era um elemento constitutivo fundamental. Para Fei (1953, p.74) a *intelligentsia* na sociedade chinesa tradicional era uma classe sem conhecimento tecnológico, interessada fundamentalmente na sabedoria do passado, literatura e arte; era uma força conservadora na medida em que via o mundo através de relações humanas cuja finalidade é sempre o ajustamento mútuo, sendo que a mudança tecnológica leva à perturbação social. A fórmula chinesa de estabilidade sociocultural pode ser sintetizada como uma composição extremamente sólida entre unidade geopolítica, estrutura social monolítica pela ausência de atores sociais independentes do Estado e cultura brilhante, mas extremamente conservadora. Essa fórmula gerou o que Needham (1969, p.119) chamou “homeostase espontânea chinesa” em contraste com a “qualidade europeia de instabilidade intrínseca” (*built-in quality of instability*).

Assim, do mesmo modo que a introdução regular de inovações foi estimulada, direcionada e controlada pelo Estado, esse mesmo Estado passou a agir na direção contrária quando isto passou a ser visto como uma condição necessária para manter a estabilidade do sistema. Como assinala Mokyr (1990, p.232), nessa visão “a sociedade chinesa tinha uma preferência pela auto-regulação, possuindo um conjunto de mecanismos de **feedback** que asseguravam o movimento ergódico da tecnologia chinesa”. O fato é que na China o Estado tinha esse poder. Como será visto mais adiante, na Europa nem o Estado nem qualquer outro grupo social tinha poder para sabotar uma tecnologia que considerasse nociva a seus interesses. A começar pelo fato de que lá a mudança tecnológica era promovida essencialmente pela iniciativa privada. Além disso, os Estados europeus competiam entre si e, dentro de cada um, forças antagônicas poderosas, inexistentes na China, limitavam o poder estatal. Como assinala Jones (1986, p.233) as ordens políticas em competição na Europa, que refletiam a vitória de certos elementos da ordem feudal, “evoluíram no sentido de reduzir o risco e remover os fatores que deprimiam os investimentos”.

### **3. O caso da Europa: a Matriz Medieval**

O período Medieval pode ser considerado como o período em que toma forma o essencial do que se pode chamar de Civilização Ocidental. Nesse período se fundem, no “cadinho fervente das invasões germânicas” (Bloch, 1949), a herança greco-romana e as tradições tribais germânicas num processo conduzido e condicionado largamente pela evangelização do Norte Europeu e por fatores geopolíticos que contribuíram para a fragmentação de poder, condição necessária para a liberdade de organização e de empreendimento, para inovar. Diferentemente do que ocorreu na China, não houve concentração e centralização suficiente de poder para que os beneficiários do *status quo* impedissem mudanças. Esta situação de fragmentação de poder decorreu de fatores geopolíticos (Estados em competição) bem como, dentro de cada Estado, do entrelaçamento de fatores culturais e políticos que se reforçaram mutuamente dando origem a instituições e organizações independentes de caráter corporativo. Estas são condições essenciais para evitar a formação de regimes excessivamente despóticos. Nesse sentido, a

emergência dos Estados centralizados na Europa Ocidental ocorreu posterior e/ou concomitantemente com a emergência dos elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática.

Tal como a define Fukuyama (2011, p.16), uma ordem política plenamente democrática é aquela onde o **Estado** é efetivo, porém submetido ao **Império da Lei** (Constituição e Judiciário independente), dando origem a **Governos Responsabilizáveis** (perante parlamentos, assembleias e outros corpos políticos representantes de setores mais amplos da população). Um Estado despótico pode ser efetivo, mas é imprevisível em função das inclinações pessoais, dos caprichos, dos sucessivos déspotas. Ou, como no caso do precoce e altamente despótico Estado Chinês, bastante previsível na sua aversão a mudanças no *status quo*. Não há suficientes segurança e liberdade, necessárias para o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras independentemente do consentimento do Estado. Na Europa Ocidental a evolução em direção a uma maior democracia seguiu um caminho pioneiro e diferenciado na medida em que as liberdades individuais no plano social, o individualismo, começam a se afirmar séculos antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo; do mesmo modo, o Império da Lei precede a concentração do poder político em Estados centralizados; e, por último, instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar.

Portanto, na Europa os elementos constitutivos de uma ordem político/social democrática evoluíram de um modo excepcional e precoce, levando à formação de entidades sociopolíticas (*polities*) de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação. É esse excepcionalismo europeu na evolução da ordem político/social que explica em grande medida sua criatividade tecnológica, organizacional, institucional e cultural. Capitalismo, Revolução Industrial e Modernidade Democrática, não ocorreram aí por acaso. São os frutos de um mesmo e único processo. Processo este que começou no período de formação do Feudalismo, entre os séculos V e X, e que atinge uma primeira fase de maturidade entre os séculos XI e XIII, quando ocorrem o que podem ser consideradas como revoluções pré-industrial e comercial, impulsionadas por uma

sequência de macro e micro inovações tecnológicas, institucionais/organizacionais e apoiadas numa ampliação do processo de acumulação de capital na agricultura.

Desse amalgama de fatores culturais e políticos emergiram instituições (e organizações) que irão definir uma trajetória histórica peculiar. Como observa Greif (2006, pos. 8578), há uma impressionante similaridade entre as instituições políticas e econômicas que foram centrais para a expansão comercial na Baixa Idade Média e aquelas prevaletentes na economia moderna. Em ambos os períodos prevalecem crenças culturais e normas associadas ao individualismo e ao corporativismo; a unidade social básica é o indivíduo ou a família nuclear; as estruturas sociais predominantes são as corporações que se autogovernam através de processos institucionalizados legítimos de estabelecimento de regras e leis, nos quais aqueles que são governados por estas tem uma voz influente. Estas são as condições para as trocas impessoais e Estados motivados a servir seus cidadãos, e não o contrário, que caracterizam a modernidade.

Usualmente as Instituições são definidas como sendo as características não tecnológicas de uma sociedade: leis e modos de fazer vale-las; modos de alocar e assegurar direitos de propriedade; e níveis de corrupção e de confiança<sup>32</sup>. No entanto, a compreensão do impacto, da persistência e da mudança das instituições requer o exame dos micro mecanismos por trás de seu surgimento, estabilidade e dinâmica no plano dos indivíduos em interação. Esta compreensão requer, por sua vez, considerar em particular as motivações (incentivos) desses indivíduos em agir de uma determinada maneira. Não basta que haja uma previsão de punições para o não seguimento das regras se estas não foram percebidas como justas pela maioria.

As motivações – expectativas, crenças ou normas internalizadas, são o elo de intermediação entre o meio ambiente institucional e o comportamento, seja este último racional, habitual ou imitativo. Elas são as responsáveis pelo surgimento e prevalência de uma “ordem privada”, isto é, uma situação em que a ordem prevalece

---

<sup>32</sup>Greif considera que as contribuições das diversas escolas institucionalistas se complementam, oferecendo um quadro analítico capaz de explicar esse fenômeno. Ele as divide basicamente entre aquelas que adotam uma perspectiva institucional *de agencia* (comum entre os economistas) e aquelas que adotam uma perspectiva *estrutural* (em geral os sociólogos). Para as primeiras os indivíduos formam instituições para atingir seus objetivos; para as segundas as instituições transcendem os atores individuais. Na verdade, as duas abordagens capturariam, cada uma, um aspecto da realidade.

a despeito da falta de uma terceira parte (Estado) capaz de fazer valer as regras. A própria ordem política e um Estado efetivo deveriam ser vistos como resultados das motivações que fazem com que os atores políticos se submetam a determinadas regras. Além disso, a própria efetividade das regras estatais depende da motivação dos agentes dentro da burocracia e/ou do judiciário em fazer vale-las. Estas expectativas, crenças ou normas internalizadas, que as vezes se manifestam como organizações, são elementos institucionais exógenos a cada indivíduo cujo comportamento elas influenciam. Elas fornecem as micro fundações cognitivas, normativas e informacionais do comportamento, dado que capacitam, guiam e motivam os agentes a se comportar de um modo específico.

As organizações em especial, sejam elas formais, informais, intencionais ou não, são fundamentais e podem ter um papel decisivo em determinados contextos. Em sociedades familísticas (ou mafiosas) elas garantem o cumprimento de contratos pela crença em uma retaliação por parte da família estendida (ou da máfia) em caso de ruptura contratual. Em sociedades individualistas não familísticas essa garantia se dá pela crença em uma resposta judicial. É essa crença que liga uma transação econômica (central) entre agentes – um contrato comercial por exemplo - com uma transação legal (auxiliar) - entre cada agente e a lei, que garante seu cumprimento. As organizações são as arenas nas quais as ações nas transações auxiliares ocorrem. Elas estendem o conjunto das possíveis crenças comportamentais na transação central para além das que são possíveis através de ligações bilaterais intertemporais (como aquela através da reputação de honestidade dos indivíduos em interação). São elas que garantem a efetividade de uma transação legal auxiliar, como a de um tribunal, em relação a uma transação econômica central, em vez de uma transação privada entre o juiz e as partes em disputa com base no suborno.

Em outras palavras, como defende Greif, as instituições formais (e informais) devem ser vistas como um fenômeno de equilíbrio, auto estruturantes na medida em que elas constituem a estrutura que influencia o comportamento, ao mesmo tempo em que as respostas comportamentais dos agentes a esta estrutura contribuem para reproduzi-la. Nesse sentido elas são o motor da história. O passado encapsulado em elementos institucionais direciona a mudança institucional e conduz as sociedades a evoluírem ao longo de distintas trajetórias institucionais. No Ocidente medieval, como será visto, a trajetória institucional foi muito peculiar na medida em que nem o

Estado (feudal) nem estruturas familísticas foram importantes. A organização da sociedade girava em torno de organizações não familísticas baseadas no auto interesse e autogovernadas – o sistema de vassalagem, as ordens monásticas e militares, as confrarias, a Igreja, as universidades, as corporações de ofício, as assembleias de aldeia e as comunas das cidades. Essas organizações foram vitais para as instituições políticas e econômicas da Europa tanto na Baixa Idade Média e como no período de crescimento moderno.

A modernidade democrática, resultado último de um processo evolucionário de inovações culturais, institucionais e organizacionais pode e, obviamente, deve ser mantida. Entretanto, esta manutenção não é simples e nem está garantida. O risco de decadência, de volta do Estado autoritário (ou mesmo totalitário), estará sempre presente dados os traços permanentes da natureza humana, em especial o desejo de poder. Num plano mais prosaico, a democracia tende sempre a ser corroída pelo patrimonialismo, isto é, a tendência em favorecer parentes e amigos. Durante milhares de anos esta característica da natureza humana forneceu o impulso organizador das sociedades tribais de todas as etnias e em todas as latitudes: sociedades familísticas preponderantemente agnáticas (patrilineares), organizadas em torno de um ancestral comum real ou mítico. A emergência da modernidade na Europa, com a predominância do individualismo nas relações interpessoais e relações não familísticas nos negócios, representou uma ruptura com uma regra multimilenar. Foi praticamente o único lugar onde essa ruptura foi radical, no sentido da eliminação definitiva do tribalismo, mas nem por isso as sociedades europeias ficaram totalmente imunes das consequências deste impulso fundamental da natureza humana que tende sempre a se expressar sob a forma de algum tipo de patrimonialismo clientelístico.

Vários fatores contribuíram para a emergência dessa organização societária durante o período medieval: crenças culturais individualistas, fracas organizações baseadas em laços familísticos, fraqueza institucional do Estado e normas que legitimavam a auto governança. Ao mesmo tempo, os recursos econômicos e coercitivos eram distribuídos com relativa igualdade (uma estrutura feudal fragmentada) de modo que os recursos de muitos indivíduos tinham que ser mobilizados para fazer avançar os interesses de algum grupo.

Desde então, essa forma particular de organização societária – centrada em organizações não familísticas autogovernadas e no individualismo – tem estado por trás do comportamento e dos resultados que levaram ao desenvolvimento político e econômico europeu. Esta organização societária é o denominador comum por trás destes fenômenos históricos peculiares que foram a expansão econômica na Baixa Idade Média, a ascensão da ciência e tecnologia e a criação do Estado moderno europeu. Este último pode ser visto como o resultado da evolução de uma corporação não-familística autogovernada, composta de indivíduos em vez de unidades sociais maiores, como os clãs, onde prevalece a crença de que uma corporação existe para servir seus membros e não o contrário. Historicamente, este processo se deu no período pré-moderno de modo orgânico, de baixo para cima com base em corpos políticos herdados do passado medieval, que tinham a capacidade de restringir o poder de abuso do Estado e influenciar suas políticas.

É notável a semelhança dessa visão de Greif de uma sociedade multifacetada, composta de múltiplos componentes organizacionais independentes, cujos conflitos de interesse tendem a ser resolvidos por processos participativos democráticos, com os *insights* do historiador francês François Guizot, em sua obra do início do século XIX, sobre o que essencialmente distinguia a história da civilização na Europa em relação às demais<sup>33</sup>:

---

<sup>33</sup> «Quand on regarde qui ont précédé celle de l'Europe moderne, soit en Asie, soit ailleurs, y compris même la civilisation grecque et romaine, il est impossible de ne pas être frappé de l'unité qui y règne. Elles paraissent émanées d'un seul fait, d'une seule idée ; on dirait que la société a appartenu à un principe unique qui l'a dominée, et en a déterminé les institutions, les mœurs, les croyances, en un mot tous les développements. En Egypte, par exemple, c'était le principe théocratique qui possédait la société tout entière ; il s'est reproduit dans ses mœurs, dans les monuments, dans tout ce qui nous reste de la civilisation égyptienne. Dans l'Inde, vous trouverez le même fait ; c'est encore la domination presque exclusive du principe théocratique. Ailleurs, vous verrez une autre organisation : ce sera la domination d'une caste conquérante ; le principe de la force possèdera seul la société, lui imposera ses lois, son caractère. Ailleurs, la société sera l'expression du principe démocratique, ainsi il est arrivé dans les républiques commerçantes qui ont couvert les côtes de l'Asie-Mineure et de la Syrie, dans l'Ionie, la Phénicie. En un mot, quand on considère les civilisations antiques, on les trouve toutes empreintes d'un singulier caractère d'unité dans les institutions, les idées, les mœurs; une force unique, ou du moins très prépondérante, gouverne et décide de tout...La coexistence et le combat de principes divers n'ont été, dans l'histoire de ces peuples, qu'une crise passagère, un accident...C'est à la même cause qu'il faut rapporter ce caractère de tyrannie qui apparaît, au nom de principes et sous les formes les plus diverses, dans toutes les civilisations anciennes. La société appartenait à une force exclusive qui n'en pouvait souffrir aucune autre. Toute tendance différente était prosaite, chassée. Jamais le principe dominant ne voulait admettre à côté de lui la manifestation et l'action d'un principe différent...Il n'en a été tout autrement de la civilisation de l'Europe moderne. Sans entrer dans aucun détail, regardez-y, recueillez vos souvenirs ; elle vous apparaîtra sur-le-champ variée, confuse, orageuse ; toutes les formes, tous les principes d'organisation sociale y coexistent ; les pouvoirs spirituel et temporel, les éléments théocratique, monarchique, aristocratique, démocratique, toutes les classes, toutes les situations sociales se mêlent, se pressent ; il y a des degrés infinis dans la liberté, la richesse, l'influence. Et ces forces diverses sont entre elles dans un état de lutte continuelle, sans qu'aucune parvienne à étouffer les autres et à prendre seule possession de la société». Guizot (2011, pos.619, 638,648).

*Quando se olha as civilizações que precederam a da Europa moderna, seja na Ásia, seja em outra parte, incluindo mesmo a civilização greco-romana, é impossível não se impressionar pela unidade que aí reina. Elas parecem emanadas de um fato único, de uma só ideia; dir-se-ia que a sociedade pertencia a um princípio único que a dominou, determinando suas instituições, seus costumes, suas crenças, em uma palavra todos os desenvolvimentos. No Egito, por exemplo, era o princípio teocrático que possuía inteiramente a sociedade; ele se reproduz nos seus costumes e sentimentos, nos seus monumentos, em tudo que nos resta da civilização egípcia. Na Índia, vocês encontrarão o mesmo fato; é ainda a dominação quase que exclusiva do princípio teocrático. Em outra parte, vocês verão uma outra organização: será a dominação de uma casta conquistadora; o princípio da força possuirá sozinho a sociedade, impondo suas leis, seu caráter. Em outro lugar ainda, a sociedade será a expressão do princípio democrático, como aconteceu nas repúblicas comerciais que cobriram as costas da Ásia menor e da Síria, na Ionia, a Fenícia. Em uma palavra, quando se considera as civilizações antigas, encontramos todas impregnadas de um singular caráter de unidade nas instituições, nas ideias, nos costumes e sentimentos; uma força única, ou o menos muito preponderante, governa e decide tudo...A coexistência e o combate de princípios diversos foram, na história desses povos, apenas uma crise passageira, um acidente...É à mesma causa que é preciso relacionar o caráter de tirania que aparece, em nome de princípios e sob as formas mais diversas, em todas as civilizações antigas. A sociedade pertencia a uma força exclusiva que não podia suportar nenhuma outra. Toda tendência diferente era proscrita, expulsa. Jamais o princípio dominante poderia admitir ao seu lado a manifestação e a ação de um princípio diferente...*

*Foi completamente diferente na civilização da Europa moderna. Sem entrar em detalhe algum, olhem, recolham suas lembranças; ela vos aparecerá, no campo, variada, confusa, tempestuosa; todas as formas, todos os princípios de organização social aí coexistem; os poderes espiritual e temporal, os elementos teocrático, monárquico, aristocrático, democrático, todas as classes, todas as situações sociais se juntam, se pressionam; existem graus infinitos na liberdade, na riqueza, na influência. E estas forças diversas encontram-se num estado de luta contínua entre*

*elas, sem que nenhuma consiga sufocar as outras e possuir sozinha toda a sociedade.*

Em síntese, a evolução e consolidação da ordem político-social na Europa a partir da queda do Império Romano é a história de um processo contínuo de introdução de inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais que levou à emergência do mundo moderno, da democracia e da sociedade de consumo. Uma sociedade em permanente processo de mudança. Uma ordem político-social em que a formação de Estados centralizados em competição foi acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes. Não eram ordens sociais de acesso aberto como em uma democracia, porém, tampouco eram ordens de acesso limitado ou de exclusão, devido a competição entre elas e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado, que criavam condições muito peculiares de acesso relativamente aberto e/ou de inclusão. Uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade de iniciativa à população em geral. A Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra resulta desse processo evolucionário e, nesse sentido, deve ser vista mais como uma aceleração de um processo e não como uma ruptura revolucionária. Na verdade, uma segunda e mais forte aceleração, sendo que a primeira ocorreu entre os séculos XI e XIII.

A grande crise do século XIV, marcada pela peste bubônica, interrompe esta primeira aceleração, mas não um processo inédito de evolução da ordem político-social. Acemoglu e Robinson (2012) consideram esta crise como uma “encruzilhada crítica” (*critical juncture*)<sup>34</sup>, uma situação dramática que cria condições para a aceleração e consolidação de mudanças em direção a instituições mais inclusivas. Neste caso, a consolidação de um mercado de trabalho mais inclusivo decorrente do maior poder de barganha dos camponeses causado pela queda dramática da população. Na verdade, diferentemente do que se passou na Europa Oriental, as restrições feudais à mobilidade da mão-de-obra e ao acesso à terra já

---

<sup>34</sup> No capítulo intitulado “Small Differences and Critical Junctures”, Acemoglu e Robinson consideram que as diferenças institucionais entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental eram pequenas: os senhores feudais na última eram ligeiramente melhor organizados, possuíam um pouco mais de direitos e de domínios territoriais consolidados que os da primeira. No entanto, embora pequenas, estas diferenças teriam sido suficientes, numa encruzilhada crítica, para tornar os senhores feudais na Europa Oriental capazes de re-impôr uma segunda servidão mais forte ainda na sua capacidade de extração de excedente agrícola - que seria exportado para a Europa Ocidental – apesar do contexto de escassez de mão-de-obra causado pela peste bubônica.

havia sido fortemente erodidas no período de expansão econômica entre os séculos XI e XIII, bem como as demais instituições feudais já haviam se transformado substancialmente. Portanto, ao contrário do que afirmam Acemoglu e Robinson, institucionalmente as diferenças entre as duas Europas não eram pequenas na saída da crise do século XIV. Como será visto, a trajetória de evolução política/institucional na Europa Ocidental foi peculiarmente distinta daquela na Europa Oriental.

### **3.1. Cultura e Instituições**

A peculiaridade europeia está no caráter *suis generis* dos elementos culturais e institucionais que precedem, e condicionam, o surgimento do Estado moderno ou do capitalismo; a começar pela emergência do Império da Lei que precede a concentração do poder político em Estados centralizados, bem como de instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis que surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar. Enfim, os elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática evoluíram de um modo excepcional e precoce, levando à formação de entidades sociopolíticas (*polities*) de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação.

#### **3.1.1. A Cosmo Visão Judaico-Cristã**

A influência da cosmovisão judaico-cristã contribuiu significativamente para a criação de uma cultura mais favorável ao crescimento econômico sustentado. Primeiramente, pelo fato de que nesta visão o ser humano é visto como o centro da criação divina, estando a natureza a seu serviço. Esta é uma condição essencial para a emergência de uma sociedade que acreditava que a atividade tecnológica tinha o propósito de “fornecer ajuda a muitos pela glória de Deus e para a exaltação de Seu nome” (Klemm, 1964, p.65), uma sociedade que enfatizava cada vez mais uma visão antropocêntrica do mundo, no qual era o desejo de Deus que os humanos aproveitassem da sabedoria de sua criação. Para White (1967) resulta dessa visão uma *dessacralização* da natureza, com o lócus divino/espiritual transferido da

natureza para Deus e os santos<sup>35</sup>. Essa dessacralização da natureza, por sua vez, confere uma grande liberdade na sua manipulação o que é a essência mesma do progresso tecnológico inovador. Em segundo lugar, aponta-se também a concepção linear do tempo, que pode ser regressiva, mas de modo geral foi progressiva, em direção a um mundo melhor, em contraste com as concepções cíclicas predominantes em outras civilizações, onde a ideia de progresso é inexistente. Finalmente, o respeito pelo trabalho presente nos Antigo e Novo Testamento, que na Cristandade Latina Medieval assumirá, começando pelos monastérios, um valor social amplamente respeitado<sup>36</sup>.

É preciso ter em conta, entretanto, que este fator cultural adquire relevância em um contexto específico. Em outros contextos, como no da Cristandade Ortodoxa, essa cosmovisão não gerou os mesmos efeitos<sup>37</sup>. Trata-se de um fenômeno específico da Cristandade Latina<sup>38</sup>. Do mesmo modo, cosmovisões distintas que atuaram efetivamente como barreiras à introdução e difusão sistemática de inovações durante longos períodos em outras civilizações, podem perder esta capacidade ou mesmo serem modificadas para atuarem positivamente no estímulo à adoção de inovações, tal como ocorreu na Ásia a partir do impacto da presença ocidental.

Para Le Goff (1990) as atitudes sociais que se desenvolvem nesse período do processo civilizatório ocidental foram decisivas. Em relação ao trabalho, em especial, o período medieval foi muito importante. Partindo de uma situação herdada do mundo greco-romano de desprezo pelo trabalho (incluindo o de engenheiros) e de uma concepção pessimista do trabalho como maldição, punição, penitência, chega-se por caminhos múltiplos a uma valorização do trabalho e dos trabalhadores; desenvolve-se um conceito próprio e um vocabulário específico ao trabalho e aos

---

<sup>35</sup> Neste famoso trabalho publicado na Revista Science, Lynn White aponta essa dessacralização como a causa histórica da crise ecológica atual. Neste trabalho ele retoma algumas ideias publicadas anteriormente em seu influente livro de 1962, colocando uma ênfase que parecia ser negativa em relação a esses fatores culturais. Reagindo à polêmica causada pelo artigo, White procurou clarificar sua posição afirmando que no antropocentrismo da cosmovisão judaico-cristã a natureza deve servir sim à humanidade, porém deveria ser manejada diligentemente ('stewardship') de modo a conservar sua capacidade de provimento de meios de vida. E entende, como São Francisco de Assis, que ele propõe como Santo patrono do ambientalismo, que o direito de existir se estenderia a toda a criação independentemente de sua utilidade.

<sup>36</sup> Livinstone (1994) defende que a despeito de numerosas qualificações e críticas a ênfase de Lynn White no papel da religião na tecnologia medieval tem resistido.

<sup>37</sup> Caracteristicamente, as ordens monásticas nessas regiões eram fundamentalmente contemplativas.

<sup>38</sup> Mokyr (2016, p.143) fala em "virada pragmática da Igreja Ocidental na alta Idade Média", considerando-o um evento chave na moderna história econômica.

trabalhadores. Os mosteiros tiveram um papel crucial nesse processo, na solução do que pode ser considerado um conflito socioideol3gico sobre o trabalho a partir da regra de São Bento, **ora e labora**. O trabalho seria penitência sim, mas uma penitência bendita<sup>39</sup>.

O conflito entre as duas grandes ordens monásticas do tempo, Cluny e Citeaux, teve como uma de suas motivaes precisamente o peso relativo que se deveria atribuir a cada uma dessas injunes beneditinas. No final vence a visão (de Citeaux) do trabalho como dignificante da pessoa humana, digno das bnes celestes como as representadas pelos santos padroeiros das **corporates de ofício**. Estas corporates, como será visto mais adiante, foram inovaes organizacionais decisivas para as revolues comercial e pré-industrial medievais. Para Oxele (1990) a consolidação no século XI do esquema mental das três ordens associada a três funes sociais, que justapunha a função social do trabalho junto com as funes sociais da oração e da proteção militar (*oratores, bellatores et laboratores*), revela uma notável valorização do trabalho. Os *laboratores* começaram a aparecer de modo bem mais ativo no cenário hist3rico através de organizaes sociais de camponeses, artesões e mercadores, que se agrupam em associaes juramentadas por juramentos públicos mútuos de ajuda e proteção recíprocas.

### 3.1.2. O Individualismo e o Padrão Europeu de Casamento (PEC)

O excepcionalismo europeu é evidente já no processo de saída do tribalismo para formas de organização social estatal. A viabilidade de um Estado depende de um deslocamento da lealdade dos indivíduos do grupo familiar/cl para o Estado. No caso da China visto acima, mas também nos casos da ndia e do mundo islâmico, as instituies baseadas em territ3rio e autoridade legal centralizada tiveram que ser superpostas sobre sociedades tribais fortemente segmentadas, baseadas em linhagens agnticas (patrilineares). Entretanto, em nenhum destes casos foram bem-sucedidos os esforços “de cima para baixo” realizados com a finalidade de abolir as relaes familísticas como base da organização social local. Em

---

<sup>39</sup> A valorização do trabalho manual e da sua contrapartida inseparável, a ferramenta, gerou est3rias milagrosas como aquela do milagre operado pelo Prior de um mosteiro que teria, através da oração, recuperado uma ferramenta muito importante que havia caído no tanque, fazendo-a voltar ao cabo de madeira da qual havia se soltado. Ver Le Goff, 1990.

consequência, em grande medida a história do desenvolvimento institucional dessas sociedades gira em torno do esforço dos grupos familísticos em retomar posições no quadro político. Nos termos de Fukuyama (op. cit., p.229), nessas sociedades se observa um “esforço permanente de **repatrimonialização** do jogo político”.

No caso europeu as redes de relações familísticas como base do jogo político desaparecem com a emergência do feudalismo. Este desaparecimento se deveu a ação de duas forças agindo simultaneamente. A primeira foi a capacidade de influência sociocultural da Igreja católica que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento na Europa Ocidental (PEC). Como mostrou Goody (1983), o padrão mediterrâneo era fortemente patrilinear, resultando numa sociedade segmentada em grupos endógamos com fronteiras rigidamente definidas, e com uma certa preferência para o casamento entre primos. Havia estrita separação de sexos e poucas oportunidades para a mulher ter propriedade ou participar da esfera pública.

A Igreja católica como instituição religiosa foi um fator distintivo decisivo na evolução das instituições na Europa Ocidental por sua capacidade de ação e influência. Esta instituição religiosa conseguiu se institucionalizar como um ator político independente em um nível desconhecido por autoridades religiosas em outras sociedades. Na China não se desenvolveu uma alternativa mais sofisticada de religião que a veneração dos espíritos dos ancestrais. No caso da Índia e do mundo muçulmano, ao contrário, a inovação religiosa foi decisiva, sendo que em ambos os casos ela serviu como importante contraponto ao poder político. No entanto, em ambos a autoridade religiosa nunca se cristalizou em uma instituição única, centralizada e burocrática, independente do Estado.

No novo padrão de casamento promovido pela Igreja Católica a herança era bilateral (pelo homem e pela mulher), o casamento inter primos banida e a exogamia estimulada. Também foram proibidas outras estratégias familísticas para manter a propriedade dentro do grupo familiar como o casamento das viúvas dentro da família, o repúdio (divórcio) da mulher pelo homem, a concubinação e a adoção de crianças na falta de um herdeiro masculino. A mulher tinha maiores direitos de propriedade e

de participação da vida pública<sup>40</sup>. Ao notar o papel das mulheres na conversão de reis pagãos que tiveram um papel crucial na expansão do cristianismo na Europa, a começar pela conversão de Clovis, rei dos Francos, no século VI, sob influência decisiva da esposa Clotilde, Pernoud (1980) se pergunta se teria sido uma mera coincidência. Para ela o significativo número de casos semelhantes mostra que não foi uma mera coincidência e sim o resultado da forte atração que o cristianismo exercia sobre as mulheres ao proclamar e promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, tendo elas se tornado ativas evangelizadoras<sup>41</sup>. Por volta do final do século IV, sob influência do cristianismo, a lei civil romana foi modificada, tendo sido retirado o direito de vida e morte do pai sobre os filhos, o que beneficiou em especial as filhas que tendiam a ser sacrificadas se já houvesse uma primogênita.

É digno de nota também que esse padrão de casamento promovido pela Igreja não deve ter encontrado resistências por parte das tribos germânicas que invadiram o Império Romano, a julgar pelas evidências disponíveis sobre as características destas sociedades tribais. Entre essas características Jones (1987, pp.14,15) chama a atenção para a persistente tendência em manter o crescimento da população um pouco abaixo do que seria seu máximo de modo a manter terras disponíveis para pastagens e florestas, tendo como resultado um padrão de consumo (alimentar sobretudo - carne) acima daquele prevalecente na Ásia. Os indivíduos nestas sociedades tribais estavam dispostos a trocar, na margem, crianças por bens de modo a manter um dado padrão de consumo. Hajnal (1965), em trabalho clássico, procurou mostrar que o padrão de casamento que prevaleceu na Europa medieval era peculiarmente distinto. Entre outras características haveria uma prevalência de casamentos mais tardios e de uma alta percentagem de indivíduos que não se casavam – as mulheres tinham o direito a não casar! Os indivíduos eram estimulados a formar algum pecúlio antes de casar e constituíam famílias nucleares,

---

<sup>40</sup> Para Goody (1983) a motivação da Igreja católica nesse sentido teria sido menos teológica do que institucional, na medida em que ela seria a beneficiária maior da herança daquelas que morriam sem deixar herdeiros. Por esta visão o status elevado da mulher na Europa Ocidental teria sido um efeito colateral acidental dos interesses da Igreja!

<sup>41</sup> Além de Clotilde no que viria a ser a França, a conversão dos Lombardos no Norte da Itália se deveu em grande medida a Theodolinda, esposa do rei Agilulf; na Espanha Theodósia se casa em 573 com Leogivilde, Duque de Toledo, que restaurou a autoridade real, e o converteu ao catolicismo; na Inglaterra cerca de vinte anos depois, Bertha de Kent obteve a conversão do rei Ethelbert; por toda a Europa as mulheres foram um fator decisivo na conversão dos povos pagãos ao cristianismo. Ver Pernoud, (1980, pp.18,19).

relativamente independentes de círculos familísticos mais amplos, sendo que este padrão de comportamento poderia ser retraçado desde o segundo milênio A.C.

Van Zanden (2009, p.105), por sua vez, considera outro aspecto desse novo padrão de casamento, que era o casamento por consentimento. Até o século X o casamento era um assunto secular, com o pai escolhendo um noivo para a filha e recebendo alguma recompensa. Esta situação muda a partir da 'revolução papal' de 1054-1150, quando a Igreja assume o controle dos casamentos, com as cerimônias dos casamentos sendo realizadas nas igrejas e não mais nas casas das noivas. Finalmente a Igreja decidiu sobre um debate que vinha desde Santo Agostinho, sobre se o que validava o casamento era o consentimento dos noivos ou apenas o fato da união carnal. A decisão foi de que o consentimento era o elemento definidor de um casamento válido. Os noivos é que, perante Deus, se casavam. O padre apenas presidia o ato. Esta doutrina evidentemente representava um grande avanço nas liberdades individuais. Um casamento forçado pelo pai com violência física sobre a filha ou ameaça de deserdá-la era considerado nulo.

Evidentemente, o casamento por consentimento na Europa representou um empoderamento da mulher e um enfraquecimento da autoridade parental sobre os filhos em idade de casar-se (14 anos para homens e 12 anos para mulheres). O contraste não poderia ser maior em relação à China ou ao mundo islâmico, onde o contrato de casamento (até os dias de hoje) é entre as famílias/clãs e não entre os noivos. Porém, para Van Zanden, embora os ensinamentos da Igreja sobre o casamento e os padrões de transmissão de herança tivessem dado mais liberdade aos jovens para desafiar a autoridade parental, teria sido a ascensão dos mercados de trabalho na Europa que deu os meios práticos para eles se tornarem independentes.

Para ele, de certo modo, o PEC teria sido uma adaptação institucional do casamento, e do comportamento reprodutivo humano em geral, a uma situação de rápida expansão das oportunidades de emprego e das relativamente elevadas remunerações no século depois da peste negra. Uma estratégia reprodutiva desenvolvida por assalariados – homens e mulheres, estando enfronhada em uma estrutura institucional maior na qual as trocas de mercado e a confiança no funcionamento dos mercados eram de fundamental importância. Em resumo, o PEC

teria resultado da inter-relação de 3 fatores: ideológico (os ensinamentos da Igreja), o desenvolvimento do mercado de trabalho (em particular depois de 1348), e um sistema específico de transmissão de herança que favoreceu o trabalho assalariado pela mulher (ver van Zanden, op.cit., p.121). Para Henrich (2015), no entanto, a direção de causalidade é clara: a imposição de um novo padrão de casamento pela Igreja precede e foi determinante para tudo o mais: desde o desenvolvimento dos mercados, passando pelas corporações, pelo avanço do individualismo, pela mobilidade das pessoas, até a própria natureza do estado moderno<sup>42</sup>.

O que parece claro como resultado da pesquisa sobre o PEC, é que ele mostra que desde cedo a sociedade europeia era **individualista**<sup>43</sup> no sentido de que eram os indivíduos e não suas famílias ampliadas (seus clãs) que tomavam importantes decisões sobre casamento, propriedade e outras questões pessoais. Desse modo, as instituições de Estado foram superpostas em sociedades onde os indivíduos já gozavam de uma grande liberdade em relação às obrigações sociais familísticas. Por esta razão Fukuyama (op.cit.,p.231) considera apropriado dizer que na Europa o **desenvolvimento social precedeu o desenvolvimento político**.

Na Inglaterra, desde o final do século XII os servos de gleba já vendiam, compravam ou arrendavam suas terras sem a permissão dos senhores. A partir do começo do século XVI o direito dos indivíduos de alienar livremente suas propriedades ainda em vida e mesmo deserdar os filhos em testamentos estava bem estabelecido na Lei Comum inglesa (*Common Law*). Este fato é extremamente significativo, pois uma das características fundamentais das sociedades camponesas na Europa Oriental e no mundo em geral eram as severas limitações que as obrigações familísticas impunham à posse da terra.

---

<sup>42</sup> Para ele as características do que ele chama de FMP (Family Marriage Programme) são: 1-) famílias monogâmicas com residências próprias; 2-) casamento mais tardio, devido a importância da escolha pessoal, o desafio de achar não-parentes e as exigências financeiras de estabelecer uma nova residência; 3-) muitas mulheres nunca casam (15 a 20% na Europa do Norte - era possível entrar em um convento; na China apenas 1 a 2% das mulheres permanecia solteira até os trinta anos); 4-) famílias menores e fertilidade mais baixa; 5-) período de trabalho antes do casamento. Ver Henrich (2015, p.194).

<sup>43</sup> A falácia de Hobbes: a ideia de que os seres humanos eram primordialmente individualistas e que eles resolveram se organizar em sociedades como resultado de um cálculo racional de que a cooperação social era a melhor maneira de atingir suas finalidades individuais. O que ocorreu na verdade foi o inverso: foi o individualismo e não a sociabilidade que se desenvolveu ao longo da história humana. E ele só se mantém hoje porque foram desenvolvidas instituições que se sobrepõem aos instintos comunais naturais aos seres humanos. Ver Fukuyama (op.cit., p.29).

Tradicionalmente nas sociedades organizadas com base em estruturas familísticas a mulher somente adquiria uma personalidade legal através do casamento e da geração de um herdeiro masculino. Nesse sentido, o direito legal da mulher possuir e poder dispor de propriedade é um sinal de um processo avançado de decadência destas estruturas. Na Inglaterra já no século XII a mulher tinha direito a possuir e vender livremente propriedade fora dos círculos familísticos. Podia também processar e ser processada, bem como fazer testamentos e contratos sem a permissão de seus parentes masculinos. Outro fato notável foi o surgimento no século XIII dos ‘contratos de manutenção’ entre pais e filhos. Esta foi a forma encontrada pelos pais, que haviam passado em vida a propriedade aos filhos, para se proteger de um possível descaso destes quando da velhice. Havia, portanto, o risco de abandono pelos filhos quando em idade avançada, algo impensável nas sociedades familísticas tradicionais.

A segunda força em ação na destruição das relações familísticas como base da organização social foi a forma peculiar do feudalismo europeu. Para Bloch (1949) o feudalismo, formado “no cadinho fervente” de invasões e desordens imensas, foi uma desesperada resposta de autodefesa que exigiu encontrar formas de articulação entre grupos isolados não relacionados familiarmente (o sistema de vassalagem). Em outras palavras, o feudalismo surgiu como uma alternativa não familística de organização social. As estruturas familísticas não ofereciam uma proteção adequada na medida em que já se encontravam fortemente comprometidas pela prevalência da dualidade de descendência - patri e matri linear, um indicativo de relações familísticas com fronteiras pouco rígidas. Por esta razão é que o sistema de vassalagem não existiu nas regiões onde grupos agnáticos poderosos sobreviveram, como nas bordas do Mar do Norte (Vikings) ou nas áreas Celtas das Ilhas Britânicas. A essência do feudalismo, portanto, foi a submissão voluntária de um indivíduo a outro, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço.

Desse modo, durante o período medieval, antes do início da formação dos Estados nacionais e séculos antes da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, as sociedades europeias no Ocidente já haviam se tornado muito mais individualistas do que qualquer sociedade contemporânea a elas. Uma transformação que não resultou, portanto, destas grandes mudanças modernizantes,

mas, ao contrário, foi um elemento importante para a explicar a ocorrência delas. Assim, a economia capitalista emergente não teve que enfrentar, como na China e na Índia, a resistência de grandes grupos familísticos com substancial propriedade a proteger, mas, ao contrário, avançou em sociedades onde a propriedade trocava de mãos rotineiramente entre estranhos (não-parentes).

As instituições sociais de caráter feudal, baseadas em contrato voluntário entre suserano e vassalo, em vez de relações de parentesco, estimulam o individualismo, bem como a ampliação do entendimento sobre personalidade legal. Do mesmo modo, em um plano cultural, é preciso ter em mente que era o indivíduo e não o grupo social que estava no centro da teologia cristã. Por volta do final do século XII também a relação entre senhor e camponês passa a ter um caráter contratual. A partir desse ponto, toda revolta camponesa na Europa Ocidental passou a ser uma expressão da indignação humana relativamente à quebra de contrato pelo senhor e uma reivindicação ao direito de liberdade. Isso não acontecia em sociedades onde os direitos à terra eram baseados em relações familísticas ou na dominação de um clã sobre outro.

Outro impacto político importante das relações feudais tem a ver com a eficácia da governança. Por serem contratuais e mais hierárquicas, as instituições feudais eram mais flexíveis e com maior capacidade de ação coletiva do que aquelas baseadas em relações familísticas. Uma vez estabelecidos legalmente os direitos senhoriais feudais eles não eram mais sujeitos a constantes renegociações tal como ocorria com relação à autoridade dentro dos sistemas familísticos. Um senhor feudal podia falar em nome da comunidade sob sua tutela de um modo que nenhum líder tribal podia.

Em resumo, o histórico do desenvolvimento político na Europa Ocidental foi muito peculiar quando comparado com aqueles de outras partes do mundo. A começar por este processo radical de saída do tribalismo. O individualismo no plano social surgiu séculos antes dos Estados modernos e do capitalismo, de modo que as instituições estatais não tiveram que ser impostas de cima para baixo por elites guerreiras em cima de organizações tribais. Estas instituições evoluíram socialmente de baixo para cima principalmente através de regras estabelecidas por uma instituição religiosa independente.

### 3.1.3. O Império da Lei e o Estado

Além dessa saída peculiar do tribalismo, também o processo de formação do Estado foi excepcional na medida em que baseado menos na capacidade militar dos construtores de Estado do que na sua habilidade de prover justiça. Nesse sentido, o crescimento do poder e da legitimidade dos Estados europeus foi inseparável da emergência do Império da Lei.

Os primeiros Estados europeus dispensavam justiça, mas não necessariamente a Lei. A Lei constitui-se de um corpo de regras abstratas de justiça responsáveis pela coesão de uma dada comunidade. Nas sociedades pré-modernas a Lei era suposta ter sua origem numa autoridade superior a qualquer legislador humano, seja uma autoridade divina, um costume imemorial ou a natureza. A Legislação, por sua vez, corresponde ao que hoje é chamado de lei positiva, sendo uma função do poder político, ou seja, a habilidade do rei, do senhor da guerra, do presidente ou do legislativo em elaborar e fazer valer novas regras com base em uma combinação de poder e autoridade. O 'Império da Lei' existe somente quando um corpo de leis preexistente (baseado num texto religioso ou numa Constituição como nos Estados modernos) é soberano em relação à legislação, significando que aqueles que detém o poder político são limitados pela Lei. A distinção entre Lei e Legislação corresponde atualmente à distinção entre leis constitucionais e leis ordinárias. A prevalência do Império da Lei implica, portanto, uma limitação ao poder do Estado.

O Império da Lei depende, desse modo, da preexistência de um corpo de leis que representa a vontade de toda a comunidade e que é superior à vontade dos governos e por isso limita o escopo dos atos legislativos destes. Fukuyama (op.cit., p.251) concorda com o *insight* fundamental de Hayek (1976) de que a lei tende a se desenvolver com base na evolução descentralizada das regras sociais, mas pondera que historicamente se observa importantes discontinuidades neste processo evolucionário que somente podem ser explicadas pela intervenção de uma autoridade política. No próprio caso inglês, que é a principal referência de Hayek, foi o que aconteceu na transição da Lei costumeira para a Lei Comum (*Common Law*), com a interferência da Igreja e da monarquia. A Lei Comum não foi uma versão formalizada e escrita das leis costumeiras anteriores, mas uma lei fundamentalmente distinta.

Primeiramente porque as próprias leis tribais costumeiras começam a ser minadas com a conversão ao cristianismo a partir da chegada no século VI do monge beneditino Augustine. Elas sofreram um forte impacto com as novas regras sobre casamento e propriedade que permitiram as mulheres ter propriedade e legar herança. Regras estas que não surgiram espontaneamente de experimentos de juízes locais ou das comunidades, mas sim ditadas diretamente por uma instituição religiosa com poder para tanto.

Por sua vez, a introdução e difusão da Lei Comum representou também um fator de descontinuidade na evolução da lei costumeira. Sua introdução e disseminação era de interesse do Estado inglês em processo de consolidação. A promulgação de uma Lei Comum uniforme para todo o reino foi um instrumento fundamental na expansão do poder do Estado no período que se seguiu à conquista normanda no século XI. A dinâmica deste processo resulta da própria estrutura dos estados feudais, na qual os reis nada mais eram que *primus inter pares* dentro de uma ordem feudal descentralizada. Eles passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer a autoridade e manter as comunicações num mundo fracionado em vilarejos e feudos isolados. Um dos principais serviços que o rei podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. Evidentemente era de todo interesse do rei expandir a jurisdição de seus tribunais, na medida em que isto aumentava sua autoridade e prestígio, mas também pelo fato destes serviços serem pagos. As cortes reais itinerantes tinham a vantagem de serem mais imparciais na medida em que tinham menos ligações com os litigantes do que as cortes senhoriais locais. Também apresentavam vantagens procedurais como a capacidade de compelir os cidadãos a servirem como jurados e, com o tempo, passaram a gozar de economias de escala e de escopo. A administração da justiça requer trabalho especializado e com melhor educação.

A Lei Comum na Inglaterra foi assim chamada porque sintetiza uma miríade de regras costumeiras locais e regionais numa única lei comum em que o precedente em uma região é aplicável em todo o reino. Além disso, é aplicada em todo o reino por uma rede de juízes trabalhando dentro de um sistema legal unificado muito mais sistemático e formal do que a colcha de retalhos das regras costumeiras de origem tribal. A conquista normanda e o decorrente fortalecimento da centralização do poder

real de Estado deram um impulso decisivo na evolução da lei costumeira. Esta centralização cria uma série de situações para as quais as leis costumeiras não eram adequadas. Também as cortes reais acabaram servindo como arquivos para questões não contenciosas como o registro de propriedades e transferências de terras. Em resumo, no caso da Inglaterra, os tribunais reais foram bem-sucedidos na competição com tribunais senhoriais locais por serem mais imparciais e tecnicamente mais eficientes.

No entanto, as condições para o funcionamento apropriado do Império da Lei vão além de aspectos institucionais e/ou procedurais. É necessário que este seja percebido como justo, não podendo haver exceções. Os próprios reis, bem como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor derivava em última instância de uma sanção religiosa. O Império da Lei no seu sentido mais profundo significa, portanto, que existe um consenso dentro da sociedade de que suas leis são justas, sendo que elas devem preexistir e balizar o comportamento de quem quer que seja o governante em cada momento. A Lei é soberana e não o governante. Este último somente possui legitimidade na medida em que deriva seus poderes da Lei. No passado a principal fonte de leis justas fora da esfera da ordem política era a religião. Na Europa o Império da Lei teve suas raízes no Cristianismo.

No entanto, para que estas leis fossem acatadas pelos governantes era condição necessária que a autoridade religiosa tivesse se afirmado de modo independente da autoridade política. Após a queda do Império Romano e o conseqüente enfraquecimento do poder político, uma autoridade religiosa cristã, a Igreja católica, foi capaz de afirmar sua independência. Esta independência foi se perdendo na medida em que o poder político se recupera e cada vez mais a nomeação de Bispos e mesmo Papas passou a ser prerrogativa dos poderes políticos locais e regionais, além do próprio imperador. No entanto, no final do século XI a Igreja foi capaz de novamente, e de forma incisiva, afirmar sua independência dos poderes seculares.

Esta capacidade, sem dúvida, dependeu naquele momento da energia, tenacidade e determinação de um homem como o monge Hildebrando que se tornou Papa em 1073 sob nome de Gregório VII. Ele estava determinado em acabar com a corrupção e o **rentismo** (*rent seeking*) que este sistema de nomeações promovia,

reforçado pelo fato de que o casamento era permitido aos religiosos e que podiam legar aos filhos a propriedade que deveria ser da Igreja. A obrigatoriedade do celibato resolve este último problema. Para resolver o primeiro era necessário atacar diretamente o direito de nomeação de Bispos e padres pelos poderes seculares, conferindo-os com exclusividade à própria Igreja. Mais ainda, ele defendia a supremacia legal dos papas sobre todos os cristãos, incluindo o imperador (que poderia ser deposto).

A reação do Imperador Henry IV foi de tentar depor o Papa, que revidou excomungando-o. A excomunhão teve por efeito levar o imperador em 1077, em episódio histórico, a humildemente de pés descalços no inverno pedir perdão a Gregório VII que o esperava na fortaleza de Canossa (norte da Itália). No entanto, esse conflito sobre o 'direito de investidura' somente terminará em 1122, depois de muitas idas e vindas (Gregório VII morreu no exílio em 1085) com a Concordata de Worms, através da qual o imperador Henry V, filho de Henry IV, reconhecia o direito da Igreja nas investiduras (nomeações) e esta, por sua vez, reconhecia o direito do Imperador numa série de matérias temporais. A capacidade da Igreja levar adiante a política de independência iniciada por Gregório VII, de se firmar como um poder político autônomo, dependia certamente da peculiar situação de fragmentação política da Europa ocidental, fragmentação esta que se exacerba novamente após o fim da centralização carolíngia de Carlos Magno no século IX. Esta fragmentação permitia à Igreja buscar proteção contra ameaças seja do Imperador, seja de qualquer outro senhor da guerra, nos respectivos rivais. Os reis do reino Normando na Sicília tiveram um papel decisivo no apoio à Igreja contra Henry IV e seu filho Henry V, imperadores do Sacro Império Romano Germânico.

Para Fukuyama, além de contribuir para o processo de consolidação da institucionalização da Igreja como poder político autônomo, como organização de grande complexidade e capacidade de adaptação, o conflito em torno do direito às nomeações (conflito da investidura) teve como consequência uma separação mais clara dos domínios dos poderes espiritual e temporal, abrindo assim o caminho para a emergência do Estado secular moderno. Depois de um longo e conflituoso processo, atingiu-se um compromisso sobre os respectivos e separados domínios dos poderes espiritual da Igreja e temporal do Estado, divisão de trabalho esta que estabeleceu as bases para o surgimento e consolidação do Estado secular.

Por último, este conflito foi importante para o desenvolvimento tanto da **Lei** como do **Império da Lei** na Europa. Para o desenvolvimento da **Lei** na medida em que este conflito estimulou os esforços da Igreja para ganhar legitimidade através da formulação de um cânon legal sistemático, o direito canônico. Para o desenvolvimento do **Império da Lei** na medida em que a Igreja foi capaz de criar um domínio separado e bem institucionalizado de autoridade espiritual com jurisdição universal e, ao fazer isso, levou a um movimento similar de resposta por parte de dos reis em toda Europa. Estas são as origens do Estado secular, uma verdadeira revolução civilizacional<sup>44</sup>.

A partir da reforma gregoriana a Igreja pouco a pouco adquire uma estrutura de Estado, com uma legislação própria, o Direito Canônico, e uma burocracia profissional, similar à que se desenvolvera na China séculos antes. A reforma gregoriana ofereceu não somente um modelo burocrático e legal para os novos Estados centralizados que começam a emergir na Europa, como também estimulou o surgimento de uma pluralidade de novas formas legais relativas a distintos domínios – o feudo, a cidade, o comércio de longa distância, o que motivou a competição entre jurisdições. Particularmente importante foi a ascensão das cidades independentes para o desenvolvimento da lei comercial em função da sua dependência em relação ao comércio externo. Assim, o Império da Lei passou a existir antes do poder político se concentrar nas mãos de governos centralizados.

No esforço de busca de fontes da lei que pudessem fortalecer a reivindicação de jurisdição universal em determinadas matérias, os sucessores de Gregório VII redescobriram o Código Justiniano no final do século XI. A partir de então, até os dias de hoje, este Código permanece como base das leis civis praticadas em toda a Europa continental e nos países colonizados ou influenciados por ela. O vigor deste *revival* do direito romano resultou em grande medida do fato de que os estudos legais haviam sido estabelecidos sobre novas bases institucionais com a ‘invenção’ da

---

<sup>44</sup> “Os céus pertencem ao Senhor, mas a terra foi dada por Ele aos filhos dos homens”, foi a resposta do filho de Henrique IV às injunções de um padre para que ele não enforcasse um conde sob as muralhas do seu castelo de modo a não sofrer as iras de Deus. Moore (2000). *The First European Revolution*, c.970-1215, Oxford, apud Holland (2008, p.XXII). Holland observa que esta foi uma revolução tão bem sucedida que o Papa Gregório acabou por ser lembrado historicamente apenas como um grande reformador da Igreja. É claro que a constituição de Estados seculares não era sua intenção, mas foi uma incrível consequência inesperada de sua ação. Uma ação que ocorreu num momento propício, em meio às condições que geraram a grande transformação do século XI.

Universidade, começando em Bolonha em 1088<sup>45</sup>, a partir das escolas das Catedrais.

O novo currículo legal da Universidade de Bolonha atraía estudantes de toda Europa. Logo as demais universidades começam a competir fortemente nesse domínio, com destaque para a Universidade de Paris. Desse modo, o sofisticado sistema legal do Código Justiniano pode ser usado como modelo para a lei nas diversas regiões. Depois de um período inicial de reconstrução e reprodução do direito romano, gerações de *scholars* foram mais longe na busca das fundações intelectuais da lei, indo até os filósofos gregos. Os filósofos clássicos como Aristóteles consideravam que a tradição legal recebida deveria ser submetida à razão humana e confrontada com padrões mais universais de verdade. Nesse sentido, a recuperação da tradição filosófica clássica nas universidades europeias, sobretudo pelo trabalho de São Tomás de Aquino na Universidade de Paris, encorajou sucessivas gerações de comentadores legais a irem além da reprodução mecânica de um corpo de leis existente, para refletir racionalmente sobre as fontes da lei e como ela poderia ser aplicada em novas situações. Uma classe separada de especialistas legais emerge das corporações universitárias, e que passa a agir de modo análogo a uma corporação de ofício no aperfeiçoamento da sua 'arte'. Com o tempo tanto as autoridades religiosas como as laicas vieram a compreender que deveriam confiar no conhecimento de especialistas legais ao tomar decisões, em especial na esfera comercial onde contratos e direitos de propriedade eram fundamentais<sup>46</sup>.

É preciso considerar ainda que o papel da nova instituição foi muito além da formação de quadros profissionais. A diferença fundamental da Universidade em relação aos demais tipos de instituições de ensino superior existentes até então na Europa e em outras sociedades, era a liberdade e autonomia de pesquisa, de debate. Refletindo sobre o fato de que as universidades burlavam abertamente as restrições da Igreja sobre a dissecação de cadáveres, Schachner (1938, p.3)<sup>47</sup> constata que:

---

<sup>45</sup> Em 1158, o Imperador Federico I promulga uma "Constitutio Habita" (lei orgânica da universidade) que transforma praticamente a Universidade de Bolonha em uma Cidade Estado.

<sup>46</sup> Berman (1983,2003), procura mostrar como as elaboradas leis contratuais e de transações de crédito deste período sobreviveram a sucessivas mudanças econômicas e se constituíram em uma base essencial da economia capitalista de livre concorrência que emergiu no século XIX.

<sup>47</sup> Nathan Schachner. The medieval Universities. New York: Frederick A. Stokes. 1938. Apud Stark (2014).pos.3081.

*“A universidade era a querida, a criança mimada, de todos, do Papado e do Império, do rei e da municipalidade. Privilégios eram concedidos para as orgulhosas universidades num fluxo dourado contínuo; privilégios que não tinham contrapartida, nem antes, nem depois, nunca. Nem mesmo as hierarquias sagradas da Igreja tinham tantas isenções quanto o pobre universitário pedinte que solicita a proteção de uma Universidade. As municipalidades competiam violentamente pela honra de sediá-las entre seus muros; reis escreviam cartas de sirenes para atrair grupos de ‘scholars’ descontentes dos domínios dos rivais; Papas intervinham com linguagem de ameaças para compelir a realeza a respeitar a inviolabilidade dessa instituição favorita”.*

Para Le Goff (2000), esta nova instituição surge e se afirma em uma nova paisagem intelectual da cristandade ocidental, centrada em um espaço cultural comum das cidades e não mais incarnada na fragmentação geográfica e política da alta idade média, o que permite o surgimento do intelectual como um tipo sociológico novo. Uma evolução escolar que se inscreve na revolução urbana que ocorre entre os séculos X e XIII. O curriculum universitário e o processo de seleção através de exames representou um modo revolucionário de recrutamento das elites governantes. Embora a maior parte dos estudantes tivesse origem nobre inicialmente e, pouco a pouco, cada vez mais burguesa, um número significativo tinha origem camponesa, o que permitiu uma real ascensão social. Os novos intelectuais universitários serão em sua maioria ‘intelectuais orgânicos’, fiéis servidores da Igreja e do Estado. Porém, um número importante entre eles será, por força mesmo da liberdade universitária, de intelectuais críticos, bordejando a heresia.

Agindo corporativamente, professores e estudantes universitários vão cada vez mais se constituir em um poder político, um *player* importante. A começar na própria ascensão dos centros urbanos. Para Le Goff (op.cit., p.VI) o mercador não foi o único, nem mesmo talvez o mais importante, ator da gênese urbana medieval. Todos aqueles que “através de sua ciência da escrita, sua competência no direito, em particular no direito romano, seu ensino em artes ‘liberais’...merecem ser considerados como intelectuais do crescimento urbano, um dos principais grupos socioprofissionais aos quais a cidade medieval deve seu poder e fisionomia”.

Também no plano político mais geral, o papel das universidades e dos universitários foi muito importante<sup>48</sup>.

#### **3.1.4. Religião, Instituições e a Lei**

Na China a religião não refletia um consenso sociocultural, mas tendia a ser uma fonte de protesto social. O Estado chinês jamais reconheceu alguma fonte religiosa de autoridade superior à sua própria e sempre controlou facilmente toda classe sacerdotal que tenha existido. Portanto, nunca houve na China um Império da Lei baseado em autoridade religiosa. Seguindo a tradição legalista, as leis primárias eram consideradas com leis positivas. Ou seja, a Lei era o que quer que o imperador decretasse.

Na Índia a situação era completamente diversa. A religião Bramânica, que se desenvolveu no mesmo período de formação dos Estados indianos, foi capaz de subordinar a classe político/guerreira à classe sacerdotal. A Lei era fortemente enraizada na religião. Não havia um campo secular separado de elaboração de leis. No entanto, a classe sacerdotal (Brahmins) não era organizada dentro de uma Igreja de forma hierarquizada como no Ocidente. Ela agia de forma fragmentada, dividida em espécies de subclasses definidas pelas funções exercidas (os que conduziam os ritos de investiduras de reis, os que conduziam os funerais etc.). Jamais se subordinaram ao Estado, nem se transformaram em funcionários, mas foram incapazes de ação coletiva através de uma hierarquia institucional. Na área de domínio da Civilização Islâmica também houve Império da Lei com base em autoridade religiosa, mas não uma instituição religiosa independente do Estado.

Os governantes nessas duas regiões reconheciam que estavam submetidos a uma lei maior que eles não haviam criado. No entanto, o grau em que este reconhecimento impunha restrições efetivas aos seus poderes dependia das condições institucionais sob as quais se formulavam as leis e se as aplicavam: se as

---

<sup>48</sup> As Universidades como poder político tiveram um papel decisivo, por exemplo, na França quando da sucessão dos Capetos aos Valois, na guerra dos cem anos (no assassinio de Joana d'Arc). Na Inglaterra na luta dos barões feudais contra os reis no século XIII e nas sucessões dos séculos XIV e XV. Na construção dos Estados Tcheco, Polonês e Escocês. Nos grandes concílios da Igreja. Ver Le Goff (2000).

leis eram codificadas em um texto respeitado, com autoridade; se o conteúdo da lei era determinado por especialistas legais ou por autoridades políticas; e, se a lei era protegida por uma ordem institucional separada da hierarquia política, possuindo seus próprios recursos e poder de indicação de seus membros.

Na Europa Ocidental o Império da Lei foi institucionalizado num grau bem maior do que na Índia e no mundo islâmico, ou mesmo do que na Europa Oriental. Além das especificidades dos Estados feudais, o fator explicativo fundamental para esta diferença foi a presença de uma instituição religiosa que obteve um grau de autonomia e influência sem paralelos em outras civilizações<sup>49</sup>. Como resultado, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também do próprio processo de construção do Estado moderno.

Nesse sentido, a peculiaridade do processo de construção de instituições estatais no período medieval na Europa está em que a legitimidade e a autoridade dos estados estavam condicionadas pela habilidade em dispensar justiça com base num corpo de leis considerado legítimo por todos. O caso da Inglaterra foi o mais representativo e precoce nesse sentido. O Estado inglês, o mais centralizado da Europa até o século XIV, se desenvolveu a partir das cortes reais e de sua habilidade em oferecer justiça em todo o reino. As origens do Império da Lei, condição necessária para uma democracia, deve ser buscada nesse peculiar processo de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, que corporifica um amplo consenso social em relação às regras da justiça. As necessidades de uma economia capitalista em expansão contribuíram para reforçar este processo.

Na transição para a modernidade a base da legitimidade do Império da Lei muda. Na medida em que a Reforma protestante e o Iluminismo reduzem a influência da Igreja católica, surgem novas teorias da soberania baseadas na autoridade do rei, da nação ou do povo. Elas acabam por substituir a soberania de Deus como base

---

<sup>49</sup> Segundo Mann (2012), a Igreja e suas instituições (monastérios) foram capazes de criar uma nova estrutura institucional, de modo que a Cristandade se tornou a principal agência regulatória em um espaço fragmentado, com uma extensa rede de poder capaz de garantir esta regulação. Para ele a Cristandade como sistema *normativo* foi negligenciado como um fator causal na emergência do capitalismo.

para a legitimidade legal, mas a lógica do processo não muda. Consolida-se a ideia de que a vida civilizada é sinônimo de lei.

### **3.2. A Democratização da Governança**

Uma governança mais democrática, passível de responsabilização, depende da existência de instituições capazes de responsabilizar os governos pelos erros cometidos na definição e condução de políticas públicas. Na Europa estas instituições surgiram a partir de antigas instituições feudais, tais como assembleias representativas, que não foram completamente destruídas pelos estados modernos centralizados. Também a independência institucional da autoridade religiosa estimulou o fortalecimento da organização e independência dessas instituições, bem como de outros corpos políticos da sociedade feudal, que evoluíram no sentido de se tornarem instituições representativas de três ordens - a aristocracia, o clero e o terceiro setor composto de todas as demais categorias, capazes de contrabalançar o poder real à frente dos estados centralizados.

Na ausência dessas instituições seria possível alcançar um certo grau de responsabilidade política pela via da educação moral, tal como ocorreu na China e nos países influenciados pelo confucionismo chinês. Os príncipes eram educados para ter um sentido de responsabilidade em relação à sociedade e eram aconselhados na arte de governar por uma burocracia sofisticada. Mas o poder do governante não era restringido por nenhum tipo de restrição procedural como o Império da Lei ou corpos políticos representativos, de modo que a boa governança ao longo do tempo ficava na dependência de uma sucessão de **déspotas esclarecidos!**

#### **3.2.1. Os Estados Feudais**

Na Europa os estados feudais que se consolidam no final no século X são Estados em equilíbrio instável, em competição entre si e com as cidades. A monarquia tinha interesse em apoiar as elites urbanas, a burguesia nascente, contra os senhores feudais. Esse apoio foi essencial na ampliação do número de aglomerações urbanas que se tornaram semi-independentes, além da grandes Cidades-estados, fazendo

com que este conjunto de centros urbanos funcionasse como uma fronteira interna relativamente à economia senhorial feudal que ampliava a mobilidade do trabalho. Os servos podiam fugir para estes centros urbanos que, embora em sua maioria muito pequenos, foram capazes de resistir aos assaltos da nobreza feudal. Esta maior mobilidade, por sua vez, exercia um impacto evolutivo permanente nas relações entre senhores e servos.

Esses estados eram chefiados por reis eles próprios senhores feudais, sendo apenas *primus inter pares*. Eram suseranos de domínios senhoriais diversos, cujos respectivos vassallos via de regra possuíam relações de vassalagem com outros senhores simultaneamente, os quais com o tempo foram adquirindo controle pleno da terra que passa a ser transmitida diretamente para os herdeiros. Esse último fato reforçou em muito o poder dos barões feudais frente aos respectivos suseranos e sobretudo em relação à monarquia. Essa maior segurança em relação à posse da terra estimula e é reforçada pelo investimento em castelos fortificados de pedra, cuja construção se generaliza a partir do século XI, em substituição às paliçadas em madeira e/ou as torres de pedra (*donjons*)<sup>50</sup>. A soberania do poder real era, portanto, limitada pelo da aristocracia feudal, que se diferencia em alta e pequena nobreza (*gentry*), atuando através de assembleias representativas<sup>51</sup>.

As cidades, por sua vez, tinham uma governança própria que se torna independente, as **Comunas**. Alternando alianças com as monarquias e a aristocracia feudal, se armando e sendo capazes de derrotar inclusive o Imperador, as cidades medievais tiveram um papel na ordem política único na história das civilizações. Do ponto de vista econômico, como será visto mais adiante, as cidades tiveram um impacto transformador decisivo ao muito precocemente se engajar no comércio internacional, criando um enorme espaço de mercado que unia norte (Mar Báltico) e sul (Mar mediterrâneo) da Europa e Ocidente e Oriente/África. Um terceiro ator decisivo foi o de uma instituição religiosa independente, que foi capaz de definir um campo de prerrogativas de poder espiritual separado do poder temporal.

---

<sup>50</sup> Desse modo se eleva em muito o custo para um suserano submeter um vassallo rebelde. Mesmo em situações moralmente mais que justificadas como nos casos, bastante comuns, de senhores feudais bandidos, que saqueavam outros domínios.

<sup>51</sup> Na China, como vimos, e no oriente de modo geral, a soberania do poder real era praticamente ilimitada. O imperador chinês tinha poder para eliminar as elites fundiárias dominantes de regiões inteiras, substituindo-as por outras ou até mesmo por lideranças camponesas.

A esses *players* maiores se juntam uma série de organizações. Ligados à Igreja, porém atuando com grande independência, cabe destacar os monastérios e as universidades. Os monastérios embora também capazes de atuar diretamente no jogo político de poder, têm seu papel mais notável como verdadeiras empresas proto-capitalistas, centros de inovações de todos os tipos, agrícolas e industriais. As universidades, por sua vez, como centros autônomos de pensamento e atuando corporativamente tiveram, por um lado, um impacto evolutivo sem paralelo no plano mais geral do embate de ideias e, por outro lado, um impacto no ordenamento jurídico ao gerar toda uma categoria de especialistas legais que está na origem de um judiciário profissional independente que irá consolidar o Império da Lei.

Por último, as corporações de ofício, as Guildas. Tendo como origem confrarias de ajuda mútua, tiveram também uma importante atuação no jogo político. Em especial na governança das cidades em aliança com a comunas. Para as atividades industriais e comerciais foram decisivas. Nas atividades industriais a própria forma como o trabalho foi organizado refletia uma mudança de mentalidade histórica de consideração pelo seu valor, que era depreciado em todas as civilizações. Portanto, o trabalho e trabalhadores, todas as profissões, incluindo a de mercador, adquiriram uma dignidade própria.

Trata-se, assim, de um quadro institucional de governança único. Muito antes da consolidação do Estado moderno, na Europa medieval entre os séculos XI e XIII Estados fragmentados, porém com suas partes articuladas dinamicamente, foram capazes de garantir algo próximo do que North, Wallis e Weingast (2009) classificam como **Ordem Social de Acesso Aberto** ou da prevalência do que Acemoglu e Robinson (2012) consideram como **instituições políticas inclusivas**, dando origem a ordens sociais mais compatíveis com o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras. É sob esse quadro institucional, e por causa dele, que um longo período de crescimento demográfico e econômico sustentado irá ocorrer até a crise do século XIV. Um processo de crescimento *schumpeteriano*, na medida que teve seu motor principal na introdução de todo tipo de inovações técnicas, organizacionais e institucionais.

### 3.2.2. As Cidades e as Cidades-estados

O renascimento urbano a partir do século XI está ligado à expansão da produção rural. De fato, a lenta formação do sistema feudal, basicamente um sistema de autodefesa, se completa no final do primeiro milênio, permitindo um nível de segurança suficiente para o desenvolvimento da produção agrícola. Como será visto mais abaixo, as importantes inovações do arado pesado (charrua) e do sistema de atrelamento de cavalos no arado, introduzidas por volta dos séculos VIII/IX, vão poder se difundir mais amplamente, levando à passagem do sistema de rotação bienal para o sistema trienal o que, juntamente com outras melhorias, eleva a produtividade da terra e do trabalho agrícolas. Os domínios senhoriais passam a produzir um excedente crescente que é vendido nas cidades pelos camponeses. Segundo Slicher Van Bath (1966), a partir de 1150 por toda a Europa excedentes agrícolas circulam pelos mercados urbanos. Van Zanden (2009, p.33) estima que “durante o longo período de prosperidade de 1000 a 1300 a Europa Ocidental provavelmente se tornou a mais urbanizada região do mundo”.

Portanto, as cidades crescem com o crescimento dos vilarejos rurais. Há um vivo contraste entre a Europa do Leste de vilarejos quase vazios e uma Europa Ocidental de vilarejos cheios de gente, quase cidadezinhas, o que empoderava as comunidades contra a senhoria rural do entorno. Porém, o que caracteriza o renascimento urbano a partir do século XI não foi apenas quantitativo, marcado pelo enorme número de vilarejos, cidadezinhas e cidades que surgem. Qualitativamente há uma mudança importante em relação às cidades livres da antiguidade greco-romana. Estas cidades eram abertas para o mundo rural e penetradas pelos habitantes dos campos, abertas à sua presença e ação. A cidade medieval ocidental, ao contrário, é murada e isolada do campo circundante. Ela é um universo em si, cada vez mais capaz de defender seus privilégios tanto contra a aristocracia feudal como contra a realeza. Obstinada em assegurar trocas e intercâmbios que lhes sejam favoráveis. É ela a principal responsável pelo avanço geral da Europa (ver Braudel, 1979, T3, p.75).

Elas evoluíram para se tornarem algo como universos autônomos, dominando pelo alto o mundo rural, criando verdadeiros mundos coloniais *avant la*

*lettre*<sup>52</sup>. Através das constelações e das cadeias nervosas dos pontos de apoio urbanos, as cidades promoveram uma política econômica delas, frequentemente capaz de quebrar obstáculos, e sempre criar e recriar privilégios, um abrigo. Mesmo as pequenas cidades acabam por vencer seus campos próximos, penetrando-os de ‘consciência cidadã’, mas que por sua vez são ‘devoradas’, submetidas pelas aglomerações maiores e mais ativas que elas. Essas cidades são presas assim em sistemas urbanos que giram regularmente em torno de uma ‘cidade sol’. Em todo lugar as cidades formam hierarquias, sendo que a ponta da pirâmide por mais importante que seja não resume tudo.

O destino das cidades mais dinâmicas está ligado também e sobretudo ao comércio internacional. Pouco a pouco elas se destacam das sociedades rurais e das ligações antigas, seja pela violência seja amigavelmente, na medida em que acumulam poder. No entorno destas cidades privilegiadas os Estados desaparecem. É o caso da Itália e da Alemanha a partir do século XIII. Em outras partes, como na França, Inglaterra, Castilha, o Estado territorial renasce muito cedo, o que freia as cidades, presas além do mais dentro de espaços econômicos sem grande vivacidade. De qualquer modo, em todas elas os servos de gleba encontravam um refúgio seguro contra a aristocracia senhorial.

Este é o fato notável nos primeiros grandes séculos urbanos da Europa medieval: a vitória das cidades, que se constituíram em centros autônomos de poder com grande liberdade face à aristocracia rural e a monarquia. Como assinala Braudel (1979, T1, p.450), a partir desta liberdade, as grandes cidades e as demais cidades que elas atingem, às quais servem de exemplos, construíram uma civilização original, plena de novas técnicas, ou renovadas, ou redescobertas depois de séculos, pouco importa. Foi possível para elas irem até o fim com experiências políticas, sociais, econômicas inéditas, sem paralelo com a dinâmica urbana de outras civilizações. No campo financeiro as cidades organizam o imposto, as finanças, o crédito público, as aduanas. Elas inventam os empréstimos públicos:

---

<sup>52</sup> “A cidade não existe enquanto tal que não em face a uma vida inferior à sua, uma regra sem exceção; nenhum privilégio a substitui. Não há uma cidade, uma cidadezinha que não possua seus vilarejos, seu pedaço de vida rural anexada, que não imponha ao seu entorno – *plat pays* – as mercadorias de seu mercado, o uso de suas lojas, de seus pesos e medidas, de seus emprestadores de dinheiro, de seus homens de lei, e mesmo de suas distrações. É preciso, para *existir*, que ela domine um império, mesmo minúsculo”. Braudel, 1979, T1, p.423.

Monte vecchio em Veneza desde de 1167; a Casa di San Giorgio em Gênova a partir de 1407. Elas reinventaram, umas após as outras, a moeda de ouro, seguindo Gênova que cunha o *genovino* desde fins do século XII. Elas organizam a indústria, as profissões, inventam ou reinventam o comércio de longa distância, a letra de câmbio, as primeiras formas de sociedades comerciais e de contabilidade. No Ocidente, capitalismo e cidades, no fundo foram a mesma coisa.

Elas enfrentam os inimigos externos representados pelo universo dos senhores e dos príncipes. Serão as primeiras 'pátrias' do Ocidente e seu patriotismo foi certamente mais coerente e bem mais consciente, do que foi o patriotismo territorial durante muito tempo. É importante notar que apesar da ascensão dos estados territoriais as cidades continuam a reinar mesmo passando ao serviço efetivo ou aparente do príncipe. A sorte do Estado será ainda a sua: Portugal gira em torno de Lisboa; os países baixos de Amsterdam; a primazia da Inglaterra é aquela de Londres, que formou o país como quis depois da revolução de 1688. Portanto, o destino das cidades ocidentais a partir da Idade Média é marcado pela mudança – mesmo no seu existir físico elas se transformam – enquanto as cidades em outras civilizações, comparativamente, são sem história, “como que envoltas em longas imobilidades”.

Na China, como na Índia, as estruturas sociais condicionam o destino das cidades. Elas não se tornam independentes não apenas pelas coerções dos mandarins ou pelas arbitrariedades e crueldades do príncipe em relação aos mercadores e à população em geral, mas também porque a sociedade como um todo está presa numa espécie de cristalização prévia. Na Índia o sistema de castas divide, fragmenta desde antes toda comunicação urbana. Na China a tradição familística se opõe a uma mistura comparável àquela que se criou na Europa, onde as cidades se tornam uma “verdadeira máquina de quebrar antigas ligações, colocando os indivíduos no mesmo plano, com a chegada dos imigrantes criando um meio ‘americano’ pode-se dizer, onde as pessoas do lugar dão o tom, ensinam o *way of life*”. Além disso, nenhuma autoridade independente representa uma cidade chinesa no seu conjunto face ao Estado e mesmo face à potência do mundo rural. A cidade é apenas a residência de funcionários e de senhores, não sendo o lócus nem das profissões, nem dos mercadores (ver Braudel, T1, op.cit., p.462).

Finalmente, o mais importante para Van Zanden (op.cit., p.208), na base do dinamismo urbano medieval, foi o desenvolvimento do conceito de **cidadania**, que teve sua origem no Império Romano, mas que adquire um novo formato nas cidades medievais que permite tratar de um problema básico do Estado que é o **problema do agente**. O Estado é suposto ser o agente de seus habitantes, agindo em nome deles e dos seus interesses. Porém, o Estado é sujeito a uma dinâmica própria de poder que pode ser usada contra seus habitantes se ele for forte o suficiente; por outro lado, se for fraco o Estado não poderá oferecer seus serviços de proteção e outros bens coletivos. Do outro lado, está o comportamento potencialmente oportunista dos habitantes de não pagar impostos; o problema do *free-rider*.

A solução para estes problemas de coordenação e compromisso foi o conceito de cidadania que se desenvolveu nas cidades medievais. Um entendimento comum sobre direitos e deveres na construção e defesa da cidade. A taxação é justa na medida em que permite o Estado fornecer bens coletivos aos seus cidadãos (ver Tilly,1995, p.8). Em resumo, a cidadania ajudou a criar as condições para um relacionamento cooperativo entre Estado e habitantes que, com certeza, era mais eficiente do que um relacionamento baseado na pura coerção.

### **3.3. A Economia do Conhecimento Medieval**

Como será visto na segunda parte, não teria sido possível uma Revolução Industrial se não houvesse o que pode ser chamado de uma economia do conhecimento. Conhecimento em geral como base para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa economia do conhecimento na Europa tem origens medievais. Nos seus primórdios medievais a demanda por conhecimentos era altamente concentrada nos mosteiros, onde também ocorria a produção de livros sem os quais não é possível uma economia do conhecimento. A transmissão oral de conhecimentos representa uma barreira intransponível ao aumento da escala na produção e difusão de conhecimentos bem como, evidentemente, à precisão e complexidade da informação. Nesse sentido, como assinala Van Zanden (op.cit., p.69) a produção de livros é um indicador

quantitativo bastante robusto, um espelho, do desenvolvimento de uma economia do conhecimento.

Entre os séculos IV e IX houve uma maturação do livro como uma nova invenção. O rolo foi substituído pelo livro propriamente dito. Por volta de 600 os monges irlandeses desenvolveram um sistema de escrita que separava as palavras, o que evidentemente facilitava a leitura. Por volta de 800 foram introduzidas a moderna pontuação, a escrita uniforme e a divisão de parágrafos, bem como a 'minúscula carolíngia'<sup>53</sup>. O papel substituiu o pergaminho, bem como foram introduzidas novas técnicas de cópia de manuscritos, como o *pecia system*<sup>54</sup>, que reduziram de modo significativo o custo de produção de livros antes da invenção da imprensa. Para Blum e Dudley (2003), a maturação do livro como uma invenção representou uma inovação decisiva já para o crescimento econômico que vai ocorrer a partir de 900. De qualquer modo, não há dúvida que, como argumenta Mokyr (2002), o crescimento econômico de longo prazo resulta da introdução de novas tecnologias induzidas pelo desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento.

A forte expansão do movimento monástico, sobretudo a partir da reforma de Cluny<sup>55</sup> no século X, foi um fator importante no aumento da produção de livros. Porém, a partir do século XI, o renascimento das cidades e a ativação do comércio, em seguida a fundação das universidades, enfim a ascensão da burguesia, a demanda de livros por parte da população leiga cresce fortemente. No final do século XIV a transição se completa com as cidades e a população leiga representado entre 60% a mais de 80% do mercado de livros. Como resultado, a produção de livros vai crescer espetacularmente e em níveis semelhantes em praticamente todas as regiões da Europa Ocidental. Para se ter uma ideia, Van

---

<sup>53</sup> No período conhecido como 'Renascimento Carolíngio', centrado na figura de Carlos Magno, houve uma importante floração artística e cultural. Um erudito inglês chamado Ealhwine, convidado para a corte de Carlos Magno, aí desenvolveu o que ficou conhecido como 'minúscula carolíngia'. A cursiva minúscula permite escrever à mão mais rápido, além de economizar espaço.

<sup>54</sup> O termo *pecia* significa *peça*. O texto a ser copiado era dividido em partes (peças) e cada parte era atribuída a um escriba. Ou seja, aplicava-se já o princípio da divisão do trabalho: a performance de cada escriba melhorava muito em termos de rapidez e número de erros, na medida em que copiava muitas vezes o mesmo texto.

<sup>55</sup> Berman (1983) e Mann (2012) consideram a reforma monástica de Cluny em 909 como uma primeira resposta à desintegração política. Os mosteiros não deveriam mais ser semi-independentes, mas sim parte de uma hierarquia controlada por abades da própria ordem e indiretamente pelo Papa. Foi um imenso sucesso, com o número de mosteiros crescendo espetacularmente. As consequências disto foram enormes: aumento da alfabetização, desenvolvimento de técnicas etc.

Zanden (op.cit., p.80) estima que a produção de livros **manuscritos** passa de uma média de 6,5 livros per capita por ano no século VI para 929,2 no século XV.

Um fator decisivo na demanda por livros foi a importância crescente da palavra escrita como fonte de informação, que se acelerou fortemente durante os séculos XI e XII. Um dos fatores desta aceleração foi sem dúvida a gênese do sistema legal europeu e da tradição legal a partir da 'revolução' papal no século XI com a ascensão de Gregório o grande. Tradição esta na qual a palavra escrita obviamente tinha importância fundamental; o que, por sua vez, deu origem a uma crescente demanda por habilidades de leitura e escrita. A forte demanda por alfabetização e habilidades relacionadas, por sua vez, foram essenciais para colocar em marcha um processo de acumulação de conhecimento, sem a qual não teria ocorrido o desenvolvimento econômico de longo prazo na Europa Ocidental.

O aumento da produção de livros per capita permite estimar a expansão da alfabetização. Livros mais baratos facilitam a alfabetização que, por sua vez, estimula a produção de livros. No final da Idade Média se estima que a população alfabetizada representava cerca de 1/8 da população, uma taxa apreciável que, associada ao aumento da produção de livros, evidentemente se traduzia em crescimento significativo do capital humano. Produção de livros e alfabetização são indicadores de formação de capital humano. Van Zanden procura mensurar o preço do capital humano através do prêmio-habilidade (*skill premium*), que pode ser considerado como o preço pago pelo conhecimento prescritivo (conhecimento tecnológico), ou seja, as habilidades adquiridas pelos trabalhadores comuns. Este prêmio-habilidade é determinado no longo prazo pela eficiência do sistema de treinamento e educação em uma economia.

Na Europa o prêmio-habilidade era mais baixo do que em outras regiões do globo, graças a um sistema formal de aprendizagem organizado por corporações variadas, algumas ligadas à Igreja, como as escolas das Catedrais e suas sucessoras, as Universidades, e outras não, como as corporações de ofício e as comunas. É preciso ter claro também que uma boa escolarização era uma condição necessária para a expansão do capitalismo mercantil. Desde muito cedo as comunas, associadas às guildas, vão se encarregar de organizar o ensino laico.

Em Florença, por exemplo, em 1340 de oito a dez mil crianças estavam na escola primária (a população total da cidade era menor que 100 mil habitantes). Desse total cerca de mil/mil e duzentas iam para uma escola superior feita especialmente para os aprendizes de mercadores, onde ficavam até os quinze anos estudando basicamente aritmética e contabilidade. Os modelos de escola vão variar, mas por toda a Europa se generalizam estudos práticos e técnicos (ver Braudel, op.cit., T2, pp.358-59).

#### **4. Inovação e Mudança Estruturais na Idade Média**

A abertura à introdução de inovações de todos os tipos – tecnológicas, organizacionais e institucionais - na Idade Média vai levar a mudanças estruturais. Começando com o setor agrícola, macro e micro inovações tecnológicas vão aumentar de modo significativo a produtividade da terra e, sobretudo, do trabalho agrícola entre os séculos XI e XIII. Além do aumento da produtividade do trabalho, o fato inédito foi que os camponeses vão ser capazes de se apropriar da maior parte desses ganhos, dando origem a um processo de diferenciação social em meio ao campesinato com a ascensão do capitalismo agrário. Um processo associado à expansão urbana promovida por uma verdadeira 'revolução comercial'. Além de inovações tecnológicas (novos instrumentos de crédito) e organizacionais (novas formas de associações empresariais), foram decisivas para essa revolução comercial inovações institucionais de governança (a comuna e o sistema de responsabilidade comunitária). Finalmente, na manufatura a inovação representada pela forma de organização do trabalho artesanal promovida pelas corporações de ofício, vai sendo minada pelo sistema de *putting-out*, que crescentemente vai retirando as atividades artesanais da jurisdição e controle destas e, desse modo, promovendo novas formas de organização da produção. A divisão e parcelização do processo de trabalho vai destruir a estrutura produtiva organizada pelas corporações de ofício.

#### 4.1. Acumulação de Capital na Agricultura<sup>56</sup>

Durante os longos séculos de perturbações e violências da Alta Idade Média assiste-se na Europa do Norte a uma lenta consolidação de sistemas de agricultura permanente - o sistema de rotação bienal seguido do sistema de rotação trienal - em lugar do sistema de agricultura itinerante prevalecente até então. O motor dessa evolução foi objeto de controvérsias, especialmente entre, de um lado, aqueles que viam a expansão demográfica como a variável independente e, de outro lado, aqueles para os quais a força motriz principal do processo de mudança era a introdução do progresso técnico, independentemente da expansão demográfica. Os partidários da primeira corrente partem do que consideram um fato: a produtividade, tanto da terra quanto do trabalho nos sistemas de cultura itinerante, era superior àquela obtida com os sistemas de cultura permanente que lhes sucedem. Tratar-se-ia, portanto, da passagem paradoxal de um sistema superior para um sistema inferior. Efetivamente, a pressão demográfica parece ser a única força capaz de obrigar os agricultores a trabalharem mais para obter menos. De acordo com Boserup (1970), a principal expoente desta corrente, a pressão demográfica obriga os agricultores a trabalhar cada vez mais porque essa é a única maneira de aumentar a produção quando não há outros recursos além daqueles disponíveis no espaço agrário. Somente a partir da revolução industrial, quando a indústria passa a fornecer à agricultura fontes exógenas de energia, de fertilizantes e outros insumos, é que se tornará possível aumentar simultaneamente o rendimento da terra e a produtividade do trabalho agrícola.

A segunda corrente abriga autores para os quais a evolução dos sistemas agrários até a revolução industrial não foi, como supunha Boserup, uma sucessão de sistemas com produtividade do trabalho decrescente. Para autores neomalthusianos como Grigg (1974), os sistemas agrários evoluem devido à introdução autônoma de inovações tecnológicas, um processo que seria inerente à curiosidade e capacidade inventiva do homem. Essas inovações, por sua vez, elevam a produção de alimentos per capita, o que tenderia a acelerar o

---

<sup>56</sup> Baseado em Romeiro (1998).

crescimento demográfico. Assim, a pressão demográfica seria o resultado e não a causa da evolução dos sistemas agrários.

Na verdade, do mesmo modo que no processo de passagem das formas de organizações sociais em bandos para as formas tribais e dessas para as formas estatais, a guerra foi o vetor principal do primeiro movimento de mudança, da passagem da agricultura itinerante para a agricultura permanente: em busca de proteção as populações vão se fixar nas diversas regiões em torno de um chefe guerreiro<sup>57</sup>. As condições ecológicas para a agricultura que resultam dessa fixação populacional são radicalmente distintas daquelas da agricultura itinerante. No meio florestal a agricultura itinerante consiste basicamente em preparar o campo de cultura queimando uma parte da floresta. O fogo limpa o terreno, elimina uma série de parasitas e micro-organismos nocivos, além de tornar disponíveis para as culturas os elementos minerais contidos na matéria orgânica florestal, que voltam ao solo através das cinzas. Além disso, dado que o solo recém-aberto na floresta contém um teor elevado de matéria orgânica, seu estado estrutural permite que a semeadura seja feita diretamente, sem necessidade de revolver e amaciar a terra; mais importante ainda: não é necessário trabalho de controle de ervas daninhas!

O solo assim preparado é cultivado durante alguns anos, enquanto suas reservas de nutrientes permitirem. Uma vez esgotado, ele é abandonado pelos agricultores durante um período suficientemente longo para que a floresta se recupere. Esse período de recuperação da floresta varia em função do clima. Nas regiões tropicais ele é mais rápido do que nas regiões mais setentrionais. Na Europa do Norte, esse período parece ter variado entre 30 e 35 anos. Desde que o período de recuperação necessário seja respeitado, esse sistema de cultura é perfeitamente equilibrado do ponto de vista ecológico, podendo ser praticado durante séculos sem degradar a floresta. Nesse sistema de cultivo a produtividade do trabalho é relativamente elevada. Certamente superior àquela obtida com o sistema de cultura permanente que lhe irá suceder. Essa diferença

---

<sup>57</sup> Mancur Olson (2000) procurar mostrar como este era um resultado previsível por ser a solução mais eficiente de defesa.

se deve, principalmente, aos menores custos do trabalho de preparo do solo e de controle de ervas daninhas.

O estado estrutural do solo coberto pela floresta permite que seja semeado imediatamente após a queimada, em um modo que hoje é conhecido como plantio direto, poupando o trabalho de preparação. Além disso, clareiras abertas para cultivo na floresta não são invadidas por ervas daninhas. Desse modo, no terreno florestado basta o fogo uma única vez para ter o solo pronto para o cultivo. Tudo indica, ainda, que o rendimento da terra também era superior àquele obtido com os sistemas de cultura permanente, graças aos nutrientes minerais presentes nas cinzas. Em campo aberto permanente, além de um custo mais elevado para manter a fertilidade do solo, acrescenta-se o custo extremamente elevado para controlar ervas daninhas. Em um terreno coberto por ervas invasoras (gramíneas), o fogo pode ter apenas um papel complementar, sendo necessário um penoso trabalho de controle mecânico. Como observa Sigaut (1975, p.167), "o maior inimigo do agricultor de outrora não era a árvore, mas sim o capim". Assim sendo, seria realmente incompreensível o abandono pelos agricultores do sistema de cultura itinerante em favor do sistema de cultura permanente mais trabalhoso se algo não os houvesse constrangido a fazê-lo.

O sistema de cultura permanente que sucede o sistema de cultura itinerante na Europa do Norte ficou conhecido por sistema de 'pousio' (*jachère*) de 2 ou 3 faixas. Para Sigaut (1977), esse método seria uma alternativa econômica à capina manual no controle das ervas daninhas durante todo o período de crescimento dos cultivos. A lógica econômica dessa escolha é a seguinte: na impossibilidade de se obter fertilizantes em quantidade suficiente de fora do espaço agrícola, o terreno cultivado recebe uma fertilização incompleta, proveniente do esterco dos animais e dos restos de cultura, insuficiente para repor os elementos minerais retirados com as colheitas. Nessas condições, o rendimento da terra é limitado pela pouca quantidade de elementos fertilizantes liberados a cada ano por mecanismos físico-químicos naturais. Segundo experimentos realizados na Estação Experimental de Rothamsted na

Inglaterra, o rendimento médio que se pode esperar nesse caso é de cerca de 10 quintais por hectare ao ano (no caso do nitrogênio ser o fator limitante).

Dada essa produtividade da terra, havia dois procedimentos alternativos para controlar as ervas daninhas: o primeiro consistia em semear os cereais todos os anos sobre todo o terreno, para colher 10 quintais por hectare ao preço de numerosas capinas necessárias para controlar as ervas daninhas que, nessas condições, não cessariam de rebrotar. O segundo era o sistema de 'pousio', que consiste em semear somente sobre uma parte do terreno a cada ano, de modo a dispor de tempo suficiente para limpar das ervas daninhas da parte do solo em 'repouso'. Nesse caso, em vez de colher 10 quintais por hectare ao ano, obter-se-ia o dobro (20 quintais por ha) a cada dois anos. O produto é o mesmo, mas o trabalho gasto no controle de ervas daninhas e na semeadura é menor. Portanto, o sistema de 'pousio' não teria sido a única resposta técnica possível para enfrentar os problemas ecológicos da agricultura em campo aberto, mas sim a resposta mais econômica, ou seja, menos trabalhosa.

Por sua vez, sob o sistema de 'pousio' dois métodos diferentes de erradicação das ervas daninhas e de preparo do solo podiam ser empregados segundo o tipo e as condições do solo: o método de aração e o método chamado de *échobuage*. Nos solos mais favoráveis uma importante invenção foi introduzida: o arado medieval, ou melhor a charrua, concebido primordialmente para controlar ervas daninhas (capim). Ao contrário do arado da antiguidade que apenas sulcava a terra, o novo arado<sup>58</sup> revira o solo de modo a expor ao sol as raízes das ervas daninhas. O outro método (*écobuage*) foi empregado inicialmente no caso de solos pesados considerados mais difíceis. Trata-se de um método extremamente custoso em trabalho, que consistia em retirar com um tipo de enxada pedaços do solo e usá-los para construir espécies de fornos, com a parte coberta de capim virada para dentro, de modo a propiciar um processo

---

<sup>58</sup> Ele é composto de 3 partes fundamentais: uma lâmina vertical, outra horizontal inclinada, que tem por funções cortar e levantar o solo e uma aba curva fixada na parte superior, cuja função é fazer girar em 180 graus o solo cortado. Mazoyer (1977) sustenta que sem esse instrumento não teria sido possível a prática de um sistema de cultura permanente na Europa do Norte. O arado da antiguidade utilizado na Bacia do Mediterrâneo, que apenas sulca o solo, não serve para romper o denso tapete herbáceo e controlar a rebrota nos solos pesados e úmidos da Europa setentrional.

de queima controlado que evitasse a perda de certos elementos minerais. Depois esses 'fornos' eram esboroados e nivelados. Esse método será abandonado na medida em que os arados se aperfeiçoam e passam a ter condições de serem empregados em solos mais pesados.

Nesse novo sistema de cultura permanente, o terreno foi dividido inicialmente em duas partes (sistema de rotação bienal), sendo que uma permanece em 'pousio'. No período seguinte, a cultura troca de lugar, permanecendo em pousio a faixa que fora cultivada no período anterior. Esse período de pousio foi confundido por muitos autores<sup>59</sup> com um período de 'descanso' para que o solo recuperasse a fertilidade. Nesse caso, a lógica de alternância de cultivos seria análoga àquela da agricultura itinerante, mas com o período de 'descanso' reduzido para apenas um ano. Na verdade, como precisa Sigaut (1977), essa ideia vai contra o próprio sentido etimológico da palavra *jachère*, usada para caracterizar o sistema na França e que quer dizer **trabalhar** a terra. Durante todo o período de pousio a terra era trabalhada. Essa divisão do terreno em faixas entre as quais se alterna o cultivo fazia parte, portanto, de uma técnica de preparo do solo. Na Europa do Norte úmida seu papel primordial era controlar as ervas daninhas.

Quanto à fertilização do campo de cultura, esta representava efetivamente um grande problema a resolver. Na impossibilidade de contar com fontes exógenas de nutrientes em escala significativa, as técnicas de fertilização se baseavam na transferência de matéria orgânica das terras circundantes para o campo sob cultura permanente. Essa transferência era feita de duas maneiras: seja diretamente, através da coleta da vegetação (*étrepape*), seja indiretamente, através dos intestinos dos animais. A penúria da forragem disponível nas

---

<sup>59</sup> Ver, entre outros autores, Bloch (1976), Boserup (1970), Laurent (1976) e Dovring (1965). Em especial Boserup, que considera que o sistema de cultura medieval de faixas alternadas de pousio teria sido o resultado do progressivo encurtamento do período de repouso necessário para a recuperação da floresta na agricultura itinerante. Desse modo, não teria existido ruptura, mas simplesmente uma diminuição progressiva dos rendimentos à medida que se reduzia o tempo de 'repouso' da terra, até o ponto em que os agricultores "teriam percebido" que com a introdução do arado poderiam impedir a continuidade dessa queda dos rendimentos por hectare.

parcelas em pousio (restos de cultura, ervas daninhas arrancadas) forçava os camponeses a completar a alimentação do gado soltando-o nos bosques e pastagens naturais circundantes e recolhendo-o para o pernoite nos campos de cultura (*parcage de nuit*) de modo a aproveitar as dejeções noturnas. As perdas de elementos minerais eram elevadas, especialmente de nitrogênio.

#### 4.1.1. Dinâmica da Mudança Técnica

A invenção do arado pesado (charrua) tornou possível trabalhar com mais eficiência, em termos da produtividade do trabalho, os solos pesados do norte da Europa. Foi uma resposta tecnológica a uma mudança radical das condições agroecológicas ocasionada pela passagem da agricultura itinerante para a agricultura permanente. Esse instrumento torna possível uma preparação mais eficiente e rápida do solo. No entanto, seu uso plenamente eficaz é limitado quando atrelado a bois. O cavalo é o animal de tiro ideal por ser mais rápido. O problema é que o cavalo tinha uma capacidade de tração muito inferior àquela do boi, não apenas por ser menos forte<sup>60</sup>, mas principalmente devido ao sistema de atrelagem utilizado até então. Tratava-se de um sistema no qual o ponto de apoio para o esforço de tração se localizava no pescoço do animal, comprimindo a jugular. A solução para esse problema foi a invenção do ‘colar’ de cavalo (*horse collar*), um sistema de atrelamento que deslocava o ponto de apoio para o peito (ou ‘ombros’) do cavalo. Nesse sentido, o sistema de atrelamento anterior representava (literalmente) um verdadeiro ‘ponto de estrangulamento’ que impedia o uso mais eficiente do novo instrumento agrícola<sup>61</sup>.

White (1962) considera que essas invenções combinadas dão origem a uma revolução agrícola entre os séculos VII e IX comparável àquela que irá ocorrer nos séculos XVIII e XIX. O ponto culminante desse processo será atingido com a passagem do sistema de rotação bienal para o sistema de rotação

---

<sup>60</sup> Essa deficiência será solucionada através da seleção de raças de cavalos mais pesados e fortes.

<sup>61</sup> Com o cavalo torna-se possível também empregar grades dentadas destinadas a afinar o horizonte superficial do solo cujo uso eficaz só é possível a partir de uma certa velocidade.

trienal. Neste último, a parcela a ser cultivada passa a ser dividida em três faixas, sendo uma semeada normalmente com um cereal de inverno (trigo ou centeio) no final do outono, outra permanecendo em pousio e a terceira, esta é a novidade, semeada no começo da primavera com um cereal considerado menos nobre como alimento humano (aveia, principalmente), mas também menos exigente em nutrientes que o trigo. Desse modo, em vez de produzir somente sobre metade da parcela a cada ano, passa-se para 2/3 da área total, o que representa um ganho de área de 34% em relação ao sistema de rotação bienal.

Do ponto de vista do calendário agrícola, os dois sistemas apresentam as seguintes fases básicas do trabalho: no sistema bienal, semeadura do cereal de inverno sobre a faixa que havia sido trabalhada durante o período de pousio, aração do solo da faixa em pousio e colheita; no sistema trienal, semeadura do cereal de inverno na faixa que havia sido trabalhada durante o período de pousio, aração do solo da faixa em pousio, semeadura da cultura de primavera na faixa que no período anterior havia sido cultivada com culturas de inverno e duas colheitas.

Para que esse novo calendário do trabalho agrícola fosse exequível, o preparo do campo para o plantio da cultura de primavera tinha que ser executado muito rapidamente, caso contrário não haveria tempo para que os grãos estivessem maduros no final do verão. Como se nota, no novo sistema o trabalho é melhor distribuído ao longo do calendário agrícola, mas é também mais preciso e mais intensivo, necessitando de um conjunto de instrumentos de preparo de solo mais rápidos e possantes, o que somente poderia ser obtido com o uso do cavalo como animal de tração. Apesar do fato desse novo conjunto de aração ser conhecido desde o século VIII, sua difusão mais ampla, juntamente com o sistema de rotação trienal, só adquire maior velocidade a partir do final do século X. Segundo White (op.cit.), isto se deveu ao fato de que a mudança para o sistema trienal esbarrava nos interesses estabelecidos sobre a divisão das terras. Entretanto, este quadro fundiário sofreu um forte impacto com as grandes invasões Vikings do século IX e X, fazendo com que no final do século X houvesse grandes áreas devastadas a serem repovoadas, o que facilitou a adoção do novo sistema. É preciso considerar ainda o estímulo proveniente da

mudança climática favorável no final do milênio<sup>62</sup> e da forte expansão do comércio. Ao aproximar-se o fim do primeiro milênio o longo ciclo deflacionário e de declínio demográfico que caracterizou esse período desde a queda do Império Romano, se revertem (o custo de vida quadruplicou na Inglaterra entre 1150 e 1325).

Está claro que não era possível implantar o sistema de rotação trienal sem a possibilidade de empregar o cavalo como animal de tração pesada. No entanto, o inverso também era verdadeiro, isto é, a expansão significativa do rebanho equino para uso nas mais variadas atividades na Europa só se tornou possível com a difusão do sistema trienal. Isto porque o cavalo, não sendo um ruminante, tem necessidade de complementar sua alimentação com cereais. Com o sistema de rotação bienal, a produção de cereais não era suficientemente grande para alimentar homens e animais. Com o sistema trienal, a cultura da primavera, geralmente a aveia, será destinada quase que exclusivamente para alimentar os cavalos. A expansão do rebanho equino, por sua vez, terá importância decisiva no desenvolvimento da Europa.

A começar pelo estímulo a uma série de atividades manufatureiras de produção dos equipamentos relacionados ao uso eficiente do cavalo. Dentre essas atividades, cabe mencionar a metalurgia na produção de ferraduras, sem as quais o uso intensivo do cavalo se tornava praticamente inviável. Outro elemento de transformação decisivo foi o emprego do cavalo no sistema de transporte, possibilitando a substituição do lento carro de boi por toda uma gama de equipamentos (carroças, carroções, charretes etc.) destinados a múltiplos e variados usos. A melhoria da capacidade de transporte, por seu turno, teve múltiplos impactos positivos, a começar por aqueles no próprio sistema produtivo agrícola, ao tornar possível a aplicação mais sistemática de corretivos de solo como o calcário, além de alguns tipos de fertilizantes químicos naturais.

---

<sup>62</sup> Houve uma mudança climática importante provocada pelo movimento do ciclo glacial. Esse movimento depois de haver se expandido entre os séculos V e VIII, tornando o clima ruim, começou a refluir abrindo uma temporada climática mais amena e favorável à agricultura até a metade do século XIII. A partir de então, o clima se torna novamente bem mais frio e chuvoso, péssimo para as atividades agrícolas.

Além disso, como assinala Mazoyer (1977, p. 31), sem o transporte de várias toneladas de forragem, de palha e de esterco por cabeça de animal de grande porte por ano, não teria sido possível estabular e alimentar o gado no inverno e, por conseguinte, aumentar a produção animal e distribuir os fertilizantes orgânicos produzidos<sup>63</sup>. Até então, como foi mencionado, o método de fertilização consistia na transferência de matéria orgânica, direta ou indiretamente, dos bosques e campos circundantes para a terra de cultura. As perdas eram elevadas. Com a estabulação torna-se possível aproveitar integralmente as dejeções dos animais que, além disso, passaram a ser tratadas por métodos de compostagem que evitam as perdas de nutrientes, especialmente de nitrogênio. Em consequência, os rendimentos por hectare evoluem para dobrar com o tempo, compondo-se com a expansão de um terço da área cultivada com o sistema trienal para resultar num aumento muito significativo da produtividade do **trabalho** agrícola.

É preciso considerar ainda que a verdadeira revolução no sistema de transporte proporcionada pelo cavalo teve impacto inclusive sobre a distribuição geográfica da população, levando ao que ficou conhecido como um processo de 'vilagelização': essas maiores facilidades de transporte permitiram aos camponeses habitar em vilas rurais e se deslocar diariamente para os campos. Isto facilitou a defesa das comunidades agrícolas, centradas em torno de uma igreja que servia de "casa de Deus e abrigo dos homens" (lugar de reunião, de refúgio e mesmo de celeiro em casos de colheitas excepcionais) (ver Bloch, 1976). Os impactos socioeconômicos e sobretudo culturais e psicológicos desse processo são incalculáveis.

Em resumo, a partir da invenção do arado, pode ser retracada toda uma cadeia de inovações e melhorias que desenvolveram a infraestrutura e a capacidade de transporte da coletividade, aumentando seu potencial de acumulação de capital e dando origem ao que Mazoyer chamou de 'cultura

---

<sup>63</sup> Holmstrom,., citado por Usher (1954), faz as seguintes estimativas sobre a capacidade de diversos meios de transporte: Homem 1,75 toneladas por Km ao ano; Pequenos animais 1,6; Animais de grande porte 3,6; Carros puxados por bois 8,65; Carros puxados por cavalos 15.

atrelada'. Para Braudel (1979) um dos elementos marcantes do dinamismo da civilização europeia é justamente a utilização maciça do cavalo como meio de transporte humano e de carga, em contraste com o esforço sobre-humano que exigia o transporte nas costas dos homens, utilizado maciçamente em outras grandes civilizações como a Chinesa e a Hindu. Portanto, o aumento do rebanho equino representa uma forma superior de acumulação de capital (*cheptel*), qualitativamente distinta daquela baseada em outros tipos de rebanhos.

Esse tipo de encadeamento entre técnicas é um fenômeno recorrente na história do progresso técnico. Via de regra, as técnicas não são isoladas umas das outras, mas articuladas num conjunto coerente; desse modo, basta que um dos elos se altere para que uma série de desequilíbrios apareçam, induzindo o surgimento de novas técnicas para superá-los. O novo sistema produtivo que assim surge tem, por seu turno, impactos em outros setores da economia, cuja evolução vai desempenhar um papel importante na própria difusão e desenvolvimento ulterior desse novo sistema produtivo, bem como da economia como um todo. A passagem para o sistema de rotação trienal é mais uma evidência que permite refutar as abordagens que vêm na pressão demográfica<sup>64</sup> ou apenas na disponibilidade relativa de fatores (ver Hayami e Ruttan, 1971) a variável independente na evolução dos sistemas agrários. Os estímulos para a introdução de um cereal de primavera não provieram da pressão demográfica. O novo sistema de rotação trienal não exigia mais braços do que os já disponíveis, mas sim um meio de trabalhar mais rapidamente a terra. As novas bocas a alimentar não eram a dos homens, mas principalmente as dos cavalos. E mesmo tendo em conta que estes poderiam consumir quase inteiramente a nova produção de cereais, havia todo o interesse em introduzir o novo sistema pelo simples fato de poder alimentar mais cavalos, esses fantásticos meios de trabalho, de transporte, além de temíveis armas de guerra.

Cabe acrescentar ainda que, com respeito ao nível de vida do campesinato feudal, a difusão desse conjunto de inovações proporcionou aos

---

<sup>64</sup> Ver Parrain (1942), Slicher van Bath (1966) e, especialmente, Boserup (op.cit) e North e Thomas (1973).

camponeses uma ração alimentar cotidiana altamente satisfatória, que incluía normalmente a carne. É totalmente falsa, portanto, a ideia ainda prevalecente, pode-se dizer ‘popular’, de que quanto mais se recua no tempo em direção à Idade Média, mais se aprofunda a miséria. Como observa Braudel (op.cit.,T1, p. 163), o que se passa é justamente o contrário. A deterioração das condições de vida da massa camponesa começa a partir do final do século XIII, em função do esgotamento da fronteira agrícola com o desflorestamento quase que completo, recuperando-se até certo ponto no século XV, quando a terra volta a ser abundante depois da grande catástrofe da peste bubônica no século XIV, para continuar a cair novamente com o crescimento da população e um novo esgotamento da fronteira agrícola a partir da segunda metade do século XVI. O privilégio “*de l’Europe carnivore*”, segundo sua expressão, só será restabelecido (para os camponeses) com a generalização do sistema de rotação de culturas de tipo Norfolk ao longo dos séculos XVIII na Inglaterra e XIX no continente.

No período de apogeu da chamada Idade Média, que começa no final do século X com o fim das invasões e se estende até a segunda metade do século XIII, a Europa viveu um tempo de paz e prosperidade cuja duração não tem paralelo em toda a história da humanidade. Foram cerca de três séculos sem inimigos externos capazes de ameaçá-la, sendo que as guerras internas raramente deixavam de ser um grande torneio militar em condições de combate real, não envolvendo as populações civis. Paralelamente, o sistema de rotação trienal e a abundância de recursos florestais garantiam um alto padrão alimentar. Essas excepcionais condições deram origem a uma enorme floração artística e cultural com grande participação popular.

#### **4.1.2. Acumulação de Capital Agropecuário e Capitalismo**

Além dos impactos transformadores dinâmicos inerentes ao tipo de acumulação de capital (*cheptel*) qualitativamente superior da agricultura feudal, no contexto institucional/organizacional existente essa acumulação se conecta com a expansão manufatureira e a do comércio internacional. Como será visto mais adiante, a Revolução Comercial capitalista iniciada pelas cidades italianas no século XI não teria tido a amplitude que teve sem uma resposta à altura do mundo agrário feudal. Essa resposta implicou a progressiva redução dos laços

de servidão nas relações entre camponeses e senhores em benefício de formas contratuais não servis, que desde sempre coexistiram com o sistema de relações de servidão, mas que vão assumindo um papel preponderante.

Para muitos autores a introdução do arado medieval não somente permite ao agricultor enfrentar com êxito as novas condições agroecológicas, como teria induzido a introdução de inovações institucionais que deram forma à institucionalidade da ordem feudal. O uso do arado teria exigido uma nova configuração dos campos agrícolas, na qual as faixas de cultivo se tornam longas e muito estreitas<sup>65</sup>, 'encavalando-se' umas sobre as outras, sendo que cada camponês tinha suas faixas de cultura dispersas por todo o espaço agrícola. Essa configuração complexa dos campos de cultivo, por seu turno, exigiria o desenvolvimento de instituições que tornassem possível uma regulação coletiva do uso desses recursos fundiários, que caracteriza a institucionalidade da ordem feudal: disposições minuciosas sobre o uso das terras em pousio para a pastagem, sobre o direito à *glanage* (direito de recolher os grãos que restam no campo após a colheita - 10% do total, em média), etc., as quais limitavam ao extremo a liberdade do agricultor sobre o que, como e onde cultivar.

Bloch (1976, p.56) questiona esta visão, que considera excessivamente determinista:

*“Mas essas considerações materiais são suficientes para tudo explicar? Certamente a tentação é grande de desdobrar, a partir de uma invenção técnica, a cadeia de causas. A **charrua** comanda os campos alongados; estes, por seu turno, mantêm fortemente o controle coletivo; da charrua decorre, por conseguinte, toda uma estrutura social. Cuidado: ao raciocinar desse modo, nos esquecemos dos mil e um recursos da criatividade humana. Sem dúvida a charrua obriga a fazer campos longos, mas não estreitos. Nada a priori teria impedido os ocupantes de partilhar um terreno em um pequeno número de grandes peças, suficientemente longas nos dois sentidos; cada exploração, em*

---

<sup>65</sup> O alongamento das faixas reduz o número das viragens com o arado no final; essa virada é relativamente lenta e implica uma perda de área útil.

*lugar de se compor de múltiplas faixas, muito estreitas, teria sido formada por alguns campos longos e largos. Na verdade, uma tal concentração parece ter sido antes evitada do que procurada. Ao dispersar as possessões, se pretendia igualar as chances, permitindo a todo habitante ter acesso aos diferentes tipos de solos; lhe era dada a esperança de nunca sucumbir inteiramente aos diversos flagelos naturais e humanos, geadas, doenças de plantas, devastações, os quais, ao se abaterem sobre o feudo, não lhe atingiam totalmente”.*

Essa análise de Marc Bloch deixa claro que as instituições que se desenvolvem nessa sociedade são informadas por valores culturais cuja origem não pode ser explicada simplesmente pelo modo de produzir, mas que, ao contrário, contribuem para o próprio desenvolvimento e moldagem deste. De qualquer modo, não há dúvidas quanto ao forte impacto das novas técnicas no processo de formação e evolução das instituições feudais. Outro exemplo nesse sentido é aquele das novas técnicas de guerra. Uma tese clássica sobre as origens do feudalismo<sup>66</sup> procurou mostrar que foi a necessidade de se criar uma cavalaria para a defesa o fator que precipitou a fusão do antigo costume entre os chefes guerreiros de prestar fidelidade a um líder mais poderoso (o Sistema de Vassalagem) com a garantia da posse de um feudo, fusão esta que representaria a própria essência das instituições feudais.

A vantagem de possuir uma cavalaria militar, por sua vez, teria ficado clara, segundo White (1962), após a invenção do estribo. Embora algumas formas de estribo fossem conhecidas de outros povos, somente na Europa medieval é que seu potencial militar foi corretamente avaliado e, com isso, aperfeiçoado. O estribo associado a selas com suporte frontal e apoio traseiro mudou radicalmente o uso militar do cavalo e a própria arte da guerra<sup>67</sup>. A partir

---

<sup>66</sup> Heinrich Brunner, *Der Reiterdienst und die Anfänge des lehnwesens*, citado por White (1962).

<sup>67</sup> Este conjunto, sela e estribo, permite fixar o cavaleiro sobre o animal tomando-o capaz de manejar armas com segurança sem cair. A lança, em vez de ser lançada, passa a ser usada fixa, manejada através das arremetidas do animal. As espadas se alongam porque não é mais necessário desmontar para combater. As armaduras se tornam mais resistentes e pesadas. Enfim, cavalo e cavaleiro tomam-se uma única unidade de combate, funcionando de modo análogo a um carro de combate moderno.

desse momento possuir o controle de terras para criar cavalos passou a ser vital, o que teria levado a esses novos arranjos institucionais.

Mais ainda, como foi visto, esse conjunto de inovações provocou impactos em toda a economia, favorecendo o desenvolvimento dos meios de transporte, da produção artesanal e, por conseguinte, do comércio. Vilar (1975) observa que foi somente a partir do século XI - período em que esta evolução tecnológica, socioeconômica e institucional chega à sua maturidade - que se generalizou o grande comércio internacional e que sua penetração se combinou com o crescimento da produção local e com a progressiva substituição do artesanato rural pelo artesanato urbano. O crescimento do excedente, além de acirrar a disputa entre servos e senhores pelo seu controle, estimula também um processo de diferenciação social do campesinato, dando origem a uma classe de capitalistas agrários em contraposição a uma classe de trabalhadores agrícolas semi-proletarizados. O desenvolvimento do comércio acelera ainda mais esse processo interno, modificando os hábitos de consumo do senhor feudal ao aumentar a quantidade e diversidade das mercadorias à sua disposição, o que não só acelera a difusão das prestações em dinheiro, como contribui para sua ruína ao levá-lo a uma dependência crescente do crédito<sup>68</sup>. O desenvolvimento das cidades também acelera a dissolução do sistema, na medida em que aumenta o poder de barganha dos servos face aos senhores ao oferecer uma alternativa de trabalho e abrigo. Nos termos de Kula (1977), o “coeficiente de opressão praticável” se reduz em benefício dos servos<sup>69</sup>.

É preciso não perder de vista que o feudalismo europeu evolui na maior parte do tempo em um contexto de escassez de trabalho. Até o século X

---

<sup>68</sup> “(...) joga também contra o senhor o luxo crescente da vida moderna, que ele quer alcançar a todo preço. Do mesmo modo que o camponês, o senhor faz a felicidade dos usurários burgueses” (Braudel, op.cit., T2, p. 226).

<sup>69</sup> Segundo Kula (1977), o limite fisiológico à exploração dos servos pelos senhores feudais é modificado pelo coeficiente de opressão praticável, sendo definido este como o limite social da carga que é possível impor aos camponeses num dado quadro institucional, tendo em conta os rendimentos do trabalho, a correlação das forças sociais e as possibilidades de fuga e sabotagem. E preciso ter em conta, entretanto, que a análise de Kula se refere à Europa Central, em um período em que se difunde o que ficou conhecido como ‘segunda servidão’. Esse fenômeno constituiu-se de uma re-imposição de obrigações feudais (sem os deveres) pelas elites agrárias dessa região para aumentar a extração de excedentes de grãos destinados à exportação para a Europa ocidental em expansão urbana e industrial.

entretanto, período de formação, a escassez de trabalho agropecuário (e seu preço) é contrabalançada pela escassez de trabalho militar: a situação de extrema insegurança obriga os camponeses a se colocarem sob proteção de um chefe de guerra. A partir do século XI, quando cessam as grandes invasões, a fronteira agrícola se abre ampliando a disponibilidade de terras as serem cultivadas. Portanto, cai o valor do trabalho militar e aumenta o valor do trabalho agropecuário. É o momento de grande expansão dos monastérios que não contavam praticamente com proteção militar. A disputa por mão de obra se acirra, tornando cada vez mais difícil para um senhor feudal manter o controle de um excedente que se amplia em função do progresso técnico.

As deserções eram numerosas e contínuas. Frequentemente era o êxodo de toda uma aldeia, ou mesmo de todo um cantão, quando o senhor se mostrava inflexível. Por exemplo, no século XII os habitantes da ilha de Ré desertaram em massa por causa da severidade do senhor, vendo-se este obrigado a fazer concessões a fim de reter alguma mão de obra. Os senhores, por sua vez, procuravam fazer acordos de assistência mútua para a captura de servos fugitivos. Porém, as 'forças de mercado' tenderam a prevalecer de modo que, não obstante tratados e mútuas promessas, o comportamento oportunista se generaliza em uma efetiva concorrência para atrair e seduzir os servos do domínio vizinho, o que implicava necessariamente ter que fazer certas concessões para não perder a mão de obra. Em muitas regiões na França os senhores se viram obrigados a vender franquias em troca de uma renda, levando à formação de comunas rurais através de associações de aldeias que possuíam, de modo similar ao das cidades, prefeitura e jurisdição próprias (ver Dobb, 1974, pp.65/66)<sup>70</sup>.

O primeiro passo no caminho para a emancipação dos servos foi dado quando as prestações em trabalho, que caracterizam o sistema dominial clássico, foram transformadas em prestações em produtos e finalmente em dinheiro. Certamente isso teve um impacto profundo nas relações entre servos

---

<sup>70</sup> Tem razão Sweezy (1972, p.40), em sua polêmica com Dobb, ao afirmar que "o declínio do feudalismo na Europa ocidental se deveu à incapacidade da classe governante para conservar o *controle* sobre, e consequentemente para superexplorar, a força de trabalho da sociedade".

e senhores; as relações pessoais entre servos e senhores são pouco a pouco substituídas por relações impessoais e objetivas. Takahashi (1972) observa também que a transformação das prestações em trabalho em prestações monetárias fixas, como rezava a jurisprudência, se constituiu também num fator importante de transformação das relações feudais, na medida em que a produtividade aumentou e a moeda se desvalorizou com a inflação, beneficiando os servos e, por conseguinte, reforçando o processo de diferenciação social no seio do campesinato e a decadência dos laços de servidão. Uma parte da classe senhorial conseguirá escapar da ruína transformando-se em capitalistas agrários ou comerciais<sup>71</sup>.

Em síntese, existem elementos suficientes que permitem concluir que as forças de mudança operavam no interior do sistema agrário feudal<sup>72</sup> o qual, como veremos em seguida, não estava isolado dos setores industriais e urbanos. Forças estas constituídas de um amálgama inextricável de fatores tecnológicos, socioeconômicos, institucionais/organizacionais e culturais. Estas forças de mudança dentro do espaço agrário feudal derivam seu dinamismo de uma matriz institucional/cultural que também estimula o processo de mudança dentro dos espaços urbanos. O espaço rural, dominado pela nobreza feudal e o espaço urbano dominado pelas corporações de ofício e, sobretudo, de mercadores, são dois espaços que se complementam, mas também competem entre si, configurando uma situação inédita na história das civilizações.

---

<sup>71</sup> Para os autores marxistas de maneira geral, Takahashi é uma das exceções, o dogma da 'acumulação primitiva' os impede de admitir um processo de acumulação 'originária' de capital que não fosse através "das crises, violências, desequilíbrios, açambarcamentos e usuras que marcam o fim do regime feudal"...Ver Vilar (1975, p.39).

<sup>72</sup> Para Dobb (op.cit., p.66) a principal força de mudança no interior do sistema feudal somente poderia ser a luta de classes, com os senhores feudais tentando aumentar sua parte no excedente. Entretanto, como, por um lado, ele parte do pressuposto que não há melhoria de produtividade no sistema e, por outro, admite que os servos tinham como poder de barganha a possibilidade de fuga para as cidades ou para outros feudos (a escassez de mão de obra fazia os senhores buscarem atrair servos de outros feudos para seus domínios), os senhores feudais não tinham muito como aumentar sua parte no excedente. Daí, ele conclui que "em certa medida a cobiça feudal por maiores rendas se satisfaz com o aumento da população"...

## 4.2. A Revolução Comercial

Os espaços urbanos na Europa medieval tiveram um papel inédito na história das civilizações como centros independentes de poder, tendo sido um *player* decisivo na dinâmica evolucionária que levou à dissolução do feudalismo e à ascensão do capitalismo. Em especial a Revolução Comercial que promoveram. Para o grande historiador inglês Robert S. Lopez, a Revolução Comercial na Europa medieval foi um fenômeno único, “um resultado inesperado de uma cadeia de reação que começou quase acidentalmente em umas poucas cidades periféricas da Itália” (Lopez, 1976, pos. 762). Estas cidades, como era comum, mantinham ligações de vassalagem com mais de um suserano, no esforço de se manter relativamente independentes. A diferença, entretanto, é que essas cidades portuárias, com destaque para Veneza e Amalfi, mantinham ligações com o Império Bizantino. Isto explica, provavelmente, o fato extraordinário de que suas elites, incluindo as que possuíam terra, desde muito cedo participavam ativamente do comércio marítimo<sup>73</sup>.

Veneza era politicamente independente, mas tinha como Suserano o Império Bizantino, ao qual fornecia apoio naval e intermediava as trocas com o Império Carolíngio no Ocidente. Mantinha também relações comerciais com o mundo islâmico no oriente médio e norte da África. Um próspero triângulo comercial: bens de luxo orientais (principalmente, especiarias, seda e joias) e *commodities* ocidentais (ferro, madeira, suprimentos navais e escravos); além de mercadorias venezianas (sal das suas lagunas e vidro). A posição de Amalfi era similar, mudando apenas os tipos de mercadorias produzidas localmente: tecidos, produzidos em quantidades fora do comum, e óleo de oliva. Mas era menos independente politicamente do que Veneza por não ter a proteção do mar contra os senhores feudais circundantes.

Na medida em que o progresso de Veneza e Amalfi estava deslocando o centro do poder naval e econômico para a península italiana no mar Adriático, dois portos do lado do mar Tirreno se juntaram a elas, Genova e Pisa, depois de

---

<sup>73</sup> Já no começo do século IX o testamento do Doge veneziano Justiniano Participazio mencionava entre seus bens uma soma substancial investida em empreendimentos ultramarinos. Ver Lopez (op.cit., pos. 829).

terem conseguido conjuntamente expulsar os mulçumanos da Córsega e da Sardenha, acabando com os saques e destruições que causavam. Nessas cidades virtualmente todos os habitantes eram homens livres e participavam de algum modo, mesmo que modestamente, das assembleias municipais e em atividades administrativas menores. Desde meados do século VIII mercadores aí serviam no exército em pé de igualdade com senhores fundiários com renda equivalente e todos os cidadãos eram responsáveis pela defesa das muralhas.

Os filhos mais novos da nobreza feudal circundante encontravam nas cidades italianas uma oportunidade econômica no comércio, bem como de continuar exercendo a atividade para a qual foram educados a vida toda: o combate militar nas lutas frequentes contra piratas, 'infiéis', cidades concorrentes e na 'abertura' de mercados. Comerciantes e nobreza fundiária se fundiram, inclusive literalmente através de casamentos, sendo vistos conjuntamente a partir do século XII como pertencentes à categoria dos 'magnatas' que se distinguiam dos 'populares' pela renda e não por títulos de nobreza. Por esta razão era comparativamente mais fácil para a população como um todo depor ou comprar o senhor feudal suserano da cidade e estabelecer o próprio governo comunal, sob a direção dos magnatas, mas com participação em graus variados de todos os cidadãos.

Essas cidades portuárias italianas foram pioneiras e lideraram um processo que foi se estendendo pelo interior. Foi bem mais difícil para as cidades do interior conquistarem sua independência dos senhores feudais cuja cavalaria pesada era inicialmente superior às forças da burguesia compostas de falanges ainda pouco numerosas de lanceiros apoiadas por arbaleteiros. Com o tempo, o acúmulo de capacidade militar permitiu-lhes forçar os senhores locais a se tornar membros das comunas como única alternativa à ruína total. Em 1176 a Liga das cidades Lombardas venceu em Legnano o senhor supremo da Itália, o Imperador Frederico Barba Vermelha, conquistando completa independência; a partir de então seu elo de vassalagem com o Imperador se tornou apenas nominal. Pouco tempo depois as cidades da Toscana atingiram o mesmo status sem ter que lutar. No século XII as comunas italianas haviam se tornado essencialmente "governos de mercadores, por mercadores e para mercadores" (Lopez, op.cit., pos. 922).

A ascensão das cidades italianas e a revolução comercial-urbana que lideraram não teria ocorrido sem uma resposta à altura por parte da sociedade feudal em que estavam inseridas. Como vimos, as cidades eram parte importante de um processo evolucionário institucional de formação dos Estados feudais, caracterizado pela dinâmica de múltiplas organizações corporativas independentes, desde os longos séculos de violência e distúrbios da Alta Idade Média. Alternando alianças com diferentes suseranos, sobretudo com as monarquias em suas disputas contra os senhores feudais, as cidades foram conquistando graus variados de autonomia. Funcionando cada vez mais como uma fronteira interna aos domínios agrários feudais, tiveram um papel decisivo na dissolução dos laços de servidão ao oferecer abrigo e oportunidades aos que abandonavam a servidão no campo. Também a monetização da economia promovida pela expansão comercial torna mais embaçada a distinção entre servidão e arrendamento livre, na medida em que ambos, servos e arrendatários livres, passaram a ter obrigações em dinheiro, acelerando o movimento em direção à liberação geral.

Como assinala Lopez, a revolução comercial-urbana na Europa medieval, de modo inédito na história das civilizações, permitiu a liberação da renda agrícola para investimento nos negócios e viabilizou operações de crédito mais flexíveis, dois importantes obstáculos que dificultavam o crescimento econômico na antiguidade. A forte expansão do crédito foi o grande lubrificante desta revolução num contexto inflacionário e de escassez de moedas. Esta expansão foi obtida através de novas fórmulas de parcerias e outros arranjos para dividir riscos e lucros, os quais resultaram, segundo Lopez (op.cit., pos.951), da insistência da Igreja de que os empréstimos eram pecaminosos a menos que fossem concedidos sem juros no espírito da caridade (*grátis e amore Dei*) e da mesma atitude de cooperação que envolvia a colaboração de homens de todas as classes na luta política que levou no final a ascensão das comunas independentes. O desenvolvimento dos contratos comerciais foi tão crucial na história do comércio como aquele das ferramentas e técnicas na história da agricultura.

O desenvolvimento bancário e financeiro foi praticamente um subproduto da expansão do comércio internacional. O que banqueiros locais de depósitos

não podiam fazer – tinham um capital limitado, eram regulados pelas municipalidades e corriam o risco de serem processados por tribunais eclesiásticos por usura – era mais fácil para os comerciantes engajados no comércio internacional. As operações no exterior juntamente com as inovações contratuais que introduziram os permitia legitimamente praticar as mesmas operações de crédito em conexão com suas atividades comerciais: eles aceitavam depósitos que pagavam juros, ampliando subsequentemente os empréstimos com juros maiores sem risco de serem condenados pela Igreja. Eles se beneficiavam plenamente de instrumentos inovadores como as **letras de câmbio** para cobrar os juros que quisessem. Estas consistiam em contratos pelos quais uma pessoa recebia de outra um adiantamento em moeda local e prometia pagá-lo de volta em outra moeda em outro local. Ostensivamente, o objetivo principal deste tipo de contrato era fornecer dinheiro no exterior a uma pessoa que ia viajar, poupando-a do risco e do custo de viajar carregando o dinheiro local. Nesse esquema o responsável pela emissão da letra de câmbio tinha direito de cobrar pelo serviço de garantir a transferência dos fundos e de fazer o câmbio para outra moeda. Dado que transcorria um certo tempo entre o adiantamento em moeda local e o pagamento em moeda estrangeira, a transação podia esconder na verdade um empréstimo, com os juros escondidos na taxa de câmbio.

A **commenda** foi outra inovação contratual de extrema importância. Foi o mais próximo antecedente medieval da moderna sociedade anônima e, como muitas outras, envolvia alguma forma de crédito. Na sua forma mais simples, um comerciante de uma cidade avança um capital para outro que se dispõe a viajar para realizar um negócio. O primeiro assume os riscos do capital e tem direito a  $\frac{3}{4}$  dos lucros; o segundo assume os riscos do trabalho, sendo o único responsável pelas transações comerciais efetuadas, e fica com  $\frac{1}{4}$  dos lucros. A notar que esse mesmo comerciante que avança um capital a outro, também faz o inverso, recebendo capital de outros comerciantes para investir em viagens de negócios. Nos primeiros contratos se exigia que a prestação de contas fosse apoiada em alguma espécie de prova sobre o valor dos lucros auferidos, mas com o tempo os negócios fluíam na base da confiança mútua. Progressivamente as atividades comerciais se tornam rotineiras, com a competição reduzindo a

taxa de lucro. Os comerciantes mais experimentados podiam dirigir seus negócios sem viajar, através de empregados e agentes comerciais. No começo do século XIV na Itália a taxa média de juros dos empréstimos comerciais havia caído para 8% a 12%. Na Alemanha a taxa praticada ainda era de 43% (em Nuremberg).

Durante o século XIII o centro de gravidade do comércio no mediterrâneo se deslocou definitivamente para as 'quatro grandes' do centro e do norte da Itália: Veneza, Milão, Florença e Gênova<sup>74</sup>. No restante da região mediterrânea somente os comerciantes catalães conseguiram concorrer com os italianos e no começo do século XIV controlavam uma parte importante do comércio internacional de longa distância. No Norte, o fim das invasões e a expansão agrícola a partir do século X, também tornaram possível, como na Itália, a um certo número de cidades da Alemanha desenvolver seu próprio comércio local e de longa distância (no Báltico), desafiar a autoridade do imperador e de seus vassallos e, com o tempo, construir seu império comercial e colonial. Os principais produtos comercializados nesse 'mediterrâneo' do Norte eram fibras, grãos, madeira, resinas, alcatrão, mel, cera, peles, metais preciosos e semipreciosos, lã, sal e arenque salgado. No canto ocidental do Báltico os ingleses e holandeses conseguiram controlar o comércio, sendo que muitas commodities das regiões atlânticas, como o vinho gascão e o ferro basco, eram comercializados por comerciantes locais; a navegação de cabotagem de curta distância era um negócio de todos. Praticamente toda a produção do interior distante do mar era comercializada nos centros regionais, onde os comerciantes italianos predominavam, e levada para os centros principais por comerciantes locais.

As feiras de Champanhe eclipsaram todas as demais a partir do final do século XII até o começo do século XIV. Seu sucesso se deveu ao fato que elas inovaram ao funcionar em rotação entre as cidades do local durante todo o ano, servindo principalmente como centro de trocas monetárias e de mercadorias para mercadores que para lá convergiam de toda a Europa e não estavam

---

<sup>74</sup> Em 1293 o comércio marítimo de Gênova era 3 vezes maior que toda a renda do reino da França.

interessados em negócios locais. As mercadorias eram representadas por amostras, no máximo; e a moeda quase que inteiramente substituída por instrumentos de crédito. Entram em declínio quando os italianos começaram a ir diretamente com seus navios aos portos do mar do Norte, lá estabelecendo escritórios permanentes.

No eixo comercial norte-sul/oriente (o Levante), através da Itália, as principais mercadorias provenientes do Levante podem ser agrupadas em dois grupos de matérias primas de alto valor: 1-) especiarias (temperos, em especial a pimenta que também era um conservante, produtos medicinais e tintas de tecido); 2-) seda bruta, pedras preciosas, marfins. Do Norte as mais exportadas inicialmente eram os metais não ferrosos e a madeira; mas cedo uma crescente e variada lista de produtos industriais começou a entrar em cena: vidro, armas e outras mercadorias de ferro e, sobretudo, tecidos de linho e de lã.

A Revolução Comercial alterou radicalmente a relação entre comerciantes e artesãos. Capital, crédito, conexões e iniciativas dos comerciantes quebraram o círculo vicioso em que os artesãos se encontravam presos desde a antiguidade: mercado limitado - baixa produtividade – mercado limitado. A expansão do mercado levou a uma progressiva especialização de cidades e regiões, de atividades industriais e agrícolas. Entre as cidades não marítimas italianas a expansão comercial aprofundou a competição e a especialização: seda em Lucca, armas em Brescia, sapatos em Bolonha, tecidos baratos em Cremona etc. Cidades como Milão, eram exceção, produzindo quase tudo. Como será visto mais adiante, em conexão com a Revolução Comercial houve também uma Revolução Pré-Industrial.

Lopez (op.cit., pos.1369) considera que “talvez o subproduto mais notável da crescente maturidade da expansão comercial tenha sido a consolidação das colônias comerciais e a crescente dependência dos comerciantes internacionais em relação a agentes baseados no exterior”. Na verdade, como será visto em seguida, este foi um elemento decisivo da própria expansão comercial a qual, por sua vez, só foi possível devido a uma inovação organizacional/institucional crucial: as Comunas/Guildas comerciais, as quais exerceram uma governança de Estado peculiar diante da ausência de Estados centralizados.

#### 4.2.1. Um Estado Peculiar: Comunas e Guildas Comerciais

A resposta das cidades independentes à ausência de um Estado centralizado efetivo foi condicionada pela mescla da herança romana de conselhos municipais com as características marcantes do universo feudal em que se encontravam inseridas. Como foi visto, este universo era baseado em relações contratuais hierárquicas que definiam as obrigações de um indivíduo em relação a outro. O indivíduo e as relações bilaterais se consolidam como centrais na cultura feudal do século XII. Todas as demais organizações que caracterizaram este período – corporações de ofício, ordens monásticas, fraternidades e universidades – têm a mesma origem institucional. Um mundo onde a ausência relativa de estruturas sociais familísticas<sup>75</sup> e de um Estado efetivo na Baixa Idade Média levou os Europeus a progressivamente depender de corporações, que eram estruturas sociais não familísticas, autogovernadas, baseadas em interesses impessoais.

As instituições que geram comportamento intra e inter estruturas sociais herdadas do passado são parte, portanto, das condições iniciais do processo de construção do Estado. O desafio para a construção de um Estado efetivo, capaz de promover a estabilidade política e a prosperidade econômica, é o de motivar estas estruturas sociais a mobilizarem seus recursos econômicos e militares para as tarefas necessárias para tanto. Greif (2006) estuda este processo histórico, com base no caso da República Genovesa. O sistema de governança de Genova foi um resultado de equilíbrio de um jogo político em que os atores escolhem entre comportamento econômico e comportamento predatório. Um Estado efetivo pode alterar a distribuição de recursos e afetar negativamente essas estruturas sociais. Portanto, para que haja alguma mudança é preciso que essas estruturas acreditem que o poder estatal não será usado ex-post para

---

<sup>75</sup> Embora os clãs familiares tivessem um papel central na política em cidades como Genova, o contrato através do qual os genoveses estabeleceram sua comuna por volta de 1096, era um contrato entre indivíduos e não entre clãs. Os tratados entre Genova e outras unidades políticas eram assinados por até 1.000 membros da comuna em vez de somente entre cônsules ou líderes de clãs. Greif (2006, pos.6181)

reduzir seu poder e/ou bem-estar. Nesse sentido é necessário criar um Estado ou governo com poderes limitados. Ou seja, um governo efetivo na determinação do comportamento, mas que pode ser impedido a abusar do poder. Portanto, um Estado mais democrático, capaz de garantir direitos de propriedade.

O desafio da construção de um Estado efetivo, porém mais democrático foi enfrentado com a criação da Comuna, uma inovação institucional medieval fundamental que se constituía em uma associação voluntária juramentada temporária, dirigida por cônsules que eram eleitos por um período limitado por um parlamento composto de todos os cidadãos de 'pleno direito'. As Comunas eram comunidades autogovernadas que ocupavam uma área cinza entre o Estado e as comunidades. Elas eram similares às comunidades na medida em que se caracterizavam pela familiaridade pessoal intracomunitária. Eram também similares aos Estados dado que possuíam um monopólio geograficamente localizado sobre o uso legal de poder coercitivo. Os tribunais destas comunas autogovernadas eram parciais no sentido em que representavam os interesses da comunidade, porém tendiam a agir com imparcialidade quando de disputas envolvendo membros de outras comunas.

Entretanto, um Estado eficiente é uma condição necessária, porém não suficiente. Havia dois outros problemas a serem resolvidos. Para o comerciante envolvido no comércio de longa distância um problema fundamental era como empregar agentes no exterior sem ser enganado (problema principal-agente). Outro problema era evitar que os governantes de outras jurisdições agissem predatoriamente. A solução desses problemas contou com a participação decisiva da Guilda comercial em associação com a Comuna. Essa associação representou uma inovação organizacional/institucional extremamente criativa no sentido de que ela contribuiu para resolver o problema de coordenação da ação coletiva de um grupo de interesses, como os dos mercadores de uma cidade, evitando os conflitos internos ao grupo, ao mesmo tempo em que se constituiu na organização central de uma estrutura institucional que estimulava, tornando possíveis, atividades comerciais de longa distância entre agentes econômicos não relacionados por ligações de parentesco e com direitos de propriedade assegurados vis-à-vis a Estados potencialmente predadores.

#### 4.2.2. O Sistema de Responsabilidade Comunitária

O fato das repúblicas cidadinas serem governadas por mercadores para mercadores pode ter sido uma condição necessária, porém não suficiente, como como supunha Lopez (op. Cit.), para a ocorrência da revolução comercial de longa distância medieval. Era preciso criar um mecanismo, um sistema que resolvesse o problema da troca impessoal, caracterizada pela separação entre *quid* e *quo* através de fronteiras jurisdicionais, por meio de uma instituição capaz de fazer valer as regras (*self-enforcing*). O binômio Guilda/Comuna resolveu esse problema na Europa pré-moderna através do **sistema de responsabilidade comunitária**. Sob este sistema de responsabilidade comunitária, o tribunal de uma comuna responsabilizava todos os membros de outra comuna pelo dano causado por um de seus membros. Se o tribunal da Comuna do fraudador se recusasse a compensar a parte lesada, o tribunal da Comuna do fraudado ordenaria o confisco da propriedade de quaisquer dos membros da Comuna do fraudador presentes na sua jurisdição para compensar o fraudado. O único modo da Comuna do fraudador evitar a compensação seria não ter negócio algum com a Comuna do fraudado. Mas isto poderia representar um custo muito elevado. Portanto, o comportamento mais sensato do tribunal de uma Comuna seria dispensar uma justiça imparcial, punindo seu próprio membro fraudador de um membro de outra comuna. Este sistema de reponsabilidade comunitária transformou as comunas em organizações de vida perpétua, as quais internalizavam o custo da fraude cometida por qualquer um de seus membros contra os membros de outra comunidade.

Certamente poderia ter sido viável a relação de um governante com um mercador no quadro de uma institucionalidade baseada na reputação: a crença de que o governante irá respeitar os direitos de propriedade do comerciante na medida em que caso contrário ele perderia os ganhos das taxas sobre as operações comerciais efetuadas<sup>76</sup>. Entretanto, os dados históricos indicam que,

---

<sup>76</sup> O teorema de Folk sobre jogos repetidos indica que esta é uma situação provável: se o governante considera que os ganhos sobre as operações comerciais no futuro serão maiores que os ganhos

de modo geral, as relações entre governantes e comerciantes não foram baseadas nem no mecanismo de reputação bilateral (pelo qual o comerciante abusado cessa de comerciar), nem no mecanismo informal de reputação multilateral (pelo qual os comerciantes abusados junto com seus associados cessam de comerciar). Foram baseadas em organizações formais – as Comunas/Guildas comerciais, que eram corpos administrativos baseados fora do território do governante.

Como mostrou Greif, isto ocorreu na medida em que o respeito do governante pelos direitos de propriedade de um comerciante (transação central) em função do pagamento de taxas por este último (transação auxiliar), baseada em mecanismos de reputação bilateral ou multilateral, somente funcionava quando era relativamente elevado o valor da taxa paga por cada comerciante em função de um baixo volume de comércio. Numa situação de expansão do comércio, em que o valor relativo das taxas pagas por cada comerciante individualmente se reduz, tendia a ser vantajoso para os governantes desrespeitar os direitos de uns e não o de outros, a menos que os comerciantes fossem capazes de retaliar conjuntamente. A capacidade de retaliação, entretanto, dependia de uma organização que coordenasse este tipo de ação coletiva, evitando o comportamento oportunista entre os próprios comerciantes.

Estas organizações - as Comunas/Guildas comerciais - tinham poder regulatório sobre os comerciantes em seu próprio território, supervisionavam as operações deles em terras estrangeiras e coordenavam suas respostas à conduta dos governantes. Elas foram as manifestações e os meios para a criação de ligações inter-transacionais adicionais capazes de mudar o conjunto de crenças auto-reforçantes na transação entre governantes e comerciantes. Elas ligavam cada transação entre governante e comerciante (transação central) com transações coercitivas e de compartilhamento de informações de todos os comerciantes (as transações auxiliares): coordenavam as decisões de embargo comercial e o fazer vale-las através de ameaças críveis de sanções (comerciais) contra os seus membros que o furassem.

---

provenientes do desrespeito da propriedade no presente, então ele se comprometerá com o respeito dos direitos dos comerciantes. Ver Greif (op.cit., Apêndice).

Elas capacitavam, fornecendo os micro fundamentos do comportamento, os governantes e comerciantes a tomarem decisões informadas na medida em que especificavam a estrutura da situação, quem era membro da organização, quem era o legítimo coletor das taxas, que ações constituíam um abuso de direitos e qual o procedimento a seguir no caso de um processo contra um abuso. Definiam também quem tinha a autoridade de decretar um embargo, o que esperar dos comerciantes durante o mesmo e as consequências em não aderir ao mesmo. Em suas localidades de origem cada Guilda gozava de monopólio comercial, cujas rendas serviam de cimento de união entre os comerciantes locais, facilitando o compromisso de todos em ações coletivas de retaliação (embargo comercial) contra outra localidade cujo governante praticava uma transgressão.

Greif (op.cit, pos.2424) chama a atenção para o fato de que o surgimento da Guilda comercial na Europa não foi causado pelos ganhos provenientes do comércio, mas sim um reflexo da própria natureza da dinâmica institucional como um processo histórico. Os modos como as várias Guildas foram organizadas e o *timing* de seu surgimento foram determinados por processos sociais, políticos e econômicos através dos quais se cristalizaram os elementos institucionais e outras condições necessárias para seu funcionamento. A análise histórica mostra que esse tipo de organização comercial estava no centro de uma instituição, o sistema de responsabilidade comunitária, que superou o problema do comprometimento dos governantes com o respeito aos direitos de propriedade e, desse modo, facilitou a expansão comercial cujo potencial latente vinha crescendo com o processo de acumulação de capital que havia começado na Alta Idade Média a partir da introdução de importantes macro inovações – como o sistema de aração charrua-cavalo na agricultura e os moinhos hidráulicos e eólicos na agricultura e na indústria.

Ordem privada, baseada em instituições capazes de fazer valer as regras por elas criadas, foi a marca distintiva da expansão medieval, sendo que este quadro não resultou, como pensavam Hayek e Friedman, de uma “ordem espontânea” entre agentes econômicos, mas sim foi o produto de esforços intencionais coordenados de muitos indivíduos não relacionados por ligações de parentesco. As estruturas sociais criadas através destes esforços não

dependiam da participação de um membro em particular, sendo autogovernadas e baseadas nos interesses mútuos de seus participantes. Elas eram autogovernadas no sentido de que seus membros participavam na especificação das regras que regulavam suas atividades. Essa participação é que tornava as regras legítimas. Em outras palavras, corporações econômicas e políticas foram centrais para a estrutura institucional em que se baseou a expansão comercial medieval.

É importante notar que a ação das Guildas contribuía para uma expansão do comércio que beneficiava a todos; a prova desse fato está em que elas obtinham a cooperação dos governantes em quase todas as localidades. Mesmo em situações em que os comerciantes não eram capazes de coagir os governantes através de embargos, os governantes garantiram a eles vários direitos, incluindo o de organização, de manter tribunais e assembleias, de eleger seus próprios cônsules e servir em juris quando processados. As Comunas das cidades Italianas frequentemente agiam como uma Guilda em favor de seus mercadores residentes. Em um outro extremo, em função do tamanho relativamente reduzido das cidades alemãs, teve origem a grande Guilda do Báltico, a Liga Hanseática, uma organização capaz de coordenar e fazer valer a ação coletiva de mercadores de diferentes cidades.

Nesse sentido, para Greif, a visão tradicional de que o surgimento do Estado centralizado foi uma pré-condição para a expansão dos mercados deve ser revista à luz da história do sistema de responsabilidade comunitária: esse sistema é que possibilitou a expansão dos mercados, expansão esta que deu origem a uma demanda institucional que influenciou o desenvolvimento de instituições estatais/governamentais baseadas na lei. Nos lugares onde o Estado pode responder a este desafio, mas mantendo-se constrangido a não abusar dos direitos, os mercados prosperaram. Em suma, muito precocemente, antes da ascensão dos Estados territoriais, havia se desenvolvido e consolidado na Europa um conjunto de instituições capaz de prover uma estrutura legal e normativa que conferia um grau elevado de confiança pública necessário para

os negócios<sup>77</sup>. Para van Zanden (op.cit.,p.31), um indicador claro desse ambiente favorável aos negócios foi o declínio da taxa de juros; entre os séculos XII e XIII elas passam de algo em torno de 30% a.a., que era o 'normal' da economia mundial da época, para cerca de 10% a 12% a.a. (e vão continuar declinando até atingir cerca de 5% a.a. em meados do século XVI).

Entretanto, o sistema entra em declínio devido em grande medida ao seu próprio sucesso em promover o aumento das interações intercomunitárias, do número e do tamanho das comunidades, da heterogeneidade intracomunitária. Estes resultados tendem a diminuir a efetividade do sistema, a aumentar seu custo econômico e a tornar cada vez mais inviável a política intracomunitária. O crescimento do número de comerciantes, de locais de comércio, de interações intercomunitárias reduz as rendas, bem como o custo de falsificação de afiliação comunitária, aumentando o custo de verificação da identidade de cada comerciante. Evidências na Itália sugerem também que a crescente mobilidade social entre comunidades minou progressivamente a efetividade do sistema de responsabilidade comunitária na medida em que este dependia da capacidade da comunidade punir localmente seus membros (Greif, op.cit.,pos. 7406).

Progressivamente muitas das organizações corporativas medievais (como a Liga Hanseática, várias guildas comerciais e artesanais) começaram a restringir a competição, a inovação e a própria expansão para tentar manter as rendas e aumentar os lucros. Este declínio ofereceu uma oportunidade para os Estados territoriais em expansão usar estas organizações e estabelecer novas instituições para servir seus interesses. No final do século XIII esse processo de declínio já era bem marcado na Inglaterra, sendo que a emergência mais precoce aí do Estado centralizado facilitou a substituição do sistema de responsabilidade comunitária por um sistema baseado na responsabilidade legal individual e no poder coercitivo do Estado. Entretanto, um Estado centralizado com poderes administrativos e coercitivos mais limitados comparativamente aos

---

<sup>77</sup> Como pano de fundo estava a unidade cultural da Europa cristã. Marc Bloch (1949) via nesta unidade uma das razões de sua aptidão para as trocas, que se mantém muito depois da Idade Média. Por esta razão a letra de câmbio, arma mestre do capitalismo comercial no Ocidente, circula quase que exclusivamente nos limites da cristandade. Estar dentro desses limites significava estar entre mercadores passíveis dos mesmos princípios de justiça e jurisdições, o que reduzia o risco. Ver Braudel, op.cit.,T3. p. 67.

das suas contrapartes em evolução no Continente. Os direitos de propriedade eram relativamente mais seguros. Desse modo, na Inglaterra operou-se uma transição precoce para uma monarquia parlamentar moderna capaz de garantir um ambiente propício para os negócios, equivalente àquele que tinha sido garantido pelas organizações corporativas na Baixa Idade Média.

### 4.3. A Revolução Pré-Industrial

Uma das características do período era o gosto por inovações, sobretudo mecânicas. Os mosteiros tiveram um papel pioneiro na mecanização, em especial os da ordem de Citeaux. Como visto acima, esta ordem venceu a batalha « socioideológica » em favor da visão do trabalho como dignificante para o homem, porém não o trabalho pesado e repetitivo! O que era valorizado era muito mais o trabalho criativo, incluindo o dos engenheiros que inventavam formas de torná-lo menos penoso<sup>78</sup>. Um documento do século XIII sobre o papel da energia hidráulica na mecanização dos trabalhos no mosteiro cisterciense de Clairvaux dá uma ideia notavelmente clara do nível de mecanização atingida e do entusiasmo pela sua adoção:

*« Um braço de rio, atravessando as numerosas oficinas da Abadia, se faz benzer em todo lugar pelos serviços que proporciona...o rio se lança inicialmente com impetuosidade sobre o moinho, onde se torna muito agitado e se contorce, tanto para moer o grão sob o peso das pedras molares, como para agitar a peneira que separa a farinha da palha. Ei-lo em seguida no compartimento vizinho; ele enche a caldeira e se entrega ao fogo que o cozinha para preparar a cerveja dos monges se a colheita de uvas foi mal. O rio não desiste. Os moinhos de prensagem de tecidos o chamam por sua vez. Ele que estava ocupado em preparar a comida dos monges, pensa agora em suas vestimentas.*

---

<sup>78</sup> O desdenho dos intelectuais da antiguidade pelo trabalho não se limitava ao trabalho manual. Nos *Gorgias*, Platão já assinalava o desprezo do filósofo pelo engenheiro: « Il n'en est pas du tout moins vrai que toi, tu es pour lui plein de mépris, ainsi que pour l'art qui est le sien; que ce serait en manière d'opprobre que tu le traiterais de mécanicien, et que tu ne consentirais ni à donner à son fils la main de ta fille, ni à prendre pour toi la sienne ». Platon, *Gorgias*, 512c. apud Gimpel (1975, p.8).

*Ele não recusa nada que lhe pedem. Ele eleva ou abaixa alternativamente estes pesados pilões, estes martelos, ou melhor dizendo, estes pés de madeira, poupando assim aos monges de grandes fadigas... quantos cavalos se esgotariam, quantos homens fatigariam seus braços neste trabalho que faz por nós este gracioso rio, ao qual nós devemos nossas vestimentas e nossa comida. Quando ele faz girar de um movimento acelerado tantas rodas rápidas, ele sai espumando, como se estivesse moído. Ao sair daí, ele entra no curtume, onde ele prepara o couro necessário ao calçamento dos monges; ele mostra aí tanto atividade como cuidado, pois ele se divide em numerosos pequenos braços para visitar diferentes serviços, procurando diligentemente por todo lugar aqueles que têm necessidade de seus serviços, que se tratasse de cozinhar, tanar, quebrar, molhar, lavar ou moer, não recusando jamais seu serviço. Enfim, para completar sua obra, ele leva embora as imundices deixando tudo limpo »<sup>79</sup>.*

#### **4.3.1. Energia, Ferro e Pedra**

Gimpel (1975) assinala que, graças ao *Domesday Book*, o recenseamento que Guilherme o Conquistador mandou realizar logo depois da conquista normanda da Inglaterra, existe um inventário preciso da quantidade de moinhos lá existentes no século XI. A densidade de moinhos variava com a região em função da disponibilidade de água e da densidade da população. Na média da Inglaterra um moinho servia 50 lares, em alguns condados 26 em outros até 96.

---

<sup>79</sup> «Un bras de rivière, traversant les nombreux ateliers de l'abbaye, se fait partout bénir par les services qu'il rend...la rivière s'élançe d'abord avec impétuosité dans le moulin, où elle est très affairée et se remue, tant pour broyer le froment sous le poids des meules, que pour agiter le crible fin qui sépare la farine du son. La voici déjà dans le bâtiment voisin ; elle remplit la chaudière et s'adonne au feu qui la cuit pour préparer la bière des moines si les vendanges ont été mauvaises. La rivière ne se tient pas pour quitte. Les foulons établis près du moulin l'appellent à leur tour. Elle était occupée à préparer la nourriture des moines, maintenant elle songe à leur habillement. Elle ne refuse rien de ce qu'on lui demande. Elle élève ou abaisse alternativement ces lourds pilons, ces maillets ou, pour mieux dire, ces pieds de bois et épargne ainsi aux frères de grandes fatigues...que des chevaux s'épuiseraient, que des hommes se fatigueraient les bras dans ces travaux que fait pour nous la gracieuse rivière à laquelle nous devons nos vêtements et la nourriture. Quand elle a fait tourner d'un mouvement accéléré tant des roues rapides, elle sort en écumant ; on dirait qu'elle est broyée. Au sortir de là, elle entre dans la tannerie, où elle prépare le cuir nécessaire à la chaussure des frères ; elle y montre autant d'activité que de soin, puis, elle se divise dans une foule de petits bras pour visiter les différents services, cherchant diligemment partout ceux qui ont besoin de ses services, qu'il s'agisse de cuire, tamiser, broyer, arroser, laver ou moudre, ne refusant jamais son concours. Enfin, pour compléter son œuvre, elle emporte les immondices et laisse tout propre »

Descriptio Monasterii Claraevallensis, Migne, Patr. Lat., t.185, 570 A-571 B. Apud Gimpel.(1975,pp.11,12).

No condado de Wiltshire atravessado pelo rio Wylye, havia 16 moinhos em 30 km de rio, ou seja, um moinho a cada quinhentos metros. O custo de construção de um moinho era elevado, mas os investimentos eram extremamente rentáveis; a maior parte da população tinha condições de pagar o preço. Em geral os senhores de terras eram proprietários de moinhos, mas havia uma grande quantidade de moinhos nos vilarejos tendo vários sócios como proprietários. Um número significativo desses moinhos sobreviveu, sendo aperfeiçoados, até o século XIX. Através de satélites e de aviões radares foi possível mapear os sítios de moinhos na Europa: praticamente tudo o que poderia ser aproveitado como força hidráulica o foi. Uma verdadeira 'revolução dos moinhos' (ver Bloch, 1963).

No século XII na França os cidadãos de Toulouse formaram uma sociedade por ações, a *Société du Bazacle*. O valor das ações variava em função dos rendimentos dos moinhos situados no rio Garonne. Estas ações eram negociadas livremente no mercado. Gimpel a considera, provavelmente com razão, a mais antiga empresa capitalista por ações do mundo. Ela sobreviveu até o século XX, quando foi nacionalizada pelo Estado Francês. Inicialmente, os moinhos do rio Garonne eram flutuantes e apresentavam vários problemas, como as amarras que podiam se soltar em função das correntes e provocar acidentes, além da variação do volume de água que afetava o funcionamento dos moinhos. Para resolver esses problemas os engenheiros de Toulouse construíram 3 barragens, agrupando 43 moinhos fixos na margem direita, uma obra admirável de engenharia. Na primeira barragem (*du Château-Narbonnais*) foram instalados 16; na segunda (*de la Daurade*) 15; e na terceira (*du Bazacle*) 12. Essa sequência de 3 barragens implicava que a altura da última barragem determinava a potência da anterior pelo tamanho do lago que gerava, limitando a altura da queda d'água. Esta situação deu origem a inumeráveis litígios dos proprietários da barragem a montante contra os proprietários da barragem *du Bazacle*. O sítio de um moinho representava um investimento importante e por isso era juridicamente protegido. O proprietário de um moinho poderia, por

exemplo, proibir a construção de um outro que pudesse prejudicá-lo ou exigir indenizações<sup>80</sup>.

A busca por novas fontes de energia não se limitou à energia hidráulica. A energia eólica veio a representar um importantíssimo complemento, sendo em algumas regiões decisiva (os países baixos). Entretanto, uma inovação importante tinha que ser introduzida para resolver o problema das mudanças de direção do vento: o cata-vento montado sobre um eixo vertical pivotante<sup>81</sup>. Além de dominarem a paisagem de países como a Holanda, moinhos a vento compensaram a escassez de recursos hídricos nas diversas regiões. Até mesmo a energia das marés foi utilizada. Na França do século XX a primeira usina hidroelétrica a maré foi construída no local onde ainda funcionava toda uma série de antigos moinhos a maré!

Além do tamanho do parque instalado de moinhos de todo tipo na Europa, inédito com relação às demais civilizações, os usos dados a esses moinhos foram muito além da moagem de grãos. Os usos industriais foram possibilitados pela introdução da árvore de comando (manivela), que transforma movimentos circulares em movimentos pendulares. As árvores de comando eram conhecidas na Antiguidade, mas não tiveram aplicações industriais, eram mais uma curiosidade, um *gadget*. Na China elas eram utilizadas para fazer o contrário, transformando o movimento pendular das pernas em movimentos circulares para a debulha de grãos! Na Europa foram amplamente utilizadas na produção de bebidas - permitindo a mecanização da maceração da matéria prima na produção de vinho, até então realizada com os pés, na produção de tecidos – sobretudo na mecanização da socagem dos panos, que era um trabalho extremamente pesado, na produção de couro e papel, bem como na produção metalúrgica; nesta última os moinhos foram utilizados tanto para mover martelos de estampagem de peças de metais (de até 300 toneladas), como para movimentar foles com grande capacidade de insuflar ar nos fornos, permitindo

---

<sup>80</sup> Em um processo que começou em 1356 e terminou em 1408, os proprietários dos moinhos da barragem da *la Daurade* tentaram receber reparações pelos prejuízos provocados pela forma de operação dos proprietários da barragem *du Bazacle*. Durante meio século os proprietários do Bazacle conseguiram fazer falir a concorrente por meios de variadas chicanas jurídicas ao mesmo tempo em que continuavam a interferir na potência da barragem de *la Daurade* e acabaram se tornando seus proprietários.

<sup>81</sup> Na Ásia, provavelmente em função da maior constância de direção do vento os moinhos eram montados num eixo horizontal fixo posicionado na direção certa.

uma forte elevação da temperatura necessária para a produção de aços mais resistentes.

Um tipo consagrado de classificação das civilizações em termos de grau de desenvolvimento tecnológico é a classificação segundo o metal, ou liga metálica, predominantemente usado. Seguindo esta classificação pode-se dizer que a Idade do Ferro começa na Idade Média. No Império Romano já se usava o ferro, porém o bronze ainda tinha um papel muito importante. A idade do ferro medieval foi estimulada sobretudo pela demanda por armaduras, arados de ferro e ferraduras<sup>82</sup>. Essa demanda induziu uma busca intensa de soluções para aumentar a produção de ferro, que era um mineral não encontrado, dada a tecnologia prevalecente, muito facilmente em quantidades adequadas. Para a produção de ferro de qualidade, os engenheiros metalúrgicos da época foram os primeiros a adaptar a produção siderúrgica à energia hidráulica, mecanizando o processo de moldagem de peças e permitindo a construção de fornos com acionamento automático do insuflamento de ar que atingiam 1.200 graus centígrados.

Os mosteiros cistercienses também se destacaram nesse domínio, sendo convidados em todo lugar a se instalar perto das minas de ferro que foram sendo descobertas<sup>83</sup>. De modo geral, além de 'fazendas modelo' as novas ordens monásticas transformaram também seus mosteiros em modelos para a solução de problemas técnicos não agrícolas, desde o reforço e manutenção de diques na Holanda passando por técnicas de perfuração de poços e de construção de pontes<sup>84</sup>, até atividades industriais variadas que tenderam a se tornar especialidades de cada mosteiro. Evoluíram para se transformarem em empresas proto-capitalistas, as primeiras que se tem notícia, sendo que uma das razões importantes de seu declínio a partir do século XIII está relacionado a

---

<sup>82</sup> Para ser eficiente o arado pesado tinha que ser de ferro ou ter no mínimo uma cobertura de ferro por sobre a madeira; as ferraduras eram indispensáveis para o uso eficiente do cavalo; por sua vez, a inovação da sela fixa por estribo mudou a arte de combate, permitindo ao cavaleiro combater protegido por armaduras pesadas e malhas de ferro sem ter que desmontar.

<sup>83</sup> Também condições regionais contribuíram fortemente para que os metalúrgicos alemães tivessem um destaque excepcional, a ponto da terminologia do setor ser fortemente dominada por termos alemães.

<sup>84</sup> Uma nova ordem monástica, dos Cartuxos, por exemplo, furou o primeiro poço suficientemente profundo através do estaqueamento de tubos de ferro de poucos centímetros de diâmetro, de modo que a água não precisava ser bombeada, subindo sob pressão subterrânea. Foi o primeiro poço "artesiano" da história e cujo nome deriva da região de Artois onde se localizava o mosteiro. No caso das pontes uma ordem monástica especializada foi constituída, a Ordem dos 'Irmãos da Ponte', que tendiam a construir pontes cobertas de instalações como moinhos e residências. Ver Gies (1994, p.112 e p.148/149)

problemas ‘trabalhistas’: para fazer a parte do trabalho pesado e rotineiro, sobretudo no campo, que não fora possível mecanizar, toda uma massa de trabalhadores pouco qualificados foi engajada como ‘irmãos conversos’, cuja vocação religiosa era precária para dizer o mínimo. Uma compensação importante para os trabalhos pesados que executavam era dada na forma de rações de vinho e cerveja. Conflitos com os monges superiores sobre as condições de trabalho regados a bebida se tornaram frequentes, sendo agravados, virando abertas revoltas, quando se tentava controlar a bebida.

Finalmente, no caso da produção de pedra, a partir do século XI ela se transformou uma verdadeira ‘indústria’, atingindo níveis sem precedentes. Foi nesse período quando começou efetivamente uma forte expansão de massivas construções de pedras sob a forma de catedrais e castelos fortificados. Até o final do século X, as fortificações em pedra eram basicamente torres (*Donjons*), que podiam abrigar um número relativamente pequeno de pessoas. As fortificações mais amplas para a proteção de um número maior de pessoas eram os chamados castelos de ‘monte e pátio’ (*motleys and bayles castles*): uma paliçada de madeira construída sobre uma elevação terra, frequentemente feita para isso. Eram muito efetivos e relativamente fáceis de construir (ver Gies, 1994, pp.60,61). A partir do século XI eles começam a serem substituídos pelos castelos inteiros em pedra, praticamente inexpugnáveis por séculos. Sobre as Catedrais Góticas não é preciso dizer muito para explicar o extraordinário trabalho em pedra que representam, quantitativa e qualitativamente.

Milhões de toneladas de pedra foram movimentadas, muito mais que para todas as pirâmides do Egito somadas. O que sobrou desta Europa ‘empedrada’ impressiona quando comparado com os remanescentes em pedra de outras civilizações. A França se tornou a principal produtora em função da abundância de pedras de qualidade que possuía, se transformando inclusive em exportadora de pedra! A própria cidade de Paris se transformou numa imensa mina de pedra, ficando com a reputação de ‘cidade suspensa’ sobre galerias de minas de pedras de qualidade que atingiram cerca de 300 Km (o metrô possui 200 KM hoje) (Gimpel, op.cit., p.34). As exportações de pedra saíam sobretudo pelo porto de Caen. A Inglaterra foi uma grande importadora de pedras para parte de suas obras mais importantes.

### 4.3.2. Divisão do Trabalho e Especialização

A pré-revolução industrial<sup>85</sup> medieval se estendeu rapidamente para as cidades onde uma inovação institucional - as Guildas, organizações corporativas de ofício, tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos produtivos. Elas tiveram a mesma origem de suas congêneres comerciais, nas confrarias de ajuda mútua, com seus respectivos santos padroeiros, que caracterizavam a vida social em evolução nas cidades. Na Corporação de Ofício o trabalho era estruturado hierarquicamente, dos aprendizes até o mestre superior, mas a mobilidade era aberta ao talento e a dedicação. A corporação estabelecia os níveis de qualidade do produto e o preço justo para garantir a remuneração adequada de toda a hierarquia de artesãos. Sob esta forma de organização a qualidade artesanal dos trabalhos atingiu níveis muito elevados, como testemunha o Museu da Ferramenta de Dijon, com sua enorme coleção de ferramentas especializadas de todos os tipos para os acabamentos os mais aperfeiçoados. No entanto, a expansão dos mercados puxada pela Revolução Comercial irá pouco a pouco destruir essa estrutura por dentro e por fora. Por fora pelo sistema de *putting-out*, que consistia em deslocar a produção para os vilarejos rurais fora da jurisdição das Guildas. Por dentro, na medida em que a superior produtividade possibilitada pela parcelização do trabalho artesanal em operações especializadas de partes do processo de trabalho começa a se impor naqueles setores mais dinâmicos como o têxtil. A produtividade do trabalho aí foi elevada ao máximo possível pela parcelização das tarefas: a produção de uma peça de pano chegou a passar por 26 operações distintas, cada uma executada por um trabalhador especializado (Gimpel, op.cit.).

Para Lopez (op.cit), do mesmo modo que a indústria têxtil baseada no algodão iniciou a Revolução Industrial no século XVIII, a indústria têxtil baseada na lã iniciou a Revolução Pré-Industrial medieval no século XII. Uma das razões para este fato está exatamente em que a produção de têxteis era dividida em

---

<sup>85</sup> Optamos por empregar a expressão pré-revolução industrial em vez de revolução industrial na medida em que a divisão do trabalho era basicamente setorial/regional e não no próprio processo produtivo. Este era ainda largamente artesanal nos processos em que não fosse possível mecanizar, embora já a partir da segunda metade do século XIII a produção capitalista fora do controle das Guildas cresce rapidamente, e onde a divisão do trabalho interno se aprofunda numa relação de trabalho propriamente capitalista.

operações especializadas a cargo de diferentes Guildas, mas que, em função da interdependência entre elas, pouco a pouco são integradas numa única unidade gerencial. Cada operação pode ser acelerada por meio de inovações relativamente simples – a tecedora a pedal no lugar da tecedora manual e a fiação com a roca no lugar da fiação manual. Em segundo, o fato de que a flexibilidade e o peso tanto das matérias primas como dos produtos acabados permitiam minimizar o impacto dos custos de transporte decorrentes da concentração da produção nos lugares mais favoráveis em termos de disponibilidade de mão de obra e de capacidade empreendedora, como nos países baixos em especial.

A indústria da seda na Itália não ficou muito atrás da indústria da lã nos países baixos. Também a produção de tecidos de linho, especialmente para a roupa de baixo ('lingeries'), teve importância equivalente, sendo os principais centros produtores localizados na Suíça e no vale do Reno alemão. Novos produtos têxteis mais baratos como o **fustão** foram também desenvolvidos a partir de uma mistura de algodão e lã. Os tecidos de algodão eram produzidos principalmente pela população pobre como atividade não especializada de mulheres, de ordens religiosas, de camponeses. Entretanto, a ampliação do mercado e a disponibilidade de trabalho atraiu muitos grandes comerciantes do Norte e do centro da Itália já no século XII com a intenção de produzir um tecido mais barato como o fustão. Por volta de 1200 uma peça de fustão custava um vigésimo de uma peça de lã de boa qualidade. A produção têxtil medieval com base no *putting-out* chegou perto da indústria têxtil inglesa nas vésperas da Revolução Industrial.

Por outro lado, a tendência de concentrações regionais da produção de tecidos em concorrência mútua e sua vulnerabilidade às consequências das lutas políticas incessantes, que a partir do século XIII atingiram fortemente certas regiões, resultaram em frequentes revoltas generalizadas dos trabalhadores. Até meados do século XIII boa parte da produção têxtil da Europa estava concentrada nos países baixos e nas cidades francesas de Arras, Saint-Omer et Douai no Canal da Mancha, através do qual vinha a lã da Inglaterra, então o principal centro produtor. Em 1275, entretanto, o Parlamento Inglês aprovou uma solicitação real para a criação de um imposto sobre a exportação de lã, o que

causou uma perda de competitividade dos produtores da região. Em 1296 o Rei Edouard I declara um embargo sobre as exportações de lã em função de suas disputas com o rei da França, provocando desemprego e miséria entre os trabalhadores do setor têxtil, que partiram em bandos para os campos pilhando em busca de comida.

Também a primeira greve ocorre em Douai em 1245 e, desde então, elas se sucedem com frequência, levando a deslocamentos em massa de tecelões de uma cidade para outra. Em 1280 os trabalhadores têxteis de Ypres pegaram em armas no verão, os de Bruges em setembro e os de Douai em outubro. Massacres e pilhagens feitas pelos trabalhadores foram reprimidas duramente, forçando muitos a se expatriar. Foram para a Inglaterra onde a indústria têxtil se expandia ou para a Itália que oferecia ainda vantagens fiscais para a mão-de-obra qualificada. Em 1271, o rei Henri III decreta que todos os trabalhadores do setor têxtil dos países baixos e de outros poderiam vir em toda segurança para a Inglaterra para trabalhar na produção têxtil, com isenção de taxas por cinco anos (ver Carus-Wilson, 1952, p.28).

#### **4.3.3. Desflorestamento e Poluição de Carvão Mineral**

Além do desflorestamento causado pela forte expansão agrícola e populacional, a demanda por madeira como combustível e material de construção (incluindo de navios) cresceu fortemente a partir do século XI com a expansão econômica geral. Na metalurgia eram precisos 25 m<sup>3</sup> de madeira para a produção de 50 kg de ferro. Quarenta dias de trabalho de uma carvoaria consumia uma floresta inteira num raio de 1 Km! Em meados do século XIII a área florestada da França já tinha se reduzido ao que é hoje (ver Gimpel, op.cit., p.79). A preocupação com o desflorestamento se generalizou e políticas de proteção florestal foram implementadas, em muitos casos com sucesso. No século XIII, os representantes da região de Dauphine na França denunciavam oficialmente as fundições de ferro como responsáveis pelo desflorestamento da região, solicitando medidas enérgicas para resolver o problema.

Na Itália, a comuna de Montaguloto, talvez tenha sido a primeira a promover uma política de reflorestamento, exigindo de cada proprietário o plantio de 10 árvores por ano. Na Inglaterra as grandes florestas dominiais reais foram

protegidas por leis muito impopulares. Entretanto, toda vez que que havia necessidade de dinheiro o patrimônio florestal era explorado. A destruição mais rápida das florestas na Inglaterra forçou a busca de alternativas de importação (da Escandinávia)<sup>86</sup>. Como alternativa de combustível o carvão mineral aparece como uma solução. Entretanto, não havia condições técnicas de exploração intensiva de minas profundas, com carvão de melhor qualidade. O que era possível utilizar era o carvão de aflorações mais superficiais, frequentemente na área de desembocadura de rios na Inglaterra, e por isso lá chamados de ‘carvão do mar’. Eram carvões de baixa qualidade, com alto teor de enxofre, que provocavam uma forte poluição.

Rapidamente toda uma indústria de carvão mineral se desenvolve. Há registros de multa por escavações em plena via pública em cidades situadas sob aflorações de carvão! Até assaltos de barcaças carregadas de carvão são registrados. Desde 1200 Bruges começa a comprar carvão mineral da Inglaterra. Um comércio regular se estabelece com navios carregados de trigo indo da França para a Inglaterra e voltando carregados com carvão.

As reclamações de poluição do carvão se generalizam ao longo do século XIII nas cidades e vilarejos dotados de fornos à carvão mineral. Das grandes cidades, Londres foi a primeira a se destacar com seus habitantes apresentando queixas formais contra o uso de carvão mineral nos fornos. Em 1307 uma proclamação real proibiu seu uso sob pena de multa, instando sua substituição por carvão vegetal, embora sem muito sucesso. Com registro histórico a primeira pessoa ilustre a sofrer e descrever os efeitos perniciosos do uso do carvão mineral de baixa qualidade, foi a rainha Eleonora da Inglaterra que, em 1257, deixou precipitadamente o Castelo de Nottingham queixando-se do ar empestado da cidade (ver Gimpel, op.cit. p.87).

---

<sup>86</sup> Os primeiros carregamentos de madeira da Noruega entraram no porto de Grimsby em 1230. Em 1274 o mestre carpinteiro da Catedral de Norwich teve que ir até Hamburgo na Alemanha para comprar madeira! Gimpel (op.cit., p.83).

#### 4.4. A Catástrofe Econômico-Ecológica do Século XIV

O desflorestamento, por sua vez, vai ter fortes impactos sobre os rendimentos das terras agrícolas. Com efeito, como visto, os sistemas de rotação de cultivos com 'pousio' (bianual e trianual) dependiam da presença de um estoque suficiente de floresta e de campos naturais, que eram integrados ao manejo da fertilidade através da transferência da matéria orgânica nele contida para os campos cultivados. Esse estoque de recursos naturais representava também um elemento de resiliência socioecológica muito importante, na medida em que ele fornecia um complemento apreciável de alimentos, pela caça e pela coleta de fungos e de outros produtos florestais e pela criação de animais domésticos (porcos) em meio à floresta. Em tempos de perdas de colheitas por pragas ou chuva insuficiente, eram uma garantia contra a fome.

A solução tecnológica para uma produção agropecuária sustentável sem a presença de um estoque florestal integrado ao manejo já havia sido encontrada. Nas regiões mais dinâmicas e povoadas, como os Países Baixos e o Norte da Itália, desde o século XII, dada a escassez de floresta, se difundira um novo sistema produtivo baseado em rotações entre culturas, e não entre culturas e 'pousios', apoiada na criação animal estabulada, e não na criação animal em áreas naturais (que já não mais existiam). No sistema anterior a lógica agrônômica de manutenção da fertilidade do solo repousava na transferência de matéria orgânica das áreas naturais para os campos cultivados. No novo sistema a fertilidade era mantida, e melhorada, pela mobilização local das reservas disponibilizáveis de nutrientes dos solos, acrescida da captação de nitrogênio atmosférico, nutriente chave, através do uso judicioso de plantas leguminosas fixadoras de N.

Esse sistema de rotações de culturas, que no século XVIII se expandirá para toda Inglaterra a partir do condado de Norfolk e no século XIX para toda a Europa, era baseado em observações multisseculares dos agricultores (há registros desta prática na Grécia e Roma antigas) sobre os efeitos benéficos de certas sucessões de plantas em cultivo para o controle de pragas. Também que plantas como as leguminosas (feijão, soja, trevo branco, favas etc.) melhoravam a fertilidade do solo (fixando nitrogênio atmosférico). De fato, este sistema de rotações bem manejado irá configurar o que muitos consideram a 1ª revolução agrícola que

acompanha a Revolução Industrial. Por que, então, sua difusão não se estendeu por toda a Europa, à medida em que o desflorestamento avançava no século XIII? Que obstáculos havia? Uma possível explicação é a que segue.

Nas regiões dinâmicas sua difusão foi facilitada pela mudança institucional/organizacional operada com o avanço do capitalismo agrário. Nessas regiões desde muito cedo as relações feudais, com suas numerosas regulações sobre o uso dos recursos fundiários comuns, haviam desaparecido. Isto facilita a introdução do novo sistema que exigia investimentos mais elevados. A propriedade privada da terra oferecia as condições necessárias para a apropriação do retorno ao investimento realizado. Por outro lado, as perspectivas dos mercados próximos garantiam a comercialização de um excedente remunerador, sobretudo para produtos animais, o ponto forte do novo sistema.

Já para a população camponesa no interior mais distante, aquelas submetidas ainda a relações feudais sobreviventes ou para o campesinato independente<sup>87</sup>, a decisão de mudar de sistema era bem menos óbvia e factível. Não havia uma ‘janela’ de oportunidade representada por mercados em rápida expansão. A reação esperada a uma lenta degradação das condições de produção era trabalhar cada vez mais. Até não ser mais possível, mesmo querendo, ter tempo e recursos para mudar de sistema. Como pondera Laurent (1976, p.665), “para os camponeses, o aumento de bocas a alimentar significava ante de tudo o aumento da produção de cereais para fazer o pão que se tornava mais do que nunca o alimento de base na medida em que a caça escasseava”. Para implantar o novo sistema de rotação de culturas seria preciso investir em novas culturas de leguminosas e animais, **reduzindo** a superfície consagrada aos cereais, e esperar por alguns anos para que a melhoria efetuada produzisse um retorno sob a forma de uma produção acrescida de produtos animais e mesmo de cereais, apesar da redução da área destes.

Braudel (1979, T2, p.220) sintetiza bem esta armadilha, que se repetirá nos séculos XVII/XVIII – com a exceção da Inglaterra – quando a abundância de terras deixada pela catástrofe do século XIV se esgota com a recuperação demográfica: “uma população camponesa tão numerosa, próxima de uma economia de

---

<sup>87</sup> O campesinato independente se expandiu rapidamente ao longo dos séculos XIII e XIV. Ver Bloch (1949).

subsistência, obrigada a trabalhar sem tréguas para suportar os contragolpes das frequentes quebras de colheitas e pagar os múltiplos impostos, se fecha nas suas tarefas e preocupações cotidianas, como que paralisada diante de qualquer movimento novo. Não é nesse meio que você pode imaginar a propagação fácil do progresso técnico ou da aceitação do risco de novas culturas e de novos mercados”. Os contragolpes de frequentes quebras de colheitas a que se refere Braudel, por sua vez, tem duas origens, além do fato mesmo da fragilização da fertilidade do sistema pela redução das florestas. Uma, natural e outra, humana.

A natural decorre de um fenômeno de mudança climática provocada pelo movimento do ciclo glacial. Como foi mencionado, este movimento depois de haver se expandido entre os séculos V e VIII, tornando o clima ruim, começou a refluir abrindo uma temporada climática mais amena e favorável à agricultura nos séculos seguintes. No entanto, como mostrou Duby (1973), esse movimento se inverte bruscamente na metade do século XIII, iniciando um período de um século extremamente frio e chuvoso, péssimo para as atividades agrícolas.

A origem humana tem a ver com a guerra. Com a desagregação do sistema feudal e a ascensão dos Estados centralizados, volta a guerra. A consolidação do sistema feudal no final do século X havia resultado em um longo período de paz, sem invasões externas destruidoras. Por sua vez, as frequentes guerras ou lutas entre senhores feudais<sup>88</sup> obedeciam a rígidos códigos de conduta e de honra no combate. Era proibido também atacar a população ‘civil’, queimar colheitas e instalações. As motivações para essas guerras feudais incessantes variavam entre disputas por controle de terras e puro banditismo, além da obtenção de recompensas com o sequestro do adversário. Eram lutas entre profissionais da guerra que não tinham mais o que fazer.

Nesse sentido, as batalhas de Creci em 1346 e de Angicourt em 1415 entre os Estados nascentes inglês e francês, não foram somente batalhas militarmente importantes na longa ‘guerra dos cem anos’; simbolizou também o fim de uma era. A fina flor da cavalaria francesa foi liquidada de maneira ‘vergonhosa’. Primeiro foi derrubada em seu avanço por uma saraivada de flechas capazes de atravessar as

---

<sup>88</sup> Tão frequentes que a Igreja teve que intervir decretando a ‘paz de Deus’, limitando os períodos e mesmo os dias da semana em que se podia lutar.

malhas de proteção de homens e de cavalos. A tecnologia para tanto eram os arcos longos (*long bows*) desenvolvida pelos camponeses ingleses, capazes de grande impulsão. Uma vez no chão, os cavaleiros franceses foram 'estripados' por batalhões galeses especialistas no uso de adagas. Com o tempo as terríveis arbaletas com flechas metálicas e os arquebuses irão substituir os arcos longos na liquidação final da cavalaria encouraçada como arma de guerra. Pior que a quebra dos códigos de honra no combate pessoal foi, obviamente, a quebra do código de conduta em relação à população civil, instalações e lavouras.

Estavam dadas, desse modo, as condições para a catástrofe que irá se abater sobre a Europa em meados do século XIV: uma população cada vez mais malnutrida, enfraquecida<sup>89</sup>, submetida a inseguranças e violências. Para coroar e potencializar a desgraça, há indícios de que o agente patogênico da peste bubônica possa ter sofrido uma mutação com a aceleração dos contatos comerciais entre oriente e ocidente, resultando em cepas mais agressivas. Assim explode uma verdadeira **catástrofe econômico-ecológica**, fruto de uma mistura explosiva de fatores político/econômicos e ecológicos.

Porém, é preciso não perder de vista que durante todo o século da grande catástrofe as ondas de macro e micro inovações continuaram a fluir - com especial destaque para a inovação técnica de mensuração do tempo, o relógio e sua difusão, e para a inovação financeira-organizacional representada pela criação do primeiro banco moderno pelos Médici na Itália. A crise econômico-ecológica não levou, portanto, a uma regressão tecnológica. A volta de uma relação mais favorável homem/terra depois da catástrofe demográfica causada pela peste permitiu melhorar novamente a sorte dos camponeses na Europa. Porém, fora da Inglaterra, a consolidação de Estados semi-despóticos no continente e suas guerras incessantes, e cada vez mais caras, acabou por anular o aumento do poder de barganha da massa camponesa decorrente da volta da escassez relativa de mão-de-obra. A ex-nobreza feudal, cooptada pela monarquia, recupera antigos direitos feudais sem a devida contraprestação em serviços. Na França em especial, com sua grande base de boas terras agrícolas, o campesinato pagará um preço terrível no financiamento dos desvarios de poder de seus monarcas associados a nobrezas de corte alheias

---

<sup>89</sup> Hobsbawn (1975) faz um balanço das pesquisas que procuram mostrar que a amplitude dos estragos causados pela peste não poderia ser explicada sem estar associada à fome.

à noção de serviço. A Revolução Francesa vai colocar um fim a esta situação. Depois do terror revolucionário, seguido dos desvãos napoleônicos, o país retomará a trajetória interrompida de democratização da governança. Quanto aos camponeses franceses, somente no século XIX eles voltarão a ter um nível de alimentação similar ao de seus ancestrais medievais, quando os benefícios da Revolução Agrícola do século XVIII na Inglaterra se estendem ao continente.

## 5. O Legado Medieval

A Revolução Industrial ocorreu na Europa como resultado de uma evolução político-cultural peculiar que tem início na Idade Média. Ao final do período medieval a Europa Ocidental já tinha saltado à frente da China, que era a região mais desenvolvida<sup>90</sup>. Morris (2010), no entanto, considera que no período medieval a China passa a Europa em desenvolvimento social<sup>91</sup>, entendido como a “capacidade de realizar coisas”: de moldar seus ambientes físico, econômico, social e intelectual de acordo com suas próprias finalidades. Para avaliar o grau de desenvolvimento social ele propõe 4 indicadores os quais, quando adequadamente analisados, efetivamente indicariam a capacidade de fazer coisas de uma sociedade. Estes indicadores são interessantes e valem a pena ser analisados porque, na verdade, eles indicam o contrário do que pretende Morris. Os indicadores são:

- 1-) Capacidade de produção de energia (calorias produzidas por dia por pessoa);
- 2-) Capacidade de organização (medida pelo tamanho dos maiores centros urbanos em cada região em cada momento do tempo);
- 3-) Capacidade de processamento de informação;
- 4-) Capacidade de fazer a guerra.

No que concerne o primeiro indicador de desenvolvimento social, a capacidade de produção de energia, Morris (op.cit., pos.9873) considera que durante todo o período de sua análise, do século VI ao XVIII, a produção per

---

<sup>90</sup> Needham (1970, p.414) estima que por volta do século XIV o desenvolvimento econômico da Europa tinha ultrapassado o chinês. A população havia crescido entre 100% a 150%.

<sup>91</sup> Apesar disso, para ele a Europa realiza a Revolução Industrial meramente pelo fato de estar geograficamente mais bem localizada (Location, location, location!) no momento apropriado do surgimento de inovações como a navegação de alto mar...

capita de energia na Europa teria se mantido praticamente constante, em um nível um pouco abaixo da Ásia (China). Ele não leva em conta, entretanto, que as condições para a produção de energia nesse período variaram fortemente na Europa e muito pouco na China onde, depois de dois mil anos de guerras e invasões, um Estado centralizado altamente efetivo e despótico havia se consolidado. Como visto, este período na Europa tem fases bem-marcadas: a fase dos primeiros séculos de formação do feudalismo do século V ao X, a fase de consolidação e apogeu do feudalismo do século XI ao XIII e a fase de crise feudal e ascensão dos Estados nacionais até a Revolução Industrial. Na primeira fase, de formação do sistema feudal, período imensamente conturbado, certamente a capacidade de produção de energia per capita era inferior à da China. Na segunda fase inicia-se um período de grande prosperidade material e um correspondente grande aumento da produção per capita de energia. Na terceira fase, depois da catástrofe do século XIV, o nível de produção de energia se recupera e provavelmente aumentou com a continuidade do processo de introdução de inovações que não para.

Na segunda fase o nível de produção de energia per capita aumentou substancialmente, em primeiro lugar, pela acumulação de capital na agricultura com a difusão de inovações como arado/cavalo e sistema de rotação trienal. A produtividade do trabalho agrícola aumenta imediatamente em um terço com a adoção do sistema trienal e com o tempo tende a dobrar com o acúmulo de fertilidade e outros melhoramentos. A proporção de cavalos no rebanho total é um bom indicador dessa maior capacidade de captura de calorías de origem agrícola, na medida em que o cavalo necessita de um aporte alimentar bem superior aos dos animais ruminantes, sendo em si mesmo um indicador de maior produtividade do trabalho agrícola. O rebanho equino representa um capital de eficiência superior. Além disso, o montante de energia solar capturada pela biomassa agropecuária teria que ser somado ainda à grande quantidade de energia solar indireta capturada pelos moinhos hidráulicos e eólicos. Não deve haver dúvida, portanto, que a quantidade de energia per capita na Europa nessa fase era bem superior à da China, traduzindo-se em uma **produtividade do trabalho** bem mais elevada.

Em relação ao segundo indicador, a capacidade de organização indicada pelo tamanho dos principais centros urbanos, cabe notar que mesmo considerando verdadeira a premissa de Morris de que este é um bom indicador de capacidade organizacional, ele não diz nada sobre o tipo de capacidade organizacional que se abriga nas cidades. As cidades na China eram maiores nesse período, porém sua organização era altamente hierarquizada sob controle do Imperador. Eram centros administrativos e comerciais sem nenhuma instituição ou organização independente do Estado. Na Europa os centros urbanos eram menores, porém a ascensão das cidades medievais a partir do século XI teve um impacto absolutamente distinto na dinâmica do sistema ao funcionar como um contrapoder às monarquias e à aristocracia feudal; em relação a esta última, as cidades contribuíram decisivamente para a destruição do sistema de servidão ao funcionar como uma fronteira interna ao mundo agrário feudal em termos da mobilidade da mão-de-obra. As cidades medievais eram centros administrativos e comerciais independentes do Estado, governados pelo sistema de comunas e possuindo uma multiplicidade de instituições e organizações independentes de caráter corporativo que contribuíram decisivamente para uma governança mais participativa e democrática, extremamente eficiente para as atividades econômicas.

No caso do terceiro indicador, a capacidade de processar informações, embora o *hardware* de comunicação fosse o mesmo (correio a cavalo e barco), o *software* era completamente diferente. Na China a informação era processada verticalmente através de uma hierarquia burocrática altamente centralizada e profissional, sob controle do Estado. Na Europa, ao contrário, a informação fluía e era processada por múltiplas redes institucionais/organizacionais integradas lateralmente - sistema de vassalagem, Igreja, redes de mosteiros, de cidades, de universidades, de guildas. Além disso, embora os chineses tivessem inventado ou adotado muito antes a imprensa em papel, sua difusão foi limitada, inteiramente controlada pelo Estado.

Finalmente, o quarto indicador, a capacidade de fazer a guerra. As diferenças são aí também notáveis. Durante a dinastia Qin o Estado chinês foi capaz de mobilizar a espantosa cifra de até 20% da população para a guerra (e grandes trabalhos públicos). O exército chinês desde a consolidação do Império

sempre foi profissional e jamais ameaçou o Imperador, mas sempre teve dificuldade em conter as hordas das estepes, que invadiram o território chinês, mas que acabaram assimiladas pela superior cultura chinesa. A Europa em sua primeira fase medieval testemunhou um lento fortalecimento de um sistema militar que é a essência mesma do feudalismo. Unidades armadas fragmentadas, ligadas por laços de compromissos pessoais entre senhores feudais. Sua evolução foi lenta, mas extremamente eficiente no sentido em que, a partir do século XI, a Europa se tornou praticamente inexpugnável a ataques externos com um custo, graças à tecnologia, de mobilização de capital humano muito menor do que no caso da China.

As cruzadas ilustram muito bem, ao mesmo tempo, a peculiaridade institucional/organizacional e a maior eficiência militar europeia. Depois de séculos de resistindo e finalmente contendo os assaltos mulçumanos vindos da Espanha e do sul da Itália e Corsega/Sardenha<sup>92</sup>, a Europa se lança no projeto internacional das cruzadas visando tomar o Santo Sepulcro e garantir a segurança dos peregrinos cristãos na Terra Santa. Apesar de controlada pelos mulçumanos desde o século VII, grande número de cristãos fazia peregrinação a Jerusalém. Eram recebidos como peregrinos que proporcionavam uma renda bem-vinda. Entretanto, no final do século X o Califa do Egito proibiu a peregrinação e mandou destruir todas as Igrejas cristãs na Terra Santa, incluindo a Igreja do Santo Sepulcro. Isso causou uma grande comoção na Europa, com apelos para uma intervenção, mas o assassinato deste Califa pôs um fim a esse processo. No entanto, o que ele fez levou a uma mudança definitiva de atitude em relação aos peregrinos cristãos que não mais tiveram o tratamento respeitoso anterior, dando origem a relatos contínuos de maus tratos. Com a tomada de Jerusalém em 1071 pelos turcos Seljuk recém-convertidos a situação piorou ainda mais. Praticamente se tornou impossível fazer uma peregrinação sem arriscar a vida ou ser vendido como escravo. Foi nesse contexto também que, em 1095, o Imperador Bizantino Alexius I Comnenus fez um apelo de ajuda ao

---

<sup>92</sup> Os ataques provenientes da Espanha mulçumana foram contidos finalmente pelos reinos cristãos do Norte, com a ajuda dos reis Francos da França, simbolizada pela tomada final das bases fortificadas de ataque dos mulçumanos na embocadura do rio Rhône, de onde partiam vale acima pilhando e caçando escravos. Os provenientes do sul da Itália terminaram com a expulsão dos mulçumanos da Sicília pelos Vikings cristianizados da Normandia, que aí estabeleceram uma série de reinos Normandos; os provenientes da Córsega/Sardenha terminaram com sua expulsão por uma aliança de genoveses e pizanos no começo do século XII.

Ocidente contra a ameaça dos turcos. No mesmo ano, em Clermont Ferrant, o Papa Urbano II pronuncia a famosa exortação para o lançamento da primeira cruzada.

É preciso ter em mente que as cruzadas eram expedições militares da feudalidade europeia que, para começar, não envolvia a todos. Como mostrou Stark (2014), criou-se uma tradição entre as famílias que participavam das cruzadas, que se autofinanciavam, sendo que muitas foram levadas à ruína, tendo que dispor da maior parte dos bens<sup>93</sup>. Dado o custo da logística necessária, a relação custo-eficiência militar era crucial. Como resultado, durante quase dois séculos os reinos cristãos foram capazes de se manterem na região com efetivos militares bastante reduzidos. Além de fortalezas impressionantes em termos de capacidade de defesa<sup>94</sup>, a eficiência militar dos efetivos em combate tinha uma componente decisiva que historicamente foi mal avaliada: as falanges de lanceiros protegendo linhas de arbalheiros<sup>95</sup>. O número de cavaleiros com armaduras era relativamente pequeno; eram muito eficientes para deslocamentos pelo território em pequenos grupos e em certos momentos no combate quando era necessário romper um flanco de defesa e, principalmente, na perseguição do inimigo que debanda. A aventura se encerra não tanto pelas habilidades militares de Saladino, mas principalmente porque o dinheiro para o financiamento da dispendiosa logística passou a ser dirigido para as novas oportunidades de negócios que se abriam com a expansão econômica europeia.

---

<sup>93</sup> As cruzadas foram objeto de crítica anticatólica a partir da Reforma protestante, depois anticristã com os iluministas. No século XX James Cochran Stevenson Runciman com seus três volumes sobre a história das cruzadas, editadas pela Universidade de Cambridge entre 1951 e 1954, marcou a visão destas como resultado de atos de intolerância moralmente repugnantes praticados em nome de Deus por homens em busca de riquezas ou crédulos ingênuos. Por outro lado, alguns autores tenderam a vê-las como uma primeira expansão colonial da Europa (ver Praver, 1972), apesar do material historiográfico disponível claramente não corroborar estas narrativas. O progresso da pesquisa historiográfica subsequente foi deixando cada vez mais claro a desconexão com a realidade histórica dessas análises e ainda assim, até muito recentemente, surgiram publicações como as de Karen Armstrong (1991), de grande difusão, um verdadeiro construto ideológico antiocidental.

<sup>94</sup> A mais famosa foi fortaleza chamada 'Cidadela dos Cavaleiros' na Síria. Construída pela Ordem dos Hospitaleiros no século XII, resistiu a todos os cercos até ser capturada sem combate em 1271 através de uma ordem falsificada pelo general mulçumano Baibars, e que concedeu salvo conduto para a guarnição até a costa. Ver Gies (1994).

<sup>95</sup> Essas novas táticas e armas, desenvolvidas no início principalmente pela Comunas, vão ser um fator importante no declínio do sistema feudal na medida em que, junto com o canhão, vão dar uma superioridade decisiva aos exércitos das cidades e das monarquias frente à cavalaria pesada e os castelos fortificados feudais. Ver Rosenberg e Birdzell (1986). Hanson (2001) mostra em livro fascinante, que as razões básicas da superioridade militar da Europa desde suas origens gregas refletiam peculiaridades socioculturais relacionadas ao engajamento cívico de soldados e comandantes.

Portanto, o desenvolvimento social da Europa em termos de “capacidade de fazer coisas” no final do período medieval já a colocava na frente da China. Uma Europa relativamente alfabetizada, com muito boa formação de capital humano e acumulação de conhecimento. Porém, mais importante ainda que o legado medieval em termos de acumulação de capital foi seu legado sociopolítico/cultural. Uma densa infraestrutura sociopolítica (incluindo altos níveis de capital social), onde as pessoas obedeciam (com frequência) a lei (escrita) e com métodos relativamente eficientes para o desenvolvimento e adaptação de novas e velhas instituições. A evolução e consolidação da ordem político-social na Europa a partir da queda do Império Romano é a história de um processo contínuo de introdução de inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais que levou à emergência do mundo moderno, do capitalismo e da democracia. Uma sociedade não tradicionalista, mas mutante, em permanente processo de mudança. Prevaleceu uma ordem político-social em que a formação de Estados centralizados em competição foi acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes.

Uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também do próprio processo de construção do Estado moderno. Nesse sentido, a peculiaridade do processo de construção de instituições estatais no período medieval na Europa está em que a legitimidade e a autoridade dos governantes dos Estados estavam condicionadas pela habilidade em dispensar justiça com base num corpo de leis considerado legítimo por todos. O caso da Inglaterra foi o mais representativo e precoce nesse sentido. O Estado inglês, o mais centralizado da Europa até o século XIV, se desenvolveu a partir das cortes reais e de sua habilidade em oferecer justiça em todo o reino. As origens do **Império da Lei**, condição necessária para uma democracia, deve ser buscada nesse peculiar processo de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, entendida como a corporificação de um amplo consenso social em relação às regras da justiça. As necessidades de uma economia capitalista em expansão contribuirão para reforçar este processo.

Nesse sentido, embora as ordens sociais medievais não fossem ordens de acesso aberto como numa democracia moderna, tampouco foram ordens de acesso fechado devido a competição entre elas e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado, que criavam condições muito peculiares de acesso relativamente aberto. Uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade de iniciativa à população em geral<sup>96</sup>. Entretanto, com a ascensão dos Estados nacionais centralizados muitas das organizações medievais que tiveram papel importante no dinamismo inovador desse período vão desaparecer ou perder em grande medida sua autonomia, como as corporações de ofício, as cidades autônomas, a própria Igreja. Porém, o fundamental do legado medieval irá permanecer, sobretudo na Inglaterra onde, como visto, condições peculiares permitiram um movimento evolucionário mais precoce do que no resto da Europa Ocidental em direção a uma matriz institucional mais democrática, que se consolida com a Revolução Gloriosa de 1688. A Revolução Industrial aí ocorreu não por acaso.

O legado de um conjunto de fatores - o Império da Lei, a noção de cidadania, o individualismo, um novo padrão de casamento, as assembleias representativas, o respeito às profissões, o embrião de uma cultura do progresso – que se traduzem em uma matriz institucional de alta **resiliência** devido a diversidade de suas organizações e instituições independentes do Estado, que formavam um tecido social que pode ser caracterizado como **orgdiverso**. Resiliência é a propriedade dos ecossistemas de resistir a impactos mantendo suas qualidades intrínsecas através de processos evolucionários adaptativos. A qualidade intrínseca maior da matriz institucional europeia era justamente a de proporcionar um ambiente evolutivo caracterizado pelo **equilíbrio instável e mutante**<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> Van Zanden (op.cit., p. 31) chama a atenção para a qualidade das “instituições verticais” europeias, isto é, que regulavam as relações entre estados e cidadãos. Estas instituições verticais foram relativamente eficientes porque tornaram possível proteger os direitos de propriedade daqueles que não tinham poder.

<sup>97</sup> Na China depois de dois mil anos de guerras internas e externas, a matriz institucional extremamente despótica que se consolida é uma matriz institucional de alta **resistência**, mas baixa **resiliência**, devido a ausência de organizações e instituições independentes do Estado, formando um tecido **orgmonolítico**. Resistência é a capacidade de resistir a impactos sem mudar. Nesse sentido, as reações contra impactos perturbadores eram em geral mais violentas. O campesinato chinês foi sistemática e implacavelmente explorado – em espécie e em trabalho nos projetos grandiosos do Império (estima-se em 30 milhões o

---

número de mortos na construção da grande muralha!) - durante toda sua história, em um nível mais alto mesmo em relação àquele alcançado em países europeus absolutistas mais despóticos como a França. Mutilações exemplares em massa dos habitantes de vilarejos que não cumpriam com as metas de produção de excedente eram um dos meios rotineiros empregados. O que não evitava imensas explosões de revolta, como a dos 'turbantes amarelos', cuja repressão feroz resultou, estima-se, em 20 milhões de mortos!

## Parte II. Modernidade, Capitalismo e Revolução Industrial

### 6. Vida Material: persistência da pobreza

Do século XV ao XVIII pouca coisa muda no cotidiano de vida da maior parte da população europeia. O que vai ocorrer com a ascensão da burguesia é a ampliação do percentual da população com acesso ao conforto material disponível. De resto algo que já começa a ficar visível a partir da segunda metade do século XI. Para McNeill (1991) uma das características distintivas da Europa Medieval em relação às civilizações contemporâneas era que o grosso do comércio se compunha de mercadorias básicas, e não de bens de luxo como nas civilizações asiáticas, destinada a uma classe de consumidores mais ampla, que incluía uma parcela do campesinato<sup>98</sup>. A partir do século XV esta classe de consumidores vai se ampliar significativamente com o crescimento econômico. Porém, para a grande massa da população, a maioria no campo, a vida vai continuar a ser vivida em um nível de subsistência precário.

Embora em relação a outras civilizações a Europa ocidental fosse privilegiada por ter praticamente eliminado a escravidão, a maior parte da população tinha a vida dura. Seu nível de vida material evolui muito lentamente até as Revoluções Agrícola e Industrial. Acrescente-se a presença constante de um excedente populacional, um subproletariado, que vai aumentando com o crescimento demográfico, em grande parte errante em busca de trabalho e/ou socorro de região em região, de cidade em cidade. Para a grande massa da população melhorar o nível de vida significava antes de tudo comer adequadamente. Em tudo o mais não havia perspectiva de melhora. Os pobres no campo ou na cidade viviam em habitações quase que completamente despojadas<sup>99</sup>. Alguns bancos, raramente uma mesa, leitos de palha. Este quadro desolador das condições de vida da maioria da população neste período foi um dos fatores que levaram muitos historiadores a considerar que até o século XVIII a

---

<sup>98</sup> Culturalmente também uma variedade mais ampla de grupos sociais, incluindo camponeses, encontrava expressão literária na sociedade medieval Europeia. Ver McNeill (1991, pp.568-69)

<sup>99</sup> Alguns dos poucos, embora importantes, diferenciais da qualidade de vida da população pobre europeia em relação ao que se passava em outras civilizações se deviam a duas inovações medievais: a difusão da mecanização da moagem de grãos, que eliminou uma tarefa cotidiana pesada realizada geralmente pelas mulheres, e a invenção da chaminé, que acabou com o grave problema da exaustão/poluição da fumaça em ambientes que deveriam ficar fechados nos períodos frios.

situação econômica como um todo da Europa não diferia daquela das demais civilizações<sup>100</sup>.

Lembrando que durante a Idade Média a difusão dos sistemas de rotação bienal e trienal a partir do século XI, mais a presença de florestas e de pastos naturais de acesso comunitário, permitiram à massa camponesa ter uma alimentação adequada, mesmo abundante, durante um longo período. Com a expansão demográfica, esses recursos complementares foram apropriados para a produção de cereais, deixando a população muito mais vulnerável às quebras de produção. A solução tecnológica para a ausência desses recursos naturais já era conhecida (4.6), mas sua difusão se limitou às regiões mais dinâmicas – primeiramente no Norte da Itália e, em seguida, nos Países Baixos, onde as barreiras econômicas (volume elevado do investimento inicial e falta de oportunidades de mercado) à sua introdução foram eliminadas.

A catástrofe demográfica com a Peste Negra deixou novamente os camponeses com grande disponibilidade de terras e de recursos naturais de modo que, entre 1450 e 1550, a expansão da produção agrícola se fará com base nos sistemas tradicionais de rotação bienal e trienal complementada pela produção das florestas e campos naturais, o que permitiu à população camponesa voltar a ter uma alimentação adequada, mesmo abundante. A partir de então, o crescimento da população vai levar novamente ao fim dos recursos comunais complementares. A produtividade da terra aumentou lentamente, acumulando cerca de 50%, o que mal dava para acompanhar o crescimento da população<sup>101</sup>. O aumento da produtividade da terra se deveu basicamente a melhorias incrementais. Por sua vez, a produtividade do trabalho através da mecanização (charrua) e do uso do cavalo já havia desde há muito atingido seus limites. Somente no século XIX, quando se generalizam os novos sistemas produtivos agropecuários sem pousio, baseados na rotação de culturas associada à criação animal, é que o nível de vida básico melhora para a população em geral com o barateamento da produção de alimentos. Na

---

<sup>100</sup> A tese da similaridade euroasiática da 'escola californiana', bem como de outros *scholars*.

<sup>101</sup> A produtividade da terra evolui de uma relação de 1 para 4/5 (uma semente para 4/5 grãos produzidos) para uma relação de 1 para 6/7 com os sistemas tradicionais de cultivo usados desde a Idade Média (sistemas de rotação bienal e trienal). Em termos de peso por hectare, a produtividade evolui de uma produção líquida de 450/600 quilos por hectare para uma 750/900 quilos por hectare. Ver Sliche Van Bath (1966).

Inglaterra esse processo começa um século antes, não por coincidência associado à Revolução Industrial<sup>102</sup>.

### 6.1. Agricultura e Pobreza

Essa lenta expansão da produção agrícola em um quadro de urbanização que se intensifica tornou necessário contar cada vez mais com a importação de grãos, sobretudo da Europa Oriental. A quantidade de cereais importada não ultrapassava 2% do volume total de cereais consumidos, porém foi decisivo para sustentar a expansão urbana nos centros mais dinâmicos. Em especial nos frequentes períodos de escassez, contribuíam para evitar o colapso do abastecimento das cidades mais importantes; em particular daquelas cujas localizações facilitavam o transporte aquático. Enfim, a grande massa da população vivia com fome e, nas cidades, pronta para sair às ruas nas épocas, frequentes, de más colheitas<sup>103</sup>; milhares de rebeliões urbanas marcam esse período na Europa, sendo que a Revolução Francesa tem início precisamente em uma delas.

É preciso ter claro que falar do cotidiano da vida das populações no mundo ao longo dos séculos implica antes de tudo falar da fome. Durante séculos seu espectro rondou as populações em praticamente todas as civilizações. A causa básica era uma produção agrícola precária, dependendo sempre de condições climáticas muito boas para uma colheita relativamente abundante, deixando os camponeses sem condições de formar algum estoque garantidor. Bastavam duas colheitas ruins seguidas e a catástrofe se instalava. Como nota Braudel (op.cit., T1, p.55), “...a fome aparece com tal insistência que ela se incorpora ao regime biológico dos homens, como uma estrutura de sua vida cotidiana”.

Acrescente-se às variações climáticas de curto prazo as variações de longo prazo que têm um forte impacto, de tal modo que as flutuações demográficas as seguem de perto. A partir do século XI houve uma melhora no clima, que esquentou

---

<sup>102</sup> A generalização dos sistemas de rotações sem pousio associados com a criação animal, mais a introdução das novas culturas do milho e da batata, vão elevar fortemente a produtividade da terra: para uma relação de 1 semente para 10/11. Ou seja, para 1350/1500 quilos por hectare.

<sup>103</sup> Ou quando os excedentes são exportados...Como foi o caso em Nápoles em 1585, quando uma grande quantidade de trigo foi exportada para a Espanha: identificado pelo povo como o responsável pela situação, o comerciante Gio. Vincenzo Storaci respondeu insolentemente “comam pedras” se não quiserem comer legumes e castanhas no lugar do trigo. Uma massa popular enfurecida o assassina e arrasta seu corpo mutilado pelas ruas e no final seu cadáver é feito em pedaços. A repressão que se seguiu foi feroz: o Vice-Rei manda prender e desmembrar 37 homens e mais 100 homens são enviados às galeras. Ver Braudel, T1,p.118.

criando melhores condições para a agricultura na Europa. Como visto, essa melhora do clima associada à introdução de inovações tecnológicas, mais a disponibilidade de áreas naturais (florestas e campos naturais) de acesso aberto<sup>104</sup>, fizeram com que nos séculos XI, XII e XIII as populações camponesas tivessem uma abundância alimentar excepcional, que incluía carne regularmente. Nesse período a Europa vivencia uma expansão populacional longa que termina em meados do século XIV com a Peste Negra.

Essa expansão populacional havia levado ao esgotamento da fronteira agrícola e das áreas naturais nas regiões já ocupadas, eliminando a segurança alimentar oferecida pelo uso desses espaços naturais (caça, criação de animais, coleta de sementes, raízes, frutos), de modo que as populações ficaram mais vulneráveis a colheitas ruins devido a pragas e variações climáticas de curto prazo. Para agravar dramaticamente a situação, durante o século XIV o clima volta a esfriar de modo significativo no hemisfério Norte, com a progressão dos glaciares e o agravamento dos invernos. As perdas agrícolas se tornam mais frequentes: durante quase 20 anos, de 1309 a 1318, uma sucessão de fomes se estende por toda Europa, atingindo fortemente uma população já enfraquecida por um regime alimentar precário, criando assim condições propícias para a grande catástrofe da 'Peste Negra'.

Esta catástrofe foi seguida de epidemias que se sucedem entre 1350 e 1450, despovoando a Europa. Portanto, a partir de meados do século XV os camponeses voltam a ter grande disponibilidade de terras nos vastos espaços despovoados que retornam ao estado natural. Além disso, o clima de longo prazo volta a melhorar no século XV. Como consequência, durante cerca de um século, de 1450 a 1550, os camponeses vão voltar a ter o nível de vida que tiveram nos séculos XI a XIII. Porém, com a recuperação populacional a disponibilidade de terras vai se reduzindo novamente. Portanto, na ausência de introdução de inovações importantes, a condição alimentar da população começa a se deteriorar a partir de 1550, agravada pelas crescentes demandas dos Estados territoriais. O "privilégio da Europa

---

<sup>104</sup> Lembrando que as sociedades feudais eram sociedades contratuais. Camponeses e senhores tinham um contrato não escrito que estabelecia as regras da repartição da produção e de acesso aos recursos naturais que não podia ser mudado pelo desejo do senhor feudal. De modo que os camponeses podiam reter boa parte dos aumentos de produtividade que obtinham, bem como complementar sua cesta de consumo com o acesso às florestas e campos naturais.

carnívora” acaba; a alimentação da grande massa volta a ser basicamente composta de cereais. Para piorar o cenário, no final do século XVII e começo do XVIII uma nova ‘pequena era glacial’ põe fim à melhora do clima que se iniciara a partir do século XV. Esse período se encerra com um novo refluxo da população, embora menos acentuado, entre 1650 e 1750. A partir de 1750 a expansão demográfica retoma e não para mais, sustentada por uma produção agrícola crescente e uma redução na mortalidade.

## 6.2. O Enfrentamento da Pobreza Extrema

O enfrentamento da pobreza extrema em sociedades não familísticas depende das instituições corporativas responsáveis pela dinâmica socioeconômica. O retorno da penúria alimentar a partir de meados do século XVI, os pobres do campo vão buscar socorro nas cidades a cada quebra de safras, na medida em que as cidades possuem uma certa capacidade de estocagem de alimentos. Em cada localidade eles vão se objeto de diversos mecanismos de caridade pública organizados pelas igrejas, associações diversas e administrações municipais. No entanto, os contingentes locais de pobres são frequentemente ‘engrossados’ por um número muitas vezes bem grande de pobres vindos de outras regiões atingidas por fomes mais amplas. Na França as autoridades municipais de Dijon chegaram a proibir, em 1656, a caridade privada e o abrigo de pobres pelos cidadãos com medo de “sedição”. “No século XVI se cuida e alimenta os mendigos estrangeiros antes de expulsá-los. No começo do século XVII eles têm a cabeça raspada. Mais tarde eles são chicoteados; e, no final do século, a última palavra da repressão é transformá-los em prisioneiros condenados a trabalhos forçados”<sup>105</sup>.

Na verdade, havia uma classificação distinguindo diferentes tipos de situação: **pobres, mendigos e vagabundos**. É **pobre** em potencial aquele que vive precariamente de seu trabalho sob risco: se perde o vigor com a idade, se um dos esposos morre, se tem muitos filhos, se o preço do pão sobe, se o inverno é muito rigoroso, se não encontra emprego, se os salários se reduzem, ele deverá encontrar algum tipo de socorro por parte da caridade pública até que uma nova oportunidade apareça. Toda cidade tem esses pobres, praticamente uma categoria social respeitada como tal. Tudo se passa diferentemente no caso dos **mendigos e**

---

<sup>105</sup> Gaston Roupnel, *La Ville et la campagne au XVIIè siecle*, 1955, p.98 apud Braudel,T1, p.57.

**vagabundos.** Estes não são respeitados por serem ociosos, não buscam trabalho. São frequentemente expulsos das cidades, mas saem por uma porta e voltam por outra. Com o crescimento demográfico a situação vai se agravando ao longo do século XVI. As medidas contra a mendacidade pública e a vagabundagem vão se sucedendo, acabando por torná-las um delito em si. Uma vez preso, o vagabundo é frequentemente surrado, tem a cabeça raspada, e mesmo marcado a ferro! Em caso de reincidência a condenação às galeras. De tempos em tempos se organizam mutirões de trabalho com os que são válidos, colocando-os para trabalhar em trabalhos coletivos como reparações das muralhas ou mesmo como ajudantes nos ateliês.

Na Inglaterra houve muito precocemente a transição de um sistema de alívio da pobreza voluntário para um sistema compulsório baseado em impostos específicos, impulsionada principalmente pela ruptura de Henrique VIII com a Igreja Católica, que levou ao confisco das terras da Igreja e à dissolução dos mosteiros em 1536, principais sustentáculos da caridade pública. Neste mesmo ano foi promulgada uma lei (Act of 1536) que requeria das igrejas (agora anglicanas) nas paróquias centralizar as doações aos pobres em uma caixa comum, obrigava os pobres capazes a trabalhar sob pena de punições e proibia doações de esmolas ‘não oficiais’<sup>106</sup>.

Nas décadas seguintes, várias cidades, começando por Londres, estabeleceram impostos específicos para os pobres, um princípio que será adotado nacionalmente a partir de 1572. Um pouco antes foi promulgada em 1564 uma lei que visava acabar com os ‘vagabundos’ ambulantes, estabelecendo que as paróquias deviam providenciar habitações adequadas para eles, um prenúncio do que viriam a ser as infames *workhouses*. Em 1576 foi promulgada a “lei para colocar os pobres para trabalhar” (*Act for Setting the Poor on Work*), estabelecendo que as paróquias deviam providenciar materiais como lã, linho, cânhamo, bem como instalações para os pobres capazes trabalharem. Em 1597 uma nova lei para o “alívio dos pobres” estabelecia que cada paróquia devia nomear um “supervisor dos pobres”, encarregado de encontrar trabalho para os capazes e providenciar abrigo

---

<sup>106</sup> Em 1547 o Parlamento inglês decidiu que todo vagabundo poderia ser escravizado, medida esta que acabou por ser adiada indefinidamente porque não se conseguiu chegar a uma decisão sobre quem, pessoas privadas ou o Estado, receberia esses escravos e os faria trabalhar.

para os incapazes. Finalmente, em 1601 esta lei foi reeditada com alguns refinamentos e passou a ser considerada como um marco das antigas leis sobre os pobres. Ela emponderava as autoridades locais em taxar os habitantes de acordo com sua capacidade. Pouco a pouco passou de um imposto sobre a renda para um imposto sobre a terra. Um imposto que cabia ao arrendatário pagar. A falta de pagamento poderia levar ao confisco da propriedade ou à prisão (ver Slack, 1990).

Outras leis foram sendo editadas ao longo do tempo, sobretudo procurando controlar os movimentos dos pobres de modo a evitar o sobrecarregamento de umas paróquias em benefício de outras. A lei de 1697, destinada “a corrigir alguns defeitos das leis de alívio dos pobres”, chegou a estabelecer a exigência dos pobres usarem uma marca de tecido colorido na roupa precedido da inicial da paróquia de origem. Acabou sendo abandonada pelas dificuldades de fazê-la valer. Estes esforços legais de controlar e organizar a movimentação dos pobres e seu sustento, que dava origem a muitos contenciosos, continuaram até o primeiro terço do século XIX. Em 1832 foi estabelecida uma Comissão Real para estudar os problemas do sistema de alívio da pobreza existente. Em seu relatório publicado em 1834, que deu origem a uma emenda (*Poor Law Amendment Act*), se concluía que os sistema prevalecente provocava todo tipo de distorções por desconsiderar que a causa da pobreza era essencialmente devida ao caráter das pessoas e não às suas condições socioeconômicas: as famílias mais numerosas recebiam mais, encorajando casamentos de conveniência; os bastardos recebiam, encorajando a imoralidade; os trabalhadores não tinham incentivo para trabalhar; e mesmo os patrões pagavam salários mais baixos porque os trabalhadores podiam receber auxílio pobreza. Portanto, pela nova lei a única alternativa aos pobres capazes deveria ser as *workhouses*. Cabe notar que uma das recomendações da lei era de que as condições das *workhouses* deveriam ser “menos desejáveis” que as condições de trabalho do trabalhador de mais baixo nível! (ver Webb, 1965).

No século XVII o crescimento demográfico para, e mesmo recua, mas a economia entra em recessão. A solução contra os miseráveis que prevalecerá será a prisão e o envio para trabalhos forçados. Em todo lugar os vagabundos são trancafiados e postos a trabalhar em condições precárias de alimentação e salubridade. A taxa de mortalidade é alta. No século XVIII, embora de prosperidade geral, o forte crescimento demográfico produz novos excedentes de mão de obra

sem trabalho. Como resultado, o problema dos miseráveis não cessa de se agravar. Essa multidão de miseráveis é reforçada continuamente por viúvas e órfãos, mães solteiras, soldados descomissionados, desertores, até padres sem prebendas. Para essa multidão de miseráveis a saída era difícil. Para começar, depois de um certo período nessa situação física e psicológica as pessoas ficam praticamente incapacitadas para o trabalho. As portas de saída mais viáveis eram: o mundo do trabalho doméstico (que podia chegar a 25% da população, sujeita a pesadas penas, até mesmo a de morte, por um furto ou mesmo a suspeita de um), o exército e a bandidagem mais ou menos organizada (ver Braudel, T2, p.450).

Além da fome 'estrutural', é preciso considerar ainda a onipresença das doenças infecciosas. Uma grande catástrofe como foi a Peste Negra no século XIV é obviamente uma exceção; porém, há uma sucessão contínua de surtos menores e variados de doenças infecciosas. Esses surtos cíclicos de doenças são causados por uma dinâmica biológica dupla: a dos seres humanos, ligada ao processo de aquisição de resistência, e a dos agentes patogênicos eles próprios sujeitos a mutações. Como resultado, tem-se uma expectativa de vida extremamente limitada. Os ricos apenas ganham uns poucos anos a mais de sobrevivência, devido a uma melhor alimentação, mas também por poderem se refugiar em propriedades campestres diante dos primeiros sinais de um novo surto de doenças<sup>107</sup>. Os pobres doentes permanecem nas cidades, onde são isolados e sustentados pela caridade pública. Somente a partir do século XVIII, e na Europa Ocidental apenas, essas fatalidades se amenizam, sendo que a explicação para esse declínio continua controversa. A substituição de casas de madeira por casas de pedra é apontada como um dos fatores, bem como uma melhora da higiene<sup>108</sup>.

É interessante notar que antes que os sistemas de rotação sem pousio revolucionem a agricultura Europeia no século XIX e a partir do século XVIII na Inglaterra, as novas espécies descobertas nas Américas – milho, batata e feijão -

---

<sup>107</sup> Na Savoia, uma vez terminado o surto da doença, os ricos refugiados no campo instalavam uma pessoa pobre, a "testadora" – "l'essayeuse" - na casa da cidade por algumas semanas para verificar, com sua própria vida, se o perigo já havia passado! R. Nicolas, *La vie quotidienne en Savoie...* apud Braudel, T1, p.66.

<sup>108</sup> Existem centenas de relatórios de autópsias desde o século XVI que dão um quadro real das péssimas condições de vida da população: pele e corpos deteriorados, deformações, uma anormal população de parasitas alojados nos pulmões e vísceras. Somente a partir do século XIX essas condições começam a melhorar em toda a Europa.

poderiam ter contribuído em muito para a segurança alimentar da Europa dada sua enorme produtividade. No caso do milho, sua produtividade por hectare é muito superior à do trigo, além do seu cultivo exigir bem menos cuidados. Assim, mesmo levando em conta seu menor teor nutritivo, é surpreendente quão lenta foi sua difusão. Levou dois séculos desde a descoberta, embora em algumas regiões tenha sido muito rápida: na Andalusia desde que chegou em 1500; na Galícia e em Portugal, a partir de 1520; em Veneza a partir de 1539 ele se generaliza por toda terra firme até o começo do século XVI, pondo fim às frequentes fomes. Os camponeses passam a plantar milho para comer e o trigo para vender. A batata segue o mesmo caminho, apesar de sua enorme produtividade, de lenta difusão com a exceção de algumas regiões, com destaque para a Irlanda. Porém, seu efeito revolucionário em termos do aumento da oferta de alimentos somente ocorrerá no século XIX juntamente com a difusão ampla do sistema de rotações de cultura sem pousio. Tanto no caso do milho como no da batata um fator decisivo para explicar a lentidão de sua difusão estava o hábito de consumo de cereais panificáveis; milho e batata eram vistos como alimento de animais e dos pobres.

É também notável que em meio a uma escassez crônica de alimentos o vinho e a cerveja apareçam como uma fonte importante de calorias. Bem como os álcoois de vinho e de grãos, uma criação do século XVI para uso farmacêutico, cujo consumo popular se generaliza no século XVIII ajudado pelo novo alambique de Weigert (1773) que permite o resfriamento a frio contínuo em corrente dupla; no século XIX novos aperfeiçoamentos introduzidos por Édouard Adam vão reduzir ainda mais significativamente seus preços, levando à sua enorme difusão. Em Paris às vésperas da Revolução Francesa o consumo per capita era da ordem de 120 litros por ano. O vinho de baixa qualidade era relativamente barato, acessível à massa da população. Inclusive seu preço relativo tendia a baixar quando aumentava a escassez de trigo.

## 7. Dinâmica da Competição Intereuropeia

A partir do século XI, as lideranças mercantis das cidades vão criar um mercado europeu unificado. O élan produtivo das diversas regiões para além da produção de subsistência foi ordenado e direcionado em grande medida pelos grandes comerciantes em competição. Competição esta que se desenvolve dentro de um quadro regulatório formal e informal implementado e feito valer pelo binômio comuna-corporações de ofício, em que se destaca o sistema de responsabilidade comunitária. Braudel (1984) distingue dois vetores de expansão da economia de mercado. De um lado, o vetor representado pela economia de mercado concorrencial, basicamente aquela das trocas cotidianas, dos tráficos locais ou, no caso dos tráficos de longa distância, quando eles são regulares, previsíveis, abertos tanto aos grandes como aos pequenos comerciantes. São trocas transparentes, em mercados concorrenciais, operando através das lojas, dos *ateliês* de artesãos, das Bolsas, dos Bancos, das feiras e dos mercados públicos urbanos. No caso desses últimos, entretanto, as autoridades intervêm fortemente, regulando e vigiando os preços.

De outro lado, na ponta da pirâmide, representando um plano superior que ele considera propriamente capitalista, se situam os mercados pouco concorrenciais onde as trocas, em geral de longa distância, se realizam sem transparência, e onde operam preferencialmente os grandes comerciantes. Para ele, esses comerciantes "conseguem romper as relações entre produtores e consumidores finais na medida em que somente eles conhecem as condições do mercado nas duas pontas da cadeia, bem como eles dispõem de dinheiro vivo, sua principal ferramenta, para comprar em melhores condições". Além disso, "eles têm mil maneiras de falsear o jogo a seu favor pelo manejo do crédito e do câmbio entre moedas. Eles possuem a superioridade da informação, da inteligência e da cultura". Quanto mais longas as cadeias comerciais, mais fácil escapar das regras e controles e, portanto, maiores as margens de lucro. Não seria por acaso, portanto, que em todos os países do mundo um pequeno grupo de grandes negociantes, amigos dos príncipes, se destaca claramente da massa de mercadores por suas ligações com o comércio de

longa distância<sup>109</sup>. Enfim, este seria o universo de uma economia de mercado não concorrencial, onde os agentes econômicos teriam o poder suficiente para distorcer os preços a seu favor.

Estes grandes comerciantes também existiam em outras civilizações, porém a diferença é que na Europa eles se expandem junto com a expansão geral de uma economia de mercado aberta a inovações. “O motor do progresso econômico não é o capitalismo [os grandes comerciantes] ...mas sim o determinante é o movimento do conjunto”. Esse conjunto compreende a enorme economia de subsistência e a economia de mercado que avança sobre ela. O ‘capitalismo’ se beneficia desta expansão<sup>110</sup>. De fato, a propensão para inovar era difusa, a começar pela introdução e difusão das inovações que levaram ao aumento da produtividade de trabalho no campo bem antes do surgimento do capitalismo agrário, bem como ao aumento da produtividade nas atividades artesanais-manufatureiras pelas corporações de ofício e mosteiros, bem antes do *putting-out* promovido pelo grande comerciante.

Por outro lado, é preciso considerar que a assimetria de informações que beneficia o grande comerciante não implica em um jogo de soma zero, como fica de certo modo implícito no raciocínio de Braudel, no sentido de todas as partes envolvidas perdendo em benefício deste agente. Comprar barato e vender caro de modo algum implica em jogo de soma zero. Para quem vende para este intermediário é uma oportunidade de ampliação do mercado; para quem compra dele representa o acesso a uma mercadoria até então não disponível (ver McCloskey, 2010). Além disso, a expansão do comércio que resulta dessas trocas aumenta a produtividade do sistema através das especializações regionais, na medida em que as vantagens comparativas, naturais e/ou tecno-socioculturais são potenciadas pela ampliação do mercado. Esses grandes comerciantes tiveram um

---

<sup>109</sup> “Que ces capitalistes, en Islam comme en Chrétienté, soient les amis du prince, des alliés ou des exploiters de l’État, est-il besoin de le dire ? Très tôt, depuis toujours, ils dépassent les limites « nationales », s’entendent avec les marchands des places étrangères. Ils ont mille moyens de fausser le jeu en leur faveur, par le maniement du crédit, par le jeu fructueux des bonnes contre les mauvaises monnaies... Ils ont la supériorité de l’information, de l’intelligence, de la culture ». Braudel, (1984, pp.60/61).

<sup>110</sup> “Si d’ordinaire on ne distingue pas capitalisme et économie de marché, c’est que l’un et l’autre ont progressé du même pas, du Moyen Age à nos jours...Je crois obstinément que c’est le mouvement d’ensemble qui est déterminant et que tout capitalisme est à la mesure, en premier lieu, de économies qui lui sont sous-jacentes ». Braudel, F. (op.cit., pp.66/67). A delimitação estrita do capitalismo ao universo dos grandes comerciantes como faz Braudel, distinguindo capitalismo de economia de mercado, certamente é altamente questionável. Sem dúvida eles se distinguiram dos demais comerciantes, porém estes últimos não eram menos capitalistas.

papel decisivo na dinâmica competitiva entre cidades-estados e depois entre Estados nacionais.

Durante um longo período essa competição foi liderada pelas cidades-estados, até a ascensão da economia nacional inglesa no século XVIII. Essa competição se traduzia na ascensão de um polo hegemônico durante um certo período até que outro polo assumisse seu lugar. O conceito de **economia-mundo** de Braudel (1979) ajuda explicar esta dinâmica competitiva. Trata-se do mesmo conceito de Wallerstein (1974), porém este último o aplica apenas para a economia-mundo mundial europeia que se forma a partir do século XVI, enquanto Braudel o considera apropriado para descrever o que se passava no interior do espaço europeu desde a Idade Média, bem como em outros espaços civilizacionais; além disso, para Braudel as periferias mais próximas têm um papel ativo e competem com o centro dominante.

### 7.1. As Economias-Mundo

Uma economia-mundo é uma parte do planeta que forma um todo econômico. Ela se define por uma tripla realidade: 1-) ocupa um dado espaço geográfico; 2-) tem sempre um polo, um centro representado por uma cidade dominante, inicialmente as cidades-estados, depois as capitais econômicas dos Estados nacionais, podendo haver em alguns momentos dois polos em competição; 3-) toda economia-mundo se divide em zonas sucessivas a partir do centro: o coração, formado pela região próxima em torno do centro (por exemplo, as Províncias Unidas em torno de Amsterdam ou a Inglaterra em torno de Londres); as zonas intermediárias em torno do pivô central representado pelo coração; por fim as grandes áreas nas margens mais distantes, periféricas, que se integram de modo subordinado na divisão de trabalho comandada pelo centro.

No coração do sistema, o centro dominante, os salários e preços são mais elevados e onde se concentram as atividades bancárias, as mercadorias 'reais', as indústrias mais rentáveis, as agriculturas capitalistas; é o ponto de partida e de chegada dos longos tráficos, onde afluem os metais preciosos, as moedas fortes e os títulos de crédito. Num segundo círculo mais próximo se situam as regiões intermediárias que emulam e concorrem com o centro, onde há poucos camponeses livres e as trocas são imperfeitas; também as organizações bancárias e financeiras são incompletas, frequentemente controladas de fora, e as indústrias na sua maioria

tradicionais. No tempo em que Amsterdam era o centro da economia-mundo europeia, estas zonas intermediárias formavam uma “semi-periferia” muito ativa, compreendendo os países bálticos, o mar do Norte, a Inglaterra, a Alemanha do Reno e do Elba, a França, a Espanha, Portugal, o Norte da Itália. Finalmente, um terceiro círculo periférico, que incluía o Norte da Escócia, a Irlanda, a Escandinávia, toda a Europa a Leste da linha Hamburgo-Veneza onde imperava a segunda servidão, a Itália do sul e as américas escravagistas.

Desde a antiguidade existem economias-mundo, sendo que essas economias coexistiam, havendo trocas limitadas entre elas: até Pedro o Grande, a Rússia era em si mesmo uma economia-mundo; o imenso Império Turco e antes dele o Império árabe; a Índia; a China. Em todas elas o fenômeno é similar com o polo dominante induzindo, condicionando, as atividades econômicas de suas periferias próximas e distantes de acordo com seus interesses. Para Braudel é preciso não perder de vista que em todas as civilizações a extração de trabalho forçado é a regra universal, bem como a extração, “de mil maneiras”, de trabalho forçado de sociedades mais fracas por sociedades mais fortes<sup>111</sup>. Os exemplos nesse sentido estão por todo lado, em todos os continentes, muito antes da expansão colonial europeia: os Fenícios e os Gregos com suas colônias mediterrâneas, os Chineses na Indochina, os mercadores árabes no Oceano Índico, baseados em Zanzibar. Nas costas africanas do Oceano Índico, em Moçambique, rezava um provérbio: “se os macacos não falam é porque eles têm medo de que os façam trabalhar”<sup>112</sup>.

Porém, o caso do espaço europeu se diferencia fortemente, apresentando um dinamismo transformador incessante em função da liberdade de empreender vis-à-vis aos poderes estatais e da competição entre as diversas regiões, o que levou a uma mudança contínua de polos dominantes das economias-mundo europeias. Até o século XVII as economias-mundo europeias terão como polos as cidades-estados de Veneza, Antuérpia, Gênova e Amsterdam. Com Amsterdam se encerra a era das cidades com estrutura e vocação imperialistas, como impérios comerciais e de

---

<sup>111</sup> « Une culture, c'est une civilisation qui n'a pas encore atteint sa maturité, son optimum, ni assuré sa croissance. En attendant, et l'attente peut durer, les civilisations voisines l'exploitent, de mille façons, et c'est naturel sinon juste ». Braudel, *op.cit.*, T1, p.79.

<sup>112</sup> « Sur les rives de l'océan Indien, les Cafres du Mozambique soutiennent bien que si *les singes ne parlent [pas] c'est parce qu'ils ont peur qu'on ne les fasse travailler* ». G.F. Gemelli Careri, *Voyage du tour du monde*, 1727, III, apud Braudel, *op.cit.*, T1, 1979, p.79.

crédito sem o apoio de Estados territoriais modernos. Depois de Amsterdam, no século XVIII, o novo centro dominante europeu tem no seu centro também uma cidade, Londres, mas como parte de um Estado nacional unificado.

## 7.2. A Clivagem Norte-Sul Europeia

Durante um longo período no espaço econômico europeu houve dois polos regionais em disputa, um no **Norte** – centrado nas principais cidades-estados dos Países Baixos – Amsterdam e Antuérpia, abrangendo o mar do Norte e o Báltico e outro no **Sul** – centrado nas quatro principais cidades-estados no Norte da Itália, em feroz disputa – Veneza, Gênova, Florença e Milão, abrangendo todo Mediterrâneo. Dois mundos geograficamente e ‘eletricamente’ distintos, feitos para se atraírem, se completarem, cuja formação se define a partir dos séculos IX e X. Sua junção vai se operar inicialmente através de rotas terrestres, intermediadas pelas feiras de Champagne que atingem seu apogeu no século XIII. As cidades mais importantes da floração urbana medieval se localizarão em cada um desses polos e ao longo das rotas que as interligam: sua localização desenha o esqueleto, ou melhor o “sistema sanguíneo do corpo europeu” (ver Braudel, *op.cit.*, T3,p.89). A junção dos dois espaços não suprime, porém, a dualidade; ao contrário, ela é acentuada.

Durante esse longo período de disputa entre o Norte e o Sul da Europa, as feiras de Champagne se constituíram no centro econômico da junção entre os dois polos. Eram seis feiras por ano, que se sucediam a cada dois meses, em cidades da região de Champagne, mas também da região da Brie – janeiro em Lagny-sur-Marne, março em Bar-sur-Aube, maio em Provins, junho em Troyes, setembro em Provins novamente, e outubro novamente em Troyes - formando um mercado contínuo no ano inteiro. Essas feiras representaram uma oportunidade de mercado para numerosas oficinas familiares da região produzindo tecidos que eram exportados para Itália para serem tintos, somando-se aos produtos que vinham do resto da França, da Inglaterra, Alemanha, Suíça, e da Holanda. Da Itália e Mediterrâneo vinham as especiarias, a seda, as drogas. Entretanto, a originalidade das feiras de Champagne não estava no comércio de mercadorias, mas no comércio do dinheiro e no mercado de crédito, dominados pelos italianos. O fundamental passava pelas suas mãos: as compensações entre vendas e compras, os relatórios de uma feira a outra, os empréstimos aos senhores e príncipes, o pagamento das

letras de câmbio que aí vinham se encerrar, bem como a emissão de novas que partiam das feiras. A Itália triunfante do século XIII estava na ‘ponta’ das técnicas do negócio: ela introduziu na Europa a cunhagem de moedas de ouro, a letra de câmbio, a prática do crédito.

Entre os italianos cabe destaque, nesse momento, aos florentinos. Embora eles negociassem, como os demais compatriotas, tudo o que havia de mais rentável, seu principal foco se tornara o dinheiro. Suas companhias, meio mercantis, meio bancárias, tinham no mercado de Florença dinheiro em espécie em abundância, bem como um crédito relativamente barato, o que conferia força e eficácia às suas redes comerciais. Compensações, pagamentos, transferências de dinheiro se faziam sem problemas entre as filiais instaladas em toda parte. Segundo Braudel (op.cit.,T2, p.346), a grande façanha das companhias florentinas foi a conquista, a colocação sob tutela, do reino Inglês, deslocando os concorrentes. Os florentinos tiveram como predecessores os mercadores de Luca que financiaram a conquista do País de Gales por Eduardo I. Logo depois, os mercadores florentinos estavam financiando as operações de Eduardo II contra a Escócia e de Eduardo III contra a França. O triunfo florentino foi duplo: não somente controlar os soberanos ingleses, como também a lã inglesa indispensável às manufaturas do Continente e à *arte de la lana* de Florença. A aventura florentina termina em 1345 com o *default* de Eduardo III, que teve um efeito catastrófico, pois o volume de dinheiro emprestado representava um valor muitas vezes superior ao capital das companhias florentinas, que arriscaram o dinheiro dos depositantes. Junte-se a isso o efeito da recessão causada pela Peste Negra.

No início da era moderna o Norte claramente se destaca e assume a liderança. Para van Zanden (2009, p.147) a explicação de fundo para este fato está ligada a mudanças na subjacente estrutura demográfica com a ascensão do Padrão Europeu de Casamento (PEC) que se difunde de modo muito mais amplo no Norte e suas consequências de longo prazo para a formação de capital humano na região – maior investimento em uma prole menor. Isto estaria claro na própria estrutura de preços relativos: bens de capital e bens intensivos em conhecimento eram relativamente menos caros nesta região, bem como as taxas de juros eram mais baixas, em contraste com bens agrícolas e terra que eram relativamente mais caros. A Europa

do Norte tinha uma vantagem comparativa em produtos *high tech*, bem como contava com um desenvolvido mercado de capitais.

### 7.2.1. O Sul sai na frente: Veneza se torna a primeira *economia-mundo* europeia

Na origem da ascensão de Veneza como ***economia-mundo*** está o declínio, por várias razões, das Feiras de Champagne, dominadas pelos comerciantes italianos, a partir final do século XIII e começo do XIV. Primeiramente por causa das crises que atravessam a Europa anunciando, precocemente, antes da Peste Negra, a grande recessão do século XIV. Em segundo lugar em função da criação nesse período de uma ligação marítima contínua entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte: os Italianos passaram a levar por mar as mercadorias para Bruges a partir de 1297. Em terceiro, a ativação da rota terrestre Norte-Sul pelos Alpes, ligando diretamente as cidades do Norte da Itália com as cidades alemãs. Na definição do novo centro de negócios o Sul (as cidades-estados italianas) estará em uma posição dominante. A recessão do século XIV havia atingido fortemente os Estados territoriais em formação e as atividades produtivas do Norte. Por outro lado, no Sul, a Itália se recupera melhor da crise econômica causada pela tragédia da Peste Negra. As cidades italianas tiveram a vantagem do acesso ao Mediterrâneo, uma espécie de zona de abrigo, uma vez que continuava a ser a zona mais ativa e o coração do mais rentável comércio internacional, que elas tinham condições de explorar muito melhor do que os Estados territoriais.

Quatro cidades italianas competem fortemente pela primazia, para formar o que viria ser a primeira ***economia-mundo*** Europeia: Veneza, Gênova, Milão e Florença. Depois de duas guerras contra Gênova, a última em 1381, Veneza emerge como polo dominante. É preciso ter em conta que desde o final do século XII, começo do XIII, a vida econômica veneziana já dispunha de todas as ferramentas de troca - os mercados, as lojas, os depósitos de mercadorias, as feiras, casa de moedas, bem como os meios de governança – o Palácio dos Doges, o Arsenal. O uso compartilhado dos navios era generalizado: divididos em 24 cotas (*carats*), das quais os proprietários detinham apenas um certo número. As mercadorias embarcadas eram em geral financiadas por empréstimos. O crédito comercial era relativamente barato e os juros considerados legítimos - o que não eliminava a existência de financistas usurários. Na grande maioria das vezes o crédito comercial

era ligado a contratos de associação, de *colleganza* (*commenda* em outras cidades) que surgem na segunda metade do século XII. Havia duas versões: *colleganza* unilateral, quando o sócio que não viaja (*socius stans*), financia a viagem do sócio que viaja junto com as mercadorias (*socius procertans*), sendo reembolsado na volta mais  $\frac{3}{4}$  do lucro; *colleganza* bilateral, quando o sócio que fica empresta  $\frac{3}{4}$  do capital e o que parte entra com o trabalho mais o  $\frac{1}{4}$  restante do capital, sendo que na volta cada um fica com a metade dos lucros. Porém, esses papéis não eram fixos, o sócio que fica numa operação pode viajar em outra; além disso, o que viaja em geral responde também pelas mercadorias de outros *colleganze* (ver Braudel, op.cit., T3, p.105).

É importante notar que a população em geral de Veneza participava também do financiamento das viagens. Essa oferta abundante de crédito espontâneo permitia os comerciantes trabalharem sós ou em sociedades provisórias de duas ou três pessoas, sem necessidade de construir companhias duradouras como foi a característica de Florença. Nesse sentido, o clima econômico de Veneza era muito particular: uma atividade comercial intensa, mas fragmentada em múltiplos pequenos negócios. Veneza tinha ainda uma vantagem em função da sua posição geográfica no mar Adriático, mais fácil de controlar e já mais ou menos controlado pelos venezianos, enquanto o mar Tirreno de Gênova era muito maior e de difícil controle. Em 1383 ela ocupa a ilha chave de Corfou na entrada do Adriático; entre 1405 e 1427 ela ocupa as cidades de sua terra firme em volta: Pádua, Verona, Brescia, Bergamo<sup>113</sup>. O 'império' veneziano se estende às rotas do Levante, onde ela estabelece postos comerciais, controlando o comércio das especiarias que chegavam do Oriente. Finalmente tinha acesso às cidades alemãs e da Europa central através da rota dos Alpes.

No começo do século XV o orçamento do império veneziano ultrapassava não somente os orçamentos das demais cidades-chave na Itália, como também os de todos os Estados territoriais. A área de domínio da economia-mundo veneziana se estende por toda Europa ocidental e o mediterrâneo antes da conquista Turca e sua expansão. Veneza vai se afirmando como império do mundo em um processo de *feedbacks* positivos que lhe permite ditar as regras do comércio em seu favor: os

---

<sup>113</sup> Essa ocupação do espaço circundante pela cidade dominante se repete em outras regiões da Itália: Milão com a Lombardia, Florença com a Toscana etc.

comerciantes estrangeiros que vem para comprar e vender são controlados pela Senhoria veneziana. No caso dos alemães foi criado inclusive um espaço segregado obrigatório de encontro, a *Fondaco dei Tedeschi*. Todo comerciante alemão tinha que depositar suas mercadorias nesse ponto, sendo as vendas controladas pelos agentes da Senhoria e o dinheiro ganho tinha que ser usado para a compra de mercadorias venezianas.

A decadência de Veneza não dependeu apenas de suas fraquezas internas, mas está ligada ao fortalecimento progressivo dos Estados territoriais, que ameaçava evidentemente o domínio de todas as cidades-estados, mas em especial à ascensão do gigantesco Império Turco. A tomada de Constantinopla em 1453 vai fazer com que de império terrestre ele se projete no mediterrâneo. Veneza vai procurar se entender com ele, mas não evitará várias guerras. Ao mesmo tempo em que lutava contra o Império turco, Veneza terá que fazer face à concorrência do norte, centrada em Antuérpia, que ganha um forte impulso com a abertura das rotas do Atlântico. Além disso, a rota para o Oriente aberta pelos portugueses, em grande medida em resposta à tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, vai reduzir a importância comercial do Mediterrâneo e com isso os meios financeiros de Veneza para lutar contra estes mesmos otomanos (ver Dalègre, 2019). Ainda assim, a partir de sua espetacular vitória naval em Lepanto em 1571, a **Sereníssima** vai liquidar as pretensões de hegemonia naval otomana. Para Hanson (2001, p.268), a batalha de Lepanto representou no século XVII “um divisor de águas como a batalha de Poitiers no século VIII”. A partir dela o Mediterrâneo Ocidental passou a ser seguro, com as galeras otomanas raramente se aventurando para além do mar Adriático, do mesmo modo que os muçumanos da Espanha depois de Poitiers não iriam mais ameaçar a Europa do Norte. Isso foi muito importante para a expansão do comércio através do Atlântico<sup>114</sup>.

### 7.2.2. Um primeiro avanço do Norte: a ascensão de Antuérpia

No século XVI Antuérpia suplanta Veneza como centro dominante graças sobretudo ao fato de que os portugueses vão levar as especiarias diretamente para

---

<sup>114</sup> Como escreveu o Emir Mehmet ibn – Emir es – Su’udi, “os Europeus descobriram o segredo das viagens oceânicas. Eles são os senhores do novo mundo e das portas da Índia...Os povos do Islã se encontram sem as últimas informações da ciência da geografia e não compreendem a ameaça da captura do comércio marítimo pelos Europeus”. W. Allen. Problems of Turkish Power in the Sixteenth Century, p.30 apud Hanson, op.cit., p.268.

seu porto (em 1501 chega o primeiro navio português carregado de pimenta e nós moscada). Porém, é preciso ter em conta que a vitória de Lisboa na abertura da rota das Índias já se fez num quadro de dominação da nova economia-mundo de Antuérpia porque o centro de consumo (90%) das especiarias era a Europa do Norte. Portugal, apesar de seu sucesso, não deixou de estar na periferia das economias-mundo europeias. Além disso, desde o final do século XIV e ao longo de todo o século XV, o movimento nos mercados de Antuérpia crescem consideravelmente como consequência indireta do desenvolvimento das regiões alemãs da Suábia e Franconia. Os comerciantes das cidades dessas regiões, como Augsburg, Nuremberg, Ulm, se enriqueceram com o comércio entre a Itália e os países do Norte via rota dos Alpes, sobretudo com as especiarias, e passaram também a investir na extração mineral dos maciços montanhosos da Europa central. Antuérpia foi o mercado portuário escolhido por esses comerciantes. Além dos alemães, os demais comerciantes do Norte escolheram também Antuérpia no lugar de Bruges por estar mais perto. Depois, vieram os mercadores ingleses que a escolheram para tingir os tecidos crus que traziam da Inglaterra, bem como os próprios mercadores dos países baixos que competiam com os mercadores do mar Báltico (ver Houtte, 1961).

Braudel (op.cit.,pp.128/29) assinala, porém, que o destino de Antuérpia como centro de uma economia-mundo não decorreu apenas de ter sido escolhida pelos comerciantes do Norte como centro de suas operações, mas também graças a uma originalidade em termos de inovação financeira. Por volta de 1500 Antuérpia teve que enfrentar uma situação difícil decorrente de não possuir ainda uma verdadeira organização bancária: ter acesso a moeda “fictícia”. O mercador em Antuérpia não tinha como inscrever sua dívida ou crédito nos livros de um banqueiro, compensando positivos e negativos, nem podia tomar empréstimos vendendo letras de câmbio. A solução encontrada, bastante simples, foi a criação das chamadas **cédulas obrigatórias**, um sistema de promissórias: bilhetes de reconhecimento de dívidas assinados pelos comerciantes. Um dado comerciante endividado assina um bilhete onde ele se compromete a pagar uma certa soma num determinado prazo, sendo que esses bilhetes eram ao portador. Esses bilhetes podiam ser repassados, com descontos, livremente no mercado, o que criava simultaneamente um sistema de compensação, resolvendo o problema da escassez de moeda metálica, e de crédito, com os juros embutidos nas taxas de desconto.

Se constituiu então um sistema flexível, que se auto-organiza e funciona fora do sistema tradicional de letras de câmbio e dos bancos. As próprias letras de câmbio que entram no sistema de Antuérpia se transformam em cédulas ao portador e passam de mão em mão. Como garantia desse jogo de endossos estava a velha prática da *assignation*, que atribui uma responsabilidade dos credores cedentes até o último devedor. Ou seja, o nível de confiança nas transações comerciais, devidamente apoiadas por ações judiciais, era suficiente para garantir o funcionamento do sistema. Desse modo, a praça de Antuérpia oferecia aos portugueses vantagens óbvias para a redistribuição das especiarias e onde eles encontravam o cobre e prata das minas alemãs que precisavam para comprar as especiarias na Ásia. Braudel (op.cit,pp.122/3) identifica 3 períodos de expansão distintos durante a dominação de Antuérpia: 1501-1521, 1535-1557 e 1559-1568. O primeiro período é marcado pela presença portuguesa, fruto de uma aliança do rei de Lisboa, que controlava as especiarias, com os mercadores da Alta Alemanha que eram os mestres da prata. Porém, as minas de prata alemãs entram em declínio, praticamente cessando de produzir a partir de 1535; esse declínio coincide com a chegada da prata americana em Sevilha, mais perto de Portugal, facilitando a retomada da redistribuição pelos portugueses, que acabam por fechar a **Feitoria de Flandres** em 1549, embora continuassem enviando especiarias para Antuérpia.

No segundo período, a importação de prata das América via Sevilha relança a economia de Antuérpia. Os Habsburgos, na pessoa de Charles V, se tornam mestres da Espanha, dos Países Baixos, do Império (Sacro Império Romano-Germânico) e de boa parte da Itália. Desde 1519 o Imperador é ligado aos mercadores financistas de Augsburg, que têm Antuérpia por sua capital. Desse modo, ela se torna o centro de onde partem os pagamentos para todo o império, cujo mercado de dinheiro se constitui precisamente entre 1521 e 1535. Antuérpia se torna também a praça comercial que vai atender as enormes demandas da Espanha e Portugal nas suas necessidades ligadas ao empreendimento colonial nas Américas: do Báltico vem as madeiras, o breu, os barcos, o trigo, o centeio; dos Países Baixos, da Inglaterra, da Alemanha, da França vem os produtos manufaturados, tecidos, objetos variados; a Espanha envia lã, sal, alun, vinho, frutas secas, azeite, açúcar das Canárias, pau-brasil. O saldo negativo substancial é coberto com a prata americana.

A bancarrota da Espanha em 1557 atinge em cheio Antuérpia, bem como todos os países que pertencem ao imperador, e a França que estes países circundam. A principal cidade industrial francesa, Lyon, entra em crise no ano seguinte, assim como as finanças reais de Henrique II. Os Genoveses vão substituir os banqueiros alemães no jogo castelhano. No entanto, logo após o fim da guerra entre os Valois e os Habsbourg – paz de Cateau/Cambrésis em 1559 - a cidade de Antuérpia retoma as atividades comerciais com a Espanha, França, Itália e com toda a região do Báltico, que passa também por uma renovação. A promoção de atividades industriais foi uma saída para os capitais mercantis que não encontravam mais emprego nas atividades comerciais ou nos empréstimos públicos. Se observa então um aumento extraordinário em Antuérpia, bem como no conjunto dos países baixos, da indústria de tecidos, telas e tapeçaria.

Essa prosperidade sofrerá um baque com a decisão dos comerciantes ingleses de transferir para Hamburgo na Alemanha, em 1567, a entrega dos tecidos crus para serem tintos e redistribuídos. A cidade de Hamburgo oferecia a vantagem de melhor acesso ao mercado alemão do que Antuérpia. Porém, o declínio da cidade não se deveu à economia somente, mas principalmente às grandes desordens sociais, políticas e religiosas que irão se abater sobre a região. Já em 1566 uma epidemia iconoclasta irrompe durante dois dias para estupor geral da população. No ano seguinte o rei envia uma força expedicionária sob o comando do Duque de Alba para restabelecer a ordem a todo custo. Em 1572 explode a guerra que já havia começado surdamente bem antes: em 1568 os ingleses apreendem, na Mancha e no mar do Norte, os *zabres* de Biscaya carregados de fardos de lã e de prata destinados ao Duque de Alba. A ligação marítima entre os Países Baixos e a Espanha é praticamente rompida. Gênova vai assumir a liderança.

.....

### **7.2.3. O Sul retoma a liderança com Gênova**

Menos de um século depois o centro se desloca novamente para o Mediterrâneo, desta vez a favor de Gênova, devido não somente aos fatores políticos ligados à guerra dos espanhóis nos Países Baixos, mas também pela

inserção de Gênova no comércio com as américas espanholas, que a torna o principal centro distribuidor da prata americana na Europa. Para Braudel (op.cit.), além de fatores conjunturais, a ascensão da *economia-mundo* de Gênova se deveu ao desenvolvimento de uma *expertise* financeira genovesa. O pano de fundo do sucesso dos banqueiros genoveses estava na própria cidade de Gênova e a cultura comercial de seus comerciantes, a eles de certo modo subordinados: milhares de comerciantes de todos os tamanhos, desde simples representantes, lojistas, intermediários, comissionários que, além de povoar a cidade de Gênova e se espalhar por todas as cidades italianas e pela Sicília, estavam também profundamente enraizados em todos os estágios da economia espanhola, formando quase um Estado comerciante dentro de outro.

Em relação aos fatores conjunturais cabe notar também as crises financeiras de 1557 e 1558, que romperam um antigo equilíbrio monetário, tendo sido muito importantes para explicar o sucesso dos genoveses. Até 1550 a prata, relativamente rara, tendia a se valorizar em relação ao ouro, que era relativamente abundante. Por esta razão, a prata era o metal usado nas grandes transações, um meio seguro de proteção contra a desvalorização cambial. A partir de então essa relação se inverte, antes mesmo da chegada da prata americana em grandes quantidades a partir de 1570. A prata americana atingiu os mercadores alemães que controlavam a produção de prata na Europa central e financiavam os reis da Espanha e que vão à falência com a bancarrota e o calote da Espanha. Os genoveses se substituem rapidamente aos banqueiros alemães. O essencial dos serviços que vão prestar ao rei da Espanha será o de assegurar rendas regulares a partir de recursos irregulares que são as rendas fiscais e a importação de prata da América. Desse modo, Genova se equipa para se tornar o árbitro financeiro de toda Europa. Além disso, os genoveses eram encarregados de fazer os pagamentos do Rei Católico em Antuérpia, que eram feitos em ouro (para as tropas e para o saldo das letras de câmbio).

A grande vantagem dos genoveses, na verdade, não estava simplesmente na especulação com ouro e prata, mas sim na sua capacidade de mobilizar o crédito. Eles desenvolveram um sistema engenhoso de crédito baseado em letras de câmbio e de recambio, que circulavam de praça em praça, através das quais eles controlavam o mercado de ouro – as compensações finais das letras de câmbio

tradicionalmente se saldavam em ouro. Com esse ouro eles financiavam os reis de Espanha e eram reembolsados com a chegada dos navios carregados de prata. Desse modo, a praça de Gênova se transforma no maior mercado de prata da Europa. Essa prata era usada para a compra de letras de câmbio. Em 1579 eles instalam as grandes feiras de Plaisance na França, as quais centralizam as múltiplas operações do negócio e dos pagamentos internacionais, agindo como câmaras de compensação.

O jogo dos genoveses era múltiplo – prata, ouro, letras de câmbio - e sua força vinha desse fato. O contrato com o rei espanhol lhes franqueava a prata que vinha das américas (mais o contrabando que eles próprios organizavam em Sevilha) e que eles vendiam principalmente para os compradores de especiarias, os portugueses e as demais cidades italianas que tinham comércio com o Levante. As cidades italianas pagavam a prata com letras de câmbio tiradas sobre os países do Norte onde a balança comercial era positiva. Portanto, os genoveses ganhavam com a prata, com o ouro e com as letras de câmbio! Mesmo em Veneza, acabam por controlar o mercado de câmbio e de seguros marítimos. A sorte dos genoveses dependia então, principalmente, da prata espanhola e da economia das cidades italianas. A partir de 1622 esse sistema genovês entra em declínio, sendo que as explicações para o fato permanecem controvertidas. Braudel (op.cit., p.140) arrisca uma: a especulação em letras de câmbio depende da existência de variações significativas entre as praças em que elas circulam; porém, a superabundância de prata acaba por nivelar as taxas de desconto das letras de câmbio, retirando o elemento vital do esquema e levando ao colapso dos papéis genoveses. De qualquer modo, a proeminência de Gênova estava fadada a ser superada pela ascensão irresistível do Norte europeu.

O domínio genovês no mercado financeiro espanhol e europeu durou cerca de 60 anos, porém sua superação por Amsterdam não implicou em sua decadência. A falência espanhola de 1627 afetou, mas não levou ao naufrágio financeiro de Gênova. Os banqueiros genoveses já vinham retirando seus capitais da Espanha e recolocando-os em outras praças. Em 1630 Inglaterra e Espanha assinaram um acordo que previa entre outros que o transporte da prata das américas seria feito por navios ingleses, que até então eram os principais piratas que atacavam as flotilhas espanholas. No entanto, os genoveses continuaram tendo acesso à prata

através de sua rede comercial na Andaluzia que passa a receber mais mercadorias provenientes de uma produção crescente de manufaturas genovesas. Mais do que Veneza, Gênova participou ativamente do crescimento geral da produção industrial europeia nos séculos XVII e XVIII, procurando adaptar sua produção ao mercado Andaluz para a obtenção de prata e ao mercado português para o ouro. Continuam também participando do financiamento do rei da Espanha desde que este voltou a ser lucrativo, bem como do contrabando de prata. No entanto, as reconversões sucessivas do capitalismo genovês não foram suficientes para recuperar para Gênova o centro das finanças europeias. A partir da crise europeia da primeira metade do século XVII o centro econômico da Europa se desloca definitivamente para o Norte, começando por Amsterdam cuja subida como centro de uma nova economia-mundo estava centrada mais no comércio de mercadorias em geral, e não sobretudo nas finanças como foi o caso na era genovesa.

#### **7.2.4. A Ascensão definitiva do Norte começando com Amsterdam**

No começo do século XVII Amsterdam assume o papel de centro dominante. A ascensão de Amsterdam tem a ver primeiramente com a própria ascensão do Norte como um todo vis-à-vis ao Sul Mediterrâneo. Com efeito, a partir dos anos 1570, o mundo mediterrâneo foi fustigado pelos navios e mercadores do Norte. Eles inundaram a região com produtos baratos, imitando muito bem os excelentes têxteis do Sul, a ponto de vendê-los como se fossem produzidos localmente, e usando da violência quando a ocasião o permitia. Desse modo, a região mediterrânea se torna uma periferia próxima do novo centro.

Desde o renascimento medieval no século XI as cidades dos países baixos se assemelhavam às cidades do norte da Itália por seu dinamismo comercial. Do mesmo modo, a agricultura aí se destacava em termos da introdução de inovações. Como foi visto, as novas práticas de rotação de culturas sem pousio, que irão revolucionar a agricultura europeia a partir do século XVIII na Inglaterra, aí são introduzidas igualmente como no norte da Itália desde o século XIII. A correlação entre dinamismo urbano-comercial e avanços agrícolas na Holanda parece em certo momento ter uma direção definida, com os avanços agrícolas estimulando os avanços urbanos-comerciais – “o capitalismo cresce na Holanda a partir de seu solo” (De Vries, 1971, p.74). A exiguidade do espaço agrícola leva a uma especialização

em produtos agrícolas de maior valor comercial – linho, cânhamo, colza, lúpulo, plantas tintoriais, como estratégia para abastecer de alimentos importados uma população crescente. Um desenvolvimento agrícola capaz de aumentar os salários rurais, aproximando-os dos salários urbanos. A população passa de cerca de um milhão em 1500 para dois milhões em 1650, dos quais a metade nas cidades (!), em parte devido à imigração atraída pelo crescimento holandês, mas também de fugitivos de perseguições e de guerras. Nesse sentido, a prosperidade holandesa implicava também a formação de um grande proletariado vivendo ao nível de subsistência precária, atenuada por uma caridade ativa.

Porém, com certeza uma das razões da ascensão de Amsterdam foi o caráter peculiar de sua articulação com as demais cidades-estados dos Países Baixos. Como nota van Zanden (op.cit, pp.216/217), Amsterdam estava no centro de uma coalisão única de cidades-estados, a República Holandesa. Esta *polity* “foi capaz de combinar as **vantagens da pequena escala** – isto é, um contrato eficiente entre cidadãos e a cidade-estado – **com as economias de uma grande escala** – isto é, a organização de uma entidade política de cerca de dois milhões de pessoas cobrindo uma área muito maior do que aquela de um simples cidade-estado”. Este foi um feito bastante singular. Foram desenvolvidas instituições capazes de equilibrar as tendências particularistas das cidades contra as forças unificadoras do governo central. Porém, o problema do *free-riding* é muito mais difícil de controlar. A partir do momento em que as pressões externas diminuem, esse problema tende a aumentar, tendo sido uma das razões do seu declínio a partir do início do século XVIII, juntamente com a impossibilidade de expansão territorial.

Durante seu período de ascensão e apogeu a frota naval holandesa cresce rapidamente, a ponto de ser igual ao conjunto das frotas europeias somadas no final do século XVII, atingindo uma tonelagem de cerca de 600 mil toneladas e algo como 50 mil marinheiros. A frota aumenta não somente em quantidade como também em qualidade: desde 1570 os canteiros navais holandeses criaram um tipo de embarcação, o **Vlieboot**, robusta e de grande porte para a época, mas que podia ser manobrado com tripulação cerca de 20% menor que as tripulações para embarcações do mesmo peso. Trata-se de uma vantagem considerável, considerando que as viagens longas implicavam em grande gasto com a manutenção da tripulação. Além disso, o custo da construção naval na Holanda era

menor. A explicação para isso é dada com clareza por um relatório do governo francês de 1696: os materiais como madeira naval, alcatrão, breu e o encordoamento eram importados diretamente do Báltico a um custo muito menor que os materiais produzidos na França; também se utilizava as técnicas e equipamentos os mais modernos, como serras mecânicas, máquinas para formatar os mastros, fabricação de peças intercambiáveis, e uma mão de obra de qualidade. Acrescente-se a disponibilidade de crédito barato. Não demorou muito para que a Holanda passasse a ser uma grande exportadora de navios para toda a Europa, bem como ter o maior mercado de navios usados.

Foi uma verdadeira conquista mercantil da Europa pela Holanda. Começando pelo Báltico no final da Idade Média, que se tornou uma espécie de América para os Países Baixos. Desde o século XV os navios holandeses passaram a concorrer com os navios da Liga Hanseática, superando-os e transformando Amsterdam no celeiro da Europa distribuidor dos grãos importados das regiões do Báltico. Após seu triunfo no Báltico, os holandeses se voltam para o sul, superando Espanha e Portugal. A partir de meados do século XVI os barcos holandeses asseguram de modo majoritário os tráficos marítimos entre a Península Ibérica e o Norte: trigo, centeio, materiais navais e produtos industriais do Norte contra sal, azeite, vinho, lã e sobretudo prata. A retomada do sul dos países baixos e de Antuérpia pela Espanha em 1585 torna Amsterdam o ponto de encontro da Europa protestante, reforçando seu papel de polo dominante no Norte da Europa.

Será a partir dessa posição dominante no Norte da Europa que Amsterdam se lança à conquista de toda Europa e do mundo. Sua superioridade como entreposto dominante se devia à grande capacidade de armazenamento e eficácia na manipulação do fluxo de mercadorias que entravam e que saíam; com base, então, na enorme massa de dinheiro em movimento constante, os holandeses vão multiplicar o crédito, se tornando os principais mercadores de crédito da Europa, um grande trunfo. No século XVII a França foi literalmente subjugada. Em todos os portos franceses se implantam mercadores e comissários holandeses. Uma das armas dos holandeses está na amplitude mesma dos tráficos que dominam: a frequência das passagens dos navios nos portos é essencial, considerando a natureza perecível de boa parte das mercadorias transacionadas. Por outro lado, a Holanda possuía os meios de responder às medidas de retaliação das autoridades

francesas: primeiramente, deixando de comprar produtos franceses, algo muito fácil considerando sua rede de contatos comerciais – por ex. poderia trocar os vinhos e aguardentes franceses pelos de Portugal, da Catalunha; importar o sal ibérico e substituir mesmo produtos de luxo que passam a ser imitados e fabricados na Holanda. Enfim, contra a França a Holanda possuía a vantagem de poder mudar à vontade sua política comercial graças às suas redes de comerciantes e disponibilidade de crédito. Nem Luís XIV, nem Colbert e seus sucessores, conseguiram quebrar essa camisa de força holandesa que inunda a França com mercadorias produzidas ou redistribuídas pela Holanda.

A ação dos comerciantes holandeses é denunciada como uma opressão estrangeira pela sua atuação como grandes compradores de vinho e aguardente, a ponto de estimular de tal modo a expansão dos vinhedos no vale do Loire que a produção de trigo se “reduz perigosamente”. Por outro lado, a expansão dos vinhedos resulta em um excesso de produção de vinho que obriga os produtores a jogá-lo fora ou transformá-lo em aguardente; no entanto, a transformação do vinho em aguardente exige grandes quantidades de madeira combustível, reduzindo as reservas florestais da região e aumentando o preço da lenha. Não contentes com isso, os comerciantes holandeses começam a comprar parte da produção antes da colheita com a promessa de acerto final a preços de mercado, preços esses que eles são capazes de controlar.

Na Inglaterra fizeram a mesma coisa, comprando direto dos produtores e pagando com dinheiro vivo de modo a obter melhores preços, ou com pagamentos de mercadorias ainda não produzidas. Desse modo, eles eram capazes de vender produtos franceses e ingleses a preços equivalentes ou menores que os preços praticados nos mercados locais. De todas as artimanhas para aumentar os preços de venda e reduzir os de compra, a tentação maior é simplesmente conseguir um monopólio de fato ou de direito. A arma básica para conseguir esse monopólio é dispor de grande capacidade de estocagem. No século XVII, os grandes comerciantes holandeses chegaram a ter uma capacidade de estocagem de trigo equivalente a 10/12 anos de consumo das Províncias Unidas! A regra era sempre a mesma: comprar a baixos preços direto do produtor com dinheiro vivo ou fazendo avanços à produção futura, estocar e esperar (ou provocar) a alta dos preços. Nesse século de domínio holandês, os holandeses foram capazes também de bloquear por

um tempo as tentativas de concorrentes de fora em mercados terceiros que eles já dominavam, como no caso do mar Báltico. Porém, por volta de 1675 os comerciantes ingleses já conseguiram se infiltrar nesse mercado, mas ainda de modo minoritário. Contra os franceses que também tentam, os holandeses usaram diversas estratégias, como vender mais barato (*dumping*) e comprar mais caro (ver Braudel, op.cit., T2,pp.367-370)<sup>115</sup>.

A Inglaterra reage mais ao cerco holandês, incluindo quatro guerras violentas (1652-1654, 1665-1667, 1672-1674, 1782-1783), estabelecendo um protecionismo mais eficaz para a produção nacional. No entanto, embora em uma posição bem melhor que a da França, a Inglaterra não escapa da rede comercial holandesa. Enfim, a Europa é a periferia holandesa mais próxima. As ligações com as coroas dessas potências secundárias se estabelecem sem violências excessivas, pela atração que exerce, os mecanismos de troca, a disponibilidade de capitais e de crédito. A Europa representa 4/5 do total do tráfico comercial holandês. Para Braudel (op.cit., T3, p.223) é exatamente essa presença de países inferiorizados, mas desenvolvidos e vizinhos, e que vão se tornando cada vez mais concorrentes, que mantém o calor e a eficácia do centro. A “baixa voltagem” da economia-mundo chinesa se explicaria muito provavelmente pela inexistência de uma semiperiferia suficientemente forte para elevar a “voltagem” do coração do conjunto.

Fora da Europa a expansão prioritária holandesa foi em direção à Ásia, onde Amsterdam conseguiu se inserir com enorme sucesso em seus tráficos internos entre zonas economicamente distintas, bastante distantes umas das outras, que os franceses chamavam de *commerce d'Inde en Inde*, os Ingleses de *country trade* e os holandeses de *inlandse handel*. Nessa cabotagem de longa distância as mercadorias vão se trocando ao longo do caminho entre as economias-mundo asiáticas. Os portugueses foram os primeiros europeus a se introduzirem nesse circuito. Porém, em função de sua experiência bem-sucedida na cabotagem europeia, os holandeses vão bem mais longe que os portugueses, praticamente

---

<sup>115</sup> “Ces derniers [les Hollandais] font tout cet qu'ils peuvent pour (...) et dégouter [les Français]..., en vendant leurs marchandises à meilleur marché, même à beaucoup de pertes, et achetant celles du país plus chères, afin que les François y trouvant la perte, cela leur puisse faire perdre l'envie d'y retourner une autre fois. Il y a eu une infinité d'exemples Negocians françois qui ont fait le commerce au Nort, qui s'y ont ruinez par cette mauvaise manière d'agir des Hollandois, pour avoir été obligez de donner leurs marchandises à perte considérable, autrement ils ne les auroient pas vendues ». J.Savary (1675), Le Parfait Négociant apud Braudel,op.cit.,T2, p.370.

controlando o grosso de tráfico. Como em todo lugar, as trocas envolviam mercadorias, metais preciosos e crédito. Os metais intervêm quando as trocas de mercadorias deixavam um saldo e o crédito quando não havia moedas suficientes. Entretanto, como o crédito na Ásia não era tão abundante como na Europa, os metais preciosos assumem uma importância maior. A prata da América era muito importante, mas também insuficiente, fazendo com que os holandeses procurassem recorrer a todas as fontes locais de metais: ouro da China, Sumatra e Malaca, prata japonesa, ouro e prata nos mercados da Arábia, Pérsia e Índia do Noroeste.

A superioridade do sistema de comércio holandês na Ásia se devia, como na Europa, à eficácia das ligações marítimas, do crédito e dos adiantamentos da metrópole e da busca sistemática de situações de monopólio. No entanto, o único monopólio eficaz e durável dos holandeses foi o do comércio de especiarias finas: *macis*, nós moscada, cravo e canela. Eles conseguiram circunscrever a produção em determinados locais, impedindo sua produção fora dessas zonas controladas na base da força ou, quando necessário, através do pagamento de compensação ao soberano local. No entanto, seu sucesso mesmo dá origem a um terceiro fator interno de enfraquecimento, similar ao que ocorreu em Veneza e em Gênova: um crescimento excessivo da atividade bancária em relação às demais atividades comerciais, transformando Amsterdam em uma sociedade de rentistas e deixando a economia holandesa mais vulnerável às crises (inevitáveis) do crédito<sup>116</sup>. As graves crises que se sucedem a partir de 1760 tiveram como motor precisamente o excesso de crédito, que chegou a atingir um volume cerca de quinze vezes maior que a base monetária real da Holanda. A Revolução francesa em 1789 representou um golpe fatal à máquina holandesa, pesadamente credora do Estado francês.

### 7.3. O Fim da Hegemonia das Cidades

A ascensão de Londres desde o século XV como centro econômico e político de um Estado e, depois, de uma **economia nacional**, vai levar ao fim da dominância das cidades-estados como polos de economias-mundo no começo do século XVIII. Uma economia nacional é um espaço político transformado pelo Estado em um

---

<sup>116</sup> “Sim, a proliferação dos ‘bancos’ representou, em Amsterdam, um processo de mutação e de deterioração do capital; sim, sua hierarquia social se fecha sobre ela mesma, se retira, como em Veneza ou em Gênova, do negócio ativo e tende a se transformar em uma sociedade de rentistas em busca de tudo o que possa garantir privilégios tranquilos, aí incluída a proteção do *stathouderat*”. Braudel, op.cit., T3, op.cit.p.226.

espaço economicamente coerente, unificado, cujas atividades podem ser levadas conjuntamente em uma mesma direção. A cidade de Amsterdam, embora uma cidade-Estado, já tinha feito isso na prática com as Províncias Unidas no seu entorno. Porém era uma região muito pequena. A Inglaterra foi o primeiro país a realizar esta 'revolução' que foi formar a primeira economia nacional o que, juntamente com outras 'revoluções' - agrícola, política e financeira, explica porque a grande Revolução Industrial lá começou.

Porém, para Braudel (1984, p.111), não foi Londres e seu capitalismo comercial e financeiro que provocou esta surpreendente mutação - Londres somente irá controlar a indústria a partir da década de 1830. Foi a força, a vida da economia de mercado e mesmo da economia na base, da pequena indústria inovadora, enfim foi o funcionamento de toda estrutura produtiva e das trocas que leva nas costas o que logo mais será caracterizado como capitalismo industrial. É claro, há que se considerar que já no final do século XVII, quando a população inglesa era bem menor que a francesa e a alemã, inferior também que as populações da Itália e da Espanha, Londres era a maior cidade europeia, com cerca de meio milhão de habitantes, representando 10% da população inglesa. Seu porto exercia um quase monopólio do comércio exterior, o que lhe conferia o controle de todas as produções da ilha e da redistribuição para as diversas regiões inglesas. Centro econômico-financeiro, político e cultural, a cidade de Londres fará de toda Inglaterra o seu entorno imediato, onde exercerá uma influência decisiva na organização da produção e o comércio. Assim, desde o início do século XVIII o mercado inglês já se apresenta como um mercado nacional, período em que grandes investimentos em transportes foram realizados, elevando a rede de fluvial navegável para 1160 milhas, o que colocou a maior parte do país a uma distância de no máximo 15 milhas de um transporte aquático. A rede de estradas passou pelo mesmo processo.

A ascensão de um Estado como novo centro da economia-mundo dominante na Europa, acrescenta um novo dinamismo na competição intra-europeia. Diante de uma Inglaterra unificada como economia nacional e definitivamente controlada pela burguesia mercantil após a revolução de 1688, as monarquias do Continente Europeu estavam em desvantagem, uma vez que ainda eram misturas de monarquias carismáticas tradicionais que tinham que lidar com uma nobreza entrincheirada em seus direitos adquiridos. Vão lutar ferozmente para recuperar o

atraso. O mercantilismo foi antes de tudo um modo desses Estados se protegerem do centro dominante.

## **8. Ascensão dos Estados, Competição e Avanço da Economia de Mercado**

Como vem sendo mostrado até aqui, toda a Europa Ocidental começa seu processo de crescimento econômico que levará à Revolução Industrial a partir do século XI, caracterizando um renascimento econômico-cultural depois de 5 séculos de formação do sistema feudal em meio a um caos de fragmentação e violência, brevemente interrompido pelo Império Carolíngio, que basicamente durou o período de vida de Carlos Magno. Esse crescimento se estanca com a formidável crise de meados do século XIV a meados do século XV, tendo a Peste Negra e mais uma sucessão de outras epidemias como sua característica macabra marcante. Esta crise foi o resultado, primordialmente, de uma agricultura que deixou de responder à demanda crescente de alimentos puxada pelo crescimento demográfico; mas também pelos limites atingidos pela utilização inédita de energia eólica e, sobretudo, hidráulica, além da própria crise do sistema feudal.

A partir de meados do século XV tem início na Europa inteira um processo de recuperação populacional, agrícola e industrial e uma retomada do processo de formação de Estados territoriais que fora duramente atingido pela crise. A ascensão dos Estados territoriais teve um papel decisivo na dinâmica da competição intereuropeia, bem como na criação das condições político-econômicas e institucionais que faltavam para que o processo de crescimento atingisse um novo patamar de velocidade e de sustentabilidade. Sustentabilidade no sentido da criação incessante de novas oportunidades de investimento abertas pelos avanços tecnológicos e que resultaram na incorporação sistemática de inovações no processo produtivo.

Estima-se que a produção industrial da Europa tenha aumentado 6 vezes entre os séculos XV e XVIII (Maddison, 2001). Do século XV ao século XVII vão se completando as condições socioeconômicas e institucionais para a Revolução Industrial a partir de meados do século XVIII na Inglaterra. Tem lugar um lento, mas constante, crescimento econômico definido no sentido preciso de aumento da capacidade de produção material/energética. Do ponto de vista tecnológico, trata-se de uma continuação da pré-revolução industrial medieval, em uma evolução puxada pelo acúmulo de grandes e pequenas descobertas, inovações disruptivas e

inovações incrementais. Em relação às inovações disruptivas cabe distinguir dois tipos: as inovações disruptivas em um sentido mais estrito de deslocamento da fronteira de possibilidades técnicas, como no caso da introdução de uma nova tecnologia que muda completamente a maneira de produzir em um dado setor produtivo ou que dá origem a um novo setor produtivo, como a invenção do relógio mecânico; e as inovações disruptivas que têm consequências sociopolíticas e culturais mais amplas e profundas, como a pólvora, a imprensa e a navegação de alto mar. A invenção do relógio mecânico se enquadra também entre as segundas na medida em que não apenas deu origem a todo um setor produtivo de mecânica fina, como também afetou profundamente o modo de vida das pessoas. Por sua vez, a pólvora, a imprensa e a navegação de alto mar, contribuíram decisivamente para o desfazimento definitivo da ordem feudal e para todos os eventos que levaram à ascensão da modernidade. A notar que todas estas invenções já existiam na China, de onde algumas vieram, sem que tivessem tido nenhum impacto significativo.

### 8.1. Os Estados Territoriais

A formação dos Estados territoriais iniciara-se desde muito cedo com o surgimento de regiões dominantes, a partir das quais começaram suas lentas construções políticas. Fatores geográficos e econômicos se interpenetram. Nas regiões dominadas por cidades-estados poderosas os Estados territoriais não avançam: Itália, Alemanha, Países Baixos. Durante um longo período, sob a égide de uma sucessão de hegemonias de economias-mundo tendo como polo dominante cidades-estados, as estruturas políticas dos Estados territoriais em afirmação não coincidem com as estruturas econômicas, de modo a formar **mercados nacionais**. O espaço econômico ia muito além dos espaços políticos. As nações e seus mercados nacionais foram não somente construídos no interior de um conjunto econômico mais vasto do que eles como, mais exatamente, **contra** esse conjunto dominado por uma economia-mundo. Muito antes da época mercantilista o Príncipe intervém no domínio da economia, procurando restringir ou estimular, proibir ou facilitar, em busca de regularidades que possam servir sua existência e ambição política.

Além da luta contra a hegemonia das economias-mundo baseadas em cidades-estados, há que se considerar ainda as dificuldades da passagem de uma

situação de fragmentação em mercados regionais para um mercado nacional, costurando juntas uma multiplicidade de economias regionais de raio curto, quase autônomas. Isto não foi algo que resultou espontaneamente do processo de expansão econômica dentro de um Estado territorial em afirmação. Foi necessário um movimento simultâneo de vontade política centralizadora capaz de fazer essa costura entre cidades e regiões autônomas ou semiautônomas. É preciso ter em conta que as **Províncias** eram de fato antigas nações de tamanho inferior, constituindo mercados regionais. Com sua cidade dominante eram pequenas **economias-mundo**. Nesse sentido, o mercantilismo pode ser visto também como uma política de centralização da gestão da atividade econômica das cidades e/ou províncias para o Estado.

Certamente têm em parte razão as explicações tradicionais que apontam a eliminação das barreiras alfandegárias internas como um fator importante. Foi o caso da Inglaterra em função da potência centralizadora precoce da monarquia inglesa que desde o final do século XIII obriga os proprietários dos pedágios a manter as estradas que controlam, além de limitar seus privilégios a um certo número de anos! Porém, a eliminação das barreiras internas embora uma condição necessária, não era suficiente. A prova disso está na criação por Colbert em 1664 de uma grande zona livre de aduanas na França, a união aduaneira das “cinco grandes fazendas”, com uma superfície equivalente à da Inglaterra, que não produziu nenhum efeito notável. Na verdade, a aceleração das atividades econômicas precedeu a eliminação das barreiras alfandegárias (ver Braudel, T2, op.cit).

É preciso considerar, entretanto, que este esforço dos Estados em estimular e controlar as atividades econômicas dentro de um espaço territorial é parte do esforço maior na busca da consolidação de um poder monárquico que tende a ser absolutista/despótico. Com efeito, a partir do século XV o Estado que começa a crescer vai procurar quebrar ou deformar as instituições anteriores: os Estados provinciais, as cidades livres, as senhorias, a própria Igreja. A legitimidade do Estado detentor do monopólio da violência para manter a ordem não era e não podia ser questionada e a violência exemplar pública era frequente. De modo geral, as

multidões que assistiam às frequentes torturas e execuções públicas não estavam do lado dos condenados<sup>117</sup>.

## 8.2. Os Limites ao Despotismo

No entanto, se a legitimidade do monopólio da violência pelo Estado não era e não podia ser contestada, essa não contestação da legitimidade tinha que ser conquistada social e culturalmente. A prevalência do Império da Lei tornava a própria legitimidade do Estado monárquico absolutista dependente de um compromisso com as diversas nobrezas e com a burguesia emergente. Jamais o absolutismo monárquico na Europa, mesmo no tempo de Luís XIV, o 'rei Sol', na França, atingiu o nível de arbitrariedade do Imperador chinês ou quaisquer outros 'despotismos orientais'. Mesmo em relação à massa popular, a legitimidade da realeza era em grande medida dependente da percepção de não arbitrariedade na sua função principal de administradora da justiça. Lembrando que na China (3.1.1) não existia lei acima do Imperador; ao contrário, a lei era tudo o que o Imperador decretasse (Fukuyama, op.cit.). A elites territoriais nas várias regiões podiam ser mudadas, literalmente suprimidas pelo assassinato de clãs inteiros pelo exército imperial a mando do imperador. A elite dominante era a classe de **mandarins** formada, porém, de funcionários públicos selecionados por concurso, que não deixava legado. Uma família que enriquecesse muito era vista com suspeição pelo Estado, que era o único possuidor do direito sobre a terra e de taxar os camponeses e que supervisionava muito de perto as atividades mineradoras, manufactureiras ou mercantis. O riquíssimo Hechen, ministro favorito do Imperador Qianlong, foi executado quando este morreu e sua fortuna confiscada pelo novo Imperador. No mundo mulçumano a posse da terra era provisória, pertencia ao Príncipe. Não havia legado. Quando o usufrutuário morria ela voltava ao Sultão de Istambul ou ao Grand Moghol de Deli. A classe dominante era praticamente sem defesa diante de um poder tão despótico que podia substituí-la à vontade, como uma "troca de camisa"<sup>118</sup>. O maior financista do Império Otomano, Michel Cantacuzène, foi enforcado por ordem do Sultão em 13 de março

---

<sup>117</sup> « S'il [l'État] frappe de façon spectaculaire, c'est encore légitime. Et la foule qui se presse avec une curiosité morbide autour des échafauds et des gibets n'est jamais du côté du supplicié ». Em 1766, em Paris, a multidão que vai assistir à execução do general Lally Tollendal, aplaude aos primeiros gritos de dor do condenado. Braudel, op.cit., T2, pp.460/461.

<sup>118</sup> « Disons que ces grands princes, tant que dure leur autorité, peuvent changer la société dominante, de classe élitare comme de chemise, et ils ne s'en privent pas ». Braudel, 1984, p.78.

de 1578, sem qualquer processo, nas portas de seu suntuoso palácio d'Anchioli em Istanbul.

Desse modo, mesmo uma monarquia das mais absolutistas como a francesa tinha que buscar o apoio da sociedade e da cultura; da sociedade, isto é, das classes que dominam pelo seu prestígio, pelas suas funções, pela sua riqueza; da cultura porque, ao contrário do que se passava na China, onde era o Estado que a produzia, na Europa a produção cultural era independente dos Estados. O Estado era um dos produtores culturais em meio a outros. A cultura do ponto de vista do Estado é uma linguagem de ostentação, que traz benefícios de legitimação: os ritos de sagração, os palácios magníficos, o poder de curar escrófulas. A monarquia tinha que negociar com as diversas nobrezas, nobreza da corte, da espada, nobreza rural de caráter feudal, que resistiam à taxaço do Estado; também com burgueses que se 'enobreciam' comprando terras e cargos oficiais no aparelho de Estado. Esses cargos eram para a burguesia o que a Corte era para a alta nobreza, uma satisfação para o amor-próprio e um meio de ser bem-sucedido.

Nas regiões onde a consolidação dos Estados territoriais avança, a autonomia das cidades se reduz e com ela o poder da burguesia; por outro lado, como compensação, a alta burguesia encontra um caminho através do 'enobrecimento' para manter sua posição de *player* importante. A resistência da nobreza hereditária em permitir-lhe o acesso ao primeiro estágio vai sendo quebrada em função da situação financeira frágil em que vive devido sua ociosidade e seus altos gastos de ostentação. Frequentemente endividada junto à classe de grandes comerciantes, estes vão avançando sobre a nobreza. "Existe aí parasitismo, exploração, fagocitação. A classe superior, fruto amadurecido lentamente a partir das riquezas da terra e do poder tradicional, se revela como um alimento preferido, absorvido com alguns riscos, mas na verdade com muitas vantagens" (Braudel, op.cit., T2, p.530). Mas para que uma classe seja 'consumível' por outra é preciso que uma e outra tenham a faculdade de acumular e de transmitir essa acumulação, de geração em geração. É preciso que as heranças se transmitam, que os patrimônios aumentem, que alianças frutuossas se concluam entre grupos dominantes ou potencialmente dominantes, de modo que a sociedade possua gradações, degraus, que permitam uma mobilidade social. Este é o resultado de um longo processo, cuja origem está na natureza contratual do sistema feudal.

Nas demais civilizações a classe mercantil jamais atingiu, nem de longe, a influência e prestígio atingidos na Europa, submetendo as monarquias cujas dívidas não podiam ser simplesmente canceladas; como assinala Jones (op.cit.), nessas civilizações elas jamais foram capazes de “esvaziar os Estados imperiais, transformando-os em Estados burgueses”<sup>119</sup>. Na China a sociedade burocrática recobre a sociedade chinesa com uma camada superior única, que não tem como ser rompida. Nenhum grupo, nenhuma classe chegam perto do imenso prestígio dos mandarins letrados. Esse prestígio frequentemente leva as famílias de grandes comerciantes a tentar, sem muito sucesso, colocar seus filhos nessa posição invejável. Os próprios filhos dos mandarins muito raramente se tornam mandarins. Nos Estados islâmicos tampouco as classes superiores se sucedem através de absorções e heranças, e sim são mudadas à vontade pelo Sultão. O que seria uma feudalidade otomana não passa de uma pré-feudalidade de beneficiários de concessões que não se transmitem aos filhos. Somente no final do século XVI começa a se esboçar uma verdadeira feudalidade otomana. A paisagem é a mesma em todas as regiões do Islã: os senhores de terras as têm em concessões não transmissíveis aos filhos.

### **8.3. A Ascensão da Burguesia**

Fenômeno único da Europa, a ascensão da burguesia representou a ascensão de uma classe social não baseada no privilégio de nascimento, mas no mérito, apesar dos privilégios que pudessem ter os comerciantes. “A Europa teve uma alta sociedade no mínimo dupla que, apesar de todos os avatares da história, pode desenvolver suas linhagens sem dificuldades intransponíveis, não tendo diante dela nem a tirania totalizante, nem a tirania do Príncipe arbitrário. A Europa favorece, assim, a acumulação paciente das riquezas e, em uma sociedade diversificada, o desenvolvimento de forças e hierarquias múltiplas cujas rivalidades podem jogar em sentidos muito diversos. No que concerne o capitalismo Europeu, a ordem social fundada sobre o poder da economia sem dúvida aproveitou sua condição de segunda: em contraste com a ordem social fundada unicamente no privilégio de nascimento, ela se fez aceitar como sendo a imagem do comedimento, da sabedoria, do trabalho, de uma certa justificação. A classe politicamente dominante atrai toda

---

<sup>119</sup> “They never succeeded in hollowing out the Asian empires into bourgeois states”. Jones, op.cit., 1986, p.xxiii).

atenção, como um para-raios. O privilégio do senhor faz, mais uma vez, esquecer o privilégio do comerciante” (Braudel, op.cit.,T2, p.534).

O avanço da burguesia sobre a nobreza hereditária vinha desde longa data, sendo parte do processo de desfazimento do regime feudal ao longo do século XIII quando a classe senhorial foi sendo substituída em parte pela burguesia ascendente que se enobrecia comprando terras; parte dos domínios foi parcelada e apropriada por um campesinato livre dos elos de servidão (mas não livre de pagar impostos...). No período de recuperação e crescimento econômico do ‘longo’ século XVI (1470-1580), as oportunidades de promoção social se abrem dentro dos Estados territoriais em processo de consolidação e a burguesia retoma seu avanço em direção ao topo da hierarquia social. Novamente, uma parte da nobreza desaparece, substituída por burgueses que se nobilizam. Com a crise que encerra esse período de expansão, as oportunidades de promoção social se reduzem. Com a aceleração do crescimento no século XVIII esse processo recomeça. Por sua vez, uma parte da nobreza se ‘mercantiliza’, se lançando nos negócios. São processos que ocorrem em toda Europa, mas com variações importantes no tempo e no espaço. Na Inglaterra e na Holanda mais precocemente do que na França. Nas cidades mercantis italianas mais precocemente ainda. A ascensão da burguesia à nobreza pela compra de terras, cargos e títulos cria uma situação de rivalidade entre a nova nobreza ‘do dinheiro’ e a nobreza hereditária, rivalidade essa que será utilizada pelas monarquias em seu benefício e que cuja dinâmica vai variar nos diferentes países.

É nesse contexto que tem que ser analisado o esforço do Estado em controlar a vida econômica, em organizar bem ou mal a circulação de bens e se apropriar de uma parte importante da renda nacional para assegurar suas despesas, as quais tendem a aumentar na medida em que ele estende e diversifica sua autoridade e, principalmente, pelo aumento do custo da guerra. As rendas diretamente auferidas dos domínios agrários não são mais suficientes para financiar o Estado moderno; torna-se necessário colocar a ‘mão’ na riqueza que circula, incluindo o recurso a empréstimos uma vez que, via de regra, as despesas acabam por exceder as receitas. É preciso, portanto, criar uma nova estrutura tributária. Até então, as finanças públicas não estavam centralizadas sob dependência única do Estado. Estavam em grande medida sob a iniciativa privada dos preceptores de impostos,

que eram também financiadores do rei, de financistas que tinham seus próprios negócios e de oficiais que compraram seus cargos.

Na Inglaterra, porém, como mostra Fukuyama (op.cit.), a nobreza se articula com a burguesia no parlamento, bem como participa ativamente dos negócios e nas administrações locais e regionais. Este quadro político tornará possível uma reforma capaz de se desembaraçar desses intermediários que parasitavam o Estado, em um processo lento e contínuo de ‘nacionalização’ das finanças que passa para o controle do Banco da Inglaterra em meados do século XVIII. Isso permitiu à Inglaterra desenvolver um sistema de crédito bem mais eficaz, pois baseado em regras claras de alocação de recursos seguros para o pagamento dos juros, que inclusive foi decisivo para a superioridade inglesa em financiar a guerra a custos mais baixos do que aqueles de seus rivais com empréstimos de **longo prazo com baixas taxas de juros**, cujo pagamento pode ser refinanciado (‘rolagem da dívida’). Coube ao Parlamento inglês estabelecer as rendas novas que seriam destinadas ao pagamento dos juros dos empréstimos. Uma ‘revolução’ financeira. O contraste com a França não poderia ser maior. A monarquia francesa não conseguiu ‘nacionalizar’ as finanças, de modo que não havia ‘ordem e previsibilidade’. As engrenagens dos financiamentos estavam fora do controle do Estado.

No continente, o caso da França é representativo do que se passava nas demais sociedades europeias. A alta burguesia francesa que se enobrece procura esconder sua origem no comércio cultivando uma certa ociosidade que se traduz pelo gosto por *loisirs* culturais, uma paixão pelo grego, pelo latim, pelo direito, estando na origem de numerosas escolas *laicas*, embora mantenha sua sólida fortuna pela exploração metódica da terra, pelos empréstimos (usura) tanto aos camponeses quanto aos nobres, e pelos rendimentos dos cargos públicos comprados (sobretudo no judiciário e nas finanças) e tornados hereditários. Essa diferença é obviamente notada pela nobreza hereditária, que aproveita a conjuntura econômica difícil no século XVII para, apoiada na monarquia, confrontar a nobreza de *robe*<sup>120</sup>. A monarquia, por sua vez, procura jogar a seu favor essa rivalidade entre as duas nobrezas.

---

<sup>120</sup> Rótulo que surge no século XVII na França, dado pela nobreza hereditária, para caracterizar essa nobreza de segunda categoria composta de burgueses que se enobrecem comprando seus títulos. *Robe*

Portanto, mesmo sendo um dos estados mais absolutistas da Europa, somente muito lentamente o Estado absolutista da França consegue ir mudando a estrutura tributária de modo a adequá-la às suas novas necessidades. Seu despotismo encontra resistência na classe dominante que a cerca, nobreza e burguesia, protegidas pela permanência de um certo império da lei que se afirmara durante a Idade Média. Phillipe, o Belo, quem primeiro introduziu um novo imposto real sobre as terras senhoriais no começo do século XIV, adverte seus agentes encarregados de cobrar esse imposto que “contra a vontade dos barões não é possível levantar essas finanças sobre suas terras...é preciso fazer essas cobranças com a maior discrição e menor coação possível sobre o povo e usar cobradores de impostos gentis e maneirosos” (Braudel,op.cit.,T2, op.cit.,p.463). Irá levar quase um século para que a partida seja ganha e novamente contestada quando, finalmente, em 1439, uma ordenança de Carlos V recoloca esse imposto (*la taille*) à disposição do rei<sup>121</sup>.

#### **8.4. Capital Comercial e Competição**

Somente no século XVIII um Estado nacional conseguirá definitivamente superar a hegemonia das economias-mundo centradas em cidades-estados. Até então o espaço econômico onde se processava o jogo competitivo ultrapassava as fronteiras dos Estados territoriais em processo de afirmação, como já fica claro na análise do capítulo anterior sobre a competição intereuropeia. O grande comerciante é o principal agente desta competição. Ele organiza e direciona a produção artesanal/industrial tendo em conta todo o espaço econômico europeu. O grande comércio domina como lócus onde as taxas de lucros atraem os investimentos dos grandes capitalistas. Os grandes comerciantes que conseguiram controlar o comércio de longa distância se colocaram numa posição estratégica: possuem o privilégio da informação, a cumplicidade dos Estados e da sociedade, o que lhes permite contornar regularmente as regras da economia de mercado. Aí se encontra a gênese do capitalismo comercial; mas é preciso não perder de vista que o comércio de longa distância é minoritário. No século XVI o comércio inter-regional

---

se refere à toga de juízes e de outros altos funcionários do Estado, cujos cargos foram comprados. Ver Braudel (op.cit.,T2, pp.430-34).

<sup>121</sup> A análise do caso francês será retomada como um contraponto ao inglês na seção 9.1 abaixo.

européu representa algo como 100 vezes o montante do comércio internacional (McCloskey, 2010)<sup>122</sup>.

Em qualquer civilização o desenvolvimento das atividades comerciais amplia a desigualdade entre os comerciantes em função de novas oportunidades de comércio que não são acessíveis igualmente a todos. Na Europa essa desigualdade se torna cada vez mais visível após o despertar econômico do século XI. Começando sobretudo nas cidades italianas que entram (ou reentram) no comércio com o Levante, uma classe de grandes comerciantes se afirma, os quais acabam por se tornarem os mestres do patriciado urbano. No topo dessa evolução se encontram os financistas. O grande mercador que até certo momento havia conservado sua loja de varejo, vivendo entre valetes e aprendizes como um mestre com seus companheiros, abandona o varejo e se torna somente atacadista. Uma evolução imposta pelo alongamento das distâncias de comércio, da necessidade de manejar moedas diferentes, da divisão de tarefas, da contabilidade que o uso cotidiano do crédito impõe. Uma hierarquia se forma então, tendo no seu topo os que comerciam com dinheiro, que entendem de câmbio, seguidos dos atacadistas, dos varejistas e na base, dos lojistas-artesãos que trabalham com suas próprias mãos, bem como uma multidão de mascates, de lojistas quase miseráveis, um verdadeiro proletariado mercantil.

Porém, no alto dessa pirâmide, os grandes negociantes se mantêm polivalentes tanto em relação à diversidade das mercadorias que comerciam, como em relação a atividades de produção de parte dessas mercadorias. A especialização se opera basicamente abaixo do negociante, na profusão de intermediários e de escalões, como comissários, corretores, caixas, seguradores, transportadores e armadores de navios. Mesmo os banqueiros especializados (não os financistas) estão às ordens do negociante. O apogeu desse grande comerciante em toda Europa ocorre até o século XVIII, quando a preeminência passará ao capitalista industrial. Até então, a produção artesanal/manufatureira destinada ao comércio inter-regional será controlada, direcionada, pelo capitalista comercial, que acumula todas as vantagens na luta contra as corporações de artesãos. As relações entre mercadores e artesãos

---

<sup>122</sup> McCloskey (2010) dedica os capítulos 23 a 29 do segundo volume de sua trilogia para mostrar que os mercados não-europeus tiveram pouca importância para a trajetória rumo a revolução industrial, seja como volume de comércio, ou como saque de recursos, ou mesmo sequer como fator dinamizador inicial ou “fermento”, como defendia Paul Mantoux.

não tinha como ser feita em bases iguais. Os grandes comerciantes, sobretudo, que controlavam em grande medida o mercado de bens, tinham condições de controlar também o mercado de trabalho. Isso porque eles tinham o poder de implementar o *putting out system*. O trabalho em domicílio se expande com o *putting out*, formando redes de oficinas familiares ou corporativas, ligadas entre elas pela organização mercantil que as anima e domina. A produção artesanal que estava livre do controle dos comerciantes era aquela vendida em mercados próximos e baseada em matérias primas facilmente acessíveis.

Essas redes representam sem sombra de dúvida as características de um capitalismo mercantil que visava dominar, embora ainda não transformar, a produção artesanal. O que interessa a esse comerciante é a venda e qualquer atividade artesanal pode ser submetida por ele se a perspectiva de realização de lucros for atrativa. É importante notar que tudo favorece a proliferação dessas redes: o desenvolvimento geral das técnicas artesanais e de seu ferramental, a aceleração dos transportes e a própria acumulação de capital. Na Alemanha estas redes atingem provavelmente seu desenvolvimento maior.

Portanto, a recuperação da produção industrial/artesanal após a grande crise dos séculos XIV/XV até o século XVIII, segue o padrão de organização que havia se consolidado ao longo do século XIII, sendo baseada no trabalho artesanal em domicílio em sua maior parte e completada pela produção em manufaturas. Por manufaturas se entende uma concentração de artesãos em um único edifício, com divisão do trabalho bastante avançada. A produção em domicílio permanece um longo período como uma necessidade no sentido de dar flexibilidade ao comerciante de ajustar a produção conforme os movimentos dos mercados. Confere à produção uma espécie de 'geometria variável'. Há também, em muitos casos, vantagens na concentração da produção em manufaturas de certas etapas do processo produtivo que exigem maiores investimentos de capital.

A ascensão dos Estados territoriais não compartimentou o mercado dentro do espaço europeu. Uma das consequências do espaço unificado do mercado era, como visto, a especialização regional; mas uma especialização regional sujeita a mudanças muitas vezes rápidas provocadas pelo surgimento de pontos de estrangulamentos no abastecimento de matérias primas, na oferta de mão-de-obra,

do crédito, da técnica, da energia, bem como pelas flutuações da demanda nos mercados - nacionais e internacionais, flutuações essas em grande medida causadas pela **moda**. “Que a Itália, por volta de 1600, perca uma boa parte de sua produção industrial, que a Espanha por volta desta mesma data tenha perdido, ela também, uma boa parte das atividades de suas profissões em Sevilha, em Toledo, em Córdoba, em Segóvia, em Cuenca, e que essas perdas italianas e espanholas se inscrevam, invertidas, no ativo das Províncias Unidas, da França e da Inglaterra, quer melhor prova que a economia europeia é um conjunto coerente e, portanto, a seu modo explicativo? Que esta ordem é circulação, estruturação, hierarquização econômica do mundo, sucesso e fracasso se correspondendo numa interdependência bastante estreita?” (Braudel, op.cit, T3, p.305).

Dentro de cada país havia também deslocamentos dos centros de produção em função de mudanças no mercado internacional. Por exemplo, na Inglaterra nesse mesmo período a grande produção de tecidos de lã que era exportada cai rapidamente devido ao fato de que a moda mudou na Europa ocidental e não havia possibilidade de compensar essa queda aumentando as vendas para a Europa oriental, onde havia interesse, mas não renda suficiente. Como consequência dessa mudança, os comerciantes ingleses procuram reverter a produção para outros tipos de tecidos, mais leves, com tintura local. Essa reconversão implicava não apenas mudar o tipo de tecelagem a ser realizada na produção domiciliar rural, como também concentrar os processos de acabamento em novos centros equipados para isso. E essa reconversão se faz de modo desigual entre as regiões; após a introdução das *New Draperies*<sup>123</sup>, as configurações produtivas regionais mudam com o surgimento de novas regiões produtoras e a decadência irreversível de outras, levando a um novo mapa produtivo inglês.

Essas flutuações da produção devido a competição entre as regiões obviamente afetava a mão-de-obra e sua mobilidade. Acrescente-se a ela a competição cidade-campo também afetando a mobilidade. Até o século XII a indústria artesanal é um fato basicamente rural. Artesãos-camponeses trabalhando nas baixas estações

---

<sup>123</sup> Os 'novos tecidos' resultaram de uma política do governo Tudor no século XVI. A perseguição dos calvinistas na França e nos Países Baixos contribuiu bastante para a política do governo inglês de atração de trabalhadores qualificados. Eram tecidos leves que resultaram de inovações importantes na indústria têxtil. Coleman (1969) discute até que ponto essas inovações representaram um movimento na própria curva de possibilidades técnicas.

agrícolas para a própria subsistência e exportando para as cidades o excedente. A partir do século XIII, entretanto, essa indústria artesanal rural migra largamente para as cidades. Ou seja, uma grande parte da massa de artesãos desde muito cedo deixa de ser presa à terra, e passa a viver exclusivamente do trabalho artesanal, que se divide em especialidades e se aperfeiçoam enormemente. Com a catástrofe da Peste Negra e durante todo o período de depressão que lhe segue entre 1350 a 1450 se observa um refluxo dos artesãos em direção aos campos. Durante o século XVI a indústria artesanal se reestabelece em parte nas cidades. Com a crise do século XVII um novo refluxo em direção aos campos. No século XVIII o movimento se inverte novamente para não mais mudar. Na base desses movimentos estão os preços dos produtos e os salários. Os salários flutuam seguindo a escassez relativa de mão-de-obra: a começar pelas flutuações longas da demografia. A grande crise da Peste Negra eleva fortemente o custo de oportunidade dos artesãos urbanos puxado pelo aumento das remunerações no campo. O mesmo fenômeno ocorre com a redução da população, embora mais suave, no século XVII.

É importante notar, entretanto, que embora os salários da mão de obra artesanal flutuassem com as variações da oferta e procura, o crescimento significativo da produção a partir da segunda metade do século XV até a revolução industrial não levou a uma pressão altista sobre o preço da mão de obra qualificada. Isto porque, como mostrou van Zanden (op.cit.), desde a Idade Média se constituiu um sistema de formal treinamento e educação mais eficiente, sistema este organizado pelas escolas das Catedrais e suas sucessoras, as Universidades, as corporações de ofício, as comunas, bem como uma série de outras associações e confrarias. Como resultado, o que ele chamou de “prêmio-habilidade” da mão de obra qualificada era mais baixo na Europa do que em outras regiões.

Os artesãos em tempo integral constituíam uma massa de trabalhadores extremamente móvel, de uma grande sensibilidade ao movimento dos salários. As regiões procuravam atrair a mão de obra mais especializada necessária de onde fosse possível. Assim, por exemplo, já no século XIV as cidades nos países baixos procuram fazer face à política do rei da Inglaterra de atração dos artesãos flamengos, prometendo “boa cerveja, boa carne, boa cama e a companhia ainda melhor das mulheres inglesas que são renomadas por sua beleza” (Braudel, op.cit.,T2, p.269). Até o século XVII os deslocamentos da mão-de-obra artesanal

frequentemente respondiam a essas mudanças marcadas da divisão internacional de trabalho levando, muitas vezes, a políticas ferozes para impedir a imigração dos trabalhadores, prendendo-os nas fronteiras e levando-os de volta à força.

No século XVII, sobretudo em sua segunda metade, se observa uma generalização bem maior das atividades industriais, até aos Urais. Em todo lugar se desenvolvem as industriais rurais e as manufaturas nas cidades. Em todas as cidades, burgos, vilarejos surgem tecelagens, forjarias, produção de telhas e tijolos, serrarias. A política dos Estados, supostamente mercantilista, é a de industrialização. A indústria têxtil é o carro chefe das atividades industriais artesanais no 'Antigo Regime' e vai ter ainda um papel decisivo também na Revolução Industrial. A começar pelo fato de que as sociedades nesses tempos valorizavam muito os tecidos em geral, não somente para vestuário, mas para a roupa de cama e de mesa, e a tapeçaria. A moda teve um papel importante para essa indústria.

No século XIII a tecelagem de lã domina, sendo os Países Baixos e a Itália os principais centros produtores; no século seguinte ainda a lã, mas sobretudo na Itália começa a produção de seda que se torna preponderante e à qual a Itália irá dever suas últimas horas de prosperidade industrial. Em seguida a produção têxtil se desloca para o norte: os cantões Suíços (Zurich sobretudo), a Alemanha (Colônia), a Holanda com os refugiados calvinistas após a revogação do Édito de Nantes, a Inglaterra, a França (Lyon). No século XVII os tecidos finos ingleses deslocam a seda. Finalmente chega o algodão: os tecidos indianos viram uma 'febre', feitos com técnicas de estampagem e tintura desconhecidas na Europa, que começa então a imitar a Índia tecendo e imprimindo seus próprios tecidos de algodão. A partir da segunda metade do século XVIII a vivacidade geral da economia na Europa inteira leva a um aumento geral da produção em todos os ramos têxteis.

Por último, um ponto importante a notar se refere às relações entre os comerciantes em um espaço comercial internacional unificado. Como mostrou Greif (op.cit.), no período medieval o sistema de responsabilidade comunitária fora uma inovação institucional que dava uma garantia jurídica adicional às trocas comerciais. Com a ascensão dos Estados territoriais esse sistema perde progressivamente sua efetividade. Sem essa garantia jurídica as transações comerciais ficaram numa dependência maior de relações de confiança entre comerciantes, os quais não eram

relacionados por ligações de parentesco. Esta era uma das características da Europa, o fato de as atividades comerciais extrapolarem as relações familísticas. Vários tipos de contrato se desenvolveram, desde **empregados assalariados** a serviço dos comerciantes, **sucursais** que podiam inclusive se associar a firmas locais, sistemas de **filiais** que podiam se tornar independentes se fosse necessário para evitar que uma falência local tivesse que ser paga pela matriz, o sistema de **comissão** que tinha mais flexibilidade e era menos custoso etc. Este último sistema tendeu a se generalizar a partir do final do século XVI. Um comerciante em uma praça era comissionado por outro de outra praça e vice-versa. Tratava-se basicamente de um sistema de troca de serviços. Outra prática que se generalizou foi a **participação**, que associava os interessados para uma única operação. Porém, o fato era que qualquer que fosse a forma de entendimento e colaboração entre mercadores, havia necessidade de fidelidade, confiança pessoal, respeito às ordens. Ou seja, a havia a necessidade de uma **moral** comercial bastante estrita.

E, de fato, havia uma solidariedade entre comerciantes, um código de conduta, uma moral comercial, grandemente respeitada que permitia, por exemplo, em 1766 um negociante de Amsterdam, tendo um contrato de participação com um negociante francês em Ruão exigir, e ser atendido, uma reparação por uma operação errada do associado francês. Também nas relações entre patrões e comissionados em uma rede de negócios de ‘nacionais’ – os italianos se identificavam mais com as respectivas cidades de origem - havia algo mais do que a solidariedade nacional como garantia contra fraudes, algo como uma herança feudal da relação de lealdade entre senhor e vassalo. Essa lealdade ‘feudal’ valia também para os comissionados locais não pertencentes ao país ou cidade dos patrões<sup>124</sup>.

### **8.5. Inovação e Mudança Socioeconômica e Cultural**

Esse quadro político-institucional em evolução competitiva torna mais intensa a dinâmica de introdução de inovações que vinha desde a Idade Média. Uma sucessão de inovações culturais, institucionais e tecnológicas vão preparando o caminho para a aceleração do crescimento econômico no século XVIII por toda a

---

<sup>124</sup> “Car si l’homme de confiance vous trahissait, vous le marchand étranger pour ainsi dire toujours en faute, la rigueur des lois retomberait sur vous, et sur vous seul, sans pitié. Or le cas est rarissime ». Braudel, op.cit., T2, p.128.

Europa. Na Inglaterra a inflexão da taxa de crescimento será maior, levando a um novo patamar, dando início à RI. Em relação às inovações tecnológicas quatro delas merecem destaque pelos enormes impactos disruptivos societários que causaram, para além da expansão econômica: a pólvora, a navegação de alto mar, a imprensa e o relógio mecânico. Merecem destaque também pelo fato de que três delas resultaram de invenções que na China, bem antes, não tiveram qualquer impacto significativo. O relógio mecânico foi uma invenção europeia, porém quando introduzido na China pelos jesuítas no século XVI foi visto como, e continuou sendo, um brinquedo.

A pólvora na Europa teve um duplo impacto disruptivo: de um lado, no desfazimento de uma ordem feudal centrada em castelos fortificados e cidades livres muradas não preparadas para resistir aos canhões; de outro, juntamente com a navegação de alto mar, no controle dos oceanos com a artilharia naval. Na China a pólvora era usada em canhões, porém não havia uma ordem feudal fortificada, nem cidades independentes a abater<sup>125</sup>. O desenvolvimento da artilharia, por sua vez, elevou enormemente o custo da guerra. Somente os Estados ricos serão capazes de sustentar guerras com artilharia. O declínio das grandes cidades independentes resultou em grande medida deste fato. Em Veneza só em pólvora o custo da defesa chegou ao equivalente a todo o orçamento anual da cidade! Os custos da guerra subiram sem parar. Em 1588 a ‘armada invencível’ espanhola levava 2.431 canhões. Um século depois a frota francesa levava 5.619 canhões de ferro fundido e a inglesa 8.396. Os arsenais se multiplicam. É preciso considerar ainda que além dos custos de produção e abastecimento da artilharia, há os custos de manutenção e deslocamento. Acrescente-se o custo de treinamento. A excelência dos artilheiros europeus era notável, resultado da proliferação de escolas de artilharia que se espalham pelas cidades<sup>126</sup>. As técnicas de navegação de alto mar, por sua vez, ampliaram para uma escala planetária a expansão comercial e militar europeia, contribuindo também decisivamente para uma evolução cultural de maior confiança

---

<sup>125</sup> Na Europa ocorreu um aperfeiçoamento decisivo no uso da pólvora: sua granulação de modo a formar grãos maiores, que aumenta os espaços aerados entre eles, permitindo a combustão plena da pólvora e, desse modo, aumentando a força da explosão.

<sup>126</sup> Um caso notável de projeção de superioridade naval foi a conquista do Oceano Índico e do mar da China por Portugal no século XVI. Os portugueses nunca precisaram mais do que dois mil e quinhentos homens embarcados, fuzileiros navais *avant la lettre*, para controlar uma vasta área superpovoada. Uma superioridade naval avassaladora graças à manobrabilidade das embarcações (caravela), à qualidade dos canhões e à destreza dos artilheiros. Ver Crowley, (2015).

no progresso econômico. Lembrando (3.2) que na China as técnicas de navegação de alto mar resultaram apenas em algumas expedições oficiais de exibição do esplendor do Império chinês.

A imprensa, ou melhor, os caracteres móveis, foram inventados pelos coreanos, ao que parece, e difundidos na China desde o século XI; eram de madeira e se propagaram até o Turquestão. Depois passaram a ser feitos de cerâmica e estanho, mas não se difundiram muito. A partir de meados do século XV os caracteres metálicos se aperfeiçoam, meio século antes de Gutenberg, porém com um impacto extremamente limitado comparado ao que ocorreu na Europa, onde a imprensa teve um enorme impacto disruptivo<sup>127</sup> tanto na dinâmica de mudança social como tecnológica: em relação à primeira, sem os livros, os panfletos, não teria sido possível a difusão do humanismo renascentista, bem como a reforma protestante e a contrarreforma católica, o Iluminismo; em relação à segunda, a transmissão de técnicas e a própria revolução científica; por exemplo, o desenvolvimento da matemática do século XVII com a noção de função não teria sido possível sem a difusão da matemática grega, em especial de Arquimedes, pelo livro no século anterior. Van Zanden (op.cit., p.182) estima que invenção da imprensa causou uma redução no custo de produção e de troca de conhecimentos de 85% a 90% entre 1450 e 1500, levando a um dramático aumento na produção e consumo de livros que teve um impacto duradouro no modo como o conhecimento era produzido e consumido.

A invenção do relógio foi outro destaque em termos de inovações disruptivas. Lewis Mumford (1935) considerava o relógio mecânico, não a máquina a vapor, como a máquina-chave da revolução industrial. Certamente esta não teria ocorrido sem a máquina a vapor, mas tampouco sem o relógio. A importância deste se deve ao fato de que ele não é apenas um meio de contar as horas, mas principalmente um meio de sincronizar as ações dos homens. Para Landes (1983, pp.6,7) o relógio foi uma das grandes invenções da história, “comparável àquela dos caracteres móveis (a imprensa) em termos de suas implicações revolucionárias para valores

---

<sup>127</sup> O Sultão do Império Otomano banii a imprensa quando ele compreendeu seu potencial subversivo observando o que estava acontecendo na Europa (Pedersen, 1984, p.134.). De modo geral, em todo mundo mulçumano a resistência à imprensa foi suficientemente forte para torná-la sem efeito (ver Huff, 1993).

culturais, mudança tecnológica, organização sociopolítica e para a própria personalidade humana”. Ele tornou possível uma “disciplina do tempo”, uma pontualidade pessoal, em vez de simplesmente uma “obediência ao tempo”, bem como, “para o bem ou para o mal, uma civilização atenta à passagem do tempo, e por conseguinte à produtividade e à performance”.

A grande (ideia) invenção que tornou possível o relógio mecânico, foi o uso de movimentos oscilatórios para medir o fluxo do tempo. Uma ideia em grande medida contraintuitiva, dado que o fluxo do tempo é algo contínuo e direcional; nesse sentido, intuitivamente ele deveria ser medido de modo mais preciso por algum tipo de fluxo contínuo, como o movimento da água ou do sol, usados nos primeiros marcadores de tempo. Porém, movimentos oscilatórios regulares, como de um pêndulo, permitem uma acurácia muito maior na medida do tempo. Quanto mais rápidas as oscilações, maior a acurácia, o princípio digital de somatórias de séries de partes discretas iguais. Nos primeiros relógios no início do século XIV cada movimento oscilatório durava vários segundos; cinco séculos depois nos cronômetros marítimos o movimento oscilatório atingia a velocidade de duas oscilações por segundo. Atualmente, os relógios de precisão usando cristais de quartzo funcionam com centenas de milhares de oscilações por segundo e os atômicos milhões de oscilações por segundo. O princípio digital oscilante é o mesmo em todos.

O relógio mecânico foi uma invenção europeia e continuou por séculos sendo usado somente na Europa. Tanto na China como no mundo islâmico havia relógios solares ou movidos a água usados principalmente para o estabelecimento de calendários astrológicos e/ou religiosos. Em nenhum momento a marcação do tempo subiu nas torres das cidades ou das igrejas como na Europa desde o século XIV, estendendo a quase toda população a possibilidade de experimentar uma nova dimensão do tempo em suas vidas. Na China o calendário era um pré-requisito da soberania imperial. O conhecimento correto do tempo e estações significava poder, um conhecimento que governava tanto os atos da vida diária, bem como as decisões do Estado. Cada imperador inaugurava seu reino com a promulgação do seu calendário, que frequentemente era distinto do anterior. Somente os astrônomos/astrólogos da corte tinham permissão para usar instrumentos astronômicos e marcadores de tempo (ver Landes, op.cit. p.33). Não havia nenhum

interesse em conhecer o tempo com mais precisão. O trabalho obviamente não era organizado com base em horas, muito menos minutos. Quando o jesuíta Mateo Ricci apresentou os relógios mecânicos europeus na corte chinesa no século XVI, a reação foi considerá-los apenas como espécies de brinquedos destinados a dar prazer aos sentidos, sem utilidade prática.

Na Europa o interesse em medir o tempo com mais precisão surgiu inicialmente nos mosteiros para a marcação da liturgia das orações definida pela regra de São Bento. Porém, toda a vida nos mosteiros passou a ser temporalmente regulada. Lembrando (4.6.1) que os mosteiros haviam se transformado em verdadeiras empresas proto-capitalistas, com uma massa de trabalhadores que envolvia irmãos menores e trabalhadores assalariados. Os sinos sinalizavam a todos envolvidos nas mais diversas atividades no campo e nas oficinas. Dos mosteiros rapidamente se movem para as torres das cidades e das igrejas, e pelas mesmas razões: a organização da vida e do trabalho cotidiano. A demanda por marcação do tempo era especialmente forte nas cidades com grande atividade manufatureira têxtil. A indústria têxtil foi a primeira a organizar a produção em grande escala visando a exportação, superando as oficinas tradicionais através da contratação de mão-de-obra dispersa cujo ritmo de trabalho podia ser coordenado pela literalmente ‘sinalização’ (sinos cujos toques marcam as horas) do tempo. Por sua vez, a miniaturização do relógio mecânico vai ter impactos profundos tanto na indústria mecânica fina como na vida pessoal das pessoas. Nesse último caso implicou uma “privatização do tempo” e um estímulo adicional ao individualismo prevacente na cultura ocidental.

Em relação ao desenvolvimento da mecânica fina, foi notável a competição que se estabelece entre países e regiões produtoras. Pelas suas características não havia restrições de lugar, com os custos de transporte da matéria prima e do produto sendo irrelevantes. O que contava era a competência técnica de artesãos-artistas que competiam em duas linhas de desenvolvimento: as proezas da miniaturização de per se<sup>128</sup> ou a beleza de uma joia, por um lado, e a busca da precisão, por outro. A maior precisão era uma demanda geral dos usuários, mas em especial dos astrônomos e dos navegadores (determinação da longitude). Para a determinação

---

<sup>128</sup> Em 1518 o rei Francisco I da França pagou uma fortuna por dois relógios que cabiam no cabo de uma adaga. Landes (op.cit. p.87).

da longitude mesmo poucos minutos por dia de imprecisão era muito. Porém, avançar mais do que isto em termos de precisão requeria um enorme esforço. Como assinala Landes (op.cit. p.132), a curva de melhoria tecnológica é tipicamente assintótica, chegando cada vez mais perto de algum limite através de incrementos cada vez menores. Duas fontes de erro apareceram claramente, mudanças de temperatura e fricção. No caso da primeira, a solução do problema não esperou seu entendimento científico. Artesãos sem constrangimentos teóricos, baseados na experiência, na observação de que o metal aquecido se contrai ao esfriar, o resolveram; mas demorou cinquenta anos para encontrar um modo de compensar essa variação. Já no caso do complexo problema da fricção os avanços científicos ajudaram. No caso da fricção proveniente do encaixe das engrenagens, o tratado de Philippe de La Hire (*Traité des épicycloïdes et de leur usage dans les mécaniques*) de 1694, mostrou a solução perseguida teoricamente por vários cientistas em diferentes países: a forma mais eficiente dos dentes de uma engrenagem era uma epicicloide. Este não era um tipo de resultado que um artesão relojoeiro chegasse intuitivamente; porém, séculos de tentativas e erros haviam levado a formas parecidas. A invenção de máquinas de corte rotativas vai possibilitar uma precisão bem maior do encaixe e abrir caminho para o desenvolvimento da indústria de máquinas-ferramenta<sup>129</sup>. Enfim, séculos de arte e ciência que revolucionaram a vida humana.

A invenção dos óculos corretores teve também um impacto profundo. Não no sentido de uma inovação disruptiva clássica, mas quase. Landes (1998,pp.46/47) estima que ela dobrou a vida produtiva de artesãos altamente qualificados produtores de instrumentos e ferramentas, metalúrgicos, tecelões e dos leitores em geral. É interessante notar também, que por uma questão biológica, as lentes convexas que aumentavam os objetos, corrigindo a presbiopia, não precisam ser muito precisas para fazer o trabalho, ao contrário das lentes concavas para corrigir a visão de longe (miopia). Desse modo, justamente no que era mais importante para o trabalho artesanal, desde muito cedo lentes embora com pouca precisão, já puderam ser usadas com grande eficácia. Porém, não demorou muito para que a produção de óculos com lentes de boa precisão se afirmasse. Por volta de meados

---

<sup>129</sup> Outros problemas de fricção foram enfrentados de modo parecido – a fricção dos pivôs de aço e a fricção do escapamento.

do século XV a Itália estava produzindo milhares de óculos tanto de perto como para longe e, em especial no caso da presbiopia, produzindo lentes com graus variados prevendo o aumento do grau com a idade. Do ponto de vista do capital humano qualificado sem dúvida essa invenção teve um impacto difícil de mensurar, mas facilmente compreensível: dobrou a vida útil profissional de uma parcela considerável da mão de obra especializada!

Cabe destacar também a transformação por que passou o setor de mineração. O uso relativamente amplo do ferro (4.6.1) já caracterizava o período medieval em seu apogeu. Graças basicamente à difusão de moinhos e à invenção da manivela que permitia transformar movimentos circulares em movimentos pendulares (e vice-versa), as forjas saíram das florestas para a beira dos rios, onde a produção de ferro será mecanizada, com martelos de forja e foles movidos pela força das águas. Os foles e o desenvolvimento de altos fornos tornarão possível a fusão, o que aumenta em muito a produção e a qualidade do ferro. Ainda assim a produção de ferro continuou altamente descentralizada e sua distribuição em grande medida local/regional. Cada centro de produção possuía características próprias, seus métodos, seus 'segredos'. Porém, a recuperação econômica vai levar a demanda por ferro para um novo patamar, em especial pelo desenvolvimento da artilharia que, além dos canhões, passará a utilizar bolas de ferro no lugar de pedras.

O forte aumento da demanda por ferro, e outros minerais, por sua vez, vai levar à introdução de importantes inovações tecnológicas e organizacionais pelos mineradores alemães que se difundem pela Europa Central e países Escandinavos. Organizacionalmente um passo decisivo foi dado em direção ao capitalismo industrial, quando o sistema mercantil se apropria da própria produção mineira e a reorganiza. Até então, desde o século XII, a produção de minérios era artesanal, realizada por grupos de artesãos, de companheiros mineiros, com regras de organização que se generalizam nos séculos XIII e XIV através da migração de mineiros alemães em direção aos países do leste. Entretanto, essa mineração cooperativa não tinha o capital necessário para explorar os minérios mais profundamente no solo. Para tanto, era preciso investir na construção de galerias bem escoradas com madeira, em aparelhos de tração e sobretudo dar conta da drenagem das galerias.

Nesse sentido, a demanda crescente que puxou o desenvolvimento da mineração alemã vai oferecer uma grande oportunidade aos comerciantes mais ricos na medida em que as florações mais superficiais de minérios se esgotam. As atividades mineradoras somente poderiam prosseguir com investimentos importantes em infraestrutura e equipamentos, fora do alcance dos mineiros artesanais. Essa evolução se realiza praticamente em todos os lugares no mesmo momento, no final do século XV. Como consequência, os mineiros artesanais se tornam trabalhadores assalariados. Esses investimentos levaram a um aumento espetacular da produção. Embora ainda sem o emprego de máquinas a vapor, se tornou possível em alguns lugares aprofundar as minas em até 300 metros com a utilização de mecanismos e bombas tracionados por cavalos. A escala de produção das minas aumenta de um fator 10 ou mais. Socialmente falando, essa expansão mineradora criou um vasto proletariado assalariado nas regiões de mineração. Os salários reais desses trabalhadores tendiam a ser comprimidos pelo fato de que o seu abastecimento em bens de subsistência era controlado pelos comerciantes, o que levava a frequentes revoltas.

Entretanto, à medida em que os rendimentos decrescentes se fazem sentir inevitavelmente, dadas as limitações tecnológicas, os comerciantes vão abandonando as minas aos príncipes e se concentrando na fabricação de produtos semiacabados, nos investimentos em altos fornos, nas forjarias e, sobretudo, na distribuição dos produtos. Desse modo, ao longo do século XVI, cada vez mais a produção mineral se desloca para as regiões periféricas da própria Europa ocidental: ferro e cobre na Suécia e Noruega e, depois, na Rússia; ouro e prata na América e na China; estanho no Sião; prata e cobre no Japão. O enorme aumento da escala de produção com a entrada dos comerciantes na produção mineira e o aumento consequente da produção de produtos metalúrgicos contribuiu significativamente, junto com a expansão agrícola, para o esgotamento das florestas e, portanto, da madeira combustível.

É importante destacar também as melhorias nos transportes terrestres. Os progressos na construção naval embora muito importantes, tinham um impacto limitado na economia uma vez que os transportes terrestres dominavam amplamente o mercado, atingindo uma proporção de 10 para 1 em relação às opções fluviais e marítimas nas regiões menos dotadas de rios e canais navegáveis.

Para se ter uma ideia de ordens de magnitude Braudel (T2, p.307/308) retoma o cálculo de Werner Sombart para a Alemanha no final do século XVIII, às vésperas da revolução ferroviária. A estimativa é de 40 mil cavalos especializados empregados no sistema com uma tonelagem transportada em torno de 500 milhões de toneladas métricas (em 1913 o transporte ferroviário movimentará 130 vezes mais!). O transporte fluvial movimenta cerca de 80/90 milhões de toneladas. Portanto, uma proporção de 5 para 1 entre transporte terrestre e fluvial em uma região bem-dotada para o transporte fluvial. É preciso notar que uma parte importante da movimentação de cargas é feita sazonalmente por camponeses, transportadores a tempo parcial contando com uma disponibilidade de mais de um milhão de cavalos agrícolas.

Nesse sentido, teve um papel fundamental um conjunto de melhorias como as condições das estradas, o aperfeiçoamento dos sistemas de atrelagem de múltiplos pares de cavalos em carruagens grandes as quais, por sua vez, foram dotadas de sistemas de rodas mais eficientes, resultando em um expressivo aumento da capacidade de transporte. Do mesmo modo o correio rápido, apoiado por postos de trocas de cavalos em estalagens. Esta é uma inovação que se generaliza pouco a pouco, o sistema de Estalagens/Substituição de cavalos. Na Inglaterra em 1686 as estalagens da pequena cidade de Salisbury podiam alojar 548 viajantes e 865 cavalos! Os donos destas estalagens tendiam a exercer um papel importante no sistema de transporte tornando-se eles próprios transportadores concorrentes. Além deles, o próprio Estado, sobretudo na França ao longo do século XVIII, estabelece serviços de Correios que incluem o transporte de pequenas cargas. Entretanto, de modo geral os comerciantes conseguem resistir aos esforços do Estado em estabelecer monopólios.

A ampliação do uso de cavalos no transporte, essencial para sua melhoria, necessitava, porém, uma produção agrícola maior para alimentá-los. De qualquer modo, a melhoria dos transportes dependia da demanda que torna os investimentos compensadores. Esse estímulo aos investimentos nos transportes passa a ser realmente importante com o crescimento econômico generalizado a partir do final do século XVI. Ao longo do século XVIII os transportes especializados com organização capitalista vão ganhando maior peso em relação ao transporte sazonal camponês, se concentrando obviamente nas rotas internacionais mais movimentadas. Na maior

parte do transporte os comerciantes não tinham por que investir uma vez que o volume de carga na maioria das rotas era diminuto e contava com uma oferta abundante de pequenos transportadores sazonais camponeses.

No que concerne o transporte fluvial, em poucas regiões ele teve uma importância relativa significativa. Foi o caso da Holanda obviamente, mas também da Inglaterra, notável pelo grande número de canais, onde este se articulou com uma cabotagem muito ativa. No caso da navegação marítima desde a Idade Média, a partir do século XII sobretudo, se observa um intenso tráfego de navegação ao longo das costas europeias e no mediterrâneo. A maior parte dos transportadores trabalha em associação, de modo similar aos grupos de mineradores. Estas pequenas comunidades organizam a viagem, o dia de partida etc. A bordo cada um faz sua parte, embora geralmente cada um deles dispusesse de um assalariado. A condução da embarcação era profissional, composta de piloto, contramestre e barqueiro, pagos pelo conjunto de companheiros que elegiam um líder (mestre), o qual recebia um presente como 'remuneração' pelo trabalho. Nesse sentido, a embarcação carregada de mercadorias era uma república quase perfeita, desde que o entendimento entre os companheiros fosse bom, como era de costume. A contabilidade era simples, não havendo frete a pagar, sendo as despesas de viagem pagas por uma caixa comum.

Porém, a retomada do crescimento a partir da segunda metade do século XV vai levar a um enorme aumento da frota naval. Maddison (2003) estima que a frota naval europeia ocidental cresceu 17 vezes entre 1470 e 1820, mais de 6 vezes per capita. Sendo que a capacidade de carga efetiva foi muito maior graças não somente ao aumento do tamanho das embarcações, mas também ao progresso técnico nos projetos das embarcações, no desenho das velas e nos sistemas de encordoamento, às melhorias nos instrumentos e técnicas de navegação, na cartografia, no conhecimento de geografia, de ventos e correntes. Durante os séculos XV e XVI os Estados jogavam um papel mais importante no fornecimento de navios, como as '*galera da mercato*' construídas pela Senhoria de Veneza ou as '*gigantes*' carracas portuguesas construídas pela Coroa. Entretanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII passa a ocorrer uma crescente mobilização de capitais privados no setor de grandes viagens marítimas para dar conta da construção de embarcações maiores e melhores. Construí-las, mantê-las e conduzi-las se torna

cada vez mais uma tarefa tecnicamente impossível para os companheiros de outrora. O aumento da capacidade de carga das embarcações vai inverter, ao longo do século XVIII, a relação entre capital circulante e capital fixo. Até o final do século XVII o capital circulante era mais importante dado o longo tempo das viagens por um volume relativamente menor de mercadorias.

Cada navio passa a ser financiado por detentores dos capitais necessários. Em geral o financiamento é dividido em 24 partes. Um capitão profissional comanda o navio e fica responsável pela prestação de contas aos detentores das partes. Cada vez mais as ligações entre os provedores de fundos e os navios se multiplicam. Cada financiador participa de um número cada vez maior de navios, dezenas mesmo. Também os fornecedores de víveres e materiais aos navios passam receber cada vez em participação nos lucros. Surge e cresce também uma nova modalidade de financiamento dos navios, o empréstimo puro e simples, sem ligação com as operações de cada barco - a *usura marina*: juros variando entre 30,40 e 50% de acordo com a duração da viagem, mais um seguro variando de 4,5 a 6%. Muitos jogam com diferença dos juros nas diferentes praças: emprestam dinheiro na praça de Amsterdam, onde os juros são 2 a 3% mais baixos do que na Inglaterra, para em seguida financiar com este dinheiro navios comerciais. Trata-se de uma forma de transposição, para o domínio da armação naval, das práticas de bolsas de valores da época, que tornavam possível participar do jogo usando o capital de terceiros.

A construção naval se torna uma indústria autônoma. Empreendedores independentes recebem as encomendas dos mercadores ou dos Estados, e as atendem rigorosamente, embora em parte o setor continue artesanal. No século XVII Amsterdam se torna não somente um grande centro produtor de navios, como também um grande mercado de revenda de navios. Surgem corretores especializados em frete, que se encarregam de fornecer mercadorias e navios aos mercadores; e seguradores especializados, de modo que a indústria de seguros se generaliza e deixa de ser uma das atividades entre outras dos mercadores.

## 8.6. A Moda

A moda teve um papel importante no dinamismo competitivo entre as diversas regiões produtoras. Foi um fenômeno peculiar da Europa. As explicações tradicionais, sociológicas, da moda tendiam a vê-la como produto da rivalidade de classes, das disputas por prestígio que opõem as diferentes camadas do corpo social; ou seja, como fenômeno de estratificação social e de estratégias mundanas de distinção honorífica. Para Veblen (1965) a moda seria uma variação do imemorial consumo conspícuo, do esbanjamento ostensivo, como meio de afirmação de poder. O problema com essa explicação para a moda, porém, é que ela não dá conta do fato histórico fundamental: ela somente surgiu no Ocidente. Em todas as demais sociedades e civilizações a legitimidade incontestada do legado ancestral e a valorização da continuidade social impuseram a repetição de modelos herdados do passado, o conservantismo sem falha das maneiras de ser e parecer. No Egito antigo, o mesmo tipo de toga-túnica comum aos dois sexos manteve-se por quase quinze séculos. Em Roma o traje masculino (toga e túnica) permaneceu o mesmo do começo ao fim com pequenas variações. No Oriente a mesma coisa, os trajes permanecem praticamente sem modificações por séculos e mesmo milênios. Nesse sentido, a moda representa inquestionavelmente uma relativa desqualificação do passado.

Tarde (1979), no século XIX, já havia chamado a atenção para essa característica essencial da moda que é a ruptura que representa com a prática costumeira de imitação dos ancestrais em todas as sociedades. O presente passa a ter mais valor do que o passado. Representa uma liberação da autoridade imemorial do passado. Nesse sentido, a moda é menos um signo das ambições de classes do que a saída do mundo da tradição, uma negação do poder imemorial do passado tradicional, a celebração do presente social. Para Lipovetsky (1987,p.34), a eficácia e o domínio racional da natureza que caracteriza cada vez mais a cultura europeia vai junto com as frivolidades e loucuras lúdicas da moda. Não são contraditórios, havendo na realidade um estrito paralelismo entre esses dois tipos de lógica: do mesmo modo que os homens se consagraram, no Ocidente moderno, à exploração das tarefas produtivas, afirmaram também, através da efemeridade da moda, seu poder de iniciativa sobre o parecer. Nos dois casos afirmam-se a soberania e a

autonomia humanas exercendo-as tanto sobre o mundo natural como sobre o cenário estético.

Cabe notar ainda o caráter paradoxal da moda na medida em que, embora funcione como discriminante social, ela é também um agente de revolução democrática: de um lado, embaralha as distinções estabelecidas, permitindo a aproximação e confusão das qualidades; de outro, renova, ainda que de modo distinto, a imemorial lógica da ostentação dos signos do poder, o esplendor dos símbolos de dominação e a da alteridade social. Outro efeito paradoxal é que, embora coação coletiva, a moda permitiu uma relativa autonomia individual em matéria de aparência, instituindo uma relação inédita entre o átomo individual e a regra social; aliou o conformismo de conjunto à liberdade nas pequenas escolhas e pequenas variantes pessoais, o mimetismo global ao individualismo dos detalhes (ver Lipovetsky, G. op.cit. p.42-44). A data de seu surgimento pode ser fixada a partir da segunda metade do século XIV, quando surge um tipo de vestuário radicalmente novo, nitidamente diferenciado segundo os sexos, em substituição à toga longa usada indistintamente por homens e mulheres: curto e ajustado para o homem, longo e justo para a mulher, ambos ajustados de modo a ressaltar os atributos físicos dos dois sexos (ver Boucher, F. 1965).

Essa data de surgimento certamente não é aleatória. É um período de recuperação da grande crise do sistema feudal, marcada pela Peste Negra; recuperação do élan expansionista e transformador que havia levado à Revoluções pré-Industrial e Comercial nos séculos XII/XIII. A ascensão da burguesia e, como visto, o processo de ‘fagocitação’ que ela opera em cima da nobreza hereditária obviamente foi um fator decisivo para o surgimento da moda. Porém, como assinala Lipovetsky (op.cit., pp.58/59), a rivalidade de classes não é o princípio de onde decorrem as variações incessantes da moda, sua inconstância frívola, mas sim a vontade de exprimir uma identidade singular, a celebração cultural da identidade pessoal. No final da Idade Média aparece claramente uma tomada de consciência inédita da identidade subjetiva, da exaltação da individualidade. A individualização do parecer é evidentemente causa e consequência de uma sociedade mutante, onde o **novo** é valorizado, onde o presente é melhor que o passado: a legitimidade da

renovação e do presente social combinou-se com o advento da lógica individualista-estética como lógica da diferença e da autonomia.

Enfim, há um conjunto complexo de fatores socioeconômicos, políticos e culturais peculiares ao Ocidente que explicam o surgimento da moda. Dentre esses, os culturais foram decisivos, determinantes: os valores, os sistemas de significação. Como assinala Lipovetsky (op.cit.p.62/63), a “emergência da moda não é dissociável da revolução cultural que se inicia, na virada dos séculos XI e XII, na classe senhorial, com a promoção dos valores cortesões. O ideal de vida cavalheiresca sofreu um *aggiornamento*: à exigência tradicional de força, de proeza e de largueza acrescentaram-se novas normas que exaltam a idealização da mulher, o bem falar, as boas maneiras, as qualidades literárias, a preciosidade galante”. O amor cortês inovou ao introduzir a sublimação ideal do impulso sexual, o culto desinteressado do amor, acompanhado pela superestima e celebração lírica da mulher amada. A moda vai ter uma função importante nessa nova poética de sedução: se os homens devem agradar às mulheres pelas boas maneiras e pelo lirismo, devem do mesmo modo sofisticar sua aparência; a preciosidade do traje passa a ser a extensão e o *doublé* da estilização do amor. Por sua vez, a superestima da mulher, os louvores de sua beleza contribuíram para ampliar e legitimar o gosto feminino pela toalete e ornamentos. O traje passa então a marcar a diferença radical entre masculino e feminino, sexualizando como nunca a aparência através de recursos estilistas que ressaltam os respectivos atributos sexuais<sup>130</sup>.

De modo geral pode-se dizer, com Braudel (op.cit.,T1,pp.281/282), que a moda é um sinal que testemunha, em profundidade, uma sociedade, uma economia, uma civilização, em seus élanos, em suas possibilidades, em suas reivindicações, em

---

<sup>130</sup> Lipovetsky (op.cit.p.68) considera que, em um plano cultural mais profundo, não seria compreensível o fenômeno da moda sem a fé cristã: “pelo dogma do deus-homem e a revalorização-legitimação que permite na esfera terrena, dos dados sensíveis e visuais, a religião da encarnação favoreceu incontestavelmente o aparecimento da moda. Assim como o cristianismo tornou possível, ao menos como quadro simbólico, a posse e a exploração moderna da natureza, do mesmo modo foi a matriz de sentido que permitiu a manifestação da moda como ordem estética autônoma, entregue tão somente ao capricho dos homens. Foi antes de tudo pela mediação da arte que o cristianismo pôde realizar essa tarefa paradoxal tão evidentemente antinômica com seu imperativo constitutivo de salvação. A arte cristã “reconceitou-se” com nossa permanência terrena; houve glorificação estilística do reino das criaturas, que repercutiu depois na esfera do parecer de vestuário”. Diferentemente de outras religiões, a teologia cristã baseada na **encarnação** de Deus conduziu ao investimento nesse mundo, à dignificação da esfera terrestre, das aparências e das formas singulares...”o mundo pode ser louvado por sua beleza;...o traje poderá desenhar e amplificar as belezas do corpo...Não existe aí fenômeno fortuito: um elo íntimo, ainda que paradoxal, une o *homo frivolus* e o *homo religiosus* do caso específico cristão”.

suas alegrias de viver. “Será que é necessário para abrir as portas à inovação, ferramenta de todos os progressos, uma certa inquietação que atinge até o vestuário, a forma dos sapatos e dos penteados? Será que é preciso também uma certa abundância para alimentar todo movimento inovador?” Esse último aspecto é muito importante: numa sociedade tecnologicamente dinâmica, o progresso material produz continuamente “novos ricos”, que procuram imitar as elites tradicionais. Estas, por sua vez, reagem a essa imitação desenvolvendo novos elementos diferenciadores. A moda, portanto, não é somente uma expressão cultural de uma sociedade aberta a inovação, mas também uma expressão de prosperidade material dessa sociedade<sup>131</sup>.

Os interiores das habitações – utensílios, mobiliário, objetos de decoração - praticamente não mudam ao longo desses séculos quando se trata das famílias pobres na Europa, ou nas “civilizações privadas de movimento”. No entanto, os interiores das residências das famílias ricas no Ocidente mudam ininterruptamente. Diferentemente, na China, na Índia, no mundo mulçumano, uma mesma imagem do interior das residências pode representar praticamente qualquer período. Nas civilizações não europeias praticamente não há móveis no interior das residências - a China, com seu mobiliário sofisticado, é uma exceção. Na Europa, ao contrário, viver ao rés do chão dentro da habitação desde há muito era sentido como desconfortável, além de ser considerado animalesco.

A evolução do mobiliário é relativamente lenta, comparada aos objetos de decoração ou, sobretudo, ao vestuário. Primeiro porque trata-se de um investimento relativamente mais elevado, porém, sobretudo porque estava na dependência de uma evolução dos meios de produção, em especial a evolução das **profissões** (e dos respectivos ferramentais): ao longo dos séculos XV e XVI, em detrimento dos carpinteiros, se destacam os marceneiros, especializados em móveis; no século XVII se destacam dos marceneiros os ebanistas, artesãos ainda mais sofisticados para a produção de peças que são verdadeiras obras de arte. Enfim, o que distingue a Europa de todas as civilizações é seu **gosto pela mudança**. Como assinala Braudel

---

<sup>131</sup> Na Europa desde muito cedo a moda é utilizada conscientemente pelo mundo comercial. Como observava Nicholas Barbon, em 1690, “a moda ou alteração da vestimenta...é o espírito e a vida do comércio; graças a ela o grande corpo do comércio permanece em movimento e o homem vive em uma primavera perpétua, sem nunca ver o outono de suas vestimentas”. Citado por Braudel, op.cit.,T1, p.282.

(op.cit.,T1, p.255), “a originalidade do Ocidente em matéria de mobiliário e decoração interior é sem dúvida seu gosto de mudança...Enfim, o mobiliário, ou melhor o conjunto da decoração da casa, testemunha o grande movimento econômico e cultural que leva a Europa em direção ao que ela própria batizou de *Luzes*, o progresso”.

É interessante notar também que foi somente a partir dos séculos XV/XVI que passa a existir luxo e/ou refinamento nas refeições em comparação com as tradições culinárias mais antigas em outras civilizações. Porém, traço característico europeu, desde o final da Idade Média a moda passa a reger não apenas as vestimentas, como também a cozinha. Há uma variação contínua dos condimentos preferidos. O barateamento das especiarias após a viagem de Vasco da Gama ampliou grandemente esse leque de escolhas; porém, o século XVII na França “que já rompe com as especiarias, é tomado de paixão pelos perfumes. Eles invadem os cozidos, a confeitaria, os licores, os molhos: âmbar, íris, água de rosa e de flor de laranjeira, *marjolana*, *muscafi*...”(Braudel, op.cit.,T1,p.190). O garfo aparece por volta do século XVI e seu uso se generaliza lentamente a partir de Veneza e da Itália em geral<sup>132</sup>.

### 8.7. Os Tipos de Mercado

A evolução dos tipos de mercado na Europa, dos instrumentos de troca, analisada por Braudel no segundo tomo de sua trilogia, representa, em nossa avaliação, mais um indicativo do dinamismo comercial europeu diferenciado. O interessante não está nos tipos de instrumentos de troca em si mesmos, a maioria presente em praticamente todas as grandes civilizações, mas na lógica de sua difusão ao longo do tempo, de alternância nas respectivas importâncias relativas conforme as necessidades mudavam. Há um movimento em direção a formas de mercado mais eficientes para processar um fluxo crescente de mercadorias. Os mercados públicos

---

<sup>132</sup> Porém, em relação aos banhos e ao asseio dos corpos houve uma enorme regressão entre os séculos XV e XVII. Os banhos, herança romana, eram a regra em toda Europa medieval, tanto públicos como privados. Os banhos públicos eram mistos, homens e mulheres juntos nus. Esses estabelecimentos balneários eram um lugar de encontro de todas as classes, sendo submetidos a direitos senhoriais a mesmo título que os moinhos, as forjas, os distribuidores de bebidas. No século XVI praticamente não existem mais, não sendo claras as causas desse processo. Medo de contágio de doenças e pregações puritanas tiveram certamente um papel (ver Braudel,op.cit.,T1,p.287).

elementares entre o campo e a cidade e os vendedores ambulantes (mascates) começam a se revelar insuficientes já no século XI, quando surgem as feiras internacionais. Os mercados públicos apresentavam ainda outra limitação importante: as autoridades urbanas se encarregavam firmemente de sua organização e supervisão. As autoridades locais estavam sempre prontas a intervir, sobretudo em relação aos preços, dado o risco grande de turbulência quando se tratava do abastecimento de produtos básicos<sup>133</sup>. Na Sicília se um vendedor exigia um preço superior ao fixado ele podia ser condenado às galeras! Em Chateaudun na França os padeiros pegos em falta pela terceira vez eram “atirados do alto de um basculante amarrados como linguças” (Braudel, op.cit...T2,p.16).

A evolução dos instrumentos de troca se fará em dois vetores de transformação: um na direção de instrumentos de troca contínuas, pontos fixos de venda abertos diariamente; e outro na direção de formas superiores de instrumentos de troca. As **Feiras** eram sazonais, mas superiores como instrumento de trocas. A partir do século XI elas se multiplicam, sendo que um centro domina o cenário durante um certo período. Nos séculos XII e XIII foram as **Feiras de Champagne**, que declinam a partir do primeiro quarto do século seguinte. O sistema se reconstitui em torno de Genebra no século XV, depois em Lyon. No final do século XVI serão as **Feiras de Plaisance**, dominadas pelos genoveses. Embora com grande participação popular, incluindo a forte presença de camponeses vendendo seus produtos, com mercados de cavalos e de gado, do ponto de vista econômico as feiras se tornaram cada vez mais o lócus das atividades dos grandes comerciantes envolvidos com o mercado de crédito; elas foram fundamentais do desenvolvimento de sistemas de crédito, funcionando como câmaras de compensação em que as dívidas eram confrontadas e liquidadas<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> Polanyi (1957) em sua obra clássica, considera que a economia é um subconjunto da vida social, do qual ela sofre múltiplas restrições. Para ele o mercado, parte decisiva das atividades econômicas, era fortemente regulado, vigiado. Somente no século XIX, com a explosão da Revolução Industrial, é que o setor econômico se tornaria preponderante, dominante, através sobretudo do mercado autorregulador. Até então, somente teria havido “falsos” mercados, mercados mantidos sob estrito controle, obedecendo a imperativos sociais de reciprocidade e redistribuição. Mercados onde apenas intervêm a demanda, o custo da oferta e os preços que seriam o resultado de um acordo recíproco, sem interferência de elementos exteriores. Braudel (op.cit., T2, p.194) considera essa visão uma “criatura do espírito”.

<sup>134</sup> Na feira de Lyon, por exemplo, cerca de 100 mil escudos de ouro eram suficientes para acertar o saldo final de transações de milhões. Sendo que uma boa parte desse saldo, das dívidas que subsistem, era acertada seja através de promessa de pagamento (letras de câmbio) numa determinada praça, seja através do adiamento do

A evolução das feiras foi no sentido, primeiro, de uma importância crescente da ponta da pirâmide (mercadorias de maior valor) em detrimento da base e, depois, do crédito vis-à-vis às mercadorias. As Feiras de Champagne se destacaram como as mais importantes. No seu momento de apogeu, por volta de 1260, mercadorias e dinheiro alimentam um intenso tráfico. Quando o refluxo se faz sentir, as mercadorias são as primeiras a serem afetadas. O mercado de capitais sobreviveu mais tempo, mantendo os acordos internacionais funcionando até 1320.

No século XVI as feiras de Besançon, dominadas pelos genoveses, serão as últimas a se situarem no centro da vida econômica da Europa. Essas feiras se reduzem à ponta de grandes comerciantes: quatro vezes por ano elas constituíam um lugar de encontros decisivos, mas discretos; nenhuma mercadoria estava presente, bem como muito pouco dinheiro; mas sim uma grande massa de letras de câmbio. Pouco mais de meia centena de homens participam do negócio, *banchieri di conto*, genoveses em sua maioria. Eles eram membros de um clube exclusivo, onde para entrar era preciso pagar uma forte caução de 3 mil escudos. Eles fixam o *conto*, ou seja, as taxas de câmbio de liquidação no final de cada feira. Este é o grande momento, com a participação de contratados dos mercadores de câmbio, os *cambiatori*, e os representantes das grandes firmas. No total cerca de 200 iniciados com comportamento discreto, que lidam com grandes negócios, algo em torno de 30/40 milhões de escudos em cada feira, ou mesmo mais.

A partir de 1622 nenhuma feira se situará mais no centro da vida econômica da Europa devido a ascensão de Amsterdam que irá se consolidar como uma **Praça** permanente de comércio e de dinheiro. Em especial a ascensão das **Bolsas**, sendo que Amsterdam saiu na frente inaugurando uma bolsa de cereais no começo do século XVII. Com isso as grandes feiras dominantes do crédito declinam. Uma das vantagens das feiras era de oferecer oportunidades de escapar das numerosas tarifas. No entanto, no século XVIII são implementadas medidas governamentais de isenção de tarifas de exportação e de importação o que vai contribuir ainda mais para o declínio das feiras. Por fim, o crescimento da população, o forte crescimento das cidades, a melhoria do consumo, acaba por estimular o comércio atacadista a

---

pagamento (crédito) para a feira seguinte (*deposito* que se paga a uma taxa de 10% ao ano ou 2,5% a três meses). Ver Braudel, op.cit., T2, p.72

se desenvolver de modo independente das feiras. Eles oferecem a vantagem da permanência, similar à das lojas, através de uma rede de depósitos ou entrepostos. Em resumo, o papel dinâmico das feiras até o século XVI estava em uma circulação internacional privilegiada de espécies monetárias e do crédito, de feira em feira, controlada de cima por um pequeno grupo de grandes comerciantes. As Bolsas e praças permanentes de negócios vão assumir seu lugar, com as feiras se limitando cada vez mais às trocas elementares.

Braudel (op.cit.,T2, p.112) assinala, porém, que no século XVII em crise o motor decisivo seria a expansão lojista, resultado de uma multiplicação das trocas na base, no circuito modesto de economias de raio curto e/ou muito curto<sup>135</sup>. Nesse século, a expansão lojista, que vinha desde o século anterior, se acelera. Um verdadeiro “dilúvio” de lojas. Nas grandes cidades a expansão lojista não se ateve apenas à multiplicação do seu número<sup>136</sup>, mas também no seu refinamento com o surgimento de espelhos no seu interior e das vitrines para o deleite dos passantes e a “proteção contra a poeira”. Mesmo as pequenas aglomerações sofrem modificações análogas, com uma multiplicação tão grande do seu número a ponto de reduzir fortemente os ganhos e colocar muitos lojistas em condições precárias de sobrevivência, formando um semi-proletariado inquieto pronto a reagir, e levar a população junto, diante de ameaças de novas taxações<sup>137</sup>.

De modo mais geral, a ‘febre’ lojista reflete obviamente o desenvolvimento geral da economia, a necessidade de um sistema de distribuição mais efetivo, causa e consequência de uma aceleração das trocas. Mais especificamente, a razão maior da expansão lojista foi o crédito. O lojista se situava no meio de uma cadeia de crédito: acima dele o atacadista lhe fornecia mercadorias a crédito; abaixo ele vendia

---

<sup>135</sup> Em escala nacional uma divisão de trocas se desenha entre mercados, segundo a natureza das mercadorias oferecidas, segundo as distancias, as facilidades ou não dos acessos e transportes, segundo a geografia da produção e do consumo. Na Inglaterra os mercados urbanos atingem 7 milhas de diâmetro em média. Por volta de 1600, o trigo via terra não viaja mais que 10 milhas, sendo que mais frequentemente até 5 milhas; os bovinos se deslocam até 11 milhas; os carneiros 60/70; as lãs e tecidos de lã de 20 a 40. Ver Braudel,op.cit.,T2,p.31

<sup>136</sup> Em Londres, segundo Daniel Defoe, esta “proliferação lojista foi ‘monstruosa’: em 1663 os lojistas não passavam de 50/60 na enorme cidade; no final do século eles eram 300/400...”Braudel, op.cit.,T2, p.52.

<sup>137</sup> “Em Londres, quando o ministério de Fox tenta taxá-los, em 1788, ele volta atrás rapidamente diante do ‘descontentamento geral que o ato provocou no povo’. Embora os lojistas não sejam o ‘povo’, eles são capazes de agitá-lo nessas ocasiões. Em Paris nos anos 1793/1794 os ‘*sans-culotte*’ são em grande medida recrutados em meio a este semi-proletariado de pequenos lojistas. Ver Braudel,op.cit.,T2, p.54.

mercadorias a crédito (fiado!). Ele era um pequeno capitalista vivendo, de modo geral precariamente, entre aqueles que lhe devem dinheiro e aqueles a quem ele deve: se os primeiros não pagam ou os últimos ameaçam cobrar à força em um momento em que não tem condições de pagar, é a catástrofe. Braudel (1979, T2, p.56) propõe também considerar um fator psicológico para explicar uma expansão lojista acima das possibilidades de mercado. As conversas entre clientes e lojistas, o jogo da barganha (pechinchar), configurando um “pequeno teatro”; como dizia Adam Smith, a ‘propensão a trocar objetos é provavelmente a consequência da possibilidade de trocar palavras’<sup>138</sup>. Finalmente, há que se considerar a atração de uma vida melhor que o movimento de expansão lojista exercia sobre os mascates. Em geral miseráveis, prevalecendo em regiões menos desenvolvidas, os mascates sempre foram (até hoje) um meio de contornar os regulamentos dos mercados públicos, sendo frequentemente perseguidos por isso. Porém, em vários momentos e situações exerceram um papel de liderança na evolução dos meios de troca. No século XVIII, nos pequenos vilarejos foram quase sempre os mascates que criaram as modestas lojinhas. Em certas ocasiões e lugares eles conseguem mesmo se impor nas praças mercantis.

No século XVIII de expansão geral da economia europeia, a multiplicação de vias e meios de troca ocorre em todos os circuitos, mas com destaque para os meios superiores e, sobretudo, a ‘ruptura’ do sistema representada pela expansão dos **Mercados Privados** (*private markets*), fora do controle das autoridades. Já desde o final do século XIV as queixas se multiplicam contra aqueles, produtores e revendedores, que entram em conluio para praticar preços “preços abusivos”; contra a prática de ir comprar os produtos diretamente dos produtores no campo, ou nos caminhos quando estes se deslocam para as cidades para vender seus produtos. Acrescente-se o contrabando por todo lado, múltiplo e florescente, perseguido em vão. Praticamente em toda a Europa os mercados públicos iam se revelando insuficientes e excessivamente vigiados.

---

<sup>138</sup> A perspectiva de ganho se compõe com uma expectativa de um trabalho agradável, como deixa entrever um relatório sobre a situação do comércio na cidade de La Valette em Malta no início do século XVIII: “as lojas e pequenos retalhistas se multiplicaram a tal ponto que não podem assegurar completamente os meios de vida. Ei-los obrigados a roubar ou falir rapidamente. Nunca eles têm as lojas cheias e é lamentável ver tantos jovens afundar lá seja o dote recém recebido da mulher, seja uma herança de parentes, e tudo isso por uma ocupação sedentária e de verdadeiro faz nada (*fainéant*)”. Braudel, op.cit., T2, p.pp.52/53.

Enfim, os mercados se expandem continuamente de modo a tudo ir abrangendo, não somente os produtos da terra ou da indústria, mas também o dinheiro, o trabalho, as propriedades fundiárias. Como nota Braudel (op.cit., T2,p.35), “o interessante não é estabelecer, com documentos na mão, que casas são vendidas em Gênova no século XIII ou que, na mesma época, em Florença, sejam os terrenos que se alugam para a construção das casas! O que importa é verificar a multiplicação dessas transações, de ver se desenharem os mercados imobiliários que revelam movimentos especulativos a partir de um certo volume de transações. Uma prova da amplitude dos mercados imobiliários aparece em simples detalhes como este: em Cesena no século XVII, pequena cidade situada na região de Emilia na Itália, os contratos de locação já vinham impressos, bastando preencher os espaços vazios e assinar!” No que concerne à terra agrícola a evolução é a mesma: a terra acaba por ser engolfada pelo do mercado. Desde o final do século XIII as senhorias já se vendiam e se revendiam, resultado da transformação econômica e social em curso que despossuía antigos proprietários, senhores ou camponeses, em favor de cidadãos novos ricos. Em Paris, além dos camponeses, se multiplicam os ‘senhores sem-terra’.

O mercado a termo de dinheiro começa nas zonas mais dinâmicas. É o caso, desde o século XIII, da Itália, da Alemanha, dos países baixos. Tudo concorre para a criação desse mercado: a acumulação de capitais, o comércio de longa distância, os artifícios da letra de câmbio, os ‘títulos’ de uma dívida pública muito cedo criados, os investimentos em atividades artesanais e industriais ou construção naval, nas viagens dos navios os quais, aumentando muito de tamanho desde antes do século XV, cessam de ser propriedades individuais. Finalmente, o trabalho se torna uma mercadoria. Desde o século XIII na Europa ocidental o trabalho assalariado começa a se generalizar em praticamente todas as atividades.

### **8.8. Moeda e Crédito**

O avanço da economia de mercado sobre a economia de subsistência pressupõe evidentemente uma maior oferta de moeda. Desde o final da Idade Média a Europa Ocidental se destaca pelo grau de monetização de sua economia. Já no século XII a Europa se encontra na posição de ‘exportadora’ de ouro e, sobretudo, prata, devido a importação de especiarias e produtos de luxo do Oriente. Antes da

descoberta da América, ela tinha que encontrar principalmente nela própria, mal ou bem, a prata ou ouro necessários para cobrir os déficits de sua balança comercial com o Levante. Porém, a saída maciça de prata criava panes frequentes na economia europeia. Mas essas crises contribuíam fortemente para a busca de soluções, seja na expansão dos 'papéis-moeda', seja na prospecção de novas minas e/ou na produção de mercadorias que pudessem ser trocadas no Levante. Variados tipos de meios de transação foram utilizados: moedas primitivas para poupar moedas metálicas nas trocas miúdas do dia a dia, moedas metálicas (cobre) relativamente abundantes e, finalmente, um crédito multiforme desde os empréstimos com garantias dos 'Lombardos' ou de mercadores judeus até as letras de câmbio e especulações das grandes praças mercantis. Esses jogos não se limitam à Europa, mas se projetam no mundo.

As moedas das diferentes regiões envolvidas no comércio de longa distanciam estão ligadas umas às outras, até porque a política monetária de cada uma dessas regiões trata basicamente de atrair ou exportar tal ou tal metal precioso. Já no século XV as moedas da Itália, do Egito e do Extremo-Oriente se comandam umas às outras tal como as moedas europeias entre elas. A Europa não tem o poder de remodelar como queira esta estrutura monetária do mundo. Ela tem que jogar o jogo local onde quer que ela queira se impor. Porém, na medida em que ela detém, desde antes da conquista da América, uma massa relativamente grande de metais preciosos, ela muito frequentemente conseguia fazer com que o jogo se desenvolvesse a seu favor. Como procura mostrar Horesch (2014), desde o início da era moderna a mineração e a metalurgia eram melhor desenvolvidas na própria Europa, além das colônias americanas e, conseqüentemente, a cunhagem de moedas. Na verdade, segundo ele, a diferenciação na qualidade da cunhagem de moedas começara já no século XIII. Uma cunhagem de moedas de qualidade superior que era trocada na China com um *premium*. Não era tanto a prata que os asiáticos queriam, mas a **moeda de prata**. A partir do início da era moderna os europeus passaram a dominar o mercado global de moedas em espécie.

Porém, dado o dinamismo da economia europeia a escassez de moedas era um problema permanente pois, além do fluxo de pagamentos em direção à Ásia, havia o problema do entesouramento. As cifras sobre isto são incertas, mas estima-se o entesouramento em  $\frac{3}{4}$  do total dos metais em circulação. A partir do século XVI a

massa monetária de metais aumenta enormemente com a prata das Américas. Mas ainda assim, dada a expansão econômica, havia escassez de moedas metálicas que tinha que ser contornada com outros tipos de moedas. Na verdade, desde que a humanidade aprendeu a escrever e começou a manipular peças de ‘moedas sonantes’, ela passou também a substituir as moedas por escritos, bilhetes, promissórias, ordens. Já na Babilônia os mercadores e banqueiros utilizavam bilhetes e cheques. Enfim, todos os instrumentos de crédito – letra de cambio, bilhete a ordem, carta de crédito, bilhete de banco, cheque – eram conhecidos em todas as civilizações. Quase que espontaneamente o bilhete de banco nasceu do uso comercial<sup>139</sup>.

Novamente, a situação na Europa se diferencia menos pelos tipos de instrumentos monetários do que pela diversidade e amplitude do seu uso. Papel e crédito, ora sob uma forma, ora sob outra, não cessam de se juntar à circulação monetária. Uma letra de cambio endossada circula como uma verdadeira moeda. Do mesmo modo os títulos da dívida pública. São transacionados até os recibos que os entrepostos de trigo dão aos proprietários que ali depositam seus grãos, sendo que circulam também recibos falsificados com a cumplicidade dos donos dos depósitos e de altas autoridades. Lembrando que as feiras internacionais desde seu surgimento o século XI, passaram a ter uma importância crescente como ‘câmaras de compensação’; no final de seu período de proeminência no século XVI, nas principais feiras já não havia mais mercadorias e muito pouco dinheiro (moedas). A compensação entre a massa de letras de câmbio e as promessas de pagamento (crédito) para a próxima feira deixavam um saldo mínimo para acertar em moedas.

As Bolsas vão assumir o lugar das feiras. No plano dos instrumentos de troca superiores, as Bolsas, além de apresentarem a vantagem da permanência em contraposição à sazonalidade das feiras, tiveram um papel fundamental na expansão monetária, na expansão dos papéis-moedas. O papel-moeda foi uma inovação desde o século IX na China onde, porém, não teve o papel de acelerador do capitalismo como no Ocidente. No século XIII em Genova, Veneza, Florença, a

---

<sup>139</sup> Cada vez que há falta de moeda metálica, os papeis aparecem ou se inventam. Desde a alvorada da atividade econômica a lenta e pesada base monetária metálica é “que criou a profissão de banqueiro. É ele o homem que repara ou tenta reparar o motor em pane”. Braudel, op.cit., T2, p.418.

grande inovação foi a letra de câmbio. Outro papel-moeda criado muito cedo em Veneza foram os títulos da dívida pública (ver Ferguson, 2008). Acrescente-se as ações das empresas, os bilhetes de banco de diversas origens. Uma massa enorme de papéis girando nas bolsas, chegando a 15 vezes o valor do numerário metálico. Passar rápido do papel-moeda para a moeda e vice-versa é uma das vantagens essenciais das bolsas de valores<sup>140</sup>. No século XVIII são os Bancos que ganham importância vis-à-vis às Bolsas. Como será visto mais adiante, o Banco da Inglaterra inova ao acrescentar às funções do banco, além de depósitos e pagamentos, a função de banco de emissão conscientemente organizada, capaz de oferecer um grande volume de crédito em bilhetes cujo montante ultrapassa fortemente os depósitos reais.

---

<sup>140</sup> De um observador italiano em 1782, sobre a agilidade da bolsa de Londres: os ingleses possuem na "Change Alley" uma "*mina piú doviziosa di quella che la Spagna possiede nel Potosi e nel Messico*". Braudel, op.cit., T2, p.94



## Capítulo 9. Ascensão da Inglaterra e Revolução Industrial

Na Europa Ocidental desde seus primórdios medievais, como visto, o processo de evolução institucional seguiu um caminho pioneiro e diferenciado na medida em que as liberdades individuais no plano social, o individualismo, começam a se afirmar antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo; do mesmo modo, o Império da Lei precede a concentração do poder político em Estados centralizados; e, por último, instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar. Porém, na Inglaterra essa evolução institucional apresentou uma variação única dentro do contexto europeu, tendo sido essa uma das razões pelas quais a RI lá começou. Nos demais países europeus concorrentes, sobretudo na França, essa evolução vai repercutir em grande medida a experiência inglesa. Na Inglaterra o grau de despotismo da monarquia absoluta foi menor do que na França, porque muito precocemente a alta nobreza, a *gentry* (pequena nobreza) e a burguesia foram capazes de se articular em uma frente comum contra a voracidade fiscal da monarquia absolutista em processo de afirmação, impondo o princípio de que 'não há taxação sem representação' (*no taxation without representation*).

Esses três grupos foram capazes de se articular para se fazer representar conjuntamente no Parlamento nacional, configurando uma força suficientemente poderosa de modo a enfrentar o Estado centralizador e impor um arranjo constitucional que sujeitasse o monarca a lhe prestar contas. Desde o início, as demandas por governos mais responsabilizáveis eram feitas em nome da lei. A lei mais importante era a Lei Comum, sendo naquele período largamente moldada por juízes não eleitos; havia também leis estatutárias votadas por parlamentos com representação popular limitada. Apesar desses limites de representatividade popular, a lei era considerada como representativa do consenso da comunidade e à qual os cidadãos acreditavam que o próprio rei devia estar submetido. Essa evolução legal através da *Common Law* foi um fenômeno único inglês. No restante do Continente os sistemas legais evoluíram a partir do Direito Canônico da Igreja baseado no Código Justiniano. Diferentemente, a Lei Comum inglesa evoluiu como

fruto de um processo participativo descentralizado de tomada de decisões, sensível às condições locais, o que criou um sentimento popular muito forte, bem maior do que no Continente, de que a lei era de todos para todos (ver Fukuyama, op.cit). A promulgação da Magna Carta em 1215 é o indicativo emblemático desse processo precoce de afirmação de contrapoderes ao Estado monárquico.

Para North, Wallis e Weingast (2009) e Acemoglu e Robinson (2012), a Revolução Gloriosa de 1688 representou uma mudança institucional decisiva, de uma ordem social de acesso fechado para uma ordem social de acesso aberto, para os primeiros, ou da prevalência de instituições políticas extrativas para a emergência de instituições políticas inclusivas, para os segundos. Instituições políticas inclusivas ou acesso aberto no sistema econômico torna o sistema econômico menos vulnerável a colusões nefastas entre agentes econômicos e agentes políticos. Por sua vez o sistema político aberto permite a contestação do grupo no poder através de meios constitucionais formais prescritos. Todos os cidadãos têm o direito, definido impessoalmente (a igualdade é impossível sem a impessoalidade), a formar organizações sem o consentimento do Estado, o que assegura a competição não violenta na política, na economia e em virtualmente em qualquer área de uma sociedade de acesso aberto. Um quadro político/institucional que permitiu ao mercado assumir um papel central, com empresas privadas atuando livres do controle do Estado.

Landes (1998, p.206) lembra, porém, que se essa liberdade de fazer negócios, de inovar, é uma condição necessária fundamental, ela não é suficiente. Caso contrário teria ocorrido uma RI já no apogeu medieval ou na Itália renascentista ou na Holanda no século XVII. É preciso também uma conjuntura favorável nas relações entre oferta e demanda, entre preços e elasticidades. A mudança tecnológica “precisa de uma poderosa alavancagem, do tipo que iria ter ressonância no mercado e mudar a distribuição de recursos”. Esta alavancagem resultou da precoce consolidação de uma **economia nacional**, onde a estrutura política do Estado territorial coincide com a estrutura econômica. Entre meados do século XV e meados do século XVI a Inglaterra se torna definitivamente um espaço autônomo, se destacando, ‘expulsa’, do espaço continental ao qual ela estava ‘corporalmente’ ligada. Essa ruptura com o Continente é reforçada pela ruptura com a Igreja Católica

entre 1529 e 1533. O rei inglês se torna o chefe de uma Igreja nacional, anglicana, confiscando e vendendo as terras da Igreja Católica.

A partir de então a Inglaterra passa a reagir vigorosamente contra tudo o que ameaçava seus interesses. Os mercadores banqueiros italianos são expulsos no século XVI. Em 1558 é criada a Bolsa de Londres para fazer face a Antuérpia; também contra Antuérpia que se funda a Royal Exchanges em 1566-68. Os mercadores da Liga Hanseática têm seus privilégios cortados em 1556 e são despossuídos do Stahlhof em 1597. Contra os portugueses e os espanhóis são lançadas as *Stocks Companies*. Contra Amsterdam o enfretamento começa com o *Act of Navigation* de 1651, seguido por outros, além de várias guerras<sup>141</sup>. Finalmente, contra a França a política colonial encarniçada do século XVIII. Em resumo, a Inglaterra soube proteger seu mercado nacional e sua indústria nascente como nenhum outro país na Europa. Sem dúvida o fato de ser uma ilha facilitou esse processo de enfrentamento da concorrência continental. Além disso, seu território insular relativamente estreito deu à cabotagem marítima, complementada por uma extensa rede de canais, um papel único no transporte de materiais pesados, com grande impacto na formação de um mercado nacional<sup>142</sup>.

Esses dois fatos ligados à insularidade certamente foram importantes para explicar por que a Inglaterra, que em meados do século XVI era o país menos industrializado, um século depois se torna o primeiro país industrial da Europa, já com um mercado nacional relativamente bem definido. Porém, o fundamental foi o processo que levou à constituição de um 'ambiente de negócios' na Inglaterra de fato mais eficiente do que aqueles de seus concorrentes continentais. A começar pela própria natureza do Estado inglês, seu grau de absolutismo. De modo geral na Europa Ocidental, havia basicamente três grupos capazes de resistir ao Estado: a alta nobreza, a pequena aristocracia (*gentry*) - formada por senhores da guerra,

---

<sup>141</sup> Contra os holandeses a Inglaterra tinha um meio extra, particular, de pressão: os veleiros holandeses tinham necessidade, devido ao regime dos ventos, de constantemente aportar nos portos ingleses. Braudel (1985, p.106) considera esta a explicação maior para o fato da Holanda ter aceito medidas protecionistas da Inglaterra que ela não aceitava de nenhuma outra nação.

<sup>142</sup> Compare-se com o caso de sua maior rival, a França, muito maior, onde a cabotagem tinha um papel limitado, bem como a rede de canais. Além disso, ela que se dividia na prática, em duas: uma marítima, versátil, dinâmica aberta ao mundo exterior, participando plenamente pela prosperidade econômica do século XVIII; outra, continental, terrena, conservadora, habituada aos horizontes locais, inconsciente das vantagens do capitalismo internacional, sendo que era essa segunda França que tinha regularmente o poder político nas mãos. Por esta razão Paris, que era a capital política, situada no interior do país, não era o centro econômico durante muito tempo, e sim Lyon. Ver Braudel, op.cit., T3.

pequenos proprietários rurais e outros indivíduos livres – e o chamado Terceiro Estado, composto pelos habitantes das cidades, a burguesia. A maior parte da população, os camponeses, tinha ainda um papel muito pouco significativo por não estar suficientemente organizada em corporações que pudessem representar seus interesses. Estes grupos estavam organizados em corpos políticos regionais como os Parlamentos na Inglaterra, as Cortes Soberanas na França e as Cortes na Espanha. A capacidade de resistência seria maior ou menor em função do grau em que estes grupos fossem capazes de se articular entre si, bem como do nível de coesão interna de cada um. Somente na Inglaterra, porém, essa articulação e coesão foi suficientemente forte para enfrentar a monarquia através do parlamento.

Na origem desse parlamento mais representativo está um processo paradoxal de evolução dos tribunais reais que se fixaram nas diversas localidades do país. De modo geral, a forma que as monarquias tinham de ampliar seu poder era oferecer justiça através dos tribunais reais itinerantes que funcionavam como tribunais de segunda instância relativamente aos tribunais locais controlados pela nobreza feudal. Diferentemente, porém, do Continente onde a nobreza territorial manteve um controle bem maior da administração da justiça, na Inglaterra os tribunais reais erodiram o poder dos tribunais controlados pela aristocracia feudal: um litigante não satisfeito com uma decisão de um tribunal senhorial podia apelar e ter transferida a jurisdição da disputa para os tribunais reais que acabam por se fixar em cada condado. Tipicamente, por exemplo, as cortes reais tendiam sistematicamente a decidir a favor das demandas dos servos contra os senhores para deixar como herança a terra (*copyholders rights*), de modo que esta forma de propriedade muito precocemente começou a evoluir no sentido de uma propriedade privada plena da terra<sup>143</sup>.

Paradoxalmente, no entanto, pouco a pouco as funções judiciais dos tribunais reais nos condados foram perdendo espaço para a função política de representação dentro de um sistema político mais amplo, os quais acabaram se transformando em assembleias locais com representantes eleitos que funcionavam como um contrapoder à monarquia: ao longo desse processo, o representante do rei, o *sheriff*, que governava em seu nome, passou a ter que prestar contas a essas assembleias. Abaixo do condado havia unidades menores de administração local

---

<sup>143</sup> Ver North, Wallis e Weingast (op.cit.) sobre este ponto em particular.

chamadas *hundreds* que também possuíam suas próprias assembleias. Assim, muito precocemente, antes mesmo da invasão normanda no século XI, o conjunto da sociedade inglesa estava organizada até o nível dos vilarejos em unidades políticas com representação de setores mais amplos da população. Porém, fato notável, o baronato feudal que vinha perdendo com a crescente preeminência dos tribunais reais, vai se aliar com a pequena nobreza (*gentry*) e com a burguesia na medida em que esses tribunais se transformavam em assembleias representativas.

Esse processo notável e paradoxal que foi a transformação de cortes judiciais reais em assembleias representativas capazes de funcionar como um contrapoder à própria monarquia, tem a ver com o fato de que na Inglaterra o **Império da Lei** emergiu também muito cedo, e de modo peculiar, dado que em grande medida impulsionado precisamente pelo provimento de justiça, em cada localidade, oferecido pelas cortes reais. Uma das funções primordiais da lei é assegurar o direito à propriedade e, nesse ponto em especial, a Lei Comum inglesa foi bem mais efetiva na medida em que evoluiu como fruto de um processo descentralizado de tomada de decisões, sensível às condições locais. Para Fukuyama (op.cit.) a natureza participativa da justiça inglesa, que respondia às demandas locais no processo de elaboração de regras e normas sob a Lei Comum, criou um sentimento popular muito forte, bem maior do que no Continente, de que a lei era de todos para todos. Em suma, na Inglaterra muito precocemente se afirmam contrapoderes mais efetivos, representados por uma aliança entre a aristocracia fundiária, a burguesia e a própria Igreja<sup>144</sup>, ao poder monárquico de um Estado que havia se centralizado precocemente a partir da conquista normanda.

O crescente fortalecimento de parlamentos regionais com representação popular mais ampla resultou em choques crescentes com o Estado centralizador em evolução até a ‘Revolução Gloriosa’ de 1688-1689, que produziu uma mudança decisiva nas ideias relativas à legitimidade política: essa deveria ser baseada em última instância no consentimento dos governados, sendo que o rei não tinha direito de impor suas políticas sem ele. Como resultado do conflito, o acordo alcançado estabelecia, constitucionalmente, o princípio de que o rei não podia organizar um exército, nem novos impostos sem o consentimento do Parlamento nacional; por

---

<sup>144</sup> O rei João sem-terra que assinou a Carta Magna, havia se envolvido numa controvérsia de investidura com a Igreja ao recusar a indicação do Papa para Arcebispo da Cantuária. A Igreja retaliou e ele acabou cedendo em 1213.

último, os direitos dos ingleses que o Estado não podia violar foram definidos em lei aprovada pelo Parlamento<sup>145</sup>.

### 9.1. O Contraponto Francês

O caso francês apresenta um contraponto interessante ao caso inglês por ter uma governança fortemente marcada pelo patrimonialismo. Por sua posição e tamanho, a região que se tornou a França deu origem a um Estado ameaçador, mas ao mesmo tempo vulnerável. O patrimonialismo foi um dos elementos centrais no impulso centralizador que marca o processo de construção do Estado no ‘hexágono’ francês. Para North, Wallis e Weingast (op.cit.), em uma nação composta de unidades geográficas diversas e independentes, as corporações que garantiam privilégios constituíam-se em um importante instrumento com o qual a coalisão dominante foi capaz de cimentar relações em todo território através da criação de privilégios corporativos de entrada limitada. A coroa criava esses privilégios corporativos dentro do Estado e os vendia aos indivíduos integrantes dos grupos de elite. Esses, por sua vez, podiam vendê-los ou transferi-los a herdeiros de acordo com um conjunto de regras complicado.

Fukuyama (op.cit) chama a atenção para o fato de que desde a longa guerra de cem anos com a Inglaterra, que deteve porção considerável do território que viria a fazer parte da França, guerras cada vez mais custosas levaram a um apetite voraz por mais receitas para financiá-las. Todas as instituições e corpos políticos existentes – principalidades, nobreza independente, Igreja, municipalidades, guildas e até organizações mercantis independentes – foram perdendo sua independência, ficando sob proteção e controle do Estado. Essa centralização se deu com base numa burocracia inteiramente patrimonialista. Praticamente todos os cargos governamentais, de comandos militares até posições no ministério das finanças (como coletores de impostos), eram leiloados ao maior lance. Isto evidentemente resultou na legitimação e institucionalização do **rentismo** e da corrupção, com os agentes do Estado atuando em seus cargos em benefício próprio. No início do século XVI uma inovação, a *paulette*, foi introduzida permitindo ao detentor de um cargo

---

<sup>145</sup> Como sintetiza Macfarlane (1987, p.189), sobre a vantagem política/institucional inglesa como fator decisivo na trajetória para a revolução industrial: sistema político mais eficaz para controlar as guerras feudais, impostos mais leves, judiciário uniforme e bem administrado garantindo a liberdade de empreender e reduzindo o risco de expropriação.

público deixá-lo como herança a seus descendentes. Para a monarquia isto tornava mais atrativos e, portanto, mais caros, os cargos, com a vantagem adicional de atrair agentes não nobres do Terceiro Estado, principalmente seus membros burgueses, contribuindo para contrabalançar o poder da velha nobreza hereditária.

Todo o sistema tendia a perder cada vez mais eficiência administrativa na medida em que a busca desesperada por recursos adicionais levava a uma multiplicação de cargos à venda. Também encorajava o rentismo por parte de indivíduos com recursos, que despendiam suas fortunas comprando cargos em vez de investir no setor privado. Virtualmente todos os grupos organizados de elite conseguiam algum tipo de isenção de impostos. Desse modo, em última instância o peso da tributação adicional através da multiplicação cargos e taxas recaía sobre um campesinato cada vez mais espoliado. Como consequência, uma longa série de revoltas camponesas se seguiu, as quais foram fortemente reprimidas.

Com relação às próprias comunas, que eram corporações-chave, possuidoras de antigos direitos e prerrogativas que forneciam a elas uma identidade corporativa representada pelos cidadãos líderes, o rei se tornou capaz de, em tempos de dificuldade, forçá-las a emprestar dinheiro sob a forma da compra de novos privilégios corporativos, bem como de impor-lhes responsabilidades financeiras no esforço de guerra<sup>146</sup>. A crise fiscal que ocorre na primeira metade do século XVII levou à introdução de uma nova instituição, a **intendência**, ligada diretamente à monarquia. Os intendentess, usualmente indivíduos recém-enobrecidos, podiam ser demitidos do cargo pelo governo central. Eles atuavam como representantes *ad hoc* do governo central em várias questões, mas passaram crescentemente a ser usados como coletores de impostos. Isso foi visto como uma usurpação pelos representantes locais, estando na origem da crise constitucional da metade do século sobre a distribuição do poder entre o governo central e os atores regionais/locais.

Esta crise explode após o Tratado de Westphalia em 1648, que pôs fim à terrível guerra dos Trinta Anos. A monarquia francesa tentou manter o nível de taxaço da guerra, mas as assembleias locais se recusaram a aprovar. A prisão de seus líderes provocou uma insurreiço geral da nobreza (a revolta da *Fronde*) e das elites locais

---

<sup>146</sup> É importante notar que elas eram capazes de tomar emprestado dinheiro mais barato do que o próprio rei.

tradicionais. A monarquia venceu e o ministro de Luiz XIV, Jean-Baptiste Colbert, fez dos intendentes o instrumento através do qual o governo central estendeu seus poderes sobre toda a França: em cada província eles se tornaram responsáveis pelo recrutamento de milícias, pela supervisão dos trabalhos públicos e a manutenção da ordem pública. Luiz XIV conseguiu também transformar os cargos eletivos de juízes nas municipalidades em cargos do governo central que podiam ser comprados e vendidos. Como resultado, a nobreza perdeu sua base local de poder, se tornando uma nobreza da corte inteiramente dependente do poder real, sendo os governos locais controlados por uma pequena oligarquia que comprava seus cargos. Pode-se dizer, portanto, que a nobreza manteve o status social, mas perdeu poder político real. No entanto, e diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, a monarquia não ofereceu alternativas às decisões das cortes que ficaram sob controle dos poderes locais, o que contribuiu para minar a confiança da população na justiça do sistema de propriedade existente.

Como se vê, portanto, França e Inglaterra tiveram uma trajetória distinta e até certo ponto oposta na reação da classe senhorial ao desfazimento da estrutura feudal provocado pela aceleração do crescimento econômico e demográfico entre os séculos XI e XIII. Em ambas após a grande crise do século XIV a classe senhorial vai procurar recuperar os antigos direitos e prerrogativas feudais, de tributação sobretudo, que haviam sido erodidos. No caso da Inglaterra esse esforço da nobreza de recuperação de antigos direitos de origem feudal foi realizado através de uma **aliança com a pequena nobreza (*gentry*) e com a burguesia**; ela foi capaz de manter ao menos em parte a legitimidade de seu *status* pela prestação de um serviço de gestão e de representação política, que substituiu o serviço original de proteção militar. Por essa razão a deposição e decapitação do rei pela Revolução Gloriosa não representou o fim da monarquia e da nobreza, mas o estabelecimento de uma monarquia parlamentar onde a nobreza passou a ter no plano nacional um papel similar àquele que conseguira moldar no plano regional/local ao longo da superação do regime feudal.

No caso da França esse esforço da nobreza para a recuperação de privilégios se deu através de uma **aliança com a monarquia absolutista**. A autoridade do Estado absolutista se estabelece assim através do empoderamento de uma ampla coalizão de elites 'em busca de privilégios' (rentismo) respaldada pela tradição e pela lei. Desse modo, diferentemente da Inglaterra, na França o desenvolvimento precoce do

Império da Lei, antes do capitalismo e do surgimento de instituições políticas capazes de impor limites a atuação dos órgãos de Estado, resultou em que os antigos privilégios e um ineficiente sistema econômico dirigido pelo Estado fossem protegidos pela lei. Nesse caso, como nota Fukuyama (op.cit., p.349), de modo paradoxal, a existência prévia do Império da Lei contribuiu para restringir o despotismo do Estado centralizador nascente, mas também restringiu a construção de um Estado verdadeiramente moderno na medida em que protegeu velhos costumes e classes sociais que teriam que ser abolidos para que uma sociedade moderna pudesse emergir. Por esta razão, a deposição e decapitação do rei pela Revolução Francesa foi o fim não somente da monarquia, mas também da nobreza que se tornara em sua maior parte percebida pela população, corretamente, como uma classe privilegiada sem legitimidade porque não provia uma contrapartida de serviços.

## **9.2. Dinâmica Agricultura-Indústria na Formação do Mercado Nacional Inglês**

Uma das diferenças fundamentais entre as cidades-estados e os Estados territoriais era justamente o papel da agricultura em cada um deles. As cidades-estados importavam o grosso do que consumiam em produtos agrícolas, sendo que nas respectivas periferias próximas, por elas controladas, elas tendiam a investir em produções agrícolas de maior valor agregado. A maior parte de seu orçamento provinha do comércio. Diferentemente, os orçamentos dos Estados territoriais em formação dependiam fortemente do excedente produzido pelo campesinato para financiar máquinas administrativas mais custosas e as guerras, também cada vez mais custosas. Do mesmo modo, a formação de um mercado nacional requeria que uma parte do campesinato fosse capaz de consumir para além do nível de subsistência. Nesse sentido, se fazia necessário uma importante mudança organizacional e tecnológica no setor agrícola que o tornasse capaz de cumprir estes papéis de financiador do Estado e de mercado para a indústria nacional. Na ausência dessa mudança um campesinato super explorado poderá cumprir apenas, e de modo insuficiente, o primeiro papel. Por essa razão, a França, com 4 vezes a população da Inglaterra, estava quebrada (e seu campesinato exaurido - *saignée à blanc*) quando Luiz XIV morreu em 1715. Não poderia haver contraste maior com a prosperidade do campo inglês nesse mesmo momento.

A prosperidade do campo inglês nos séculos XVII e XVIII resultou de uma peculiar dinâmica agricultura-indústria no quadro da formação de uma economia nacional. Primeiramente, como no Continente, o crescimento demográfico e a expansão urbana-industrial elevam os preços agrícolas, induzindo a expansão da área cultivada em cima das áreas comunais de florestas e de campos naturais. Inicialmente, essa expansão é acompanhada apenas de melhorias técnicas incrementais, embora com um nível maior de especialização em culturas mais rentáveis. Porém, as inovações que vão ‘revolucionar’ a agricultura inglesa já começam a se generalizar a partir da segunda metade do século XVII nas regiões de solos arenosos pobres usados como pastagens extensivas, mais precisamente no condado de Norfolk. Eram solos que onde era possível implantar as novas práticas de rotação intensiva de culturas associada à criação de animais. O novo sistema exigia um grande trabalho de preparo de solo difícil de realizar nos solos pesados de alta qualidade onde se concentrava produção de grãos. Com o tempo, equipamentos de aço vão permitir a implantação também nesses solos do novo sistema de rotação que veio a se chamar sistema Norfolk. Até lá, essas regiões, até então formando a base da produção de cereais, vão perder competitividade em relação à novas regiões produtoras com base no sistema Norfolk e abandonarão a produção de cereais em favor da criação animal.

Os cercamentos que aí se produzirão serão decorrência desse processo, sendo que os camponeses deslocados irão se concentrar na indústria rural através do sistema de *putting-out*. O novo sistema exigia investimentos relativamente elevados e será implantado pelos agricultores mais empreendedores e capitalizados, os novos capitalistas agrários (os *yeomen*), bem como pela parte da nobreza que se lança nos negócios<sup>147</sup>. Como resultado, as unidades produtivas tenderam a aumentar de área, passando para uma área de pelo menos 80 hectares, sendo que a tradição inglesa do direito de herança para o primogênito ajudou nesse processo de consolidação de áreas maiores pelos camponeses mais empreendedores.

---

<sup>147</sup> Em marcado contraste com o caso francês, o grande proprietário inglês não somente arrendava com frequência a propriedade para arrendatários capitalistas capazes de introduzir melhoramentos importantes, como também frequentemente investia em outras áreas de negócios, como empresário minerador ou industrial, alavancado pelo crédito mais barato que a propriedade bem arrendada garantia. Por sua vez, seu arrendatário capitalista tinha garantido por lei um arrendamento de longo prazo que lhe permitia investir com segurança.

Nos países continentais, a retomada da expansão da fronteira agrícola interna em cima das áreas florestais e campos comunais nesse mesmo período ocorreu de modo semelhante ao que havia ocorrido a partir da segunda metade do século XIII: feita principalmente por camponeses em busca da sobrevivência através do aumento da área cultivada com grãos, com um parcelamento crescente das unidades produtivas agrícolas e praticamente sem melhorias técnicas. A expansão do capitalismo agrário restará incipiente até o final do século XVIII. O dinheiro urbano que flui desde longa data para os campos em grande medida se perde, no sentido de que ele não leva a melhorias no sistema produtivo, quando se trata de compra de domínios rurais motivada apenas pelo desejo de promoção social; por outro lado, uma parte dos comerciantes compradores dessas terras efetivamente procura melhorar os rendimentos, mas sem inovações técnicas importantes e sim através da introdução de culturas com maior valor de mercado.

A França resume bem a situação do conjunto europeu no continente. No século XVIII, a elevação dos preços agrícolas em função da retomada e aceleração do crescimento demográfico e econômico vai levar a uma reação da classe senhorial. Os proprietários em geral, e sobretudo o proprietário nobre, querem pegar a parte que lhes cabe da renda agrícola. Todos os meios são bons: os lícitos, aumentar, dobrar os arrendamentos; os ilícitos, tirar do baú velhos títulos de direitos feudais, reinterpretar os pontos duvidosos do direito, deslocar limites fundiários, repartir os bens comunais. Não se trata evidentemente de uma volta ao passado; ao contrário, a motivação dessa aristocracia é ganhar dinheiro, uma aristocracia que especula nas bolsas e participa no comércio internacional. Porém, como proprietários de terras continuam apenas como rentistas, sem se preocupar com a introdução de melhorias técnicas. Le Roy Ladurie (1974) estima que no século XVIII na França apenas 1 em 20 dos senhores de terra se tornam empreendedores no campo. O fim do regime senhorial com a revolução de 1789 deixou exposta uma situação de enorme fragmentação da propriedade rural.

Também do lado da expansão urbana-industrial a especificidade inglesa se torna evidente. Para além de fatores culturais-institucionais peculiares, a recuperação que levou a Inglaterra de última colocada para a posição de primeira economia industrial da Europa a partir de meados do século XVII, em grande medida se deveu ao que tornou possível o uso amplo do carvão mineral. Como em muitas

regiões no Continente, o esgotamento das florestas elevava o preço da madeira combustível. A alternativa do carvão mineral era longamente conhecida e usada desde o século XIII. Porém, a difusão mais ampla do seu uso tinha dois obstáculos: (1) os limites tecnológicos ao aprofundamento das minas na medida em que os afloramentos superficiais se esgotavam; (2) os custos de transporte, uma vez que as minas eram geograficamente concentradas. O primeiro obstáculo, como visto, havia sido até certo ponto resolvido pelos mineradores alemães, que foram contratados para desenvolver a exploração do carvão na Inglaterra. Desse modo, as minas de carvão, até então exploradas superficialmente com trabalho camponês a tempo parcial, passam a ser exploradas em tempo contínuo com mão de obra assalariada em galerias de até 100 metros de profundidade.

Como resultado, a partir da bacia carbonífera de Newcastle, a produção de carvão aumentou 6 vezes em cinquenta anos, passando de cerca de 35 mil toneladas por volta de 1560 para atingir em torno de 200 mil toneladas em 1610 e 500 mil toneladas em 1658/59. Uma inovação ferroviária, vagões sobre trilhos, permitia transportar de modo mais eficiente o carvão das minas até os pontos de descarga<sup>148</sup>. Por sua vez, navios especializados, cada vez mais numerosos, transportavam o carvão para toda Inglaterra e até para a Europa. O carvão se tornou, então, uma riqueza nacional<sup>149</sup>. Considere-se ainda o refinamento do carvão através da *cockficação*<sup>150</sup> que se difunde a partir de meados do século XVII na Inglaterra.

A indústria, por sua vez, terá que se adaptar à nova forma de energia, encontrando soluções sobretudo para preservar as matérias primas da fumaça sulfurosa do novo combustível. Por outro lado, esse novo combustível cada vez mais abundante e barato induz ao aumento da escala nas produções industriais intensivas em energia, como a produção de sal pela evaporação de água do mar, o refino do açúcar, a fabricação do vidro, a produção de cerveja, de tijolos, de sulfato de alumínio (alun) - atividades que se expandem por toda Inglaterra, absorvendo parte do excedente demográfico disponível, bem como sua utilização em padarias e no

---

<sup>148</sup> O transporte em vagões rodando sobre trilhos de madeira desde o século XVI era usado nas minas de carvão. Mesmo em madeira a redução do atrito que se obtém permite um enorme aumento na eficiência. O emprego desse sistema para transportar o carvão da mina para o canal fluvial foi fundamental para garantir a distribuição nacional do produto.

<sup>149</sup> "England's a perfect world, hath Indies too, / correct your maps, Newcastle is Peru". John Cleveland, 1650, p.10. Citado por Braudel, F. (op.cit., T3, p.478).

<sup>150</sup> Purificação do carvão de modo a eliminar seu conteúdo em betume e enxofre. Além de reduzir a poluição, permite a produção de ferro de melhor qualidade.

aquecimento doméstico que ‘empesteia’ Londres. Por sua vez, essa expansão urbana-industrial difusa por todo o território nacional amplia as oportunidades de negócios dos agricultores, estimulando-os a introduzir as inovações que vão revolucionar a agricultura inglesa no século XVIII.

É o que explica um quadro inédito de prosperidade rural, em vivo contraste com a pobreza generalizada nos campos dos países do continente no mesmo período. É a época do **Great Rebuilding**, quando as casas no campo são reconstruídas, aumentadas, melhoradas: as janelas passam a ter vidros, as lareiras adaptadas para o uso do carvão mineral; os inventários pós-morte assinalam a abundância dos móveis, de roupa de cama e mesa, de tecidos tintos, de utensílios de estanho. A essa demanda por bens de consumo se soma a demanda por insumos e ferramentas agrícolas, o que certamente estimulou a indústria, o comércio e as importações.

Portanto, a expansão industrial inglesa nos séculos XVI e XVII pode ser considerada como de natureza distinta da que ocorria no continente no mesmo período, constituindo-se em uma etapa efetiva do caminho para a grande Revolução Industrial a partir do século XVIII, por duas razões interligadas: (1) por ser difusa em todo território nacional, sendo causa e consequência do processo de formação da primeira economia nacional europeia, onde o espaço econômico coincide com o espaço político; e, por sua difusão nacional, estimular uma transformação generalizada da agricultura através da expansão do capitalismo agrário, que culminará com a difusão do *high farming* a partir da segunda metade do século XVII. É interessante notar que este último período se caracteriza justamente por uma estagnação do crescimento demográfico, levando a uma estabilização e/ou redução dos preços dos cereais. Porém, a expansão urbana-industrial elevava a demanda por carne, criando as oportunidades de investimento nas novas práticas que tinham justamente o gado como foco principal.

### 9.3. A 1ª Revolução Agrícola<sup>151</sup>

A partir da segunda metade do século XVII começa então a difusão do *high farming* inglês, novas práticas agropecuárias também conhecidas como sistema de rotação de culturas Norfolk, nome do condado a partir do qual estas práticas se generalizam. Esta tecnologia agropecuária era longamente conhecida e praticada

---

<sup>151</sup> Baseado em Romeiro (1978).

na Europa desde o século XIII. Porém, sua difusão havia se limitado ao Norte da Itália, onde primeiro fora introduzida, e aos Países Baixos para onde migrara em seguida. Trata-se de uma tecnologia agropecuária baseada em rotação de culturas, prática agrícola conhecida desde a antiguidade grega. No século XIII, no Continente, sua difusão sempre fora restrita a umas poucas localidades devido às suas exigências em termos de investimento e perspectivas de mercado. Nesse período, o Norte da Itália e os Países Baixos eram as regiões mais dinâmicas, que lideravam as revoluções comercial e pré-industrial medieval. Dos países baixos essa tecnologia vai 'saltar' para a Inglaterra somente séculos depois, onde sua difusão irá causar uma revolução agrícola.

A expressão revolução agrícola para nomear a difusão de uma tecnologia agropecuária conhecida e já difundida em duas regiões no continente europeu, tem razão de ser em função da amplitude e importância do impacto que causou na Inglaterra e, um século depois, no Continente. Amplitude na medida em que sua difusão ocorreu na escala de um Estado territorial e, em função mesmo dessa amplitude de difusão, teve um impacto decisivo na formação do primeiro mercado nacional, uma condição necessária para a RI. Sua difusão em escala nacional na Inglaterra é um indicativo de que o Estado territorial inglês estava atingindo um nível de desenvolvimento e uma densidade econômica distintos daquele dos Estados territoriais rivais no Continente, em especial em relação à sua maior rival, a França. Ocorre então um círculo virtuoso em que a expansão dos mercados urbanos-industriais dispersos por todo o país aumentam as oportunidades de investimento em novas tecnologias agropecuárias que aumentam a produtividade e a renda do setor rural o qual, por sua vez, contribui para a expansão do mercado nacional para produtos industriais.

A difusão da nova tecnologia agropecuária na Inglaterra inicia-se não por acaso no Condado de Norfolk. Trata-se de uma região de solos pobres arenosos os quais, no entanto, eram os solos mais adequados para a implantação do novo sistema de rotação de culturas por serem solos mais leves e fáceis de trabalhar. O novo sistema de rotação exigia um intenso processo de preparo do solo, difícil de ser realizado em solos mais pesados dados os equipamentos disponíveis. Nesse novo sistema o antigo sistema de rotação medieval, bienal ou trienal, é substituído por uma rotação inteligente de culturas com características complementares. O princípio de base é

não plantar uma mesma espécie vegetal, sobretudo cereais, seguidas vezes no mesmo terreno de modo a evitar doenças, a infestação de ervas daninhas e a degradação da estrutura do solo. No sistema Norfolk o campo de cultura é dividido em quatro parcelas; os tipos de plantas que abrem o processo de rotação são raízes e/ou tubérculos; em seguida vem o cereal mais nobre e exigente, o trigo; em terceiro as plantas leguminosas; e, fechando a rotação, um cereal menos exigente, como aveia, centeio e outros.

Agroecológica e economicamente esta sequência se justifica pelas seguintes razões: as raízes e tubérculos exigem intenso preparo de modo a 'afogar' o solo, uma vez que estas plantas se desenvolvem abaixo da superfície do solo, o que serve também para um controle mais radical das ervas daninhas, economizando tempo de trabalho; além disso, são plantas que suportam fortes doses de compostagem orgânica, tornando possível concentrar o espalhamento do composto – tarefa custosa – em uma parcela somente a cada ano; finalmente, são plantas cujas excreções radiculares são favoráveis para cultura do trigo; desse modo, as condições do solo após a colheita dessas plantas são excelentes para o trigo que virá em seguida, seja em termos do seu conteúdo em nutrientes, seja no que concerne sua estrutura física e ausência de ervas daninhas. A cultura do trigo, por sua vez, é altamente exigente em termos de nutrientes; além disso, ao final do seu ciclo as ervas daninhas já despontam ocupando a parcela; por essa razão as leguminosas são plantadas nessa parcela deixada pelo trigo, pois são fixadoras de nitrogênio atmosférico, o principal nutriente demandado pelo trigo, bem como porque pela sua forma de vegetação 'abafam' as ervas daninhas nascentes. Finalmente, sobre a parcela parcialmente recuperada deixada pelas leguminosas é semeado um cereal menos exigente, fechando a rotação.

No entanto, se, por um lado, os solos arenosos mais leves ofereciam as condições ideais para a implantação do novo sistema de rotação, por outro lado, eram pobres em nutrientes; um obstáculo que somente poderia ser superado ao longo do tempo através do próprio funcionamento do sistema. Essa é uma das razões pelas quais esse sistema exigia um investimento relativamente elevado: em tempo para a melhoria da fertilidade do solo. Com efeito, o sistema de rotação Norfolk funciona acoplado à criação intensiva, semiconfinada, de animais que fornecem o esterco para a compostagem; esses animais, por sua vez, recebem uma ração alimentar

extremamente rica e equilibrada, composta de carboidratos (raízes como a beterraba e o nabo) e de proteínas (leguminosas). A adubação sistemática com compostagem orgânica vai progressivamente melhorando a estrutura físico-química desses solos<sup>152</sup>. Desse modo, com o tempo, os solos pobres da Inglaterra se transformaram nos melhores solos agrícolas, a ponto de desvalorizarem as até então boas terras argilosas, cujos proprietários chegaram a peticionar pela proibição do uso das culturas forrageiras nas terras arenosas!

Essas terras somente voltarão a ser utilizadas para a produção de cereais quando a melhoria dos equipamentos, sobretudo com emprego de aço de qualidade, tornar novamente possível economicamente o preparo destes solos argilosos pesados. Enquanto isso estas terras serão então utilizadas para a criação animal especializada (animais de tiro, para a produção de lã etc.). A maior parte da mão de obra assim dispensada com esses novos *enclosures* – nada a ver, portanto, com os anteriores que visavam a apropriação de áreas comunais - vai se juntar à mão de obra que havia sido dispensada com o processo de aumento de escala produtiva, sendo empregada em grande medida na produção artesanal sob o sistema de *putting-out*. Será com essa reserva de mão de obra relativamente qualificada que a RI irá se abastecer e não com a mão de obra estritamente agrícola, contrariamente ao que se acreditava em função da narrativa de Marx<sup>153</sup>. Por outro lado, inicialmente o novo sistema era relativamente exigente em termos de trabalho, mas sem anular a elevação da produtividade do trabalho trazido pelos aumentos dos rendimentos da terra. Desse modo, a revolução agrícola causada pela difusão do sistema Norfolk aumentou a demanda por trabalhadores rurais. Novos equipamentos mecânicos irão progressivamente reduzir a mão de obra necessária ao longo do tempo.

Em síntese, a difusão do novo sistema de rotação de culturas representou efetivamente uma revolução agrícola na medida em que possibilitou um significativo aumento da produção agrícola, capaz de fazer face ao forte aumento populacional e urbanização ocorridos no século XVIII, além de trazer uma grande prosperidade

---

<sup>152</sup> Na França esse sistema de rotação ficou conhecido também com o nome de cultura progressiva ou melhoradora. Mazoyer (op.cit) estima que a produtividade da terra dobra com o tempo.

<sup>153</sup> McCloskey (1975) revê a historiografia sobre os *enclosures*, mostrando que no século XVI esse foi um evento de importância econômica menor; no caso dos *enclosures* no século XVIII a mão de obra liberada com este processo representou uma pequena fração do proletariado industrial, sendo que eles aconteceram principalmente no Sul e no Leste onde não havia grande desenvolvimento industrial e onde o emprego nas áreas cercadas aumentou.

ao campo inglês, transformando-o em um mercado consumidor seja de insumos e equipamentos agrícolas, seja de bens de consumo correntes e duráveis.

#### **9.4. A Revolução Financeira Inglesa**

A peculiar evolução cultural/institucional inglesa no que concerne os limites da ação do Estado na taxação dos súditos do rei teve impactos profundos na formulação de políticas monetárias, bem como no funcionamento do próprio mercado financeiro. Impactos altamente positivos no sentido de, em última instância, reduzir o custo do dinheiro; uma enorme vantagem seja no que concerne o financiamento do Estado, em especial das guerras, seja nos investimentos produtivos, em especial aqueles de baixo retorno em infraestrutura de transportes. As reformas fiscais e bancárias (criação do Banco da Inglaterra) realizadas na esteira da Revolução Gloriosa, a estabilidade da libra esterlina e uma tradição de pagamento pontual permitiram aos governos emprestarem em mercados transparentes da dívida pública, inexistentes nos Estados rivais mais despóticos, como a França ou Espanha, e apesar da hostilidade da opinião pública ao endividamento do Estado. Sem dúvida, a dívida pública foi uma das grandes razões das vitórias britânicas, na medida em que ela pôs à disposição da Inglaterra somas enormes nos momentos em que ela precisava. É fundamental assinalar também que essa enorme ampliação da capacidade de endividamento do Estado inglês, sobretudo no financiamento da guerra<sup>154</sup>, foi possível sem pressionar excessivamente o campesinato (Ferguson, 2008).

Uma verdadeira 'revolução financeira' que começa na segunda metade do século XVII e se acelera com a revolução gloriosa em 1688, sem a qual provavelmente não teria ocorrido. Para North, Weingast and Wallis (op.cit.) e Acemoglu/Robinson (op.cit.) a Revolução Gloriosa e a Revolução Financeira foram eventos inter-relacionados que firmemente colocaram o país na rota do desenvolvimento. As inovações institucionais principais foram a criação de um banco nacional, de uma dívida nacional financiada, várias melhorias em títulos da dívida e ações, sistema de seguros mais sofisticados, mudanças no funcionamento da lei corporativa (por ex. a criação da nova companhia das Índias Orientais).

---

<sup>154</sup> Como assinala Ferguson (2008, pos. 72), o Nathan Rothschild foi tanto quanto o Duque de Wellington quem derrotou Napoleão em Waterloo...

A inovação<sup>155</sup> de uma dívida nacional financiada realmente foi decisiva para o governo estabelecer uma dívida governamental com credibilidade. O princípio do financiamento estava em ligar os empréstimos governamentais a um imposto específico que servia como seguro ou ‘fundo’ para cada empréstimo; ou seja, o governo se obrigava a selecionar o imposto que ia garantir cada empréstimo. Desse modo, o limite para o empréstimo era dado pelo volume da arrecadação dos impostos. Outro método que foi usado para tratar com a dívida pública foi a criação do chamado *sinking-fund* (introduzido por Robert Walpole em 1716): esse fundo seria constituído de todo *surplus* que ocorresse cada ano no orçamento nacional. Porém, frequentemente esse fundo passou a ser ‘rapinado’ pelo tesouro. Em 1780 ele foi reintroduzido por William Pitt o jovem, com uma legislação melhor para evitar a rapinagem dele nos tempos de crise (Vries, 2015, pp.220/221).

Como resultado, desde o final do século XVII e ao longo de todo século XVIII as taxas de juros dos títulos do governo inglês caíram pela metade, apesar da alta, e crescente, taxa de endividamento (e uma inflação substancial). Bem menor do que em outros países europeus, como a França. Um indicativo, sem dúvida, do grau de confiança que as pessoas com dinheiro tinham no governo, sendo que participavam do mercado de títulos públicos não apenas para os ricos, como também um substancial número de pessoas de classe média e de estrangeiros, visto como um bom e seguro investimento (ver Epstein, 2006). A presença combinada de uma burocracia eficiente, Parlamento, Banco da Inglaterra e o modo como a dívida foi financiada formava um sistema que conferiu ao governo inglês uma enorme capacidade de alavancar crédito.

Para Ferguson (2013) esse sistema não foi apenas altamente eficiente para levantar dinheiro, como também teve efeitos socioinstitucionais importantes que vão facilitar a ascensão da RI. A começar pelo mercado de capitais, na medida em que o próprio volume de emissões de títulos o amplia e aprofunda, além do efeito estabilizador do sistema de crédito como um todo exercido por um Banco Central com monopólio de emissão de papel moeda. Acrescente-se o estímulo à inovação financeira no setor privado representado pelo desenvolvimento de um sofisticado

---

<sup>155</sup> Não foi uma invenção inglesa e sim das cidades medievais italianas. Largamente usada também nos Países Baixos. No entanto, na Inglaterra essa invenção teve um impacto inovador bem mais importante, na medida em que foi o primeiro, e único durante longo período, Estado territorial a empregá-la, tendo um Parlamento independente como garantidor do pagamento da dívida pública.

sistema de empréstimos governamentais através de um endividamento nacional financiado. A própria necessidade de uma burocracia eficiente para arrecadar impostos teria também induzido a expansão de um sistema formal de educação.

Para completar esse quadro peculiar britânico vem a história da surpreendente estabilidade da libra esterlina, que teve sua cotação estabilizada em 1560/1561 pela rainha Elizabeth I em quatro onças de prata pura e assim restará até o começo do século XX. Algo sem paralelo na história monetária. Este fato teve evidentemente um efeito enorme na economia inglesa. A estabilidade da libra facilitou enormemente o crédito, a capacidade de se financiar do Estado inglês, a segurança dos contratos. Moedas fictícias estáveis já haviam sido criadas nas feiras de Lyon e de Besançon-Plaisance para proteger as transações. Do mesmo modo o Banco Rialto constituído em 1595 e o Banco de Amsterdam aberto em 1609, haviam imposto uma moeda bancária cotada acima das moedas correntes excessivamente variáveis, um ágio como fator de segurança. Porém, o Banco da Inglaterra, constituído em 1694, não terá necessidade de uma tal garantia, uma vez que sua moeda de conta ordinária, a libra esterlina, já lhe propiciava a segurança de seu valor fixo.

Como explicar esse fato extraordinário? Braudel (op.cit.,T3, pp.305/312) considera que não há uma única explicação, mas uma sucessão delas; não havia uma teoria geral que pudesse ter guiado uma política clara, mas sim uma série de soluções pragmáticas adotadas para solucionar um problema imediato e que se revelaram no longo prazo uma solução de alta sabedoria. A estabilização da libra esterlina pela rainha Elizabeth foi uma medida para lutar contra a grande inflação dos anos de 1543 a 1551, quando sua composição havia passado de cem por cento de prata pura para apenas um quarto, sendo o restante composto de ligas metálicas. O Estado inglês então recunhou toda moeda de prata em circulação, que comprou a um valor abaixo da cotação, com seu peso e conteúdo original de prata pura. Conseguiu com essa ação estabilizar a cotação da libra no mercado internacional, mas a inflação não caiu. A chegada da prata americana foi fundamental para a necessária expansão da base monetária sem desvalorização da libra esterlina.

A abundância da prata americana permitiu também a estabilização da libra *tournois*, a moeda de conta francesa em 1577. Porém, em 1611 em função de uma

conjuntura econômica difícil a estabilização da libra francesa se rompe, mas não a da libra esterlina, em função da capacidade inglesa de se proteger das conjunturas adversas no continente, em grande medida graças à sua insularidade. Em 1621 os exportadores ingleses de tecidos em face de uma forte queda nas vendas pressionaram sem sucesso pela desvalorização da libra. A estabilidade foi salva por Thomas Mun, diretor da *East India Company* e depois primeiro-ministro, mas cujos argumentos em favor da estabilidade encontraram eco na opinião pública inglesa em função provavelmente da memória dos anos de alta inflação, o período do *Great Debasement* de 1543/1551. Porém, os argumentos de Mun não teriam sido suficientes não fosse o surpreendente acordo de 1630 com a Espanha, que entrega aos navios ingleses o transporte da prata para financiar a guerra dos países baixos espanhóis contra as Províncias Unidas. A prata desembarcada na Inglaterra era cunhada na Torre de Londres e reenviada para os países baixos, mas não toda... Porém essa *bonanza* termina por volta de 1648 e a libra continua estável, por razões obscuras, apesar das perturbações violentas da guerra civil, até o final do século.

Em 1694 uma forte crise acontece, deflagrada por, entre outras causas, uma série de más colheitas; além disso, a guerra contra a França desde 1689 obriga o governo a fazer grandes pagamentos no exterior reduzindo, assim, o estoque de moedas de prata e ouro. Em meio ao clima de crise a raridade de boas moedas induz ao entesouramento, agravando a situação. A taxa de juros sobe e as letras de câmbio circulam mal. O secretário do tesouro, William Loundes, defende uma desvalorização da libra em 20% como um meio de proteger as finanças do Estado. John Locke, por outro lado, defende vigorosamente a estabilidade da libra esterlina. Por que os argumentos de Locke prevaleceram, apesar do custo extremamente elevado da recunhagem de toda a prata em circulação? Provavelmente porque o governo do novo rei holandês da Inglaterra, o ex Guilherme de Orange, em dificuldades financeiras, havia se engajado em uma política de endividamento de longo prazo, criticada pela maioria dos ingleses, entre outras razões pelo fato de que entre os credores do Estado estavam grandes financistas holandeses compatriotas do rei. Estava claro que se a desvalorização da libra poderia aliviar as finanças a curto prazo, no longo prazo ela comprometeria a capacidade de endividamento do Estado.

Ao longo do século XVIII o ouro vai substituir a prata como padrão de moeda de conta e a libra passará a ter seu peso definido em ouro, mantendo a tradição de estabilidade. O tratado de Methuen de 1703 com Portugal, garantindo o acesso ao ouro do Brasil, vai facilitar essa transição. Porém, não seria por um acaso que a partir do momento em que uma reviravolta da balança comercial com Portugal interrompe ou reduz o afluxo de ouro brasileiro, a Inglaterra já atingia uma posição que a permitia basear a maior parte de suas transações em 'papeis', num crédito fácil que multiplica as transações sem necessidade de moedas de metais preciosos. A 'fuga' de moedas em 1774 nas vésperas da guerra americana não perturba a economia inglesa, uma vez que a alta circulação monetária já está ocupada pelos bilhetes do banco da Inglaterra e de bancos privados. A Inglaterra ao destronar Amsterdam se tornara o ponto de confluência das trocas mundiais. Entretanto, no final do século, em 1797, a guerra estava provocando uma saída de quantidades tão grandes de moedas de prata e de ouro, que o Parlamento decretou a não conversibilidade a curto prazo – seis semanas - dos bilhetes do banco da Inglaterra (*Bank Restriction Act*). Porém, o incrível aconteceu: esse decreto permaneceu em vigor durante 24 anos sem que nada tenha acontecido. Os bilhetes do banco da Inglaterra continuaram a circular apesar de legalmente não terem mais lastro em moedas metálicas. Como assinala Braudel (op.cit.,T3,p.312), um sucesso dessa magnitude certamente dependeu da atitude do povo inglês, de seu civismo e da confiança que ele tinha desde há muito em um sistema monetário que sempre havia escolhido a estabilidade. Porém, essa confiança no sistema monetário se devia em última instância, na expressão de Daunton (2001), ao seu 'confiável Levitan' (*Trusting Leviathan*).

## **Capítulo 10. Mudança Cultural e Revoluções Científica e Industrial\*\*\***

Os três capítulos anteriores analisaram os fatores que levaram a um processo generalizado de industrialização na Europa após a grande crise dos séculos XIV/XV, e que se acelera no século XVIII. Na Inglaterra essa aceleração é maior, mas não o suficiente para caracterizar aos olhos dos contemporâneos uma revolução industrial. Somente no século seguinte esta aceleração se torna notável, revolucionária, fruto de uma 'explosão' de inovações. Para McCloskey (2006, 2010, 2016) o conjunto de fatores econômicos e político/institucionais

responsável pela industrialização europeia até aquele momento de modo algum foi decisivo para explicar a explosão de inovações que no século XIX levou a um salto, a uma mudança brusca na curva de crescimento econômico (*hockey-blade leap*). As taxas de crescimento não somente atingirão um patamar inédito, como vão se manter nesse patamar. Esse fato não teria como ser explicado meramente por conjunturas mais favoráveis em termos de incentivos econômicos.

O que explicaria esse fato teria sido um processo de **Reavaliação** que começou por volta de 1700. Por Reavaliação ela entende uma grande e súbita mudança na opinião pública sobre a burguesia e suas atividades inovadoras e nos mercados. A liberdade, a dignidade e a igualdade burguesas se tornaram dominantes no discurso, nas conversas públicas, na retórica. Liberdade para todos se engajarem em todo tipo de atividade empresarial. Por sua vez, a Reavaliação teria sido o resultado de uma coincidência de quatro **Rs** no início da modernidade: ampliação da alfabetização (*Reading*), Reforma, Revolta e Revolução. “Os dados foram lançados por Gutenberg, Lutero, Guilherme de Orange e Oliver Cromwell. Por sorte da Inglaterra, seus benefícios foram depositados em uma pilha nessa anteriormente sofrida nação no século XVII. Nenhum dos quatro Rs teve causas profundas inglesas ou europeias. Tudo poderia ter acontecido de outro modo. Eles foram bizarros e imprevisíveis” (McCloskey, 2016, p.xxxv).

Os historiadores e economistas eurocêntricos estariam errados quando argumentam que a Europa estava se preparando para esta aceleração durante séculos. Uma argumentação perturbadora, que mesmo estes *scholars* admitiriam, porque a “Índia e as terras árabes, o Irã e a China, e especialmente o Japão, eram igualmente excelentes e preparados” (McCloskey, 2010, pp.7,8). Bem, não. Eles podiam ser excelentes, mas não estavam preparados. Não se trata de uma questão de excelência, mas simplesmente de condições que evitariam ou não o bloqueio ou controle de inovações por aqueles com interesses velados na ordem sócio-política estabelecida.

O processo de Reavaliação do comportamento burguês, das virtudes burguesas, somente poderia ter ocorrido na Europa. Tratou-se de um fenômeno

dependente de trajetória<sup>156</sup>. Lembrando que foi somente na Europa que os mercadores conseguiram transformar as monarquias em estados burgueses. A Inglaterra foi o primeiro Estado territorial onde a burguesia atingiu uma posição de poder econômico e social. Onde, ao contrário da França, o enobrecimento da burguesia foi menos importante do que o 'aburguesamento' da nobreza. Até então, a burguesia estava no poder somente nas cidades-estados e no quase-estado territorial de Amsterdam e os países baixos ao seu redor.

Por conseguinte, o papel da Reavaliação burguesa na RI pode ser discutido e, com certeza, foi algo necessário, mesmo decisivo, porém não foi, junto com três dos quatro Rs, algo que não tivesse nada a ver com as peculiaridades civilizacionais da Europa. Como visto, a invenção da imprensa não teve impactos significativos em outras civilizações, sendo que na Europa foi revolucionário, incluindo o aumento da alfabetização. A revolução de Cromwell foi tipicamente um fenômeno inglês, bem como europeia em sua motivação constitucional profunda. Por sua vez, o sucesso de Martinho Lutero foi altamente dependente da invenção de Gutenberg. Além disso, como será visto mais abaixo, ele se deveu não apenas à personalidade de Lutero, como também ao lado triste do cenário ambivalente da Europa renascentista, marcado pelo otimismo e pelo pessimismo. Otimismo decorrente da recuperação econômica, descobertas e redescobertas e pessimismo em relação à natureza humana, o medo do diabo, a caça às bruxas e as guerras de religião. A Reavaliação foi, portanto, um fenômeno cultural pró-negócios decorrentes da ascensão da burguesia, fenômeno único europeu, sem o qual não teria ocorrido a RI. Porém, se foi uma condição necessária, não foi suficiente.

Foi preciso também uma evolução cultural/institucional específica que permitiu a acumulação de conhecimento e *know how* tecnológico que iria gerar a explosão de inovações no século XIX e sustenta-la ao longo do tempo. Para Landes (1998, p.201) esta evolução ocorreu por 3 razões:

---

<sup>156</sup> Goldstone (2016, p.18) levanta duas questões que não são respondidas por McCloskey: (1) Por que houve esta mudança de ideias? (2) Por que esse novo olhar sobre as atividades mercantis e manufatureiras foram capazes não apenas de estimular os empreendedores a criar riqueza, mas também de produzir uma torrente de inovações em produtos e processos? Nossa análise oferece uma resposta a estas perguntas.

- a. Crescente autonomia do questionamento intelectual: uma luta que vinha desde os conflitos na Idade Média sobre a validade e autoridade da tradição; foi possível contestar essa autoridade devido à fragmentação política e à competição, à uma cultura com sentido de progresso, bem como ao sucesso das grandes navegações que provaram estar erradas várias concepções antigas sobre o mundo.
- b. O desenvolvimento da unidade na diversidade na forma de um método comum implicitamente adversarial, isto é, a criação de uma linguagem de prova reconhecida, usada e compreendida através das fronteiras nacionais e culturais, em que se combinava percepção com medida, verificação e dedução matemática. O avanço da experimentação, entretanto, levou quase 4 séculos para chegar aos espetaculares avanços do século XVII; foi preciso inventar estratégias e instrumentos de observação e mensuração. Durante esse tempo, entretanto, o novo método produziu frutos em astronomia, navegação, mecânica e guerra, ótica e observação, todas matérias práticas. Somente com Galileu a experimentação se tornou um sistema.
- c. A invenção da invenção, isto é, a rotinização da pesquisa e sua difusão: um processo levado à cabo por uma comunidade de scholars, que unia cooperação com competição, circulavam pela Europa, tendo o latim como língua franca e apoiados pelo desenvolvimento precoce dos correios e pela invenção da imprensa.

Um exemplo notável desse processo de acumulação de conhecimento europeu compartilhado foi o desenvolvimento da tecnologia da máquina a vapor. Como coloca Landes (op.cit.p.206), “nenhuma técnica dependeu tão de perto do experimento – uma longa pesquisa em vácuos e pressão do ar que começou no século XVI e atingiu fruição no final do século XVII nos trabalhos de Otto von Guericke (1602-1686), Evangelista Torricelli (1608-1647), Robert Boyle (1627-1691) e Denis Papin (1647-1712) - Alemão, Italiano, Inglês e Francês. Com certeza, os cientistas do século XVIII não tinham ainda como explicar porque e como uma máquina a vapor funcionava. Isso teve que esperar por Nicolas Sadi Carnot (1796-1832) e as leis da termodinâmica. Porém, dizer que a máquina a vapor antecipou o conhecimento não quer dizer que seu construtor não se

baseou em aquisições científicas anteriores, tanto substantivamente como metodologicamente”. Foi preciso um longo processo evolucionário de inovações culturais e institucionais para aumentar o ‘conhecimento útil’ até o ponto de uma fusão sistemática de ciência e tecnologia a partir de meados do século XIX.

Essa é uma dinâmica que Mokyr (2016) vai analisar minuciosamente. Para ele focar apenas no papel das instituições políticas e organizacionais no desenvolvimento econômico não explica a aceleração da criatividade tecnológica e das inovações na Europa, em especial a partir de meados do século XVIII. Não explica na medida em que esta aceleração somente poderia ocorrer a partir de uma interação entre ciência e tecnologia. O aumento do conhecimento tecnológico - que significa uma maior aptidão de fazer com que o maior entendimento da natureza se traduza em maiores produtividade e padrões de vida - sem uma interação constante com alguma forma formal ou informal de ciência, não teria sido capaz de gerar crescimento e desenvolvimento nas taxas observadas. Logo é preciso explicar o avanço dos conhecimentos científicos – a revolução científica. É preciso ter em conta, primeiramente, que os conhecimentos científicos (‘propositivos’) estão mais para bens públicos, de modo que não podem ter uma proteção parcial através de patentes como é o caso dos conhecimentos tecnológicos (‘prescritivos’). Além disso, o avanço dos conhecimentos propositivos (da ciência) está relacionado à atitude, à disposição e energia com as quais as pessoas procuram entender o mundo natural ao seu redor, um fenômeno antes de mais nada cultural e que gera instituições que o reforçam.

Nesse sentido, para Mokyr a aceleração da criatividade tecnológica e das inovações na Europa teria resultado de uma inflexão na trajetória cultural – em termos de crenças, valores e preferências das pessoas - a partir do início do século XVI. Crenças fundamentais sobre contratos sociais, pluralismo político, tolerância religiosa, direitos humanos etc., entre as quais caberia destacar aquela sobre o relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente físico, bem como sobre o que era chamado de “conhecimento útil” (grosso modo ciência e tecnologia) para melhorar o bem-estar material. A crença fundamental que a sorte humana pode ser continuamente melhorada por um entendimento crescente dos fenômenos e regularidades naturais e a aplicação desse

entendimento na produção, teria sido a grande inovação cultural que tornou possível tudo o que se seguiu, ou seja, o surgimento da economia moderna. A cultura afeta a tecnologia tanto diretamente ao mudar as atitudes em relação ao mundo natural, como indiretamente ao criar e cuidar de instituições que estimulam e apoiam a acumulação e difusão de conhecimento útil.

Ele reconhece que a crença no caráter virtuoso da tecnologia vem do período medieval, referindo-se ao trabalho clássico de Lynn White (1960,1962) sobre a importância da crença em um Deus criador que projetou o universo para uso dos humanos, os quais ao explorá-lo revelariam a sabedoria e o poder de Deus; bem como as atitudes positivas em relação à produção e ao trabalho. Do mesmo modo, vê também como um legado medieval a norma cultural individualista versus coletivista: o individualismo estimula inovações ao não penalizar intelectuais heterodoxos que têm ideias não convencionais ou mesmo heréticas. Na alta Idade Média teria ocorrido um evento chave na moderna história econômica: uma virada pragmática da Igreja Católica em favor de uma atitude transformadora da natureza que informou uma sociedade que acreditava que a atividade tecnológica tinha o propósito de “fornecer ajuda a muitos pela glória de Deus e para a exaltação de Seu nome”. Uma sociedade que enfatizava cada vez mais uma visão antropocêntrica do mundo, no qual era o desejo de Deus que os humanos aproveitassem da sabedoria de sua criação.

No século XVI, porém, teria emergido uma crença cultural crítica que estimula o crescimento econômico e que complementa a crença medieval no caráter virtuoso da tecnologia: a crença no progresso, mais especificamente no progresso econômico. Esta crença tinha componentes positivo, normativo e prescritivo. O componente positivo significa a aceitação da possibilidade do progresso material, com base numa visão da história como progressiva e não de ciclos que se repetem, comum à tradição cristã, mas com a novidade de um modelo do que poderia causar tal progresso: o conhecimento útil poderia se transformar em um motor do progresso econômico através da melhoria das técnicas de produção. O componente normativo, por sua vez, postula que o progresso econômico é desejável, deixando de lado a ideia de acumulação de riqueza e bens materiais como sendo pecaminosa ou vã. Por último, uma vez aceitas as possibilidades e desejabilidade do progresso econômico, o

componente prescritivo defende a necessidade de uma agenda concreta de medidas de política e de mudança institucional para que o progresso de longo prazo se iniciasse. Essa agenda teria se tornado crescentemente concreta e detalhada no século XVIII. Em alguns países estas políticas foram baseadas largamente em iniciativas privadas e organizações espontâneas. Em outros o Estado precisou ter um papel ativo.

Mokyr novamente reconhece as raízes medievais desses três componentes da crença cultural no progresso. Porém, considera que naquele período eles não eram suficientemente difundidos, de modo a caracterizar uma revolução cultural capaz de acelerar o crescimento econômico. Na verdade, como parece claro do que foi visto até agora, a maior difusão dessa crença no progresso será causa e consequência da retomada com força, a partir da segunda metade do século XV, da dinâmica competitiva e de abertura a inovações que haviam levado à expansão econômica a partir do século XI, ao ocaso do feudalismo e à ascensão da burguesia e dos Estados territoriais, e que foram interrompidos pela grande crise de meados do século XIV a meados do século XV. A ascensão dos Estados territoriais, e da burguesia dentro deles, certamente explica as políticas de industrialização implementadas por todos os estados num quadro de intensa competição<sup>157</sup>. Além disso, a crença no progresso tende compreensivelmente a se ampliar pelos impactos de inovações disruptivas, como a imprensa e a navegação de alto mar.

O papel da imprensa é obvio o suficiente para dispensar maiores comentários. Em relação às grandes viagens no século XVI, estas afetaram de diversos modos as atitudes dos europeus em relação ao seu meio ambiente: aumentaram a confiança na habilidade de controlá-lo, bem como a curiosidade em relação ao mundo ao redor deles; foram vistas como evidência do progresso e da superioridade da geração deles que finalmente tinha descoberto algo que os antigos gregos e romanos não conheciam. A abertura dos europeus para ideias, tecnologias, estrangeiras era total, inclusive nomeando produtos e tecnologias de acordo com suas supostas origens. Em síntese, entre 1500 e

---

<sup>157</sup> Certamente Vries (op.cit.) tem razão ao apontar a determinação e o vigor com que os estados europeus implementaram políticas de industrialização comparados com o que ocorria na China. O erro é considerar esse fato isoladamente como a principal causa da RI na Europa.

1700 a Europa experimentou uma acelerada taxa de desenvolvimento cultural com destaque para a Reforma protestante, a exegese bíblica e o Iluminismo, bem como impactos culturais de descobertas científicas como a estrutura do sistema solar, a circulação do sangue, a atmosfera, o cálculo, as leis de movimento dos corpos celestes.

### **10.1. Continuidade ou Ruptura de Trajetória?**

Para Mokyr (op.cit.,p.xx), a partir do início do século XVI teria havido realmente um ponto de inflexão cultural decisivo causado por três fatores: 1-) a emergência de uma nova tecnologia do discurso e da comunicação suficiente para alcançar a audiência que importa, e o estabelecimento de regras retóricas suficientes para convence-la ; 2-) o enfraquecimento da resistência a mudanças intelectuais por parte de bem entrincheirados elementos conservadores; 3-) o aumento significativo do ceticismo em relação à sabedoria tradicional, considerando-a como inconsistente com os fatos novos que iam surgindo.

Com relação ao primeiro fator, foi decisivo o surgimento de grandes inovadores culturais, no sentido da potência de suas ideias e de sua retórica. Quanto ao segundo fator, embora ele não deixe claro a razão do enfraquecimento da resistência dos 'elementos conservadores', é evidente que este enfraquecimento tenha resultado em grande medida do próprio surgimento destes inovadores culturais. O surgimento destes últimos, por sua vez, não é em si uma novidade. A diferença, porém, é que o impacto de suas ideias se amplificou enormemente com a invenção e difusão da imprensa, a melhoria dos serviços postais e da capacidade de modos de transporte marítimos e terrestres. Acrescente-se o maior contato com outras civilizações com a expansão ultramarina. O terceiro fator também está ligado aos dois primeiros, bem como às condições materiais que os favoreceram.

Em relação ao último fator, o maior ceticismo em relação à sabedoria tradicional, é preciso ter em mente que o questionamento da sabedoria tradicional, a liberdade de filosofar, adquire um caráter sistemático com o surgimento das universidades no século XII, que se transformaram em verdadeiros centros de efervescência heterodoxa no apogeu do período medieval. A retomada da ascensão dos estados territoriais no século XV vai

enfraquecer a autonomia das universidades, que pouco a pouco se transformam em centros de defesa da ortodoxia. Porém, em algumas universidades e, em especial entre as novas e numerosas universidades que iam sendo fundadas, a chegada de uns poucos respeitados *scholars* tendia a gerar novos elementos heterodoxos. Desse modo o conceito de liberdade de filosofar pode ser 'revivido' na Renascença pelo clérigo e *scholar* humanista Marcilio Ficino (1433-1499). Além disso, as universidades passaram a ter que competir com outras organizações científicas, como as várias academias e sociedades científicas que se difundiram por toda a Europa no século XVII. Surgem diversas metodologias em competição para estudar o mundo: aristotélicos versus anti-aristotélicos; Corpuscularianismo (atomismo), revivido de suas origens epicurianas versus vitalistas; e ambos versus aristotélicos.

Por sua vez, o acirramento da competição entre Estados territoriais em ascensão e afirmação aumentou o efeito negativo da fragmentação geopolítica sobre a capacidade de coordenação das forças reacionárias no sentido de suprimir os inovadores culturais. Em nome dos interesses nacionais, os dirigentes competiam entre si pelas melhores cabeças. Os inovadores culturais perseguidos sempre encontravam abrigo e proteção entre Estados, principados e cidades rivais, bem como, dentro de cada unidade política instituições corporativas variadas ofereciam proteção aos heterodoxos. Em resumo, ficou bem mais difícil suprimir movimentos subversivos/heréticos gerados pelos inovadores culturais. Com o tempo a maioria dos dirigentes percebeu a futilidade do esforço de perseguir os *trouble makers*. Como observado na época pelo próprio Gibbon, "na Europa um moderno tirano descobriria que o objeto de seu desprazer facilmente obteria em um clima mais feliz, um refúgio seguro, uma nova sorte adequada ao seu mérito [e]...a liberdade de protestar"<sup>158</sup>. Por volta de meados do século XVIII mesmo nos países mais absolutistas a supressão do dissenso tinha se tornado mais uma formalidade ritualizada do que uma ameaça real. Os dirigentes mais conservadores da Europa foram obrigados a tentar um compromisso com a dissidência cooptando muitas das ideias iluministas, se caracterizando como o que Scott (1990) chamou de 'déspotas esclarecidos'.

---

<sup>158</sup> Gibbon, 1789, vol.1, p.100 apud Mokyr (op.cit., p.176).

A dinâmica da mudança cultural é similar à da tecnológica. É esperado que haja resistência a mudanças culturais e não somente pelos interesses velados que essa mudança atinge, mas também porque existe um apego emocional aos costumes e modos de vida tradicionais. Entretanto, se o ambiente é suficientemente aberto a novas ideias, os empreendedores e suas qualidades pessoais contribuirão para mudar os parâmetros existentes criando um efeito de *feedback* que facilita as coisas para os futuros empreendedores. Nesse sentido, dizer que empreendedores culturais como Lutero, Smith ou Marx, foram meramente produtos de suas respectivas circunstâncias socioculturais, significa empobrecer a narrativa histórica e marginalizar todos os elementos de escolha e agência. De modo similar os influentes intelectuais cujo trabalho conjunto produziu o Iluminismo do século XVIII foram produtos de seu tempo, mas, por sua vez, moldaram seu ambiente através das mudanças políticas e intelectuais que trouxeram (ver Mokyr, 2016, pos1.446).

De modo semelhante ao dos empreendedores econômicos, a grande maioria dos empreendedores culturais mudam marginalmente o menu cultural. Entretanto, alguns poucos se sobressaem ao afetar o menu cultural de forma substancial; eles mudam crenças, valores e preferências de subconjuntos significativos da sociedade. Porém, o grau em que a história é direcionada por alguns 'poucos vitais' e sua indispensabilidade tem sido objeto de controvérsias. A maioria dos historiadores modernos tendeu a dar pouca importância ao impacto de indivíduos na história, enfatizando a mudança cultural como uma "confluência de ideias disponíveis", sem levar em conta de onde, afinal, vieram essas ideias e o papel dos indivíduos (e sua capacidade de persuasão) na difusão delas. Desconsideram que esses indivíduos coordenam processos de difusão de ideias que levam um grande número de pessoas a convergir em torno de um conjunto coerente de crenças. Algumas vezes a maior parte dessa coordenação é levada a cabo por apóstolos e protegidos que avançam com base no nome e prestígio do empreendedor cultural (como no caso da difusão do cristianismo).

Esses coordenadores não foram apenas peões de "forças históricas profundas", mas tiveram considerável agência eles próprios. Quando essa agência se torna importante para o resultado se pode dizer que a história atinge

um ponto de bifurcação, quando pequenos eventos e decisões ocasionados por um único indivíduo ou por alguns poucos, pode colocar o processo numa trajetória diferente. Os casos de Martinho Lutero e Francis Bacon são ilustrativos desse fenômeno. Eles vão coordenar processos de difusão de ideias em dois pontos de bifurcação que refletem o cenário cultural ambivalente, pessimista e otimista, do período renascentista. De modo geral associado a uma perspectiva otimista, de recuperação da grande crise da Peste Negra, o período renascentista foi, porém, também marcado pelo pessimismo em relação à natureza humana, pelo medo do demônio, pela caça às bruxas, pelas guerras de religião. Para Delumeau (1983) não seria possível compreender os ataques violentos de Lutero contra a razão fora desse contexto. Boa parte da elite cultural do período compartilhava de uma visão entristecida do mundo e do homem. Nesse sentido, ao afirmar que o homem sem a graça divina é totalmente mau, a Reforma refletia um dos lugares comuns do tempo. A doutrina da justificação pela fé resulta do desespero com a condição humana. O apelo ao retorno às escrituras em oposição ao que era visto como um racionalismo que justificava a Igreja se arrogar o monopólio da interpretação (e da leitura) da Bíblia.

Por outro lado, o abuso de poder pela Igreja, do qual a corrupção simbolizada pela venda de indulgências era um dos aspectos, era algo amplamente percebido e criticado, dentro e fora da Igreja. Abuso de poder que incomodava boa parte da classe dirigente em um momento de ascensão dos Estados territoriais e de sentimentos nacionalistas. Em seu “Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã”, Lutero enfatiza o que seriam os três “muros da romanidade”: a pretensa superioridade do poder pontifical sobre o poder civil; o direito que se arrogava o papa de interpretação das escrituras; e a superioridade do papa sobre os concílios (Delumeau, op.cit., p.18). Em síntese, o sucesso da Reforma luterana se deveu ao fato de ter sido uma resposta a uma dimensão muito importante do quadro cultural renascentista, bem como da situação política. Resposta esta que, por sua vez, não teria tido a repercussão que teve sem a imprensa. Um invento já antigo na Ásia e sem maiores impactos lá, na Europa se transformou em uma inovação revolucionária. Sem ela não haveria a panfletagem luterana, nem o acesso amplo à Bíblia pelos fiéis. Tampouco

praticamente toda a mudança cultural da qual ela foi um veículo imprescindível<sup>159</sup>.

O inovador cultural Francis Bacon (1561-1626), por sua vez, reflete o lado otimista do período renascentista, de confiança num futuro melhor trazido por uma maior agência e capacidade humanas de transformar o mundo em seu benefício. Para Mokyr a visão baconiana teria preparado o mundo ocidental para o que iria se tornar no século XVIII o “programa baconiano”: o atingimento do progresso material através dos conhecimentos propositivo (ciência) e prescritivo (tecnologia) se alimentando um do outro e criando um processo de retroalimentação auto-reforçante (auto catalítico) que mudou a história econômica do mundo. A partir dele a aceitação dos experimentos como meios válidos para aumentar o conhecimento útil, que haviam começado com a inovação das Universidades medievais, vai se ampliar enormemente. No século XVII o compromisso com experimentação se afirma como ferramenta para decidir as disputas fazendo os outros mudarem de ideia, através da comunidade de cientistas que se forma e se agrega na chamada ‘República das Cartas’. A importância de Bacon se deve não apenas à qualidade de seus escritos, mas por se situar realmente em um ponto de bifurcação histórica, dado pela retomada do crescimento econômico depois da grande crise dos séculos XIV e XV, pela ascensão dos Estados territoriais e, dentro deles, da burguesia. Estados territoriais em forte competição e empenhados em políticas de industrialização vistas como condição de aumento de poder econômico-militar.

Na verdade, os escritos de Bacon contribuíram decisivamente para impulsionar um processo em curso de recuperação da trajetória que havia levado ao surgimento do pensamento científico e que nos séculos XVI e XVII levou ao desenvolvimento e maturação de um alto nível de consciência sobre os mecanismos da natureza e uma alta expectativa de compreendê-los (Webster, 2002). Ao longo dessa trajetória havia surgido a moda, entre as classes superiores, de realização de estudos motivados inicialmente por propósitos puramente epistêmicos, do conhecimento pelo conhecimento. Um sinal de

---

<sup>159</sup> Entre 1450 e 1800 um círculo virtuoso se estabelece entre o aumento da taxa de alfabetização da população e o aumento da produção de livros graças à forte redução nos custos de produção com a invenção da imprensa, bem como com condições mais favoráveis ao investimento em capital humano. Ver van Zanden (2009).

‘virtuosidade’ (no sentido de curiosidade). No entanto, na medida em que a influência de Bacon se torna mais pervasiva a partir de 1650, os ‘virtuosos’ permitiram que possíveis motivações utilitárias influenciassem suas agendas. Filósofos eruditos começaram a se interessar pelo trabalho dos artesãos, levando a uma consciência mais clara da importância das trocas entre conhecimento propositivo (científico) e o prescritivo (tecnológico).

Para Cohen (2012) a “ideologia baconiana” continha uma dupla fé no poder da ciência: uma confiança no que os filósofos naturais poderiam fazer para melhorar o destino humano e uma crença de que ao fazê-lo eles estavam cumprindo uma chamada divina. Esta era exatamente a motivação dos teólogos *doublés* de filósofos naturais nas Universidades medievais. Em 1925, o matemático e filósofo inglês Alfred North Whitehead (1861-1947) chocou a audiência em uma conferência em Harvard (Lowell Lectures), ao dizer que a ciência surgiu unicamente na Europa Cristã porque somente os Europeus medievais acreditavam que a ciência era possível e desejável graças à teologia medieval. Na verdade, a teologia resulta da visão cristã de mundo que, como postula Lent (2017), serviu por séculos como incubadora da cognição científica, a qual poderia não ter jamais florescido sem ela.

A teologia cristã resulta de esforço multissecular de conciliação de fé e razão desde o começo do Cristianismo, com destaque para o trabalho de Santo Agostinho no século IV. John Scotus no século IX chegou a defender que a razão estava acima da autoridade eclesiástica e mesmo acima das escrituras quando certas passagens conflitavam com as descobertas da filosofia natural, devendo essas passagens serem interpretadas metaforicamente. Por volta do século XII a adoção da razão tinha atingido um ponto crítico, levando a uma revolução conceitual através do racionalismo cristão: - Deus criou o universo de acordo com um conjunto fixo de Leis Naturais; - Deus deu ao homem a Razão em sua imagem, de modo que cabe ao homem usá-la bem; - as Leis Naturais de Deus são baseadas na Lógica; portanto, a Razão pode ser usada para entendê-las; - usando a Razão para entender as Leis Naturais de Deus, o homem pode perceber a Verdade; - ao chegar à Verdade através da Razão, o homem chega a um vislumbre da Mente de Deus. Desse modo, estavam abertas as vias para o fortalecimento da convicção de que todos os fenômenos naturais e

regularidades poderiam ser explicados por um conjunto coerente e compreensível de leis naturais, condição necessária para o avanço do progresso científico e, com o tempo, de suas aplicações tecnológicas<sup>160</sup>.

Com São Tomás de Aquino no século XIII na Universidade de Paris a teologia atinge seu cume: para ele a teologia deve ser considerada uma ciência baseada na razão. Ele defende também que através do conhecimento empírico da lei eterna de Deus tal como ela se manifesta no mundo natural, o homem poderia adquirir um vislumbre do próprio Deus! E esse conhecimento somente poderia ser obtido através do uso da razão. A teologia se torna, portanto, uma disciplina altamente racional, sendo que a busca do conhecimento lhe era inerente na medida em que os esforços para entender Deus foram estendidos de modo a incluir sua criação, consolidando a filosofia natural como disciplina. Praticamente todos os teólogos se tornaram também filósofos naturais. Os escolásticos, que transformaram as Escolas das Catedrais em Universidades (*Universitas Magistrorum et Scholarium* – comunidade de professores e *scholars*), foram os primeiros a formular e ensinar o método experimental. Lembrando (4.2.2) que desde seu início as Universidades eram dominadas pelo empiricismo, começando com o estudo da fisiologia humana: a dissecação de cadáveres, condenada desde a antiguidade (Aristóteles só fazia dissecação de animais) e pela Igreja por violar a dignidade do corpo humano, foi introduzida desde o início no *curriculum*, graças à total autonomia de pesquisa concedida pela própria Igreja e pelos poderes monárquicos e municipais.

Portanto, os escritos de Bacon não representaram uma ruptura em relação ao pensamento medieval, mas, pelo contrário, sua recuperação em um outro patamar de entendimento. Recuperação esta que, numa conjuntura crucial, os transformaram em um instrumento de coordenação, de ponto focal, para pensadores e experimentalistas nos próximos dois séculos. Em cinquenta anos desde sua morte boa parte da elite pensante e profissional europeia tinha adotado alguma versão de suas noções relativas ao papel do conhecimento útil na sociedade. O trabalho de Bacon reforçou, portanto, a tendência no Ocidente de se construir pontes entre o campo da filosofia natural (ciência) e aquele do

---

<sup>160</sup> Ver Lindberg (1992) e Grant (1996).

artesão e do agricultor. Estas pontes são críticas para o progresso tecnológico porque elas permitem as pessoas que geram o conhecimento propositivo se comunicarem com aqueles que geram e aplicam conhecimento prescritivo.

Na Inglaterra a Sociedade Real foi explicitamente moldada de acordo com a “casa de Salomão” de Bacon, a academia fictícia descrita em seu *New Atlantis*: “o negócio e o propósito da Sociedade Real é melhorar o conhecimento das coisas naturais, e de todas as Artes úteis, Manufaturas, práticas Mecânicas, Motores, e Invenções através de Experimentos”. Com o tempo ela perdeu o interesse no conhecimento prático, mas o espírito de Bacon sobreviveu em muitas outras organizações que surgiram no século XVIII na Inglaterra, como a Sociedade das Artes. A segunda metade do século XVIII testemunhou uma verdadeira explosão de sociedades e academias formais e informais dedicadas a combinar a filosofia natural (ciência) com as artes úteis (tecnologia) juntando empreendedores e industrialistas com cientistas e filósofos. Enfim, para Mokyr (op.cit.,pos 2072) o baconianismo representou, entre outras coisas, a crença na institucionalização da ciência e dos meios de coleta, de análise e de disseminação do conhecimento através da pesquisa planejada e cooperativa; se acreditava também nas soluções tecnológicas para problemas sociais, não menos pelo fato de que se poderia ganhar dinheiro com isso. Em outras palavras, a herança de Bacon foi nada menos que a aceitação cultural ampla de que o crescimento do conhecimento útil era um ingrediente crítico do crescimento econômico<sup>161</sup>.

Entretanto, se as mensagens de Bacon sobre o progresso baseado no conhecimento não eram muito mais que esperanças, as de Newton foram decididamente afirmativas. Uma vez que o progresso tecnológico consiste em comandar a natureza obedecendo-a, então alguém tinha que descobrir suas leis. Os *insights* do Newton mais do que nunca confirmaram a crença num universo mecanicista compreensível que podia e devia ser manipulado em benefício do progresso material da humanidade. Ele combinou os poderes dedutivos da modelagem matemática com a ênfase de Bacon nas observações e dados

---

<sup>161</sup> Slack (2015) defende que na Inglaterra em particular os escritos de Bacon foram decisivos em tornar parte da cultura nacional uma “cultura de melhorias”, que deixa de ter um sentido restrito de melhorias agrícolas para ter um sentido amplo de melhorias em geral.

experimentais, mostrando que os dois métodos não somente podiam coexistir como, na realidade, eram complementares. Para ele o importante era a matemática e a instrumentalidade e não a explicação das “causas profundas” das coisas. A causa exata da gravidade poderia ser uma hipótese (especulativa), sobre a qual não valia a pena se deter. Era suficiente que a gravidade existisse e que as leis que ele tinha descoberto explicavam o movimento dos corpos celestes. Seu objetivo era de simplesmente de fornecer uma descrição matemática dos fenômenos observados. Com isso, a natureza se tornava inteligível e, assim, poderia ser manipulada, controlada e aplicada para atender as necessidades humanas como Bacon havia advogado.

A importância atribuída à razão e à lógica, o racionalismo, naturalmente levava à matemática. Também um legado medieval. No final do século X o matemático Gerbert de Aurillac se torna papa sob o nome de Silvestre II e a lógica se torna parte central do currículo das Escolas das Catedrais, precursoras das Universidades. Em Oxford (fundada em 1214) o monge franciscano Roger Bacon (1219-1292), considerado por muitos o primeiro verdadeiro cientista, via a matemática como a linguagem da natureza e acreditava que a ótica poderia oferecer um caminho para o entendimento da mente de Deus! Kepler (1571-1630) e Galileu (1564-1642) consideravam que o universo fora criado matematicamente por um Deus geômetra. Para Galileu a diferença entre a mente dele e a de Deus era apenas a da velocidade do processo cognitivo: Deus conhecia tudo instantaneamente e ele tinha que penosamente conhecer o mundo através da lógica matemática.

Considerando a trajetória desta cosmovisão desde a Idade Média, não surpreende o fato de que apesar da ordem jesuíta ter sido criada com o objetivo de defender a ortodoxia católica frente à reforma protestante, que criticava a Igreja Católica pelo seu racionalismo, os jesuítas considerarem muito importante colocar no *currículum* de suas escolas matemática, física e outras disciplinas de ‘conhecimento útil’. Inúmeros dos grandes pensadores da época, incluindo expoentes do século XVII como Peiresc, Descartes, Torricelli e Mercene, bem como os escritores iluministas tais como Condorcet, Helvetius e Diderot foram alunos dos jesuítas. Feingold (2003) considera que desse modo os jesuítas deram uma significativa contribuição ao conhecimento útil da época. Além disso,

eles introduziram um elemento de competição no mercado de educação da Europa, competindo com as universidades. A competição religiosa de modo geral foi um fator importante para a ampliação do ensino.

Para Mokyr (op.cit. pos 2475) o trabalho de Newton era convincente porque ele atendia aos critérios retóricos daqueles que tinham capacidade para entendê-lo e a disposição a serem persuadidos e aceitarem o que parece ser verdade, ou seja, aqueles com conhecimento matemático suficiente e que podiam verificar os dados observados e experimentais que o confirmavam. Além disso, muitos dos seguidores de Newton eram homens de grande autoridade e prestígio científico, que inspiravam confiança. Considere-se também o impacto de Newton na oferta de cientistas e na pesquisa - jovens cientistas e matemáticos admiravam sua fama e fortuna, e o prestígio social de uma carreira em ciência não mais seria o mesmo. A carreira de Newton ilustra o status social que um cientista bem-sucedido poderia atingir em uma sociedade que começara a valorizar o conhecimento útil. Enfim, a ciência do século XVII, com Newton como seu símbolo maior, preparou o caminho para o Iluminismo Industrial e o Iluminismo em geral, ao enfatizar que a relação da humanidade com o meio ambiente devia ser baseada na inteligibilidade e na instrumentalidade. Um século no qual os filósofos naturais tinham trabalhado para aumentar o prestígio social do conhecimento útil, tanto como socialmente benéfico como pessoalmente virtuoso.

A respeitabilidade da pesquisa científica que aumenta o conhecimento útil estava incorporada na Royal Society da qual Newton era o presidente. A mensagem implícita era a de que o trabalho dos filósofos naturais estava destinado a se tornar o *primum* móvel do progresso social ao realizar o apelo de Bacon em favor da inelegibilidade. Esta mensagem se tornou o *core motto* do Iluminismo Industrial. Newton emprestou respeitabilidade e legitimidade àqueles que controlavam o conhecimento útil como um *locus* independente de poder nas sociedades ocidentais, um 'quarto Estado' de experts que cumpriam o papel de autoridades em matéria de segredos da natureza. Do mesmo modo, na França do começo do século XVIII a nova ciência se tornou especialmente valorizada e tornando-se parte da alta sociedade e uma nova cultura política na qual uma poderosa aliança foi criada entre os cientistas e a administração real.

Até 1500 as autoridades últimas eram os clássicos embora, como visto acima, sujeitas ao escrutínio da razão. Pouco a pouco, entretanto, com a ascensão da ciência o próprio conceito de autoridade com base apenas na erudição passou a ser duvidoso. As conversas eruditas e brilhantes nos salões começaram a serem vistas como pedantes e ridicularizadas por satiristas como Jonnathan Swift. Emerge então esse ‘quarto Estado’, um novo conjunto de *experts* cujo conhecimento ia além da familiaridade com o cânon existente, para incluir métodos pelos quais o conhecimento novo poderia ser validado. Por sua vez, a condição para se tornar um *expert* era ter dado uma contribuição original importante; ou seja, somente aqueles com criatividade provada poderiam julgar os outros, sendo que o selo da *expertise* passou a ser conferido pela própria comunidade de pares científica agregada na República das Cartas (RC).

É importante notar que junto com a fragmentação política europeia estava a unidade intelectual e cultural, possibilitando a formação de um mercado integrado de ideias desde a Idade Média, que permitiu à Europa se beneficiar de economias de escala associadas com a atividade intelectual. Para Mokyr (op. cit.) esta característica teria sido decisiva para sucesso Europeu. Fragmentação política sem um mundo intelectual integrado resultaria em que nenhum ‘empreendedor’ cultural teria sido capaz de cobrir os custos fixos de alcançar todo o ‘mercado’ (audiência). Essa unidade se devia à herança clássica comum, à Igreja Católica e ao uso do latim como língua franca dos intelectuais. Uma combinação única de fragmentação política com unidade da integração pan-europeia do debate intelectual. Durante o período medieval, sobretudo a partir da fundação das universidades do século XII em diante, se assiste a um intenso fluxo de estudantes e de *scholars* de uma universidade para outra. A partir do século XVI essa integração do debate se amplia enormemente com a constituição da República das Cartas, que Mokyr considera a chave para as dramáticas mudanças intelectuais depois de 1500 e principal instituição por trás da meteórica arrancada do conhecimento útil na Europa durante a revolução científica e o iluminismo. Embora o início da RC como uma importante instituição intelectual possa ser datado do tempo de Erasmus de Rotterdam (1466-1536), ela se desenvolveu e progrediu ao longo do tempo e atingiu sua plena maturidade nas primeiras décadas do iluminismo – 1680/1720.

Porém, se na Idade Média os intelectuais haviam constituído uma comunidade intelectual transnacional sob a égide da Igreja, o que emergiu nos séculos XVI/XVII se diferenciou substancialmente no sentido de que se tornou independente da Igreja, embora a ideia de uma comunidade de *scholars* mística e coerente, trabalhando juntos para o bem comum se manteve até e além do Iluminismo (ver Fumaroli, 2015). Havia uma mistura de admiração pela herança clássica comum sendo redescoberta e tornada acessível, com um conjunto de tradições (reais ou imaginárias) de uma unidade intelectual lembrando o mundo clássico, a Igreja medieval, e a República Cristã indo até a Cidade de Deus de Santo Agostinho. É preciso ter em mente que a maioria dos participantes era religiosa. Além disso, uma parte importante era membro do clero ou de ordens religiosas, incluindo alguns de seus mais famosos articuladores, como o padre Marin Mersenne, 1588-1648 (teólogo, filósofo, matemático, físico e teórico musical) e o monge Pierre Bayle, 1647-1706 (teólogo, filósofo, historiador, crítico literário, lexicógrafo, escritor, jornalista e professor), típicos *polimaths* renascentistas que atuavam como divulgadores<sup>162</sup>.

Uma comunidade intelectual em que o pluralismo de ideias prosperava. Um pluralismo que opunha não somente os dois lados dos fossos cavados pelos grandes inovadores culturais, como também entre as linhas de cada parte. Por exemplo, a sabedoria convencional era defendida e atacada tanto por protestantes, como por católicos. Lutero criticava fortemente Copérnico pela sua heresia em ‘colocar o sol no centro e a terra em volta’. Galileu era apoiado por boa parte da hierarquia da Igreja Católica.

## **10.2. República das Cartas, Revolução Científica e Cultura do Progresso**

O que foi chamado de República das Cartas foi uma inovação institucional do início da era moderna que teve um papel decisivo na difusão do conhecimento útil e, por conseguinte, na Revolução Científica e Tecnológica. A RC começa a emergir na Europa na época das grandes viagens, que certamente tiveram um papel no entusiasmo por novas ideias, e atinge seu cume na época do

---

<sup>162</sup> Como assinala Stark (2017, pos.2682), 13 (25%) entre os 50 mais preeminentes cientistas do período eram padres ou monges. Durante os séculos XVI e XVII os filósofos naturais buscavam evidência de Deus na natureza. No século XVIII a ideia de Deus como relojoeiro que cria o relógio e o coloca para funcionar levou a um declínio do papel da religião no apoio ao conhecimento útil.

Iluminismo. Muitas outras instituições surgiram e tiveram seu papel também na difusão do conhecimento útil – salões, clubes variados etc., criando junto com a RC uma economia civil na qual os agentes econômicos se comportavam de maneira honorável, minimizando a necessidade de terceiras partes (isto é, o Estado) para fazer valer os contratos.

A RC era uma comunidade intelectual internacional composta de *scholars* e literatos unidos por uma intensa troca de ideias através de cartas, atuando em um ambiente político policêntrico, cujas regras básicas eram a livre entrada, a contestabilidade (o direito de desafiar qualquer forma de conhecimento), a transnacionalidade e o compromisso de tornar público o novo conhecimento. Essa comunidade fornecia um conjunto de incentivos institucionais encorajando as estrelas artísticas e acadêmicas. Provia um mercado competitivo não apenas para ideias, como também para as pessoas que as geravam em suas lutas para ganhar reconhecimento e patrocínio. Havia uma intensa competição entre Estados e indivíduos ricos para ter o privilégio de patrocinar os melhores e mais brilhantes europeus, qualquer que fosse sua nacionalidade (ver Wuthnow, 1989). Duques, príncipes e reis competiam induzidos pelo prestígio, vaidade e necessidade de demonstrar riqueza e poder em um mundo altamente competitivo. É claro também que matemáticos, arquitetos, engenheiros e cartógrafos eram úteis militarmente. Enfim, havia a crença geral de que indivíduos altamente inteligentes e com grande bagagem de leituras, poderiam ser úteis para o Estado, aconselhando e ajudando a definir políticas. No caso dos mecenas burgueses, embora a capacidade de reconhecer e patrocinar o talento fosse vista como um sinal de sabedoria sendo, nesse sentido, uma forma de consumo conspícuo, havia também outras vantagens pragmáticas: ricos mercadores tinham um grande interesse em história natural e em detalhes do mundo material em áreas que afetavam diretamente seus negócios como a navegação e contabilidade, medicina e astrologia.

A RC foi uma instituição que resolveu a questão da recompensa dos indivíduos criativos pelos seus esforços e talentos. Ela fez o mercado de ideias funcionar com um conjunto de regras, embora com pouco poder coercitivo e sem estrutura formal, na base da legitimidade de um conjunto de crenças compartilhadas. A estrutura de incentivos que impulsionava o mercado de ideias

da RC dependia da reputação. E havia um conjunto de critérios pelos quais as reputações eram estabelecidas. Reputações requerem abertura, a qual era em parte impulsionada por uma ideologia relativa às obrigações morais dos cientistas em suas sociedades. Descartes, como os demais membros da RC, via como uma obrigação moral compartilhar o conhecimento. Ele acreditava que não deveria manter escondidos seus conhecimentos de física “sem pecar grandemente contra a lei que nos obriga a contribuir...com o bem geral da humanidade. Pois eles me fazem ver que é possível chegar a um conhecimento que é muito útil na vida...e assim nos tornar mestres e possuidores da natureza” (Mokyr, op.cit. p.99).

Por outro lado, os incentivos materiais nesse jogo de reputações eram principalmente os patrocínios, sobretudo pelos mecenas, além de uma publicação bem-sucedida. Se esperava que em troca do patrocínio os intelectuais demonstrassem lealdade aos monarcas e nobres que os patrocinavam. Porém, essa lealdade raramente se estendia para o controle direto sobre o que era escrito; bastavam dedicações calorosas. No século XVIII, com o crescimento do poder econômico da burguesia urbana aumentou o número de potenciais patrocinadores. Por sua vez, a competição internacional entre cortes, ricos patrões privados, universidades e, mais tarde, academias pelos melhores e mais eminentes *scholars*, implicava que no longo prazo o poder de controlar suas opiniões era cada vez mais limitado.

Reputação e rede de contatos se tornaram fortemente complementares: os intelectuais se avaliavam pela capacidade de se comunicar com as superestrelas do mundo de *scholars*. Por sua vez, as reputações cada vez mais se basearam não apenas na demonstração de erudição e conhecimento dos clássicos, mas sobretudo em fazer contribuições originais que pudessem ser avaliadas pelos pares na comunidade de *scholars*. Essa dinâmica em um contexto de competição de entidades políticas no sistema de Estados europeus levou à ascensão da ‘ciência aberta’ (David, 2008). Praticamente todos os *scholars* europeus que fizeram descobertas ou novos *insights* de qualquer tipo colocavam a informação em domínio público através de publicações variadas. Nesse sentido, o crescimento da ciência aberta como princípio institucional central do mundo intelectual no início da Europa moderna não ocorreu devido a

um projeto consciente. Foi uma propriedade emergente, consequência não esperada de um fenômeno diferente: *scholars* tentando construir sua reputação entre os pares de modo a obter várias vantagens, incluindo a muito esperada segurança financeira de um patrocinador e, com isso, liberdade e tempo para pesquisa tranquila.

Porém, a ciência aberta, o livre acesso ao conhecimento como um método de organizá-lo, acaba por se tornar ela própria um valor, algo a ser usufruído e protegido. Foi um exemplo notável de como instituições se internalizam e se transmutam em crenças culturais retroalimentando o processo. Desse modo, ela resolveu o dilema clássico de um recurso valioso, porém não apropriável: se o conhecimento era considerado como um bem público e difundido livremente, como a ciência aberta demandava, como então eram incentivados e recompensados aqueles que o criavam? Que tipo de direito de propriedade poderia dar segurança aos inovadores culturais?

As soluções encontradas foram complexas. De modo geral os direitos de propriedade em conhecimento útil eram de 3 categorias (Mokyr, op.cit., p. 184):

1-) o conhecimento propositivo era normalmente colocado no domínio público na expectativa de que outros iriam reconhecer seu valor e desse modo aumentar a reputação do seu autor. Nesse caso, o direito de propriedade significava apenas reconhecimento de autoria, mas não a exclusão de outros; ao contrário. Publicação e correspondência era cruciais para a operação a contento do sistema por todo o continente;

2-) em contraste, no caso do conhecimento prescritivo – tecnologia, aqueles que o geravam procuravam lucrar com sua exclusão. Em alguns lugares as invenções podiam ser patenteadas. A alternativa era tentar manter segredo da tecnologia, quando possível; isto é, nos casos em que o conhecimento não pudesse ser facilmente obtido com a engenharia reversa. Em alguns casos intermediários a ética da fonte aberta da República das Cartas – pela qual o livre compartilhamento e distribuição do conhecimento útil eram imperativos morais – se aplicava também à tecnologia;

3-) Por último, havia os casos em que os inventores propagandeavam amplamente seus inventos na expectativa de que, desse modo, suas reputações

aumentadas pelo reconhecimento público e *status* acadêmico, propiciariam boas comissões – patrocínios, empregos e consultorias.

Essa queda de barreiras entre as esferas da ciência aberta e da tecnologia patenteável, reduzia a recompensa monetária de muitos inventores, mas acelerava a disseminação tecnológica. Foi um caso de gestão comunitária de um recurso de acesso aberto, tal como teorizado por Elinor Ostrom. A RC foi capaz de fazer esta gestão, na medida em que ela formava um colegiado invisível de *scholars* e intelectuais conectados internacionalmente, baseado em um entendimento implícito de que o conhecimento era um bem não-rival a ser distribuído e compartilhado pela comunidade. Em termos práticos a RC foi uma instituição responsável pela operação de um mercado e por uma identidade. O mercado era aquele no qual a persuasão era equivalente a uma venda bem-sucedida, e o pagamento era a reputação aumentada. Embora durante muito tempo fosse apenas uma comunidade virtual - não havia no início instituições formais, nem congressos anuais, nem periódico próprio, ela forneceu uma estrutura institucional fora do comum, que com o tempo se provou como sendo de crucial importância para o desenvolvimento econômico da Europa ao estabelecer normas e incentivos que tornaram possível um peculiar mercado de ideias. Peculiar no sentido de que a recompensa para esforços bem-sucedidos era o ganho em reputação; a magnitude da recompensa usualmente tinha pouco a ver com o valor econômico ou social real para a sociedade de uma inovação intelectual e sim como era julgada meritória pelos pares, embora algumas vezes o Estado era muito interessado em encontrar uma aplicação militar, como foi o caso com os primeiros telescópios.

O ganho em reputação, por sua vez, era assegurado pelo direito à prioridade. Se uma das importantes características de boas instituições é elas definirem e fazerem valer direitos de propriedade, na RC os direitos de prioridade eram o equivalente dos direitos de propriedade de inovações intelectuais. O criador ganharia um direito de prioridade como aquele que corretamente descobriu alguma regularidade natural ou fenômeno, ou originou alguma nova ideia. Porém, esses direitos à prioridade não excluía outros de usá-las. O inovador bem-sucedido teria apenas seu nome associado à nova ideia. A RC e a rede que criou entre filósofos naturais foi um bom exemplo da eficácia das

redes de ligações fracas (ver Granoveter, 1973,1983). Diferentemente das redes de ligações fortes como famílias e pequenas comunidades, as conexões entre os membros de uma comunidade virtual como ela não eram transitivas - seus membros frequentemente não conheciam uns aos outros, de modo que a informação que os membros podiam trocar entre si não se sobrepunha necessariamente. Ligações fracas fornecem pontes entre comunidades locais dentro das quais os indivíduos possuem ligações fortes, como universidades. A principal desvantagem seria um nível de confiança menor. Porém, seu tamanho relativamente reduzido facilitava o controle do comportamento oportunista. É esse tipo de rede que produz as maiores chances de inovação em conhecimento codificável que poderia ser facilmente avaliado e verificado. Por contraste, ligações fortes em grupos coerentes e localizados podem ser preferíveis na disseminação de conhecimentos tácitos e práticos, como habilidades artesanais.

Enfim, para Mokyr a RC foi de muitas maneiras um fenômeno único na história das civilizações, tendo contribuído decisivamente para o avanço da ciência. Outras civilizações realizaram avanços científicos e tinham mercados de ideias, mas sempre em algum momento eles entravam em retornos decrescentes, na medida em que as forças reacionárias que protegiam o *status quo* passavam a resistir à introdução de inovações adicionais. Ela contribuiu poderosamente para o iluminismo industrial oferecendo ao mercado de ideias o meta-conceito de que o relacionamento do homem com o meio ambiente era baseado na inelegibilidade e na instrumentalidade (Dear,2006). Por volta de meados do século XVII o conhecimento útil era cada vez mais reconhecido como uma força potencialmente poderosa de mudança econômica, se tornando uma fonte de otimismo social e uma força de progresso. Mais do que nunca a crença, de origem medieval, em um universo compreensível e em um meio ambiente controlável foi sendo confirmada pelos *insights* da filosofia natural e fatos que iam se sucedendo.

É interessante notar que as diferenças e a rivalidade entre Inglaterra e França tiveram um papel positivo na difusão do pensamento científico na Europa. O empiricismo britânico transformou o racionalismo francês e a propaganda científica francesa transformou a Europa. O empiricismo característico do ambiente cultural inglês se deve em grande medida ao puritanismo que tanto

marcou a cultura inglesa. A importância histórica do puritanismo para o aumento do conhecimento útil na Inglaterra foi colocada na agenda dos historiadores por Merton (1973), ao ligar o puritanismo à ascensão da ciência moderna. Sem dúvida o trabalho de Bacon era bastante condizente com a ideologia puritana embora ele próprio não o fosse. O argumento muito pertinente de Merton era de que sendo o século XVII extremamente religioso, se as crenças religiosas não estivessem alinhadas com o progresso econômico, um dos dois teria que ceder. Para muitos cientistas na segunda metade do século XVII a escrita e a pesquisa científica eram uma forma de prática religiosa. Foi com o iluminismo que o peso da ênfase mudou da glorificação de Deus para o bem-estar da humanidade, mas as sementes estavam bem plantadas. Uma transformação de uma abordagem profundamente ética e devota da ciência e da tecnologia que predominou durante o século XVII para uma abordagem secular (mas não necessariamente atea) no final do século XVIII.

Para Mokyr (op.cit., pos.5352), se o crescimento da ciência na Europa requeria uma instituição transnacional tal como a RC, por outro lado era inevitável, e necessário, sua coevolução com a cultura e instituições locais, sendo um grande exemplo disso a coevolução do Puritanismo com a parte inglesa da RC. Pouco importa se a mudança cultural na Inglaterra coincidiu inteiramente com as crenças puritanas. O fato é que esta mudança, que mostra a influência de Bacon e baconianos sobre a ciência de Boyle, Wilkins e Ray, preparou o caminho para o iluminismo industrial inglês do século XVIII. A trajetória de Bacon para a RI via ciência puritana é facilmente discernível. O puritanismo ajudou a cimentar uma divisão do trabalho entre a ciência britânica e a continental que emergiu no Iluminismo. A ciência britânica tendeu a ser mais experimental (Khun,1976). Por outro lado, o desenvolvimento de um Iluminismo industrial na França mostra o caráter transnacional da transformação cultural: diferentes versões evoluíram durante o longo século XVIII (1660-1789), mas que interagiram constantemente. Enfim, o Iluminismo Industrial preparou o caminho para as nações aplicarem o conhecimento útil e alinharem suas instituições com a modernização econômica e o crescimento.

Das ideias debatidas no mercado de ideias da RC a mais importante era a ideia de progresso científico, tecnológico e, com o tempo, econômico e social.

O crescimento do conhecimento útil era central. É preciso ter claro, entretanto, que a ideia de progresso exige a confrontação da autoridade dos clássicos do passado algo que, como visto (3.1), representou um obstáculo decisivo na China. Cabe notar, porém, que o Iluminismo nunca abandonou completamente os clássicos, mas procurou combinar o melhor de antigos e modernos. O conhecimento superior de geografia a partir das grandes navegações também ajudou, mais do que qualquer outro fator, a minar a autoridade do cânon clássico. Enfim, a combinação de descobertas geográficas, avanços tecnológicos, um melhor entendimento da natureza e um acesso rapidamente crescente à informação, persuadiu cada vez mais os intelectuais a partir de 1500 que viviam em uma era mais sábia e melhor informada do que a era da antiguidade.

Embora houvesse um debate sobre em que consistiria precisamente o progresso e em como ele poderia ser promovido, a grande maioria concordava que o progresso material consistiria em avanços práticos dependendo do conhecimento útil. Em outras palavras, ciência e tecnologia combinadas eram um dos dois motores do progresso material. Ficou claro também que o outro motor eram as reformas políticas e legais, mudanças institucionais como chamaríamos hoje, que estimulariam o comércio, a acumulação de capital e as inovações. Foi desse mercado de ideias impulsionado pela RC que emergiu o movimento que foi chamado de Iluminismo, um fenômeno unicamente europeu. Estas foram, portanto, as raízes do desenvolvimento econômico europeu: uma cultura de melhorias práticas, a crença no progresso social e o reconhecimento de que o conhecimento útil era a chave de sua realização. Essas crenças foram complementadas por outros elementos culturais vistos hoje como iluministas, embora em sua grande maioria eram anteriores: a ideia de poder político como um contrato social, limites formais ao poder executivo, liberdade de expressão, contestabilidade intelectual, tolerância religiosa, direitos humanos legais básicos, a compreensão de que as trocas eram um jogo de soma positiva, a virtuosidade das atividades econômicas e do comércio, a santidade dos direitos de propriedade, o indivíduo e não o Estado como objetivo último da sociedade.

Entretanto, é necessário não perder de vista que os frutos plenos do casamento de ciência e tecnologia somente começarão a aparecer depois da segunda metade do século XIX. Tecnicamente, no século XVIII a ideologia

do progresso era ainda apenas uma esperança. Como observa Gillispie (1980, p.336), no século XVIII, qualquer que possa ter sido a inter-relação entre ciência e produção ela não consistiu na aplicação da última teoria às técnicas para cultivar e fazer coisas. Poucas invenções importantes antes de 1800 podem ser atribuídas a descobertas científicas ou dependeram de algum *insight* científico. Os pensadores iluministas sabiam que o casamento da ciência e produção poderia produzir enormes benefícios para a humanidade. Mas o namoro estava fadado a ser longo. Mokyr (op.cit. p.274) se pergunta o que afinal a filosofia natural colocou na mesa nas décadas durante e depois da explosão de macro invenções que nós identificamos com a clássica Revolução Industrial? E por que é tão controvertido o papel da ciência? Para ele, em parte o problema se deve à nossa maneira de pensar a ciência, na medida em que tendemos a pensar a ciência como sendo mais analítica do que descritiva. O século XVIII gastou uma enorme energia intelectual para descrever o que não podia ser entendido. Os 3 Cs – contar, catalogar e classificar, eram típicos do programa baconiano que o século XVII deixou como herança para o século seguinte. O Iluminismo Industrial deve então ser entendido inicialmente como um projeto empírico, com apenas flashes ocasionais em termos analíticos antes do século XIX. De qualquer modo, não há dúvida que a coleta e análise de dados obviamente ajudou em muitas aplicações práticas.

Em resumo, as crenças culturais, que estavam lentamente amadurecendo durante os séculos XVI e XVII, afetaram a tecnologia e com o tempo a produção, a produtividade e a performance econômica, sendo que parece claro para Mokyr que o *timing* dos eventos sugere que a direção da causalidade foi basicamente da mudança cultural para o crescimento do conhecimento útil e não o contrário. A esperança dos homens iluministas do começo do século XVIII de que o conhecimento útil se tornaria o fator central na mudança econômica era baseada não tanto na experiência e em fatos históricos, mas principalmente na crença metafísica de que o universo era passível de ser conhecido e manipulado, e na esperança de que a acumulação de conhecimento natural iria no final compensar. Pequenos avanços fortaleceram essa crença em meio à prevalência ainda de uma considerável dúvida sobre a desejabilidade do progresso tecnológico que poderia desempregar. Na era mercantilista, que estava

lentamente acabando, mas permanecia forte ainda no começo do século XIX, a crença maior era de que o emprego e trabalho eram de responsabilidade central da política econômica e frequentemente tinha uma posição ambivalente sobre o progresso tecnológico poupador de trabalho por causa do medo do desemprego. O próprio David Ricardo, um dos grandes profetas da política econômica liberal, expressou grande preocupação que o progresso tecnológico poderia provocar desemprego.

Desse modo, somente no contexto europeu de fragmentação geopolítica e mercado unificado de ideias que não podiam ser suprimidas se pode compreender a vitória da crença no progresso tecnológico como um fenômeno benevolente e progressista. O Iluminismo Industrial foi um movimento explicitamente comprometido com a difusão e disseminação de conhecimento e ideias. A retórica, ou seja, o modo de persuasão, foi fundamental. Uma minoria, uma elite de algumas centenas de milhares de empreendedores inovadores levaram à frente a RI, cujas inovações foram disseminadas por forças de mercado não controláveis pelos governos.

### Parte III. Uma Trajetória Evolucionária

#### 11. A Mutação Societária Europeia

O argumento central desse ensaio histórico foi que a Revolu o Industrial somente poderia ter ocorrido em civiliza es onde a introdu o sistemática de inova es de todos os tipos – culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas, não fosse bloqueada ou controlada por aqueles com interesses velados na ordem sociopolítica estabelecida. A introdu o de inova es sempre produz ganhadores e perdedores, embora não seja um jogo de soma zero. Além disso, a aversão   introdu o de inova es não se limita àqueles com risco de perder posi es privilegiadas em uma dada ordem sociopolítica, mas se estende   popula o como um todo que resiste   mudança de hábitos arraigados, geralmente justificados por culturas legitimadoras do *status quo*. A pressão competitiva foi a força básica que enfraqueceu o suficiente a capacidade dos agentes em resistir a inova es que ameaçavam as respectivas posi es na estrutura social. Uma força evolucionária de competi o por poder e recursos escassos que existe em qualquer circunstância. Porém, ao longo da história, desde as cavernas, a competi o intergrupos humanos – bandos, tribos, estados - teve um efeito limitado na competi o *intra* grupos<sup>163</sup>.

Foram centenas de milhares de anos com a humanidade vivendo sob a forma de bandos até o surgimento das formas tribais. Não se sabe como, nem quando, exatamente um bando se transformou em uma tribo. Pode ter sido pela incorpora o de outros bandos por um mais forte ou pela aço de um líder carismático juntando vários bandos, porém o aumento do tamanho da popula o agrupada implica forçosamente um aumento de complexidade, com inova es culturais, institucionais e organizacionais importantes<sup>164</sup>. As formas tribais, por

---

<sup>163</sup> Para Darwin, a **competi o** intergrupos   o acicate da **coopera o** intra grupo. Ou seja, tende a reforçar a coesão e, por conseguinte, a estabilidade da estrutura social de cada grupo. Para que a competi o intergrupos possa ter um efeito evolucionário de mudança significativa da estrutura social   necessário que os grupos tenham uma estrutura social mais complexa, onde exista maior competi o interna por recursos escassos e, por conseguinte, uma maior probabilidade de varia es.

<sup>164</sup> Estudo realizado na Nova Guiné oferece uma possível explica o evolucionária para o surgimento das formas tribais. Ele mostra como um bando conseguiu aumentar seu tamanho por meio de um particular pacote de normas sociais e crenças sobre rituais de deuses que permitiu a constru o de pontes

sua vez, se tornam dominantes e se mantêm estáveis por algumas dezenas de milhares de anos até o surgimento de formas estatais, que vão se tornar dominantes pelas mesmas razões que as tribos se tornaram em relação aos bandos: maior grau de complexidade e tamanho que se traduz em maior poder militar. Ainda assim, inúmeros grupos tribais durante muitos séculos enfrentaram com sucesso estados em vários espaços civilizacionais. As tribos mongólicas, atacando simultaneamente estados em três espaços civilizacionais, as tribos germânicas dando o golpe final em um decadente Império Romano. Mas acabaram derrotadas/assimiladas. No total, uns poucos milhares de anos se passaram desde a ascensão de formas estatais até que surgissem algumas capazes de evoluir para um estado capitalista moderno.

A estabilidade social dos grupos humanos mais simples decorre, fundamentalmente, do fato que a competição por recursos entre os membros do grupo é mais facilmente controlável pela estrutura de poder que se estabelece. Um poder familístico altamente despótico, porém não arbitrário. Despótico na medida em que os indivíduos como tais não possuem identidade própria; esta é definida pela sua posição no grupo familiar/tribal, que toma todas as decisões concernentes à vida pessoal de cada membro. Não-arbitrário na medida em que os próprios líderes do grupo estão subordinados a um conjunto de regras costumeiras, que deixa pouco espaço para decisões injustas com o objetivo de ganho pessoal - ganho econômico e/ou emocional (prazer do exercício do poder). É rara a ocorrência de variações internas que poderiam dar uma vantagem competitiva para um grupo na competição com outros grupos humanos.

No caso de sociedades estatais mais complexas essa variabilidade é maior, o que explica sua evolução mais rápida. Porém, ainda assim durante milênios a competição entre as diversas formas estatais resultou apenas em espaços civilizacionais sujeitos a movimentos de unificação (impérios) e fragmentação, mas suficientemente estáveis para impedir uma transformação evolucionária significativa. Essa estabilidade, por sua vez, resultava da

---

emocionais através de clãs, promovendo harmonia interna e alimentando a solidariedade através de toda a aldeia. Ver Henrich (2015), p.96.

capacidade dos detentores do poder de bloquear ou controlar a introdução de inovações uma vez consolidada uma dada ordem sociopolítica e cultural. No entanto, diferentemente do despotismo familístico, o despotismo característico das formas estatais é altamente propenso a arbitrariedades. Até certo ponto, a arbitrariedade pode fazer parte dos mecanismos de estabilidade, como é o caso quando se trata da violência exemplar extrema para o controle da população pelo terror. Porém, trata-se de um mecanismo de controle *self-defeating*. A violência exemplar tem que ser usada de acordo com certas regras. No entanto, essas regras tendem a ser violadas nas disputas por poder. Em sociedades estatais mais complexas, onde o exercício do poder não é constrangido por regras costumeiras como em uma tribo, o desejo de poder inerente à natureza humana tem mais espaço para se manifestar. Sempre surgem indivíduos capazes de levar mais longe esse desejo promovendo disputas e lutas e, desse modo, causando instabilidades variadas, **destruições não-criativas**, que acabam por levar inelutavelmente à decadência e/ou desaparecimento, e não a uma evolução para formas mais adaptáveis e resilientes<sup>165</sup>.

Nesse sentido, foi um elemento aleatório imprevisível, equivalente a uma mutação genética no reino animal, que fez com tenham surgido formas estatais dentro de um espaço civilizacional onde inovações de todos os tipos não tinham como ser controladas pelas forças de estabilização. Foi o caso da civilização que surge na Europa Ocidental após a queda do Império Romano. Uma civilização cuja identidade cultural resultara da fusão da herança cultural greco-romana com as tradições tribais germânicas sob a égide da cosmovisão religiosa judaico-cristã, porém permanentemente fragmentada entre inúmeras formações estatais. Além disso, e de modo peculiar, a fragmentação competitiva se reproduzia no interior desses estados entre grupos corporativamente organizados. Por último, os agentes individuais eram movidos por uma psicologia também peculiar, 'estranha' à prevalecente nas populações de outras civilizações, que os deixava mais abertos a inovações. Entre as diversas corporações em jogo cabe destaque especial a uma corporação religiosa que foi capaz de exercer influências culturais, institucionais e políticas decisivas, dando

---

<sup>165</sup> O caso chinês ilustra uma situação das mais bem sucedidas de controle da introdução de inovações que permitiu manter a estabilidade por muitos séculos, até a emergência de uma civilização mais poderosa cujo contato mostrou a enorme fragilidade em que se encontrava um imenso estado imperial.

origem a formas de organização familiar e de governança estatal historicamente inéditas. Esse espaço duplamente fragmentado da matriz medieval da Civilização Ocidental era uma condição necessária, porém não suficiente para seu dinamismo inovador. Foi necessário também um quadro cultural/institucional peculiar. O legado civilizacional medieval, por sua vez, vai condicionar uma trajetória evolucionária que cria as condições necessárias e suficientes para a eclosão da Revolução Industrial.

Da narrativa apresentada salta aos olhos o quão peculiarmente aberta à introdução de inovações foi a trajetória civilizacional europeia. Inovações que, por definição, mudam o modo como o trabalho é organizado e realizado; o modo de fazer negócios; o modo como as pessoas pensam. Enfim, vão mudando completamente a ordem sociopolítica. A Revolução Industrial resultou justamente de uma aceleração, uma explosão de inovações, que somente poderia ter ocorrido como resultado dessa trajetória de contínuas mudanças culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas.

Após um longo período de formação, que vai da queda do Império Romano no século V até a consolidação da ordem feudal por volta do final do século X, a matriz medieval da Civilização Europeia se define: família nuclear e corporações em vez de clãs familísticos fornecendo bens públicos que os estados não tinham como suprir. Uma civilização que nos séculos seguintes vai se transmutando, dando origem a novas ordens sociopolíticas: de ordens sócio-políticas feudais para ordens sócio-políticas capitalistas territoriais – Estados nacionais monárquicos mais ou menos absolutos e, depois, monarquias parlamentares e repúblicas. Não deixa de ser surpreendente que somente este simples fato singular não tenha levado a refletir aqueles que negam a existência de peculiaridades civilizacionais europeias, as quais pudessem ser favoráveis à eclosão da Revolução Industrial. Peculiaridades que permitiram a introdução sistemática de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas que se impactam mutuamente. A condição necessária fundamental era a incapacidade dos detentores do poder de impedir ou controlar a introdução de inovações.

Essa incapacidade se devia, primariamente, à fragmentação do poder não somente entre uma pluralidade de formações estatais, como também pela fragmentação do poder dentro das próprias formações estatais. Dentro dos reinados feudais o poder estatal dos monarcas era severamente confrontado pelos baronatos senhoriais organizados em assembleias regionais, bem como por instituições corporativas independentes do Estado – Igreja e instituições associadas (universidades, monastérios) e corporações de ofício. Em sua competição com os baronatos feudais as monarquias tinham uma arma importante que era o provimento de uma instância judicial superior àquela dos tribunais senhoriais locais. Esses, por sua vez, além de serem poderes armados, tinham a seu lado o contrato não escrito do **sistema de vassalagem**. Por outro lado, em sua competição com os poderes temporais a Igreja buscou a autonomia de jurisdição que deveria caber a uma autoridade espiritual através do desenvolvimento de um código legal que assegurasse, entre outras coisas, a separação dos poderes temporal e espiritual, que está na origem do Estado laico moderno. Desta tripla competição emerge o **Império da Lei** que vai limitar o despotismo dos Estados territoriais em ascensão e abrir caminho para o florescimento da democracia representativa.

A quarta força em competição eram as cidades independentes governadas pelas **Comunas**, as quais representaram uma inovação institucional de governança corporativa relativamente democrática envolvendo as corporações de ofício e que possuíam mecanismos de controle do poder executivo. Uma governança onde o conceito de **cidadania** jogava um papel fundamental. Trata-se de um conceito de origem greco-romana, mas que adquire um novo sentido nas cidades medievais, um sentido bem mais marcado de responsabilidades mútuas entre governos e governados. Alternando alianças com as monarquias e os baronatos feudais, as cidades garantiram sua independência e atuaram como fronteiras internas para os servos de gleba que para elas fugiam. Desse modo, representaram um poderoso elemento de dissolução do sistema de servidão feudal e, portanto, do feudalismo. “Governos de mercadores, por mercadores e para mercadores”, as cidades medievais promoveram a expansão dos mercados desde seu renascimento no século XI, sendo durante vários séculos a principal força de expansão do capitalismo.

Dentro delas, inovações na organização do processo de trabalho vão minando as corporações de ofício – as Guildas artesanais, que de importante inovação institucional/organizacional haviam se transformado em forças reacionárias a mudanças. Embora aliadas dos mercadores na governança das comunas, as corporações de ofício artesanais não tiveram poder para coibir o *putting-out* que permitia àqueles ter o controle da organização do processo de trabalho. A organização do trabalho artesanal pelas corporações de ofício, que havia elevado imensamente a qualidade da produção artesanal, vai sendo substituída pela organização da produção baseada na parcelização e divisão do processo de trabalho e em trabalhadores assalariados.

No campo, as novas oportunidades de produção trazidas pela expansão dos mercados e das cidades vão se somar (e acelerar) à fuga dos servos na dissolução do sistema de servidão e na ascensão do capitalismo agrário. Torna-se viável economicamente a introdução de novas técnicas de produção mais eficientes, levando a uma diferenciação social entre o campesinato com o surgimento de unidades de produtivas baseadas em trabalho assalariado. A prestação devida ao senhor da terra (a *corveia*) se monetiza por exigência deste, atraído pelo desejo de consumo estimulado pela maior abundância de mercadorias nas cidades. O camponês passa a ter que vender diretamente nos mercados urbanos seus produtos facilitando, desse modo, o êxodo rural. Senhores endividados vendem suas terras, que se transformam em ativos negociados nos mercados. Enfim, a economia de mercado avança sem cessar sobre os vastos espaços de subsistência regulados por relações não-mercantis.

Os dois outros *players* importantes que se somaram aos demais na configuração de uma sociedade aberta à introdução de inovações foram os monastérios e as universidades. Embora ligados à Igreja, os monastérios tiveram uma grande autonomia de ação. Tiveram um peso enorme na definição da matriz civilizacional medieval. Nos primeiros séculos praticamente concentraram todo o conhecimento registrado disponível em suas bibliotecas. Centros de conhecimento e de produção de livros, sem os quais não há uma economia do conhecimento. Uma série de inovações permitiram aumentar o máximo possível a produção manuscrita. Uma produção de livros manuscritos que irá transbordar dos monastérios para as cidades e atingir um volume de produção per capita

sem precedentes na história das civilizações. No seu apogeu se tornaram praticamente empresas proto-capitalistas, verdadeiros centros de inovações de todos os tipos, agrícolas e não agrícolas. Além disso, exerceram um protagonismo importante no plano político.

As universidades, por sua vez, representaram uma inovação espetacular. Sua origem foram as Escolas das Catedrais, que se transmutaram em instituições de ensino superior distintas de tudo que até então existira em todas as civilizações pela sua imensa autonomia, que incluía autonomia de pesquisa. Tiveram também um grande protagonismo político, tendo sido o berço da formação de uma classe de intelectuais com forte presença no debate público. Desafiavam inclusive a autoridade da Igreja à qual estavam em princípio subordinadas. Representaram uma enorme demanda por todo tipo de conhecimento, lugar de pesquisas variadas e de debates intensos que podiam chegar a extremos de duelos entre os debatedores! Em especial merece destaque seu papel decisivo na formação de uma classe de profissionais de direito, fundamental para a consolidação do Império da Lei, bem como na continuidade e desenvolvimento de uma cultura do conhecimento precursora da Revolução Científica.

Por outro lado, esse espaço europeu duplamente fragmentado - geopoliticamente entre estados, regiões e cidades, bem como dentro de cada *politie* entre forças concorrentes organizadas corporativamente, se torna um espaço cada vez mais unificado economicamente por inovações institucionais como o **sistema de responsabilidade comunitária**, inventado pelos grandes comerciantes, que promovem a especialização regional e, desse modo, criam um mercado Europeu unificado. Um mercado não apenas de produtos, mas também de serviços, que levou a uma grande mobilidade da mão de obra assalariada especializada. Enfim, os mercados se expandem continuamente de modo a tudo ir abarcando, não somente os produtos da terra ou da indústria, mas também o dinheiro, o trabalho, as propriedades fundiárias. Esta é uma clara diferença entre a Europa e o restante do mundo, onde a economia de mercado encontrava limites estritos para sua expansão.

Além da integração econômica, outro elemento decisivo de unidade na diversidade foi cultural/legal. Culturalmente, a Igreja, as universidades e os monastérios representavam em si mesmos essa unidade na diversidade, pois conquanto agentes politicamente ativos na fragmentação de poderes, fomentavam a unidade em torno de valores fundamentais como o apreço pela Lei e a soberania do indivíduo, bem como em torno de uma cosmovisão progressiva da história, onde era possível a melhoria da condição humana, e de uma crença na natureza como criação racional divina cujos segredos eram acessíveis à razão humana. Professores e estudantes circulavam entre as universidades por toda a Europa, sendo que os diplomas tinham validade em todos os territórios. O Latim como língua franca facilitou enormemente esse intercâmbio, continuando a ser usado como língua científica e literária por muito tempo. Do ponto de vista legal, a Igreja e suas instituições foram capazes de fazer com que a Cristandade se tornasse a principal agência regulatória em um espaço fragmentado, com uma extensa rede de poder capaz de garantir essa regulação. A Cristandade como sistema normativo foi negligenciado historicamente como um fator causal na emergência do capitalismo.

A ascensão dos Estados territoriais vai reduzir progressivamente a importância da maioria dos *players* da dinâmica competitiva medieval: as corporações de ofício, os monastérios, as universidades, a própria Igreja, chegando às cidades. Porém, de modo algum esse fato reduz a intensidade da competição, pelo contrário. Os Estados em ascensão já emergem em meio a uma competição feroz com as cidades-estados e entre si. Dentro deles a burguesia inicia sua trajetória triunfante seja se aliando à nobreza como na Inglaterra, seja 'fagocitando-a' como na França e em outros países continentais. Uma nobreza declinante, porém, suficientemente protegida pela tradição legal para continuar lutando pela recuperação e/ou manutenção de privilégios. Por outro lado, a burguesia enfrentava monarquias que eram absolutas, *ma non troppo*.

Em três séculos e meio, a partir do último quarto do século XV até o começo do século XIX, antes da grande aceleração da Revolução Industrial, praticamente todos os estados Europeus perseguem políticas industriais e comerciais, com a frota marítima europeia crescendo 16 vezes, cerca de 6 vezes

em termos per capita. Invenções disruptivas, parte delas importadas, foram difundidas com enorme impacto socioeconômico e cultural: imprensa, pólvora, técnicas de navegação de alto mar, relógio mecânico. Os enormes impactos inovadores que causaram foram consequência do fato que a Europa estava preparada para elas: tecnológica, institucional e culturalmente. O que explica o fato de que embora muitos desses impactos inovadores tivessem resultado de invenções importadas, elas não tiveram qualquer impacto significativo nos espaços civilizacionais de onde vieram.

Não por acaso a Revolução Industrial vai iniciar-se no primeiro Estado territorial europeu onde a burguesia assume plenamente o poder, reduzindo a monarquia absoluta a uma monarquia parlamentar. Até então isso tinha acontecido apenas em um pequeno estado territorial, os países baixos unificados em torno de Amsterdam. Em um espaço territorial como o Inglês, a nobreza se alia à burguesia, adotando seus valores nos negócios, algo decisivo para a criação de um mercado nacional com escala suficientemente grande para representar um diferencial decisivo, em termos de dinamismo, em relação aos seus competidores continentais. Na França, sua principal concorrente, a nobreza resiste à assimilação burguesa e terá que ser decapitada junto com a monarquia para que a burguesia assuma o controle. Em especial em relação à integração agricultura-indústria a Inglaterra vivencia um círculo virtuoso de estímulos mútuos que vai demorar um século a mais para ocorrer no Continente. Particularidades geográficas vão ajudar também na formação de um mercado nacional integrado e na possibilidade de transporte barato de uma fonte de energia fundamental da IR: o carvão mineral.

Por último, um ingrediente decisivo, pan-europeu, uma cultura do conhecimento e do progresso que abre caminho para a Revolução Científica. A cultura do conhecimento europeia que começa na Idade Média vai atingir um outro patamar de amplitude a partir da invenção de Gutenberg e do aumento da taxa de alfabetização que ela facilita. Porém, para a eclosão da Revolução Científica no século XVII foi fundamental uma inovação institucional informal chamada **República das Cartas**: um sistema de correspondência que unia cientistas (e literatos) de toda a Europa, os quais se beneficiavam da fragmentação competitiva para produzir um conhecimento que não podia ser

apropriado, nem controlado, por nenhum poder. Mais de um século ainda foi necessário para que a aplicação dos conhecimentos científicos nos processos produtivos se tornasse sistemática e, desse modo, causando efetivamente a explosão de inovações que caracteriza a Revolução Industrial no século XIX.

Cientificamente, portanto, a Inglaterra não se diferenciava de modo significativo de seus principais concorrentes continentais. Porém, quando se trata da aplicação da ciência, o iluminismo industrial inglês a deixava em uma posição de inegável superioridade. Em resumo, o *mix* dos fatores relevantes que determinaram a trajetória europeia rumo à Revolução Industrial, comum a todos os países europeus ocidentais, atingiu antes na Inglaterra o ‘ponto de ebulição’ com o surgimento e consolidação do capitalismo moderno. A partir de então, a pressão competitiva levou muito rapidamente os principais contendores da Inglaterra a superar seus atrasos, inovando ou adaptando suas instituições para iniciar as próprias revoluções industriais.

Essa trajetória civilizacional como a descrevemos corrobora as análises evolucionárias de Henrich (2015) e Hodgson (2015). Henrich procura mostrar o que ele vê como uma evolução cultural/biológica que dá origem a uma psicologia peculiar, **estranha**, das pessoas no Ocidente quando comparada às psicologias das pessoas nas demais sociedades. Uma psicologia peculiar porque forjada em uma também peculiar dinâmica evolucionária em sociedades não-familísticas. Hodgson, por sua vez, procurar mostrar as origens do capitalismo moderno em uma dinâmica evolucionária de subsistemas que o compõem e que o antecedem. Uma dinâmica evolucionária também marcada decisivamente pela destruição do familismo como base das relações sociais.

## 12. A Psicologia Ocidental

Ao analisar os resultados de uma ampla revisão bibliográfica de estudos transculturais reveladores de importantes aspectos da psicologia humana, J. Henrich (2015) chegou a três conclusões notáveis: 1-) Amostras maciçamente viesadas: a maior parte do que era conhecido experimentalmente sobre psicologia humana era baseada em estudos com estudantes universitários ocidentais, a maioria americana; 2-) Diversidade psicológica: ficou claro a existência de diferenças psicológicas importantes entre populações distintas,

que não aparecem na leitura dos livros texto e revistas científicas tanto em psicologia como em economia comportamental; 3-) Peculiaridade psicológica: dados transculturais disponíveis sobre múltiplas populações revelam que as amostras ocidentais se localizam no extremo da distribuição; os ocidentais aparecem psicologicamente estranhos quando comparados com as demais populações. A palavra estranho em inglês, *weird*, inspirou a criação do acrônimo W.E.I.R.D significando ocidental, educado, industrializado, rico e democrático, para caracterizar a psicologia dos participantes de amostras compostas de pessoas dos países desenvolvidos ocidentais.

A questão para ele, então, seria como explicar essa estranheza, ficando já subentendida a hipótese de uma correlação entre a psicologia das pessoas no Ocidente e sua trajetória de desenvolvimento econômico e social. Henrich entende que a hipótese de uma psicologia peculiar para explicar em última instância a Revolução Industrial e a ascensão dos estados democráticos desenvolvidos não invalida, mas sim acrescenta mais uma variável explicativa, embora de grande relevância, às que vêm sendo levantadas pelos estudiosos desse fenômeno histórico. Em nossa narrativa ela se encaixa perfeitamente e oferece um complemento interessante à análise evolucionária de Hodgson (2015) sobre a ascensão do capitalismo moderno que será discutida no próximo capítulo.

### **12.1. Cultura e Psicologia**

Ao longo da história humana, as instituições mais fundamentais se enraizaram no familismo. As normas emergentes tenderam a se ancorar sobre e estender os instintos dos primatas em cuidar das crias, dos parentes próximos, do acasalamento e evitar o incesto. Do mesmo modo que os demais primatas, os humanos possuem inclinações altruístas inatas em relação aos parentes geneticamente próximos. E tendem a estender o círculo criando instituições que o permitam. O casamento é uma delas, permitindo garantir a paternidade certa, bem como estender a família criando os parentes legais (sogros, sogras, genros, noras, cunhados). Os rituais, e a cultura que os produz, cumprem uma função essencial no estreitamento das relações no grupo, na cooperação.

Nos últimos dois milhões de anos, a espécie humana evoluiu em grande medida em resposta a conflitos. As próprias guerras são uma forma de competição que fortalece as motivações igualitárias entre as pessoas, mas somente em relação aos próprios grupos. Em sociedades onde a sociabilidade permanece baseada em relações interpessoais (familísticas), com moralidade relacional (isto é, baseada em afinidades relacionais entre parentes), uma maior competição intergrupos favorece clãs, negócios familiares, ou organizações mafiosas. Seus membros não podem “trocar de time” ou recrutar facilmente novos membros. Desse modo, a competição nesse contexto só pode acentuar ainda mais as divisões existentes ao estimular uma união ainda mais forte das pessoas com seus clãs e suas normas de regulação relacionais. O espaço para a confiança impessoal se reduz ainda mais<sup>166</sup>.

É preciso ter em conta também que na evolução psicológica da população em cada sociedade, as convicções religiosas podem moldar poderosamente o processo de tomada de decisão, a psicologia e a própria sociedade; a cultura (crenças, práticas, tecnologias e normas sociais) pode moldar os cérebros das pessoas, a biologia e a psicologia, incluindo motivações, habilidades mentais e vieses na tomada de decisão; não se pode separar cultura de psicologia ou psicologia de biologia, porque a cultura reconecta fisicamente os cérebros humanos e, desse modo, molda como as pessoas pensam; por sua vez, mudanças psicológicas induzidas pela cultura podem moldar de todas as maneiras eventos subsequentes ao influenciar o que as pessoas prestam atenção, como elas tomam decisões, que instituições elas preferem e como elas inovam. A espécie humana é uma espécie cultural. Suas evoluídas capacidades para o aprendizado cultural foram afinadas para saber de *quem* aprender (pessoas de sucesso e prestígio), *o que* aprender (o que é mais importante em um conjunto de informações) e *quando* usar esse aprendizado cultural em vez de outras fontes informacionais como a experiência individual ou intuições inatas (quando os problemas são difíceis, as situações ambíguas ou o custo de

---

<sup>166</sup> Contemporaneamente, na China após a descoletivização do campo nos anos 80, os clãs chineses começaram imediatamente a se reconstituir, passando a competir por terra e acesso a oportunidades econômicas, especialmente em aldeias com múltiplos clãs. Os clãs dominantes acabaram por expulsar os mais fracos, forçando as pessoas a procurar retornar (*laojia*) às suas aldeias ancestrais, onde seus clãs eram dominantes. Ver Henrich (2015), p.357.

aprendizado elevado). O que é crucial é que essas habilidades de aprendizado que evoluíram geneticamente não resultaram simplesmente do *download* de um pacote de *software* cultural em um *hardware* neurológico inato, dado que a cultura altera a biologia e a psicologia dos cérebros humanos. Enfim, as instituições moldam a psicologia e a psicologia molda as instituições (ver Henrich, p.72).

Na Europa, esse processo evolucionário cultura-gens ocorreu de modo excepcional em um contexto não-familístico. Na origem de tudo estaria uma seita Cristã que desde o final do Império Romano difundiu um pacote particular de crenças e normas sociais que alteraram dramaticamente o casamento, as famílias, a herança e a propriedade. Uma seita que se transformou na religião dominante organizada por uma instituição *suis generis*. A Igreja Católica teria inadvertidamente alterado a psicologia das pessoas ao promover um conjunto peculiar de proibições e prescrições sobre casamento e família que dissolveram a densa interconexão entre clãs e clãs estendidos (*kindreds*) existente na Europa em famílias nucleares e casamentos monogâmicos. As mudanças sociais e psicológicas induzidas por esta transformação vão ter consequências profundas.

As instituições não-familísticas influenciam as psicologias das pessoas de uma maneira distinta das instituições familísticas. O próprio casamento monogâmico em si muda a psicologia dos homens, incluindo hormônios. Uma grande conquista social no início da Idade Média foi a imposição das mesmas regras de conduta sexual e doméstica para ricos e pobres, do rei ao camponês. Certamente quebrar as regras era mais fácil para os poderosos, mas eles não podiam reivindicar como um direito mulheres e escravos. A supressão da competição entre homens por mulheres, produzindo uma distribuição mais justa de mulheres, muda a psicologia com efeitos na redução de crimes, violências, no pensamento soma-zero, promovendo um nível maior de confiança, investimentos de longo prazo e acumulação econômica contínua. Os homens de menor status social têm possibilidade de casar-se, formar família e investir no futuro. Para os homens de alto status social a competição não é mais para a acumulação de mulheres e concubinas. Por sua vez, as famílias menores que resultam desse tipo de casamento possuem maior mobilidade residencial, tendem a desenvolver maior individualismo psicológico, maior pensamento

analítico, menor devoção à tradição, maior desejo de expandir a rede de relacionamentos sociais e maiores motivações de igualdade em vez de lealdade relacional (familística) (Idem, p.310).

Em um mundo monogâmico, onde a competição de soma zero é relativamente menos importante, há mais espaço para a formação de associações voluntárias e equipes que competem entre si. Por sua vez, uma maior competição entre associações voluntárias, sejam cidades livres, universidades, guildas, igrejas, monastérios, ou firmas modernas, pode aumentar a confiança, o sentimento de justiça e a vontade de cooperação das pessoas em relação a estranhos. Foi o que aconteceu na Idade Média Ocidental com proliferação das associações (corporativas) levando a uma intensa competição intergrupos, tendo como consequência aumentar e sustentar níveis mais altos de pró sociabilidade impessoal.

Os Europeus Ocidentais começaram a se ver como seres únicos e não como nódulos em uma rede social (familística) que se estende no espaço e no tempo, sendo capazes de fazer as próprias escolhas como indivíduos. Paradoxalmente, apesar do forte individualismo e auto obsessão, as pessoas no Ocidente tendem a aderir a regras ou princípios imparciais, podendo ser bastante confiáveis, honestas, justas e cooperativas em relação a estranhos ou outros anônimos. Ao contrário das sociedades familísticas, predomina o sentimento de culpa e não o de vergonha. O sentimento de culpa depende dos padrões das próprias pessoas, enquanto o de vergonha de padrões sociais e do julgamento público<sup>167</sup>.

Seguem-se outras características psicológicas das populações ocidentais, tais como estarem mais dispostas (pacientes) a diferir recompensa, o que estimula a poupança e mais propensas também a respeitar regras (não familísticas)<sup>168</sup>. Mais importante ainda, têm em conta estados mentais para fazer

---

<sup>167</sup> Pesquisa com uma amostra de 2.921 estudantes universitários de 37 países mostrou que as pessoas de sociedades mais individualistas, como EUA, Austrália, Holanda, raramente experimentam o sentimento de vergonha, e sim bem mais o sentimento de culpa comparado aos estudantes de outras sociedades. Idem, p.42.

<sup>168</sup> O caso das multas do pessoal diplomático em Nova York ofereceu um experimento natural que mostra este último ponto. Entre 1997 e 2002, o pessoal diplomático da ONU era isento do pagamento das multas de trânsito. Durante esse período os diplomatas do Reino Unido, Suécia, Canadá, Austrália e

juízos morais. Ou seja, ponderam a intencionalidade. Juridicamente isso implica levar em conta circunstâncias atenuantes. Diferentemente, as populações não ocidentais tendem a não considerar as intenções de uma pessoa em produzir um dado resultado, mas apenas o resultado em si. Outra característica importante é ter inclinações mais analíticas e menos holísticas<sup>169</sup>. As consequências do pensamento analítico e do uso de intenções em juízos morais ou legais foram decisivas para o desenvolvimento da lei, ciência, inovação e governo.

## 12.2. A Evolução da Psicologia Ocidental

A erradicação do familismo pela Igreja, a expansão de mercados impessoais e de formas ‘domesticadas’ de competição intergrupos (entre corporações) e o aumento da divisão do trabalho nos centros urbanos, levaram, então, a mudanças psicológicas que tiveram um papel central. Essa nova psicologia (*weird*) que estava emergindo em comunidades fragmentadas por toda a Europa Ocidental, acompanhada de mudanças nas normas sociais, tornou as pessoas mais propensas a pensar, endossar e adotar tipos peculiares de ideias, leis, regras, políticas, crenças, práticas e argumentos. Muitas das ideias modernas sobre lei, governo, ciência, filosofia, arte e religião, que teriam sido ‘impensáveis’, aversivas ou não-intuitivas para as pessoas em toda a história das civilizações, começaram a se tornar compatíveis com a estranha psicologia que estava emergindo na Idade Média. Essas novas ideias, leis e políticas tendiam a ser filtradas e selecionadas pela incessante competição intergrupos em mercados impessoais entre associações voluntárias – cidades, guildas, universidades, monastérios, associações científicas e, finalmente, estados territoriais, todos competindo pelas melhores cabeças e formando uma espécie cérebro coletivo europeu.

---

outros poucos países praticamente não tiveram nenhuma multa. Em contraste, diplomatas de países como Egito, Chad, Bulgária tiveram a maioria das multas. O estudo do perfil das multas mostrou que havia uma correlação entre a quantidade de multas por delegação de cada país com as respectivas posições no *ranking* mundial de corrupção. Idem, p.50.

<sup>169</sup> Por exemplo, depois de terem assistido um vídeo com cenas submarinas, testes de memória realizados mostraram que os asiáticos no extremo oriente tendiam a se lembrar do conjunto e o contexto bem mais do que os americanos, a observar mais todo o contexto em vez de focar em animais ou objetos. Idem, p.63.

O desenvolvimento do pensamento analítico, que permite melhor navegar em um mundo de indivíduos não atados a densas redes de relações familísticas, foi reforçado por uma cultura que induziu o aumento da alfabetização através do estímulo ao aumento da escolarização, à produção de livros e à disseminação de conhecimento. A alfabetização, por sua vez, muda a biologia e a psicologia das pessoas sem alterar seus códigos genéticos: aumenta o corpo caloso do cérebro e diminui a capacidade de reconhecimento facial. Desse modo, a cultura altera os cérebros, sua anatomia, e os hormônios, juntamente com as percepções, motivações, personalidades, emoções e muitos outros aspectos das mentes humanas.

Uma inovação cultural como a Reforma Protestante certamente contribuiu para o aumento da alfabetização. Porém, não se pode ter certeza da direção da causação: se o Protestantismo causou uma maior alfabetização ou se uma maior alfabetização levou as pessoas a adotarem o Protestantismo. Ou ainda, talvez ambos tenderam a emergir no rastro do crescimento econômico, governos representativos e desenvolvimentos tecnológicos com a imprensa. O que seria seguro dizer é que as populações europeias eram muito suscetíveis ao caráter altamente individualista das crenças protestantes. A noção de que um indivíduo (incluindo as mulheres!) deveria ele mesmo ler e interpretar os antigos textos sagrados teria sido considerado ultrajante e perigoso na maioria das sociedades pré-modernas. Porém, a alfabetização não é um caso especial, mas a ponta de um iceberg. Psicologias mais individualistas estimularam a urbanização, mercados comerciais, prosperidade, inovação e a criação de novas formas de governança. Por sua vez, esses desenvolvimentos reforçam o individualismo.

A emergência gradual da psicologia *weird* durante a Alta Idade Média, especialmente na Igreja e nas cidades, resultou que as ideias em que se apoiam as noções ocidentais de governo e lei se tornaram mais fáceis de se pensar e gradualmente mais intuitivas. Ao mesmo tempo, a dissolução dos laços familísticos e a evaporação das filiações tribais tornaram mais fácil implementar leis governando indivíduos e desenvolver assembleias representativas que funcionavam bem. Um processo de mudança de baixo para cima levado a cabo por indivíduos portadores de psicologias mais individualistas – mercadores, monges ou artesãos, que começaram a formar associações voluntárias

competitivas. Organizações de caráter corporativo, isto é, que tinham que decidir como se autogovernar de modo aceitável para seus membros, bem como para serem capazes de atrair novos membros em competição com outras organizações. Através de um processo de tentativas e erros, um crescente repertório de normas sociais e práticas organizacionais foram sendo ordenadas, incorporadas em estatutos e formuladas sob a forma de leis escritas. Por volta de 1200 os canonistas começaram formalmente a desenvolver a noção de direitos naturais, que passa para as universidades. Advogados medievais pensavam que eles estavam deduzindo ou inferindo leis divinas ou universais. Ao longo dos séculos essas ideias se espalham para os governos dos estados. Junto com o desenvolvimento de direitos individuais, os canonistas também começaram trabalhar com noções relacionadas ao papel de estados mentais na responsabilização criminal.

Pode-se inferir como e porque essas ideias sobre direitos individuais emergiram quando elas emergiram considerando como a psicologia das pessoas estava mudando. Essas pessoas não estavam mais presas em seus lugares de moradia rurais, mas sim migrando para as cidades em várias regiões. Libertas das amarras familísticas e compelidas a navegar em um mundo de mercados impessoais, organizações em competição, e crescentes especializações ocupacionais, elas teriam crescentemente focado sobre os próprios atributos, intenções e disposições. Com uma nova orientação analítica, elas teriam tentado explicar e justificar regras e leis por referência às propriedades internas delas próprias, ou seja, das pessoas e não seus relacionamentos familísticos. Quando necessário, elas iriam criar propriedades 'invisíveis' como 'direitos' a organizar leis e não formular leis racionalizadas pela necessidade de harmonizar relações familísticas (herdadas) preexistentes<sup>170</sup>.

Em resumo, a espécie humana é intensamente cultural. Por cerca de um milhão de anos os produtos de uma evolução cultural cumulativa – tecnologias,

---

<sup>170</sup> Em contraste com estes desenvolvimentos legais centrados nos indivíduos na Europa medieval, a punição por crimes na China no mesmo período dependia das relações (de parentesco ou não) entre os indivíduos envolvidos. Em geral, os crimes cometidos contra parentes eram punidos mais severamente do que aqueles contra não-parentes. Ou então, seguindo a hierarquia familística, os mais velhos podiam cometer crimes contra os mais novos com punições menores. Até mesmo no século XX o pai chinês podia matar um filho e receber apenas uma advertência. Ver Idem, p.399.

linguagens e instituições, direcionaram sua evolução genética, moldando não apenas os sistemas digestivos, dentes, pés e ombros, mas também os cérebros e a psicologia. Para compreender a psicologia das pessoas, é preciso considerar não somente a herança genética, mas também como as mentes humanas se adaptaram ontogeneticamente e culturalmente às tecnologias e instituições locais. Durante a maior parte da história humana esse processo co-evolucionário se deu ancorado no familismo, tendo por resultado estruturas sociais extremamente estáveis. Tudo isso muda com sua destruição pela Igreja na Alta Idade Média na Europa. Uma nova psicologia humana começa a evoluir, distinta, estranha a tudo o que existira até então. Uma psicologia que produziu indivíduos mais dispostos a inovar, experimentar, com uma mentalidade de soma positiva, acreditando na possibilidade de melhora, de progresso. Indivíduos desatados das amarras familísticas que tinham escolhas entre distintas corporações em competição.

### **13. Uma Perspectiva Institucionalista Legal**

Para Hodgson (2015), essa trajetória de mutação societária - cultural, institucional, socioeconômica – dá origem ao sistema capitalista moderno nos séculos XVIII e XIX. É esse capitalismo que tem o potencial, e o realizará, de produzir uma Revolução Industrial.

Esse sistema capitalista se define por seis características (idem, p.20):

1. Um sistema legal dando suporte a amplas liberdades e direitos individuais para possuir, comprar e vender propriedades privadas;
2. Vastos mercados e trocas de mercadorias envolvendo dinheiro;
3. Grande difusão da propriedade privada dos meios de produção por firmas produzindo bens e serviços com fins lucrativos;
4. Boa parte da produção organizada separadamente e aparte dos lares e famílias;
5. Ampla difusão de trabalho assalariado e contratos de trabalho;
6. Um sistema financeiro desenvolvido com instituições bancárias, amplo uso de crédito com propriedade colateral e a venda de dívidas.

Porém, uma definição não é uma análise nem uma descrição adequada. Muitas coisas vitais estão fora dessa definição. Por exemplo, inovações tecnológicas, organização e difusão do conhecimento. Porém, são coisas que existem em outros sistemas (embora não com a mesma amplitude e intensidade). Além disso, nessa definição não está especificado qual é o caráter da propriedade privada nesse sistema. Propriedade é o direito a algo. Não confundir propriedade com posse. Posse refere-se ao controle de fato ou capacidade de uso de um item. A propriedade aqui, de modo muito mais específico, refere-se a um conjunto de direitos relacionados a ativos tangíveis ou intangíveis que são reconhecidos por uma autoridade legal legítima. O termo propriedade deve ser reservado para os casos de posse institucionalizada com mecanismos de adjudicação e fazer valer que envolvem terceiras partes. O capitalismo moderno requer tipos particulares de direitos à propriedade, mais sua extensão a toda a população (Ibidem, p.123)<sup>171</sup>. É preciso remover alguns direitos de ricos e poderosos. Requer também possibilidade de uso da propriedade como colateral para alavancar financiamentos. Afinal, o capitalismo requer capital e não apenas propriedade.

Outro ponto a notar refere-se à organização da produção por firmas fundamentalmente distintas das suas antecessoras medievais, as oficinas artesanais organizadas de acordo com as regras das respectivas corporações de ofício. O que há de comum é que desde quando, nos séculos XII e XIII, novos sistemas legais foram desenvolvidos nos países europeus sob influência da redescoberta do Código Justiniano e da Lei Canônica da Igreja, os estados começaram a reconhecer algumas organizações como ‘pessoas corporativas’ – que poderiam ter duração perpétua, sobrevivendo à saída ou morte de um de seus membros. Na Inglaterra elas avançaram mais. Foram estabelecidas por carta real e reguladas pelo estado, com privilégios e imunidades. Porém, no século XIX reformas de leis corporativas facilitaram a formação e operação de corporações de negócios e proporcionaram a elas a proteção da responsabilidade limitada. A companhia de responsabilidade limitada foi uma

---

<sup>171</sup> Hodgson (p.126) tem em mente aqui as condições de instituições inclusivas de Acemoglu e Robinson (op.cit) e das ordens sociais de acesso aberto de North, Wallis e Weingast (op.cit).

criação política. Uma grande invenção, que elevou enormemente a capacidade das firmas em alavancar recursos para investir (Ibidem, pp.225/228).

Também a firma capitalista tem em comum com a oficina medieval a capacidade de controlar e canalizar os impulsos herdados genética e culturalmente de cooperar e respeitar autoridade. Ambas são obrigadas a usar, e adaptar marginalmente, a natureza humana tal como ela evoluiu. Porém o conjunto de regras com que cada uma organiza e ordena o trabalho, bem como a fonte da autoridade que contribui para seu funcionamento, são muito distintos. Na firma capitalista a lei em geral, e a propriedade e o contrato em particular, têm um papel fundamental. Porém, a lei não pode encapsular tudo. O capitalismo retém também zonas de impermeabilidade legal na esfera da produção. As relações de emprego ilustram muito bem isso. Nesse sentido, o exercício do poder, mesmo em uma economia contratual, resulta largamente de fenômenos não contratuais tais como considerar as coisas como dadas, ou conformismo com os costumes estabelecidos e autoridade aceita. Historicamente, isto significou a submissão do trabalhador ao poder arbitrário do empregador, quando o trabalhador tinha acesso limitado à lei para proteger seus interesses. Porém, essa zona não-contratual foi também o lugar de uma cooperação mais intensa, com base na natureza humana de cooperar e respeitar autoridade.

Parte do gênio inconsciente do capitalismo seria precisamente o de canalizar e controlar esses elementos não contratuais na esfera da produção, enquanto dava total liberdade para a propriedade e o contrato nas esferas das finanças, inovação, investimento, marketing e distribuição. Durante milhões de anos, a rivalidade entre grupos humanos deu vantagem àquelas comunidades que cooperavam e eram coesivas. Seleção cultural de grupo entre grupos em competição estimulou as disposições a cooperar com outros do mesmo grupo. Embora não necessariamente ótima, o capitalismo moderno exibe uma tensão criativa entre cooperação organizacional e competição de mercado. Cooperação e competição são fenômenos sinérgicos (Ibidem, p.241/242).

Portanto, essa definição de capitalismo com seis características, como todas as definições, apenas demarca o sistema capitalista moderno de outros sistemas. Um sistema cujas características definidoras indicam um conjunto de

condições necessárias, em termos de incentivos e de instrumentos, para a aceleração dos investimentos e do crescimento econômico. Para Hodgson, uma pergunta importante é justamente como os fatos e as várias explicações para a RI se relacionam com a essa definição de capitalismo. Se relacionam no sentido em que a RI foi causada pela evolução de um conjunto de fatores que se articulam e definem uma estrutura de incentivos e de instrumentos que configuram também um novo sistema capitalista que se torna dominante.

Ele propõe uma estrutura analítica para explicar a ascensão do sistema capitalista moderno como resultado de uma trajetória evolucionária no sentido Darwiniano do termo. Trata-se de uma nova espécie de capitalismo com capacidade produtiva e capacidade de adaptação muitíssimo maiores. De modo análogo à evolução das espécies biológicas ele foi produto da pressão competitiva, de uma luta pela sobrevivência. Inicialmente, entre diversos capitalismos mercantis citadinos que emergem na Itália no século XI e destes com os estados feudais. Competição que se acirra com a ascensão dos capitalismos territoriais dos estados nacionais.

Tanto o marxismo como o libertarianismo pró-mercado focam na propriedade privada e no mercado como elemento definidor fundamental do capitalismo. Essas são condições necessárias, mas insuficientes para definir o capitalismo moderno. Para Hodgson, do mesmo modo que com a classificação das espécies animais, é possível ter definições de capitalismo que se encapsulam com diferentes graus de generalidade. A nova forma de capitalismo que surge e se consolida nos séculos XVIII e XIX é bem mais específica em suas características em função do modo peculiar como seus subsistemas coevoluíram internamente e na competição com vários capitalismos similares em diferentes países da Europa Ocidental. No *population thinking* darwiniano a variação é vista como a característica chave de um grupo de entidades (população) de um tipo específico. A essência de uma população envolve variação entre entidades de um dado tipo. Nesse caso, a população de entidades era composta dos vários capitalismos em competição na Europa Ocidental.

Porém, ele acrescenta uma dimensão adicional de variação na população de capitalismos, que reforça o *population thinking* darwiniano, e que ele batizou

de *princípio da impureza*, cuja implicação é a existência de variação no caráter dos subsistemas que compõem cada entidade (Ibidem, p.11). De acordo com esse princípio, todo sistema socioeconômico deve depender ao menos de um subsistema estruturalmente distinto para funcionar. Deve haver sempre uma pluralidade de subsistemas de modo que a formação social como um todo tenha variedade o suficiente para promover e enfrentar mudanças. Se um tipo de estrutura domina, outras estruturas são necessárias para que o sistema como um todo possa operar. Complexidade e variedade dentro dos sistemas são necessárias para que eles possam sobreviver e lidar com a complexidade, variedade e choques imprevisíveis no mundo real. O capitalismo contém diferentes subsistemas de governança, produção, distribuição e trocas. Além do mais, nem tudo entra na órbita das trocas. Portanto, o estudo dessas *impurezas* é crucial para a compreensão da constituição e evolução do sistema capitalista, embora estas não sejam parte de sua essência definidora<sup>172</sup>.

Pelo menos quatro tipos de subsistemas (*impurezas*) foram vitais para a ascensão do capitalismo: a família, o estado, o mercado e o sistema financeiro. A família e o Estado em especial merecem destaque. O capitalismo pode funcionar com diferentes tipos de família e criação de crianças. Porém, a **família** é um subsistema que não é produzido pelo capitalismo. Qualquer que seja o tipo de família, é sempre uma impureza, no sentido de que o capitalismo não seria mais capitalismo se as crianças fossem compradas e vendidas, criadas e produzidas com fins lucrativos como escravas, sendo que suas características no Ocidente terão um papel decisivo. No caso do **estado**, ele teve um papel vital no desenvolvimento econômico ao proteger a propriedade e os contratos, subscrevendo o sistema financeiro e ajudando a promover os investimentos. O estado precede e é imprescindível para o nascimento do capitalismo, sendo necessário também para sustentar sua existência. Capitalismo, propriedade, dinheiro, mercados e corporações dependem e são parcialmente constituídos pelo estado. Porém, um estado muito peculiar. Foi necessário o desenvolvimento de uma nova e sofisticada máquina estatal, forte o suficiente para proteger a propriedade e o comércio, mas adequadamente restringida por pesos e

---

<sup>172</sup> Em contraste, Marx acreditava, erradamente, que a dinâmica do sistema poderia ser compreendida focando-se apenas na sua essência. Para ele o sistema capitalista se desdobrou de um modo hegeliano a partir do seu coração definidor. Ibidem, p.11

contrapesos, por contrapoderes. Um estado que se sustenta e opera dentro de uma estrutura legal efetiva à qual ele próprio está subordinado, o Império da Lei.

A lei é um mecanismo central de poder social. As mais primitivas sociedades humanas envolviam regras e costumes sociais que governavam a produção dos meios de subsistência. A satisfação das necessidades humanas envolve tanto relações sociais, regras sociais e ideias, como objetos materiais. Porém, nas sociedades modernas a lei é muito vasta e complexa para ser obedecida apenas com base no hábito ou no conformismo. É preciso que a autoridade da lei seja aceita. Em economia e sociologia, a lei é frequentemente vagamente descrita como formal (a lei como um epifenômeno) e então deixada de lado, como se não fosse parte das regras e relações de organizações sociais vitais como as famílias e as firmas. As regras e relações de organizações sociais constituem a realidade social e algumas das mais importantes e poderosas regras sociais são legais e estatutárias por natureza.

A lei é uma das instituições centrais do capitalismo. Ela não surge espontaneamente da interação entre indivíduos, nem é essencialmente costume. A lei tem a ver com sociedades hierárquicas e complexas com grande número de indivíduos. Quando se considera os problemas de fazer valer a lei em sistemas legais complexos com muitos agentes e as razões motivacionais porque os indivíduos poderiam obedecer a lei, algo como o estado aparece como inevitável para assegurar seu cumprimento. Em suma, em sociedades grandes e complexas, o fazer valer a lei requer em geral o estado e outras instituições que funcionam como terceiras partes. Entretanto, se o estado é uma condição necessária para a existência da lei, não é suficiente para um sistema legal. Crenças religiosas e instituições jogaram um papel maior na legitimação da lei.

O fazer valer a lei depende de motivações complexas variadas. A começar pelo que seriam intuições inatas de punir quem viola as regras e desrespeita as autoridades. O papel da autoridade é crucial. Os humanos desenvolveram propensões para obedecer a autoridade que resultaram em vantagens para a sobrevivência. O conformismo e o reconhecimento de autoridade são características básicas universais da natureza humana que evoluíram durante milhões de anos e são necessários para que qualquer instituição funcione. Em

certos contextos culturais isto levou ao desenvolvimento de hábitos de obediência. A própria existência e funcionamento de máquinas estatais complexas depende da criação de hábitos de obediência. Nesse sentido, a lei representa também uma espécie de canalização dos instintos em obedecer aos superiores e punir os violadores das regras. Por conseguinte, a evolução da lei deve ser entendida no contexto dos legados biológicos, culturais e institucionais. Não tem como ser entendida em termos de preferências apenas (Ibidem, pp.78/79).

Na visão institucionalista legal de Hodgson, portanto, a lei não é simplesmente a expressão de relações de poder, mas também uma parte constitutiva da estrutura institucionalizada do poder e um meio maior através do qual o poder é exercido. Nas sociedades subdesenvolvidas o Império da Lei pode ser comprometido por um poder arbitrário maior. Ainda assim, é importante. Ele compartilha com outras abordagens institucionalistas uma ênfase comum sobre a importância das regras sociais. Realmente, regras constitutivas e procedurais são a substância da vida social, sendo que as instituições são essencialmente sistemas de regras sociais compartilhadas. O institucionalismo legal acrescenta a isso um ponto adicional que é o fato de que muitas das mais importantes e poderosas regras são legais em caráter e são apoiadas pelo poder e autoridade do estado.

Prefigurados nas cidades livres italianas, estados que operam dentro dos limites de estruturas legais que não podem ser mudadas arbitrariamente, somente apareceram plenamente nos países baixos e na Inglaterra depois do século XVII. Tanto Marx como Schumpeter não teriam prestado suficiente atenção aos papéis constitutivo e econômico do estado e à natureza política e legal do capitalismo. O capitalismo está sempre em conjunção com o poder do estado. As origens do capitalismo moderno não têm como ser entendidas a não ser em termos de fatores que estão **fora** do coração definidor do sistema: em termos de novas combinações de elementos ou em termos de novas instituições. Têm que ser buscadas dentro do sistema político (Ibidem, p.16)<sup>173</sup>. Sistema este

---

<sup>173</sup> Até porque é metodologicamente ilegítimo explicar as origens do capitalismo em termos das propriedades dele próprio. Seria assumir o que tem que ser explicado.

que evoluiu dentro de cada estado das diferentes formações nacionais em competição, cada uma com seus diferentes tipos de subsistemas.

Lembrando ainda que não é possível compreender a dinâmica evolucionária que levou ao surgimento e consolidação do sistema capitalista moderno, nem compreender sua natureza, sem ter em conta a multifacetada natureza humana, na medida em que ele é um sistema específico com capacidade de controlar/estimular as disposições humanas de um modo particular. Egoísmo e cobiça são sentimentos que fazem parte da natureza humana, mas também os sentimentos de moralidade e justiça. As motivações individuais estão mais próximas dos “sentimentos morais” de Adam Smith do que da maximização de utilidade dos neoclássicos (Ibidem, p.10). Instintos de autopreservação e normas culturais que enfatizam a sobrevivência do indivíduo teriam uma vantagem seletiva em muitas circunstâncias, mesmo em famílias ou grupos. Em outras, porém, disposições altruísticas ou cooperativas foram importantes também para a sobrevivência. Existem boas razões para presumir que a evolução da cooperação humana envolve tanto elementos genéticos como culturais<sup>174</sup>.

Resumindo, a compreensão dos incentivos individuais é vital para avaliar o funcionamento de qualquer sistema econômico. A motivação individual não é inteiramente autocentrada: os seres humanos levam em conta uns e outros. A existência social também deu origem a propensões altruísticas e morais. Além disso, há disposições para reconhecer, respeitar e obedecer a aqueles em posição de autoridade. Essas características da natureza humana são particularmente importantes para o funcionamento da lei e do estado. Veblen critica Marx por conceber o homem apenas como um ser social, que conta no processo apenas como meio para a transmissão e expressão de leis sociais e mudanças; enquanto, de fato, ele é também um indivíduo agindo a partir de sua

---

<sup>174</sup> A noção de maximização de utilidade é infalsificável. E se aplica a tudo, até as abelhas e as bactérias: não tem nada que seja especificamente humano. Para Hodgson, a compreensão dos sistemas socioeconômicos tem que ser feita a partir de uma perspectiva mais rica e humana da motivação individual. Durante a maior parte do século XX, as ciências sociais apresentaram a escolha entre o absolutismo da maximização da utilidade em economia e alguma versão de determinismo cultural tomada da sociologia ou antropologia. Um dilema entre um indivíduo sub ou super socializado. A solução de Hodgson para este problema não é o meio termo, mas sim a evolução (Ibidem, p.68). Na verdade, trata-se do velho debate entre *nature x nurture*.

própria vida enquanto tal. Um indivíduo cujas características especificamente humanas incluem a capacidade de julgamento moral (Ibidem, p.75). Tanto o indivíduo (com sua natureza humana) como as relações sociais e as estruturas interagem, se interpenetram e se constituem mutuamente. Ele compreendia a importância da variação em um processo evolucionário e queria que a economia fosse uma ciência pós-darwiniana.

A abordagem neoclássica falha ao não levar em conta fatores vitais como direitos, justiça e legitimidade moral. Em contraste, Adam Smith sempre entendeu isso, vendo a justiça como o principal pilar que sustenta todo o edifício da sociedade. Os indivíduos têm a capacidade de distinguir entre matérias de necessidade e de direito. A maioria sabe que reivindicar fazer a coisa certa não é a mesma coisa que simplesmente seguir a convenção ou agir de acordo com a preferência ou o desejo. Capitalismo é único na espécie humana e na era moderna. Por isso são necessárias ferramentas conceituais que reflitam até certo ponto essa especificidade. Mas também os seres humanos são o produto de um longo processo evolucionário. Junto com outras inclinações possuem disposições em fazer julgamentos morais e respeitar a autoridade. Nas sociedades modernas, a legitimidade moral e o respeito à autoridade são razões maiores pelas quais as pessoas estão frequentemente dispostas a obedecer a lei<sup>175</sup>.

### **13.1. Como o capitalismo evolui?**

Para compreender a evolução do capitalismo, do mesmo modo que para entender a evolução das espécies, é preciso pensar nas forças agindo sobre as entidades (formações estatais no primeiro caso, indivíduos no segundo). Com populações de variadas entidades interagindo há pelo menos três questões a tratar:

1-) Como a variação ocorre e como ela se sustenta dentro da população; 2-) como explicar que alguns membros da população sobrevivem e outros não? 3-)

---

<sup>175</sup> Neste ponto, não fica claro na argumentação do Hodgson a questão do livre arbítrio. Afinal, é possível explicar de modo evolucionário “inclinações humanas” opostas como, de um lado, a competição egoísta e, de outro, a cooperação e o obedecer à autoridade, mas não o livre arbítrio do qual depende a capacidade de fazer julgamentos morais; tampouco, as virtudes e os vícios da natureza humana em si mesmos.

como explicar a retenção de características e sua transmissão de uma entidade para outra?

O capitalismo global possui populações de entidades com múltiplos níveis. Primeiro, existe a população de sistemas nacionais capitalistas. Segundo, dentro de cada um existem populações de organizações competindo por recursos nos mercados. Terceiro, cada sistema capitalista é formado por indivíduos humanos com suas motivações [com suas psicologias], cada um dos quais requer meios de subsistência. Em todos os níveis há o enfrentamento de problemas de escassez imediata local de recursos. Importantes informações são transmitidas de uma entidade a outra. Em cada uma dessas populações (de entidades, de organizações e de indivíduos), as questões darwinianas concernentes à explicação da variação, sucesso diferencial e transmissão de informação continuam vitais.

Porém, o darwinismo geral é capaz de explicar em princípio, mas não em detalhe. Considere-se as entidades que competem por recursos locais e a informação útil para a sobrevivência que é transmitida de uma entidade a outra. As entidades podem ser chamadas de *interagentes* (*interactors*) e as informações úteis (sequências de informações como em um programa) que são transmitidas como herança (replicadas) de um *interagente* a outro podem ser chamadas de *replicadoras* (*replicators*) (Ibidem, p.317).

Um *interagente* é uma entidade que, como um todo coerente, interage diretamente com seu meio ambiente de um modo tal que essa interação causa uma replicação diferenciada. Por sua vez, o *replicador* não é uma coisa separada, mas um mecanismo que contém informação dentro de um *interagente*. A replicação (herança) é um processo em que a informação contida no *replicador* é passada de um *interagente* para outro<sup>176</sup>. No caso das entidades socioculturais, há um processo de replicação específico, a **difusão**, quando os *replicadores* são copiados de um *interagente* para outro. Por exemplo, a cópia de leis ou políticas por estados, a cópia de rotinas pelas firmas, e a transmissão de hábitos de um indivíduo para outro, que incluem o aprendizado em uma

---

<sup>176</sup> Existem casos em que um interagente dá origem a outro novo (incluindo replicadores dentro dele) quando, por exemplo, um novo estado político se forma através da secessão de uma região, ou uma nova empresa derivada de outra, ou, no plano biológico, os filhos.

escola. A *difusão* é o fator fundamental que diferencia a dinâmica evolucionária entre entidades sociais humanas daquela entre as espécies animais.

No plano organizacional dentro do capitalismo as firmas estão entre as mais importantes entidades organizadas. Uma seleção de subconjunto ocorre quando uma firma vai à falência, o que pode levar à extinção de alguns tipos de rotinas organizacionais (*replicadores*) em meio à população de firmas. A seleção de sucessores ocorre quando há filhotes. Em ambos os casos os objetos de seleção são firmas e os resultados da seleção incluem um novo conjunto de rotinas organizacionais dentro da população como um todo. Tanto organismos como firmas alteram seus próprios meios ambientes através da criação de nichos. Adequação é sempre dependente do contexto. No capitalismo, o estado é parcialmente responsável por esse contexto, incluindo instituições de propriedade e contrato que funcionam, das quais os mercados dependem (ibidem, pp.320/321).

Historicamente, na evolução dos estados a ameaça de derrota militar (mais do que a própria derrota) foi um fator extremamente importante de pressão seletiva, capaz de levar a mudanças internas importantes, incluindo a manipulação de *replicadores* de rotinas do estado e a seleção de firmas através da competição dentro dos mercados nacionais. Na Europa as ameaças militares levaram ao desenvolvimento de administrações nacionais mais eficientes, bem como a redução da corrupção nos estados. No Japão, a chegada dos barcos de guerra americanos no final do século XIX apressou o fim do feudalismo japonês pela *difusão* extraordinária inovações institucionais, organizacionais e tecnológicas. Na Rússia, a ameaça representada pela Alemanha unificada sob Bismark levou a mudanças decisivas de atitude das elites russas em relação à educação das massas e até mesmo a aceitação de ferrovias (olhadas com desconfiança pelo seu potencial de disrupção de um modo de vida camponesa quase que imóvel).

Entretanto, embora a *difusão* seja um mecanismo proeminente em toda evolução social e tenha se tornado cada vez mais importante nas eras do imperialismo e globalização, a *difusão* de informação, de *know how*, não é fácil. Primeiro, porque a transferência bem-sucedida de conhecimentos e práticas de

gestão depende de as instituições receptivas serem suficientemente adaptáveis para absorvê-los. Dado o conhecimento tácito envolvido, a *difusão* efetiva requer um bom montante de experimentação e repetição organizada. Segundo, mesmo quando ocorre a *difusão*, isto não leva necessariamente à maior eficiência ou produtividade, uma vez que o que funciona em um contexto pode não funcionar direito em outro. São necessárias as instituições complementares, sendo que sua ausência pode inclusive levar a resultados deletérios<sup>177</sup>.

É preciso considerar, entretanto, que a *difusão* de inovações entre as *polities* em competição que levou ao surgimento e consolidação do capitalismo moderno nos séculos XVIII e XIX foi bastante facilitada pelo fato de que a fragmentação competitiva se processava dentro de um quadro de unidade cultural. Essa unidade cultural, por sua vez, era uma grande medida assegurado por uma organização religiosa transnacional, presente em todos os estados, com uma língua comum compartilhada por todas as elites. Acrescente-se que essa organização religiosa exercia uma autoridade de fato e de direito sobre questões importantes atinentes em especial a dois subsistemas vitais para a ascensão do capitalismo moderno, a família e o estado.

### **13.2. Variabilidade e Evolução de Quatro Subsistemas Decisivos na Ascensão do Capitalismo Moderno**

Esses quatro subsistemas decisivos – família, estado, mercado e sistema financeiro – co-evoluem em função de uma múltipla pressão competitiva. A começar pela competição decorrente da fragmentação geopolítica, entre vários

---

<sup>177</sup> A importância da difusão compromete decisivamente a noção marxista-schumpeteriana de que a evolução é o desdobrar de um sistema exclusivamente a partir de dentro. A evolução é incremental. É dependente de trajetória: ela se constrói a partir de seu próprio legado. Como notou J. Gould, a evolução não pode alcançar perfeição da engenharia porque ela deve trabalhar com partes disponíveis herdadas de histórias prévias em contextos distintos. Em sua evolução, sistemas complexos carregam a bagagem de sua própria história. Ibidem, pp.324/326. Caber notar a similaridade com a análise de Greif (op.cit). Para ele, as instituições formais (e informais) devem ser vistas como um fenômeno de equilíbrio, auto estruturantes na medida em que elas constituem a estrutura que influencia o comportamento, ao mesmo tempo em que as respostas comportamentais dos agentes a esta estrutura contribuem para reproduzi-la. Nesse sentido elas são o motor da história. O passado encapsulado em elementos institucionais direciona a mudança institucional e conduz as sociedades a evoluírem ao longo de trajetórias institucionais que lhe são peculiares.

estados com seus respectivos sistemas capitalistas. Acrescente-se a competição dentro de cada sistema. Como visto, essa foi a principal peculiaridade da fragmentação competitiva na Europa Ocidental: a fragmentação competitiva não ocorria apenas entre estados, mas também dentro de cada *politie* organizações de caráter corporativo competiam por poder e recursos. Entre estes últimos estavam recursos humanos dotados de uma psicologia peculiarmente distinta. Psicologia esta cuja origem estava precisamente na forma também peculiar de família, inédita na história humana, que se consolida na Europa: a família nuclear, onde os indivíduos possuíam um grande grau de liberdade de decisão sobre questões fundamentais de suas vidas pessoais, o que acrescenta um extrato adicional de variabilidade. Indivíduos em cujas motivações intervinham características da natureza humana e fatores socioculturais.

A evolução dos estados europeus vai ser condicionada pela destruição do familismo como base da organização social. Vão competir internamente com corporações variadas capazes de exercer um contrapoder efetivo. Como resultado, esses estados foram capazes de cumprir um papel crucial por ter ao mesmo tempo um grande poder capaz de criar as condições necessárias para o florescimento de todo tipo de iniciativa empreendedora, mas ao mesmo tempo um poder suficientemente restrito de modo a impedir arbitrariedades abusivas. Eles serão imprescindíveis para garantir os avanços dos mercados em escopo e escala, bem como para o desenvolvimento de um sistema financeiro necessário para a ascensão e consolidação do capitalismo moderno. Na Inglaterra esses quatro subsistemas apresentaram variabilidades que explicam por que a revolução industrial europeia em curso lá atingiu antes seu 'ponto de ebulição'.

### 13.2.1. A Família

Realmente, o tipo de organização familiar que emerge na Europa medieval foi peculiarmente distinto de todos os tipos de organização familiar prevalecentes até então. Em todos os demais havia um princípio comum **familístico**: qual seja, os membros de uma família eram submetidos a regras do grupo familiar estendido. Trata-se do princípio fundante das organizações de bandos e tribos durante centenas de milhares de anos (1) e que o surgimento dos estados não elimina. Em todos os

casos de surgimento de um estado, as instituições estatais foram superpostas sobre sociedades tribais sem conseguir eliminar o **familismo**. As redes de relações familísticas continuaram na base do jogo político.

No processo de surgimento de um estado um período de transição se abre até sua consolidação, no qual o provimento de parte de bens públicos, como segurança e proteção social, antes fornecidos pela tribo, terá que ser garantido por organizações sociais que vão complementar uma capacidade estatal ainda muito limitada. A tendência quase inevitável foi de substituição da governança tribal em processo de desarticulação pelo estado em ascensão, por organizações sociais ainda baseadas no princípio familístico de organização, como os clãs. Quase inevitável na medida em que o familismo resulta de uma tendência humana inata de ajudar parentes e amigos, a qual pode ser reforçada significativamente pela cultura. Um caso exemplar foi o da China (2.3), onde o Confucionismo reforçou fortemente essa tendência. Os clãs são organizações sociais baseadas em relações de parentesco como nas tribos. O tronco continua sendo o ancestral tribal real ou mítico, e os clãs são ramos desse tronco. Constituem-se em linhagens patrilineares que traçam sua origem em um (autoproclamado) ancestral masculino comum, o fundador do clã.

Na Europa Medieval, contrariando essa tendência natural, o provimento de bens públicos antes fornecidos pelas tribos foi garantido por **corporações**, que são associações voluntárias entre indivíduos não relacionados por laços de parentesco com o propósito de perseguir interesses comuns. As redes de relações familísticas como base do jogo político foram desaparecendo com a emergência e consolidação do feudalismo. A principal força responsável por esse desaparecimento foi a capacidade de influência sociocultural de uma organização religiosa, a Igreja católica, que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento na Europa Ocidental (3.1.2). O padrão mediterrâneo prevalente era fortemente patrilinear, resultando em uma sociedade segmentada em grupos endógamos com fronteiras rigidamente definidas, e com uma certa preferência para o casamento entre primos coordenado pela família (o pai). Havia estrita separação de sexos e poucas oportunidades para a mulher ter propriedade ou participar da esfera pública.

A Igreja foi capaz de impor um novo padrão de casamento que desencorajava ou proibia as estratégias familísticas para alargar o conjunto de parentes e manter a propriedade dentro do grupo familiar tais como: a poligamia, a concubinação, a adoção de crianças na falta de um herdeiro masculino, o casamento das viúvas dentro da família, o repúdio (divórcio) da mulher pelo homem e, sobretudo, o casamento endogâmico (entre primos) e o controle dos pais sobre os casamentos. A mulher tinha maiores direitos de propriedade - a herança era bilateral (pelo homem e pela mulher) - e de participação da vida pública. Também o casamento deixou de ser um assunto secular e familiar, com o pai escolhendo um noivo para a filha e recebendo alguma recompensa. A validade do casamento passa a depender do consentimento dos noivos, sendo que as cerimônias dos casamentos são transferidas para as igrejas e não mais nas casas das noivas. Os noivos é que, perante Deus, se casavam. O padre apenas presidia o ato.

Tanto os clãs como as corporações exercem funções similares: eles sustentam a cooperação entre seus membros, regulam a interação com não-membros, fornecem bens públicos locais e coordenam as interações com o mercado e com o Estado. Porém, os clãs operam de modo bastante distinto das corporações. A cooperação dentro de um clã se baseia em obrigações morais fortes entre parentes, enquanto em uma corporação a cooperação depende de obrigações morais mais genéricas entre indivíduos não ligados por ligações de parentesco, suplementadas por procedimentos de coação impessoais. Na Europa feudal o provimento do serviço de segurança será garantido pelo **sistema de vassalagem**, uma organização corporativa não-familística de organização social. Em um quadro em que as estruturas familísticas tribais já enfraquecidas não ofereciam uma proteção adequada, o sistema de vassalagem se provou altamente eficiente. A essência do sistema era a submissão voluntária de um indivíduo a outro, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço.

Por volta do final do século XII também a relação entre senhor e os camponeses passa a ter um caráter contratual. Isso não acontecia em sociedades onde os direitos à terra eram baseados em relações familísticas ou na dominação de um clã sobre outro. Outro impacto político importante das relações feudais tem a ver com a eficácia da governança. Por serem contratuais e mais hierárquicas, as instituições feudais eram mais flexíveis e com maior capacidade de ação coletiva do que aquelas

baseadas em relações familísticas. Uma vez estabelecidos legalmente os direitos senhoriais feudais eles não eram mais sujeitos a constantes renegociações tal como ocorria com relação à autoridade dentro dos sistemas familísticos.

É interessante notar que na Inglaterra (3.1.2) os desdobramentos dessas relações não-familísticas foram mais rápidos e diferenciados em relação a outros países europeus. Desde o final do século XII os servos de gleba já vendiam, compravam ou arrendavam suas terras sem a permissão dos senhores. A partir do começo do século XVI o direito dos indivíduos de alienar livremente suas propriedades ainda em vida e mesmo deserdar os filhos em testamentos estava bem estabelecido na Lei Comum inglesa (*Common Law*). Este fato é extremamente significativo, pois uma das características fundamentais das sociedades camponesas na Europa Oriental e no mundo em geral eram as severas limitações que as obrigações familísticas impunham à posse da terra.

Na Inglaterra também desde o século XII a mulher tinha direito a possuir e vender livremente propriedade fora dos círculos familiares. Podia também processar e ser processada, bem como fazer testamentos e contratos sem a permissão de seus parentes masculinos. Outro fato notável foi o surgimento no século XIII dos 'contratos de manutenção' entre pais e filhos. Esta foi a forma encontrada pelos pais, que haviam passado em vida a propriedade aos filhos, para se proteger de um possível descaso destes quando da velhice. Havia, portanto, o risco de abandono pelos filhos quando em idade avançada, algo impensável nas sociedades familísticas tradicionais.

Essas duas formas distintas de organização social, familística e corporativa, terão efeitos importantes e marcadamente distintos na evolução do poder dos estados e no desenvolvimento econômico. Nos estados onde os clãs predominaram, as tensões entre eles no processo de governança pouco ameaçavam a ordem estabelecida, como ilustra o caso da China, onde o imperador tinha poder suficiente para, se necessário, eliminar clãs inteiros. Na Europa, ao contrário, as corporações representaram contrapoderes efetivos aos Estados, que não tinham poder de eliminá-las. As cidades independentes em especial, governadas de forma corporativa pelas Comunas, tiveram um papel decisivo no desfazimento da ordem feudal. Eram centros independentes, organizados e governados corporativamente

pelas Comunas que abrigavam os servos fugidos do mundo feudal à sua volta. Na China as cidades foram criadas como centros administrativos pelo Estado ou como pequenos centros comerciais pelos clãs. Não possuíam qualquer autonomia. Para a ascensão do capitalismo moderno a sociedade contratual produzida pelo fim do familismo foi obviamente decisiva. Finalmente, e não menos importante, a psicologia de uma população desatada de estruturas familísticas era altamente propensa a produzir variações nas trajetórias individuais acelerando, assim, o processo evolucionário.

### 13.2.2. O Estado e a Lei

O sistema de vassalagem condiciona o formato peculiar dos estados (reinados) feudais. Esses estados eram chefiados por reis eles próprios senhores feudais, sendo apenas *primus inter pares*. Eram suseranos de domínios senhoriais diversos, cujos respectivos vassalos geralmente possuíam também relações de vassalagem com outros senhores simultaneamente, os quais com o tempo foram adquirindo controle pleno da terra que passa a ser transmitida diretamente para os herdeiros. Esse último fato reforçou em muito o poder dos barões feudais frente aos respectivos suseranos e sobretudo em relação à monarquia. Essa maior segurança em relação à posse da terra estimula e, é reforçada, pelo investimento em castelos fortificados de pedra, cuja construção se generaliza a partir do século XI, em substituição às paliçadas em madeira e/ou as torres de pedra (*donjons*). A soberania do poder real era, portanto, limitada pelo de uma aristocracia feudal armada e encastelada, e que atuava através de assembleias representativas.

Os reis feudais passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer a autoridade, consumir no local parte do que lhes era devido e manter as comunicações em um mundo fracionado entre vilarejos e feudos isolados (3.2.1). Um dos principais serviços que a corte real podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. Evidentemente era de todo interesse do rei expandir a jurisdição de seus tribunais, na medida em que isso aumentava sua autoridade e prestígio, mas também pelo fato desses serviços serem pagos. Os tribunais reais itinerantes tinham a vantagem de serem mais imparciais na medida em que tinham menos ligações com os litigantes

do que os tribunais senhoriais locais. Também apresentavam vantagens procedurais como a capacidade de compelir os cidadãos a servirem como jurados e, com o tempo, passaram a gozar de economias de escala e de escopo. A administração da justiça requer trabalho especializado e com melhor educação.

Portanto, trata-se de uma situação historicamente excepcional na medida em que o poder do estado era baseado não somente na capacidade militar, mas sobretudo também na sua habilidade de prover justiça. Desse modo, o crescimento do poder e da legitimidade dos Estados europeus foi inseparável de sua capacidade de provimento de justiça. Porém, esses primeiros estados feudais europeus dispensavam justiça, mas não necessariamente a Lei. A Lei constituiu-se de um corpo de regras abstratas de justiça responsáveis pela coesão de uma dada comunidade, sendo que dificilmente haveria uma evolução descentralizada de regras sociais de origem costumeiras em direção a uma estrutura legal (3.1.3). Em todas as civilizações a evolução em direção a uma estrutura legal foi causa e resultado da emergência das formas estatais, com autoridade política suficientemente forte. Nesse ponto, na Europa não foi diferente. Os estados territoriais em ascensão serão os responsáveis pela evolução da estrutura legal. Mesmo no caso inglês, um caso especial de evolução descentralizada das regras sociais em direção à Lei. Lá também na transição das leis costumeiras para a Lei Comum (*Common Law*), a interferência da monarquia foi decisiva.

A Lei Comum não foi uma versão formalizada e escrita das leis costumeiras anteriores, mas uma lei fundamentalmente distinta. Primeiramente porque as próprias leis tribais costumeiras começam a ser minadas com a conversão ao cristianismo a partir da chegada no século VI do monge beneditino Augustine. Elas sofreram um forte impacto com as novas regras sobre casamento e propriedade que permitiram as mulheres ter propriedade e legar herança. Regras estas que não surgiram espontaneamente de experimentos de juízes locais ou das comunidades, mas sim ditadas diretamente por uma instituição religiosa com poder para tanto. Por sua vez, a introdução e difusão da Lei Comum era de interesse do Estado inglês em processo de consolidação. A promulgação de uma Lei Comum uniforme para todo o reino foi um instrumento fundamental na expansão do poder do Estado no período que se seguiu à conquista normanda no século XI.

Porém, para que houvesse Império da Lei os próprios reis, bem como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor naquele momento somente poderia derivar em última instância de uma sanção religiosa fora da esfera da ordem política (3.1.4). O Império da Lei no seu sentido mais profundo significa que existe um consenso dentro da sociedade de que suas leis são justas, sendo que elas devem preexistir e balizar o comportamento de quem quer que seja o governante em cada momento. A Lei é soberana e não o governante. Este último somente possui legitimidade na medida em que deriva seus poderes da Lei. No entanto, para que a Lei fosse acatada pelos governantes era condição necessária que sua sanção religiosa fosse dada por uma autoridade religiosa tivesse se afirmado de modo independente da autoridade política.

No entanto, essa independência vinha sendo reduzida com a usurpação pelas monarquias das prerrogativas da Igreja de nomeação de bispos e párocos. No final do século XI, entretanto, a Igreja foi capaz de novamente, e de forma incisiva, afirmar sua independência dos poderes seculares com a ascensão do trono papal em 1073 do monge Hildebrando sob o nome de Gregório VII, que passou para a história como Gregório o Grande. Ele iniciou um movimento, concluído por seus sucessores, de afirmação não somente da independência da Igreja, bem como da supremacia legal de todos os papas sobre todos os cristãos incluindo o imperador (que poderia ser deposto). Se definiu uma separação clara dos domínios dos poderes espiritual e temporal, abrindo assim o caminho para a emergência do Estado secular moderno.

Nesse esforço de definição de suas prerrogativas jurisdicionais, a Igreja buscou formular um cânon legal sistemático, o direito canônico. Ela pouco a pouco adquire uma estrutura de Estado, com uma legislação própria e uma burocracia profissional, similar à que se desenvolvera na China séculos antes. A reforma gregoriana vai oferecer não somente um modelo burocrático e legal para os novos Estados centralizados que começam a emergir na Europa, como também estimular o surgimento de uma pluralidade de novas formas legais relativas a distintos domínios – o feudo, a cidade, o comércio de longa distância, o que motivou a competição entre jurisdições. No esforço de busca de fontes da lei que pudessem fortalecer a reivindicação de jurisdição universal em determinadas matérias, os sucessores de Gregório VII redescobriram o Código Justiniano no final do século XI.

A partir de então, até os dias de hoje, este Código permanece como base das leis civis praticadas em toda a Europa continental e nos países colonizados ou influenciados por ela.

O vigor do *revival* do direito romano resultou em grande medida do fato de que os estudos legais haviam sido estabelecidos sobre novas bases institucionais com a 'invenção' da Universidade, começando em Bolonha em 1088 a partir das escolas das Catedrais. O novo currículo legal da Universidade de Bolonha atraía estudantes de toda Europa. Logo as demais universidades começam a competir fortemente nesse domínio, com destaque para a Universidade de Paris. Desse modo, o sofisticado sistema legal do Código Justiniano pode ser usado como modelo para a lei nas diversas regiões. Depois de um período inicial de reconstrução e reprodução do direito romano, gerações de *scholars* foram mais longe na busca das fundações intelectuais da lei, indo até os filósofos gregos. Os filósofos clássicos como Aristóteles consideravam que a tradição legal recebida deveria ser submetida à razão humana e confrontada com padrões mais universais de verdade. Nesse sentido, a recuperação da tradição filosófica clássica nas universidades europeias, sobretudo pelo trabalho de São Tomás de Aquino na Universidade de Paris, encorajou sucessivas gerações de comentadores legais a irem além da reprodução mecânica de um corpo de leis existente, para refletir racionalmente sobre as fontes da lei e como ela poderia ser aplicada em novas situações.

Uma classe separada de especialistas legais emerge das corporações universitárias, e que passa a agir de modo análogo a uma corporação de ofício no aperfeiçoamento da sua 'arte'. Com o tempo tanto as autoridades religiosas como as laicas vieram a compreender que deveriam confiar no conhecimento de especialistas legais ao tomar decisões, em especial na esfera comercial onde contratos e direitos de propriedade eram fundamentais. As elaboradas leis contratuais e de transações de crédito deste período sobreviveram a sucessivas mudanças econômicas e se constituíram em uma base essencial da economia capitalista que emergiu no século XVIII.

Na Europa, portanto, ocorre algo inédito com a ascensão dos estados territoriais em um contexto em que uma organização religiosa foi capaz de definir um campo jurisdicional próprio e acima do poder estatal. Essa era uma condição necessária,

porém não suficiente para garantir o Império da Lei e uma governança mais democrática (3.2.2). O complemento necessário fundamental foi a evolução dos contrapoderes exercidos inicialmente pelos baronatos feudais e outras corporações, depois com a participação crescente da burguesia, que na Inglaterra se associa à nobreza atuando através do parlamento. Como resultado, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia antes do processo de construção do Estado moderno, através de um processo peculiar de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, que corporifica um amplo consenso social em relação às regras da justiça. As necessidades de uma economia capitalista em expansão vão contribuir para reforçar este processo. Na transição para a modernidade a base da legitimidade do Império da Lei muda. Na medida em que a Reforma protestante e o Iluminismo reduzem a influência da Igreja católica, surgem novas teorias da soberania baseadas na autoridade da nação ou do povo. Elas acabam por substituir a soberania de Deus como base para a legitimidade legal, mas a lógica do processo não muda. Consolida-se a ideia de que Estado e vida civilizada são sinônimos de Lei (não arbitrária).

No processo de evolução dos estados territoriais europeus a variante inglesa se destaca. Na Inglaterra o grau de despotismo da monarquia absoluta foi menor porque muito precocemente a alta nobreza, a gentry (pequena nobreza) e a burguesia foram capazes de se articular em uma frente comum contra a voracidade fiscal da monarquia absolutista em processo de afirmação, impondo o princípio de que 'não há taxaçoão sem representação' (*no taxation without representation*). Esses três grupos foram capazes de se fazer representar conjuntamente no Parlamento nacional, configurando uma força suficientemente poderosa de modo a enfrentar o Estado centralizador e impor um arranjo constitucional que sujeitasse o monarca a lhe prestar contas. Desde o início, as demandas por governos mais responsabilizáveis eram feitas em nome da lei. A lei mais importante era a Lei Comum, sendo naquele período largamente moldada por juizes não eleitos; havia também leis estatutárias votadas por parlamentos com representação popular limitada. Apesar desses limites de representatividade popular, a lei era considerada como representativa do consenso da comunidade e à qual os cidadãos acreditavam que o próprio rei devia estar submetido.

Essa evolução legal através da Common Law foi um fenômeno único inglês. No restante do Continente os sistemas legais evoluíram a partir do Direito Canônico da Igreja baseado no Código Justiniano. Diferentemente, no processo de evolução da Lei Comum inglesa a interferência do Estado não impediu que ela evoluísse também como fruto de um processo participativo descentralizado de tomada de decisões, sensível às condições locais, o que criou um sentimento popular muito forte, bem maior do que no Continente, de que a lei era de todos para todos. A promulgação da Magna Carta em 1215 é o indicativo emblemático desse processo precoce de afirmação de contrapoderes ao Estado monárquico absolutista. Além do parlamento nacional, o crescente fortalecimento de parlamentos regionais com representação popular mais ampla amplia as ações dos contrapoderes ao estado absolutista em expansão, resultando em choques crescentes até a ‘Revolução Gloriosa’ de 1688-1689, que produziu uma mudança decisiva nas ideias relativas à legitimidade política: esta deveria ser baseada em última instância no consentimento dos governados, sendo que o rei não tinha direito de impor suas políticas sem ele.

A Revolução Gloriosa de 1688 representou uma mudança institucional decisiva, no sentido de uma ordem social de acesso aberto, com instituições políticas inclusivas, que tornam o sistema econômico menos vulnerável a colusões nefastas entre agentes econômicos e agentes políticos. Por sua vez o sistema político aberto permite a contestação do grupo no poder através de meios constitucionais formais prescritos. Todos os cidadãos têm o direito, definido impessoalmente (a igualdade é impossível sem a impessoalidade), a formar organizações sem o consentimento do Estado, o que assegura a competição não violenta na política, na economia e em virtualmente em qualquer área de uma sociedade de acesso aberto. Um quadro político/institucional que permitiu ao mercado assumir um papel central, com empresas privadas atuando livres do controle do Estado.

### **13.2.3. O Mercado**

A expansão do mercado, de modo a tudo ir abarcando (propriedade em geral, trabalho, dinheiro), foi evidentemente uma condição necessária para a evolução em direção ao capitalismo moderno. No entanto, essa expansão de escopo dependia também de uma expansão de escala (4.2). No período

medieval essa dupla expansão começa com o renascimento das cidades no século XI. A expansão da escala estava na dependência de alguma inovação político/institucional que proporcionasse um mínimo de unidade legal para tratar dos litígios comerciais através de fronteiras jurisdicionais, evitando que os governantes de outras jurisdições agissem predatoriamente. A solução encontrada foi *sistema de responsabilidade comunitária* (4.2.2), através do qual o tribunal de uma Comuna responsabilizava todos os membros de outra Comuna pelo dano causado por um de seus membros.

Se o tribunal da Comuna do fraudador se recusasse a compensar a parte lesada, o tribunal da Comuna do fraudado ordenaria o confisco da propriedade de quaisquer dos membros da Comuna do fraudador presentes na sua jurisdição para compensar o fraudado. O único modo da Comuna do fraudador evitar a compensação seria não ter negócio algum com a Comuna do fraudado. Mas isto poderia representar um custo muito elevado. Portanto, o comportamento mais sensato do tribunal de uma Comuna seria dispensar uma justiça imparcial, punindo seu próprio membro fraudador de um membro de outra comuna. Por outro lado, era preciso também evitar o comportamento oportunista entre os próprios comerciantes da Comuna do comerciante fraudado furando os bloqueios impostos contra a Comuna do fraudador. As comunas em associação com as guildas tinham de fato poder regulatório sobre os comerciantes em seu próprio território, capacidade de supervisionar suas operações em terras estrangeiras e coordenar suas respostas à conduta dos governantes. Elas eram capazes de fazer valer as decisões de embargo comercial através de ameaças críveis de sanções contra os seus membros que o furassem (4.2.1).

Portanto, a visão tradicional de que o surgimento do Estado centralizado foi uma pré-condição para a expansão dos mercados deve ser revista à luz da história do sistema de responsabilidade comunitária: este sistema é que possibilitou a expansão internacional dos mercados muito antes da afirmação dos estados territoriais centralizados. No entanto, para os estados territoriais em processo de afirmação, a formação de um mercado nacional era condição necessária para a própria definição de um espaço geopolítico unificado. Eles tiveram que lutar não apenas contra a hegemonia das grandes cidades-estados, mas também que costurar juntas uma multiplicidade de economias regionais,

quase autônomas. Foi necessário um movimento de vontade política centralizadora capaz de fazer essa costura entre cidades e regiões autônomas ou semiautônomas. O esforço dos estados em estimular e controlar as atividades econômicas dentro de um espaço territorial foi, portanto, parte do esforço maior na busca da consolidação de um poder monárquico que tende a ser absolutista/despótico, procurando quebrar ou deformar as instituições anteriores: os Estados provinciais, as cidades livres, as senhorias, a própria Igreja.

Nesse esforço, novamente o caso inglês apresenta uma variação decisiva (8.1). Entre meados do século XV e meados do século XVI a Inglaterra se torna definitivamente um espaço autônomo, se destacando do espaço continental ao qual ela estava ligada. Essa ruptura com o Continente é reforçada pela ruptura com a Igreja Católica entre 1529 e 1533. O rei inglês se torna o chefe de uma Igreja nacional, anglicana, confiscando e vendendo as terras da Igreja Católica. A Inglaterra soube proteger seu mercado nacional e sua indústria nascente como nenhum outro país na Europa. Sem dúvida o fato de ser uma ilha facilitou esse processo de enfrentamento da concorrência continental.

Por outro lado, a consolidação definitiva de um mercado nacional protegido por um estado territorial unificado resultou também de uma especial dinâmica de interação agricultura-indústria na Inglaterra (9.2). Da parte do setor agrícola, a formação de um mercado nacional requeria que uma parte do campesinato fosse capaz de representar um mercado para a indústria nacional, o que somente seria possível com inovações tecnológicas capazes de elevar a produtividade. As inovações que vão 'revolucionar' a agricultura inglesa já começam a se generalizar a partir da segunda metade do século XVII nas áreas de baixa aptidão agrícola, mas especificamente no condado de Norfolk onde os solos arenosos se prestavam muito bem às exigências das novas práticas agrícolas melhoradoras de solo. Essas novas práticas, rotação de culturas associadas à criação animal, o *high farming*, exigiam investimentos elevados cujos retornos estavam na dependência de uma expansão dos mercados urbano-industriais.

Da parte do setor urbano-industrial, a expansão descentralizada de atividades industriais importantes resultou da disponibilidade de carvão mineral

barato. A alternativa do carvão mineral era longamente conhecida e usada desde o século XIII. Porém, a difusão mais ampla tinha como principal obstáculo os custos de transporte de uma *commodity* cuja produção era fortemente concentrada geograficamente. Nesse ponto, a Inglaterra contou com uma vantagem geográfica importante: uma ilha alongada que facilitava uma cabotagem complementada por uma extensa rede de canais ligando as bacias hidrográficas. O carvão pode ser distribuído por quase todo o território inglês a baixos custos.

Esse novo combustível cada vez mais abundante e barato induz ao aumento da escala nas produções industriais intensivas em energia, como a produção de sal pela evaporação de água do mar, o refino do açúcar, a fabricação do vidro, a produção de cerveja, de tijolos, de sulfato de alumínio (alun) - atividades que se expandem por toda Inglaterra, absorvendo parte do excedente demográfico disponível, bem como sua utilização em padarias e no aquecimento doméstico que 'empesteia' Londres. Por sua vez, essa expansão urbana-industrial difusa por todo o território nacional ampliou as oportunidades de negócios dos agricultores, estimulando-os a introduzir as inovações que vão revolucionar a agricultura inglesa no século XVIII.

É o que explica um quadro inédito de prosperidade rural, em vivo contraste com a pobreza generalizada nos campos dos países do continente no mesmo período. É a época do *Great Rebuilding*, quando as casas no campo são reconstruídas, aumentadas, melhoradas: as janelas passam a ter vidros, as lareiras adaptadas para o uso do carvão mineral; os inventários pós-morte assinalam a abundância dos móveis, de roupa de cama e mesa, de tecidos tintos, de utensílios de estanho. A essa demanda por bens de consumo se soma a demanda por insumos e ferramentas agrícolas, o que certamente estimulou a indústria, o comércio e as importações.

#### **13.2.4. O Sistema Financeiro**

O avanço da economia de mercado sobre a economia de subsistência pressupõe evidentemente uma maior oferta de moeda e de crédito (8.8). As soluções para a escassez de moeda representam também meios de expansão do crédito. Dado o dinamismo da economia europeia a escassez de moedas era um problema

permanente pois, além do fluxo de pagamentos em direção à Ásia, havia o problema do entesouramento. Na verdade, desde que a humanidade aprendeu a escrever e começou a manipular peças de 'moedas sonantes', ela passou também a substituir as moedas por escritos, bilhetes, promissórias, ordens. Já na Babilônia os mercadores e banqueiros utilizavam bilhetes e cheques.

A situação na Europa se diferenciava menos pelos tipos de instrumentos monetários do que pela diversidade e amplitude do seu uso. Uma massa enorme de papéis, chegando a 15 vezes o valor do numerário metálico. As necessidades de financiamento dos estados territoriais possuíam marcadas especificidades em relação àquelas das cidades-estados comandadas por comerciantes, em termos da escala e, principalmente, em termos da base de tributação. As despesas tendiam a aumentar na medida em que o Estado estendia e diversificava sua autoridade e, principalmente, pelo aumento do custo da guerra. As rendas diretamente auferidas dos domínios agrários não eram mais suficientes para financiar o Estado moderno; era preciso taxar a riqueza que circula, além de lançar mão de empréstimos dado que as despesas tendem a exceder as receitas. Era preciso, portanto, criar uma nova estrutura tributária. Até então, as finanças públicas não estavam centralizadas sob dependência única do Estado (9.1). Estavam em grande medida sob a iniciativa privada dos preceptores de impostos, que eram também financiadores do rei, de financistas que tinham seus próprios negócios e de oficiais que compraram seus cargos.

Na Inglaterra (9), a articulação da nobreza com a burguesia no parlamento tornará possível uma reforma financeira capaz de fazer o estado se desembaraçar desses intermediários que o parasitavam, em um processo lento e contínuo de 'nacionalização' das finanças que passa para o controle do Banco da Inglaterra em meados do século XVIII. Isso permitiu à Inglaterra desenvolver um sistema de crédito bem mais eficaz, pois baseado em regras claras de alocação de recursos seguros para o pagamento dos juros, que inclusive foi decisivo para a superioridade inglesa em financiar a guerra a custos mais baixos do que aqueles de seus rivais, com empréstimos de longo prazo com baixas taxas de juros, cujo pagamento podia ser refinanciado ('rolagem da dívida'). Coube ao Parlamento inglês estabelecer os tributos que seriam destinados ao pagamento dos juros dos empréstimos.

A peculiar evolução cultural/institucional inglesa no que concerne os limites da ação do Estado na taxaço dos súditos do rei teve impactos profundos na formulaço de políticas monetárias, bem como no funcionamento do próprio mercado financeiro. Impactos altamente positivos no sentido de, em última instância, reduzir o custo do dinheiro; uma enorme vantagem seja no que concerne o financiamento do Estado, em especial das guerras, seja nos investimentos produtivos, em particular aqueles de baixo retorno em infraestrutura de transportes. As reformas fiscais e bancárias (criação do Banco da Inglaterra) realizadas na esteira da Revolução Gloriosa, a estabilidade da libra esterlina e uma tradição de pagamento pontual permitiram aos governos emprestarem em mercados transparentes da dívida pública, inexistentes nos Estados rivais mais despóticos, como a França ou Espanha. Sem dúvida, a dívida pública foi uma das grandes razões das vitórias britânicas, na medida em que ela pôs à disposição da Inglaterra somas enormes nos momentos em que ela precisava. É fundamental assinalar também que essa enorme ampliação da capacidade de endividamento do Estado inglês foi possível sem pressionar excessivamente o campesinato.

A dívida nacional financiada realmente foi decisiva para o governo estabelecer uma dívida governamental com credibilidade (9.4). Não foi uma invenço inglesa e sim das cidades medievais italianas, tendo sido também largamente usada nos Países Baixos. No entanto, na Inglaterra essa invenço teve um impacto inovador bem mais importante, na medida em que foi o primeiro, e único durante longo período, Estado territorial a empregá-la, tendo um Parlamento independente como garantidor do seu pagamento. O princípio do financiamento estava em ligar os empréstimos governamentais a um imposto específico que servia como seguro ou 'fundo' para cada empréstimo; ou seja, o governo se obrigava a selecionar o imposto que ia garantir cada empréstimo. Desse modo, o limite para o empréstimo era dado pelo volume da arrecadaço dos impostos, sendo que o governo era confiável em não ultrapassar esses limites.

Como resultado, desde o final do século XVII e ao longo de todo século XVIII as taxas de juros dos títulos do governo inglês caíram pela metade, apesar da alta, e crescente, taxa de endividamento (e uma inflaçõ substancial). Para completar esse quadro peculiar britânico vem a história da surpreendente estabilidade da libra esterlina, que teve sua cotaço estabilizada em 1560/1561 pela rainha Elizabeth I

em quatro onças de prata pura e assim restará até o começo do século XX. Algo sem paralelo na história monetária. Este fato teve evidentemente um efeito enorme na economia inglesa. A estabilidade da libra facilitou enormemente o crédito, a capacidade de se financiar do Estado inglês, a segurança dos contratos. Ao longo do século XVIII o ouro vai substituir a prata como padrão de moeda de conta e a libra passará a ter seu peso definido em ouro, mantendo a tradição de estabilidade.

O tratado de Methuen de 1703 com Portugal, garantindo o acesso ao ouro do Brasil, vai facilitar essa transição. Porém, não seria por um acaso que a partir do momento em que uma reviravolta da balança comercial com Portugal interrompe ou reduz o afluxo de ouro brasileiro, a Inglaterra já atingia uma posição que a permitia basear a maior parte de suas transações em 'papeis', em um crédito fácil que multiplica as transações sem necessidade de moedas de metais preciosos. A 'fuga' de moedas em 1774 nas vésperas da guerra americana não perturba a economia inglesa, uma vez que a alta circulação monetária já está ocupada pelos bilhetes do banco da Inglaterra e de bancos privados. Entretanto, no final do século, em 1797, a guerra estava provocando uma saída de quantidades tão grandes de moedas de prata e de ouro, que o Parlamento decretou a não conversibilidade a curto prazo – seis semanas - dos bilhetes do banco da Inglaterra (*Bank Restriction Act*). Porém, o incrível aconteceu: esse decreto permaneceu em vigor durante 24 anos sem que nada tenha acontecido. Os bilhetes do banco da Inglaterra continuaram a circular apesar de legalmente não terem mais lastro em moedas metálicas.

Um sucesso dessa magnitude certamente dependeu da atitude do povo inglês, de seu civismo e da confiança que ele tinha desde há muito em um sistema monetário que sempre havia escolhido a estabilidade. Porém, essa confiança no sistema monetário se devia, em última instância, ao seu confiável **Leviatan**. Ou seja, se devia à forma como havia evoluído o estado inglês, fruto de um complexo de fatores culturais, institucionais e geopolíticos que variaram de modo distinto daqueles responsáveis pela ascensão dos estados territoriais de seus competidores continentais.

## 14. Considerações Finais

O sucesso europeu na realização da Revolução Industrial resultou de um longo e peculiar processo evolucionário em uma civilização permanentemente aberta à introdução de inovações de todos os tipos. Inovações que foram criando as condições para a ‘explosão’ de inovações que a caracteriza. Ao longo desse processo, houve um empoderamento crescente dos países europeus mais diretamente envolvidos. Quando a Inglaterra se torna a grande potência industrial dominante em meados do século XIX, seus competidores europeus mais próximos<sup>178</sup> já se encontravam próximos de se transformarem também em potenciais industriais, na medida em que eles foram parte constitutiva do ambiente evolucionário do qual emergiu o capitalismo moderno no estado inglês vitorioso. Muitas das adaptações e ajustes necessários para o salto revolucionário industrial foram por eles sendo realizados na medida em que a Inglaterra saltava à frente.

O papel do estado na coordenação e promoção dessas adaptações e ajustes foi essencial, estado este que permaneceu autoritário por um período maior nesses países, sendo esta uma condição necessária. Porém, estados necessariamente ‘esclarecidos’, alguns personificados por ‘déspotas esclarecidos’ excepcionais como Bismark na Alemanha, na medida em que teriam que ser capazes de, por um lado, de quebrar as resistências ainda restantes de grupos beneficiários de ordens sociais que teriam que mudar para se tornarem mais inclusivas, introduzindo as reformas institucionais necessárias; e, por outro lado, respeitar os direitos de propriedade, de liberdade de empreender etc. Com o tempo a democracia se consolida. O dinamismo do sistema no longo prazo não pode ficar sempre dependente de déspotas ou estados despóticos esclarecidos. É preciso que existam contrapoderes capazes de evitar a tendência à tirania a qual, por definição, é reacionária a inovações que ameacem a estrutura de poder estabelecida. Porém, nesses países esse papel cumprido pelo estado deixará marcas permanentes, fazendo com que os

---

<sup>178</sup> O caso dos EUA é um caso à parte, um ‘avatar’ mais avançado da Europa, uma vez que já nasce como um país capitalista moderno, com uma constituição excepcional garantidora de todas as condições que levaram séculos na Europa para emergir.

capitalismos aí se caracterizem como capitalismos de mercado coordenado em contraste com os capitalismos de mercado liberal da Inglaterra e dos EUA (ibidem, p.344).

Entretanto, não há somente a resistência ser vencida de interesses velados na ordem estabelecida. Como já assinalado, embora a *difusão* seja um mecanismo decisivo em toda evolução social, a difusão de informação, de *know how*, não é fácil. A transferência bem-sucedida de conhecimentos e novas ideias depende de as instituições receptoras serem suficientemente adaptáveis para absorvê-los. Dado o conhecimento tácito envolvido, a *difusão* efetiva requer um bom montante de experimentação e repetição organizada. Ainda quando ocorre a *difusão*, isto não leva necessariamente à maior eficiência ou produtividade, pois o que funciona em um contexto pode não funcionar direito em outro, exigindo instituições complementares. Os institucionalistas têm razão quando localizam o problema do subdesenvolvimento na incapacidade de uma sociedade promover as inovações e/ou adaptações institucionais necessárias.

Fora do ambiente evolucionário original, os primeiros países que buscaram seguir no caminho de realização das próprias revoluções industriais também o fizeram sob o impacto do exemplo e/ou da ameaça militar. A superioridade tecnológica e militar dos países que se tornaram potências industriais, de modo análogo ao processo evolutivo bando-tribo-estado, vai dar origem a um processo de reação mais ou menos bem sucedida dos demais países à ameaça de conquista e/ou submissão. Os casos de reações bem-sucedidas, embora com peculiaridades marcadas, tiveram em comum uma grande capacidade de adaptação para a absorção de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. Um notável sucesso evolucionário de *difusão*, em que estados, mais ou menos autoritários, tiveram um papel ainda mais importante do que no caso dos países europeus imediatamente concorrentes com a Inglaterra, na promoção das condições para a absorção das inovações necessárias para além da quebra da resistência de elites reacionárias às mudanças que afetavam suas posições privilegiadas na ordem sociopolítica dominante. Tiveram que compensar de certo modo a ausência de organizações e instituições que na Europa surgiram organicamente em um processo competitivo com agentes dotados de uma psicologia peculiar.

Os casos da Rússia, Japão, Coreia e Taiwan estão entre os mais notáveis pela capacidade demonstrada de enfrentar o desafio a que foram submetidos, fazendo as adaptações necessárias, sendo algumas radicais. Um destaque foi a educação fundamental. Com a exceção da Inglaterra (e dos EUA), o estabelecimento de sistemas educacionais eficientes foram estruturados de cima para baixo pelos respectivos estados, em um fenômeno notável de *difusão* institucional. Nos casos da Rússia<sup>179</sup> e Japão sob inspiração direta da inovação institucional alemã de um sistema público nacional de educação fundamental obrigatória. Nos casos da Coreia e de Taiwan, além da educação, houve necessidade de enfrentar uma herança colonial extremamente negativa: uma estrutura agrária dominada por grandes proprietários responsáveis pela produção e exportação de excedentes agrícolas para a metrópole colonial ao custo de uma forte exploração do campesinato. Foi preciso realizar uma reforma agrária radical que desse melhores condições de vida para a maior parte da população naquele momento, evitando um êxodo rural descontrolado e permitindo seu acesso à educação fundamental de qualidade.

Os sucessos mais recentes de China e Índia nos respectivos processos de industrialização, malgrado as diferenças, têm em comum terem conseguido se adaptar, realizando as reformas institucionais necessárias para a decolagem. No caso chinês, foi preciso que um estado totalitário ‘não-esclarecido’ se tornasse um estado totalitário ‘esclarecido’. Fica a dúvida, entretanto, por quanto tempo a prosperidade chinesa poderá ser garantida simplesmente pela vontade dos que controlam despoticamente o aparelho do estado, sem que a sociedade civil chinesa tenha capacidade de exercer alguma forma de contrapoder. Já a experiência indiana é notável na medida em que a condução do processo de industrialização do país vem sendo feita por um estado relativamente democrático, tendo por trás uma elite consciente do desafio a ser superado. A sociedade indiana foi capaz de superar as heranças negativas da dominação colonial, retendo o que ficou de positivo em termos de inovações institucionais, bem como a própria língua do colonizador que tem servido como língua franca em uma civilização que contém múltiplas línguas e centenas de dialetos. Por

---

<sup>179</sup> Cabe notar que o caso da Rússia se distingue do caso do Japão na medida em que seu sucesso ficou limitado basicamente a uma economia de guerra.

outro lado, ameaça militar chinesa/paquistanesa teve e continua tendo um papel decisivo.

No continente africano, dois casos analisados por Acemoglu e Robinson (op.cit), merecem destaque como exemplos de exceção e de regra: Botswana e Serra Leoa. O caso de Botswana está entre as exceções. Trata-se de um estado democrático, onde nunca houve guerra civil (tribais) ou golpes militares, em rápido crescimento econômico e com a maior renda per capita da África subsaariana. Na origem desse sucesso estão instituições peculiares. As tribos da região (Transkey) haviam desenvolvido um sistema de centralização política e procedimentos coletivos de tomada de decisão (*kgotla*), que podem ser considerados como uma forma nascente de pluralismo cooperativo intertribal. Em 1895, três chefes africanos dessa região desembarcaram em Londres com a missão de salvar suas terras, que viriam a se tornar Botswana, de Cecil Rhodes da *British South Africa Company* que começara se expandir para o norte. Tinham em mente o menor de dois males: serem controlados pelos britânicos ou anexados por Rhodes. Com a ajuda da Sociedade Missionária de Londres, foram recebidos até pela rainha. Conseguiram o que queriam depois de mais de um ano de atividades 'lobistas' na Inglaterra.

Seu sucesso em Londres em grande medida se deveu ao grau elevado de autoridade que possuíam graças a essas instituições distintivas das tribos que representavam. Após a independência em 1966, como a maioria dos países africanos, o novo estado de Botswana era extremamente pobre. Porém, suas peculiares instituições tribais haviam permanecido intactas. Foi com base nelas que os governos pós-coloniais conseguiram articular um projeto de desenvolvimento econômico não-excludente, tendo inclusive realizado a proeza de colocar as riquezas minerais do país ao abrigo das disputas tribais, constituindo uma espécie de fundo soberano da nação.

O caso de Serra Leoa representa o oposto e, infelizmente, a regra nas ex-colônias inglesas na África onde o tribalismo não resolvido permaneceu uma fonte perene de instabilidades. No caso de Serra Leoa, que se tornara independente em 1961, os conflitos tribais tiveram um episódio único. O vencedor das eleições presidenciais de 1967, Siaka Stevens da tribo Limba,

destruiu a ferrovia (vendendo os trilhos!) que conectava com o mar a região da tribo Mende, principal produtora de café, cacau e diamantes, e que havia votado maciçamente no candidato derrotado, Albert Magai. Quebrou a economia do país, mas fortaleceu seu poder instalando uma ditadura sanguinária. Adicionalmente, manteve (como em quase todas as ex-colônias) uma instituição que os ingleses haviam organizado para controlar os preços das *commodities*, o *marketing board*. A justificativa do poder colonial inglês era amortecer as variações de preços das *commodities*, pagando menos aos produtores quando os preços estavam elevados de modo a pagar mais quando os preços estavam baixos.

Na prática o poder colonial usou o sistema para explorar os agricultores. Stevens ampliou o nível da taxaço para cerca de 50% em média. Quando entregou o poder em 1985 a um sucessor que havia escolhido, a média da taxaço havia aumentado para cerca de 75%. Esta não foi a única instituição extrativa criada pelo poder colonial e mantida após a independência pelas elites locais. O que mudou foram seus beneficiários, sendo que estes em grande medida gastavam o 'butim' com produtos importados da ex-metrópole colonial, quando não diretamente na mesma comprando castelos e outros ativos de luxo.

Os estados dos países da África subsaariana foram formados sem que as tribos tivessem desaparecido. Com a exceção do caso de Botswana, em nenhum deles emergiram instituições capazes de evitar lutas tribais pela captura do aparelho do estado, que então passa a ser usado pela tribo vencedora em detrimento das tribos excluídas. Na China o estado chinês resultou da quase completa hegemonia da tribo Han, que ao longo dos séculos foi capaz de eliminar ou absorver/submeter todas as demais. Na Índia a religião Hindu e o seu sistema de castas acabaram com o tribalismo como fonte de disputas pelo poder estatal, instituindo seu controle permanente pelas castas superiores. No mundo mulçumano as disputas tribais pelo controle do aparelho de estado foram resolvidas quando uma maioria decisiva da população se torna arabizada e professando um mesmo tipo de islamismo. Em países sem uma clara dominância de um tipo de islamismo, como Iraque, Síria, Iêmen, a estabilidade relativa dos estados somente pode ser obtida através de ditaduras ferozes, e

certamente não esclarecidas, de tribos unificadas sob uma bandeira sectária sobre as demais.

Nas Américas Latinas, a fonte principal de instabilidade não é o tribalismo, o que é uma grande vantagem. Porém, a região se caracterizou historicamente pelo domínio de elites predatórias e irresponsáveis, sem projetos de nação minimamente inclusivos. É preciso ter em conta que no sul da Europa Ocidental a destruição do familismo foi incompleta. Essa destruição incompleta resultou no predomínio de formas de organização familísticas/patrimonialistas, incluindo as organizações mafiosas no sul da Itália. Os estados latino-americanos nasceram e permaneceram capturados por elites patrimonialistas, o que os tornou incapazes de assumir um papel central de substituir a ausência e/ou fraqueza de organizações/instituições independentes, bem como a de uma cultura (psicologia) pró negócios. Acrescente-se a ausência de ameaças militares significativas, para além de rivalidades regionais pouco relevantes.

Haiti e Brasil representam dois casos extremos. O Haiti por representar um caso de fracasso total, de ausência quase completa de capacidade endógena de se estruturar para qualquer projeto de desenvolvimento. O fato dos líderes da rebelião bem-sucedida de escravos contra o poder colonial francês em 1807 terem se tornado eles próprios escravocratas é um indicativo de uma das causas do fracasso. Em outro extremo, se situa o caso do Brasil. O país foi capaz de uma 'proeza' histórica inédita: conseguir ao longo do século XX, até 1980, manter a maior taxa sustentada de crescimento econômico da história até aquele momento, que o alçou para a posição de oitava economia mundial, porém sem mudar o perfil de distribuição da renda, que continuou como uma das mais concentradas do mundo. Um caso paradigmático de crescimento econômico excludente. É notável que no debate sobre as causas do subdesenvolvimento brasileiro a ausência de reformas institucionais fundamentais garantidoras de um maior grau de inclusão da população, como o acesso à terra e à educação de qualidade, foi apenas marginalmente, quando muito, considerada como importante fator explicativo<sup>180</sup>.

---

<sup>180</sup> Ver Romeiro, A.R. (1994).

No primeiro caso, o momento adequado já passou, uma vez que o país já se tornou um país eminentemente urbano. Os interesses das elites fundiárias não foram ameaçados. A terra continuou sendo um ativo importante como reserva de valor. A deflorestação incessante da Amazônia repete um processo especulativo histórico de apropriação de terras públicas. Resta a democratização do acesso à educação de qualidade, que continua obviamente imprescindível, mas sem perspectiva de solução: quando no final do século XX, com mais de um século de atraso em relação aos países desenvolvidos, o país comemorou a universalização do acesso à escola fundamental, foi o acesso a um sistema educacional que deixou 70% da população brasileira analfabeta funcional em algum grau. Por outro lado, indicadores internacionais de facilidade de fazer negócios que colocam o Brasil em uma posição muito ruim, são um indicativo de um país patrimonialista/cartorial com baixo nível de confiança pública, resultado de um familismo mal resolvido. O antropólogo Roberto DaMatta (1997) em “a casa e a rua” provê *insights* interessantes sobre esse familismo tupiniquim que, a nosso ver, explica em grande medida o atraso do país.

A esperança de Acemoglu e Robinson (op.cit.) da redemocratização nos anos 80 finalmente tornar o país mais incluyente não se concretizou. Praticamente nenhuma reforma institucional essencial foi realizada pelos diversos governos democráticos. Até mesmo a tentativa em 2016 de tornar responsabilizáveis judicialmente as elites políticas e econômicas durou muito pouco, sendo desfeita pela mesma turma do Supremo Tribunal Federal que a havia realizado. O STF voltou a ser o supremo garantidor da impunidade das elites políticas (pelo instituto do foro privilegiado) e econômicas (pelo ‘instituto’ de bancas milionárias de advogados ‘amigos’). O país tem sido governado por uma ‘casta’ patrimonialista acima da lei.

De qualquer modo, apesar das dificuldades da maioria dos países em desenvolvimento, a mundialização da industrialização avança rapidamente. Traçando uma linha do tempo desde meados do século XIX, quando a potência industrial inglesa se torna hegemônica, no centro de um Império onde o ‘sol nunca se punha’, observa-se que por volta de 1900 Alemanha e EUA já a haviam ultrapassado como potências industriais, sendo seguida de perto por um grupo pequeno de países europeus e o Japão no extremo oriente. Ao final da segunda

guerra mundial, o cenário pouco havia mudado em termos do número de países industriais. Porém o cenário começa a mudar rapidamente desde então. Emerge um conjunto de países em rápido processo de industrialização, que pelos anos 70 se tornam predominantemente industriais, embora ainda não plenamente desenvolvidos, como Brasil, México e tigres asiáticos. No final dessa década, com a morte de Mao Tsé-tung, a China inicia sua reviravolta rumo ao mais rápido processo de industrialização da história, seguida pela Índia. Conjuntamente, dois países com cerca de um terço da população mundial.

Na sequência, quase toda a Indochina inicia processos semelhantes, procurando se inserir de alguma forma vantajosa no processo de globalização, com destaque mais recente do Vietnã que, como a China, passou de um estado totalitário não esclarecido para um estado semi-totalitário esclarecido. Além disso, é preciso considerar que mesmo em um quadro ainda limitado de mundialização da industrialização, a pobreza extrema se reduziu para cerca de 10% da população, contra históricos mais de 90%. Soma-se a isso a ampliação do acesso a inovações médicas como vacinas e antibióticos, fazendo com que a expectativa de vida mesmo das populações das regiões mais pobres seja maior hoje do que aquela nos EUA e na Europa há pouco mais de um século atrás.

A globalização implica maior frequência e escala das conexões de negócios internacionais entre indivíduos e firmas, incluindo trocas de informação e mobilidade do dinheiro, de pessoas e bens, tudo envolvendo contratos através das fronteiras nacionais. A interação entre países avançados e menos avançados cria um potencial de *catch-up* e real convergência em produtividade e renda real per capita em função de um ambiente evolucionário marcadamente distinto daquele prevalente até poucas décadas atrás. Nas instituições de governança mundial, começando com o combate à pobreza extrema, a agenda se tornou inteiramente marcada pelo esforço de redução de desigualdades entre países. Até mesmo a agenda ambiental é atravessada pela problemática da desigualdade e pobreza. Mais importante ainda, a sensibilização para o problema é reforçada pelo fato que a existência de grandes disparidades de renda entre países se torna cada vez mais disfuncional para o sistema como um todo: por um lado, gerando movimentos migratórios excessivos dos países

pobres rumo aos países ricos; por outro, o efeito demonstração gerando demandas nas populações dos países pobres que têm impactos políticos.

O desenvolvimento econômico como condição não somente da libertação da pobreza extrema, como também de desenvolvimento pessoal (o desenvolvimento como liberdade - Sen, 1998), se torna cada vez mais uma condição necessária para o exercício do poder, mesmo nos casos de países com elites predatórias e irresponsáveis. Salvo casos excepcionais de regimes totalitários como Cuba e Coréia do Norte, cuja longevidade se deve ao papel também excepcional que têm cumprido como peões na luta geopolítica/ideológica internacional, os demais regimes despóticos não esclarecidos que têm surgido aqui e acolá não terão sustentabilidade política mantendo a população na pobreza. A mundialização da industrialização será sem dúvida um fato dentro de umas poucas décadas.

## Bibliografia

Acemoglu,D.and Robinson,J.A.(2012). Why Nations Fail. The Origins of Power, Prosperity and Poverty. New York: Crown Publishers. Kindle Edition.

Alford,W.P.(1995). To Steal a Book is an Elegant Offense: Intellectual Property Law in Chinese Civilization. Stanford University Press.

Allen,R.C.(2009). The British Industrial Revolution in Global Perspective. Cambridge: Cambridge University Press.

Armstrong,K.(1991). Holy War: The Crusades and Their Impact on Today's World. New York: Random House.

Arruda,J.J.A.(1988). A Revolução Industrial. São Paulo: Ática.

Arruda,J.J.A.(1999). "David Landes, um historiador desacorrentado". In: Economia e Sociedade, Campinas, (12): 87-107, jun.

Baechler,J., Hall,J.A.,and Mann,M.(eds) (1988). Europe and the Rise of Capitalism. Oxford: Basil Blackwell.

Berman,H.J.(1983). Law and Revolution: The Formation of the Western Legal Tradition. Cambridge,MA: Harvard University Press.

Berman,H.J.(2003). Law and Revolution, II: The Impact of the Protestant Reformations on the Western Legal Tradition. Cambridge,MA : Harvard University Press.

Bloch,M.(1949). La société féodale. La formation des liens de dépendance. Paris : Albin Michel.

Bloch,M.(1963). "Avènement et conquête du moulin à eau". In : M. Bloch, *Mélanges historiques*, Tome II, pp.800-22. Paris : École Pratique des Hautes Études. Collection : Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études.

Bloch,M.(1976). Les caractères originaux de l'histoire rurale française. Paris : Librairie Armand Collin.

Blum, U. and Dudley, L. (2003). Standardized Latin and medieval economic growth. In: European Review of Economic History 7, n. 2, 213-39.

Boserup,E.(1970). Evolution agraire et pression démographique. Paris: Flammarion.

Boucher,F.(1965). Histoire du costume en Occident de l'Antiquité à nos jours. Paris: Flammarion.

Braudel,F.(1979, T1). *Les Structures du Quotidien*. Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles. Paris : Librairie Armand Collin.

Braudel,F.(1979, T2). *Le Temps du Monde*. Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles. Paris : Librairie Armand Collin.

Braudel,F.(1979, T3). *Les Jeux de l'Exchange*. Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles. Paris : Librairie Armand Collin.

Braudel,F. (1985). *La Dynamique du Capitalisme*. Paris : Champs/Flammarion.

Carus-Wilson,E.(1952). 'The Woolen Industry'. In : Postan,M.M. and Miller,E. (ed.). *Cambridge Economic History of Europe II : Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge.

Chao,K.(1986). *Man and Land in Chinese History. An Economic Analysis*. Palo Alto: Stanford University Press.

Cipolla,C.M.(1967). *Clocks and Culture, 1300-1700*. New York: Norton.

Cohen,H,F.(2012). *How modern Science Came into the World*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Coleman,D.C.(1969). "An Innovation and Its Diffusion: The "New Draperies". In: *The Economic History Review*, vol.22, n. 3, December, pp. 417-429.

Crowley,R.(2015). *Conquerors. How Portugal Forged the First Global Empire*. New York: Randon House. Kindle Edition.

Dalègre,J.(2019). *Venise en Crète. Civitas venetiarum apud Levanten*. Paris: Presses de l'Inalco. <http://books.openedition.org/pressesinalco/19019>

DaMatta, R. (1997). *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil*. 5 ed.-Rio de Janeiro: Rocco.

Daunton,M.(2001). *Trusting Leviathan. The Politics of Taxation in Britain, 1799-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.

David,P.(2008). "The Historical Origins of 'Open Science': An Essay on Patronage, Reputation and Common Agency Contracting in the Scientific Revolution". In: *Capitalism and Society*, vol.3, n.2,pp.1-103.

Deane,P. and Cole,W.A.(1962). *British Economic Growth, 1688-1959*. Cambridge University Press.

Dear,P.(2006). *The Intelligibility of Nature: How Science Makes Sense of the World*. Chicago: Chicago University Press.

Delumeau,J.(1983). *Le Cas Luther*. Alençon : Desclée Brouwer.

De Vries,J.(1976). *The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-170*. Cambridge University Press.

Diamond,J.(1997). *Guns, Germs, and Steel. The Fates of Human Societies*. New York: W.W.Norton & Company.

Dobb,M. (1974). *Estudios sobre el Desarrollo del Capitalismo*. Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A.

Dobb,M.(1972). "Replica". In: *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Dovring,F.(1965). "The transformation of European agriculture". In: Habakkuk,H.J. and Postan,M.(ed.). *The industrial revolution and after: income, population, and technological change (II)*. The Cambridge Economic History, Cambridge at the University Press.

Duby,G.(1973). *Guerriers et paysans, VII et XII siècles. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard.

Elman,B.A.(2013). *Civil Examinations and Meritocracy in Late Imperial China*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Epstein,S.R.(2006). "The Rise of the West". In: J.A.Hall and R. Schroeder (eds), *Anatomy of Power. The Social Theory of Michael Mann*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fei, Hsia-tung.(1953). *China's Gentry*. Chicago : Chicago University Press.

Feingold,M.(2003). "Jesuits: Savants". In: M. Feingold, ed., *Jesuit Science and the Republic of Letters*. Cambridge,M.A.: MIT Press, pp. 1-45.

Ferguson,N.(2008). *The Ascent of Money. A Financial History of the World*. New York: The Penguin Press. Kindle Edition.

Ferguson,N.(2011). *Civilization. The West and the Rest*. New York: The Penguin Press.

Ferguson,N.(2013). *The Cash Nexus. Money and Power in the Modern World, 1700-2000*. Penguin Books. Kindle Edition.

Frank,A.G. (1998). *Reorient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press.

Fukuyama,F.(2011). *The Origins of Political Order. From Prehuman Times to the French Revolution*. New York : Farrar, Straus and Giroux.

Fumaroli,M.(2015). *La République des Lettres*. Paris: Gallimard.

Gies,F.&F. (1994).*Cathedral, Forge, and Waterwheel. Technology and Invention in*

the Middle Ages. New York: Harper Collins Publishers.

Gillispie,C.C.(1980). Science and Polity in France at the End of the Old Regime. Princeton,NJ: Princeton University Press.

Gimpel, J.(1975). La révolution industrielle au Moyen Age. Paris : Éditions du Seuil.

Goldstone,J.A. (2009). Why Europe ? The Rise of the West in World History, 1500-1850. New York: McGraw-Hill.

Goldstone,J.A.(2016). “Either / Or – Why ideas, science, imperialism, and institutions *all* matter in the ‘rise of the west””. In: Erasmus Journal for Philosophy and Economics, Volume 9, Issue 2, Autumn, pp.14-44.

Goody,J.(1983). The Development of the Family and Marriage in Europe. New York : Cambridge University Press.

Goody,J. (2010). The Eurasian Miracle. Cambridge: Polity Press. Kindle Edition.

Gowdy,J.(Ed.).(1998). Limited Wants, Unlimited Means. A reader on Hunter-Gatherer Economics and the Environment. Washington: Island Press.

Granovetter,M.S.(1973). “The Strength of the Weak Ties”. American Journal of Sociology, vol.78, n.6, pp.1360-80.

Granovetter,M.S.(1983). “The Strength of the Weak Ties: A Network Theory Revisited”. Sociological Theory, vol.1, pp.201-33.

Grant,E.(1996). The Foundations of Modern Science in the Middle Ages: Their Religious, Institutional and Intellectual Contexts. Cambridge University Press.

Greif,A.(2006). Institutions and the Path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade. Cambridge University Press. Kindle Edition.

Greif,A. and Tabellini,G.(2017). “The Clan and the Corporation: Sustaining Cooperation in China and Europe”. In: Journal of Comparative Economics, vol. 45 (1, February), pp. 1-35.

Grigg,J.(1974). Agricultural Systems of the World. An evolutionary approach. Cambridge University Press.

Guizot,F.(2011). Histoire Générale de la Civilisation en Europe. Editions Norph-Nop. Kindle Edition.

Hayek,F.A.(1976). Law, Legislation and Liberty. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Hajnal,J. (1965). European marriage patterns in perspective. In Population in History, ed. David Glass and D.E.C. Eversley. London : Edward Arnold.

Hahn, R. (1990). "The Age of Academies", in T. Frangsmyr (ed.), *Solomon's House Revisited*, pp.3-12. Canton, MA: Science History Publications.

Hanson,V.D.(2001). *Carnage and Cultures: Landmark Battles in the Rise of the Western Power*. Anchor Books. Kindle Edition.

Hayami,Y. and Ruttan,V.W.(1971). *Agricultural Development: an international perspective*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Henrich, Joseph. *The Weirdest People in the World. How the West became Psychologically Peculiar and Particularly Prosperous*. New York, Farrar, Straus, and Giroux, 2015.

Hobsbawn,E.(1975). "A crise geral da economia europeia no século XVII". In: Santiago, Theo A. (Org). *Capitalismo, transição*. Rio de Janeiro: Eldorado.

Hobsbawn,E.(1977). *Industry and Empire*. Penguin Books.

Hobson,J.M.(2004). *The Eastern Origins of Western Civilization*. Cambridge University Press.

Hodgson,G.M.(2015). *Conceptualizing Capitalism Institutions, Evolution, Future*. The University of Chicago Press.

Holland,T.(2008). *The Forge of Christendom. The End of Days and the Epic Rise of the West*. New York: Ancor Books.

Horesh,N.(2014). *Chinese Money in Global Context. Historic Junctures between 600 BCE and 2012*. Stanford University Press.

Houtte,J.A.(1961). "Anvers au XVème et XVIème siècles : expansion et apogée". In : *Annales. Économies, sociétés, civilisations*. 16<sup>e</sup> année, n. 2, pp.248-278. [www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1961\\_num-16\\_2-420705](http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1961_num-16_2-420705).

Huang,R.(1981). *1857: A Year of No Significance*. New Haven, CT: Yale University Press.

Hughes,D.O.(1974). "Toward Historical Ethnography: Notarial Records and Family History in the Middle Ages". In: *Historical Methods Newsletter*, 7 (2), pp.61-71.

Huff,T.E.(1993). *The Rise of Early Modern Science. Islam, China and the West*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jones,E.L.(1986). *The European Miracle. Environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia*. Cambridge University Press.

Karayalçın,C.(2008). "Divided we Stand, United we Fall: the Hume-North-Jones Mechanism for the Rise of Europe", in *International Economic Review*, vol. 49, n. 3, pp.973-99.

Kuhn,T.(1976). "Mathematical vs. Experimental Traditions in the Development of the Physical Sciences". In: Journal of Interdisciplinary History, vol.7, no. 1, pp.1-31.

Klemm,D.(1964). A History of Western Technology. Cambridge, MA: MIT Press.

Kula,W.(1979). Teoria econômica do Sistema feudal. Lisboa: Presença.

Landes,D.S.(1983). Revolution in Time. Clocks and the Making of the Modern World. Cambridge,MA: The Belknap Press of Harvard University Press.

Landes,D.S.(1998). The Wealth and Poverty of Nations. Why some are so rich and some so poor. London : W.W. Norton & Company.

Laurent,R.(1976). "L'Utilisation du sol : la rénovation des méthodes de culture". In: Histoire Économique et Sociale de la France, Tome III, Vol. II. Paris: Presses Universitaires de la France.

Le Goff,J.(1990). "Le travail dans les systèmes de valeur de l'Occident médiéval. In: Hamesse,J. et Muraille-Samaran,C. (Ed.). Le Travail au Moyen Âge. Une approche interdisciplinaire. Textes, Études, Congres, vol.10. IEM/Université Catholique de Louvain.

Le Goff,J.(2000). Les Intellectuels au Moyen Âge. Paris: Editions du Seuil.

Lent,J.(2017). The Patterning Instinct. A Cultural History of Humanity's Search for Meaning. New York: Prometheus. Kindle Edition.

Le Roy Ladurie,E. (1974). "Révoltes et contestations rurales en France de 1675 à 1788". In : Annales E.S.C., n.1, janv-févr., pp.6-22.

Lindberg,D.C.(1992). The Beginnings of Western Science. University of Chicago Press.

Lipovetsky,G.(1987). O Império do Efêmero. A Moda e seu Destino nas Sociedades Modernas. São Paulo: Companhia das Letras.

Livingstone,D.N.(1994). "The Historical Roots of Our Ecological Crisis – a Reassessment". In Fides et Historia, vol. 26, no. 1, pp.3-55.

Lloyd,G. and Sivin,N.(2002). The Way and the World: Science and Medicine in Early China and Greece. New Haven and London: Yale University Press.

Lopez,R.(1976). The Commercial Revolution of the Middle Ages 950-1350. Cambridge University Press. Kindle Edition.

Macfarlane,A.(1986). Marriage and Love in England 1300-1840: Modes of Reproduction 1300-1840. Oxford: Basil Blackwell.

Macfarlane,A.(1987). The Culture of Capitalism. Oxford: Blackwell.

- Maddison,A.(2001). The world economy: a millennial perspective. OECD, Paris.
- Maddison, A. (2003). "Growth Accounts, Technological Change, and the Role of Energy in Western Growth", in *Economia e Energia*, sec.XIII-XVIII, Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini" Prato, Le Monnier, Florence, April.
- Mann,M. (2012). The Sources of Social Power. Volume 1. A History of Power from the Beginning to AD 1760. Cambridge: Cambridge University Press. 2<sup>nd</sup> edition.
- Marks,R.B.(2002). The Origins of the Modern World. A Global and Ecological Narrative. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Mazoyer,M.(1977). "Evolution et différenciation des systèmes agricoles d'exploitation de la nature". In: *Les hommes et leurs sols*, n.1 special du Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée, v. 12/3, Avril/Septembre.
- McCloskey,D.N.(1975). "The Economics of Enclosure: A Market Analysis". In: E.L. Jones and W. Parker, eds. *European Peasants and Their Markets: Essay in Agrarian Economic History*, pp.123-160. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- McCloskey,D.N.(2006). The Bourgeois Virtues. Ethics for an Age of Commerce. The University of Chicago Press. Paperback edition 2007.
- McCloskey,D.N. (2010). Bourgeois Dignity. Why Economics Can't Explain the Modern World. The University of Chicago Press. Paperback edition 2011.
- McCloskey,D.N. (2016). Bourgeois Equality. How Ideas, Not Capital Or Institutions, Enriched The World. The University of Chicago Press.
- McDermott,J.P.(2006). A Social History of the Chinese Book. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- McNeill,W.H.(1991). The Rise of the West. A History of the Human Community. Chicago: Chicago University Press.
- Merton,R.K.(1973). The Sociology of Science. Chicago: Chicago University Press.
- Mokyr,J.(1990). The Lever of Riches. Technological Creativity and Economic Progress. Oxford: Oxford University Press.
- Mokyr,J. (2002). The Gifts of Athena. Historical Origins of the Knowledge Society. Princeton: Princeton University Press.
- Mokyr,J.(2010). The Enlightened Economy: Britain and the Industrial Revolution, 1700-1850. New Haven, CT: Yale University Press.
- Mokyr,J. (2016). A Culture of Growth. The Origins of the Modern Economy. Princeton University Press. Kindle Edition.
- Moore,R.M.(1986). "Geologists and Interpreters of Genesis in the Nineteenth

Century”, in D. C. Lindberg and R. L. Numbers (eds), *God and Nature: Historical Essays on the Encounter between Christianity and Science*, pp. 322-350. Berkeley: University of California Press.

Mumford, L. (1934). *Technics and Civilization*. London: Routledge & Keagan Paul Ltd.

Needham,J.(1965). *Physical and Physical Technology: Mechanical Engineering*. In *Science and Civilization in China*, vol.4, part 2, edited by Joseph Needham. Cambridge: Cambridge University Press.

Needham,J.(1969). *The Grand Titration: Science and Society in East and West*. London: Allen & Unwin.

Needham,J. (1970). *Clerks and Craftsmen in China and the West*. Cambridge: Cambridge University Press.

North,D. and Thomas,R.P.(1973). *The Rise of the Western World. A New Economic History*. Cambridge at the University Press.

North,D.C.,Wallis,J.J.and Weingast,B.R.(2009). *Violence and Social Orders. A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*. Cambridge: Cambridge University Press.

Olson,M.(2000). *Power and Prosperity. Outgrowing capitalist and communist dictatorships*. NY: Basic Books.

Oxele,O.G.(1990). “Le Travail au XI siècle : réalités et mentalités”. In: Hamesse,J. et Muraille-Samaran,C. (Ed.). *Le Travail au Moyen Âge. Une approche interdisciplinaire. Textes, Études, Congrès*, vol.10. IEM/Université Catholique de Louvain.

Parrain,C.(1944). “The Evolution of Agricultural Technique”. In: *The Agrarian Life of Midle Ages. The Cambridge Economic History*, Ed. By J.H. Claphan nad E. Power, Cambridge University Press.

Pedersen,J. (1984). *The Arabic Book*. Princeton: Princeton University Press.

Perdue,P. (2005). *China Marches West: the Qing Conquest of Central Eurasia*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

Pernoud,R.(1980). *La femme au temps des Cathédrales*. Paris: Éditions Stock.

Polanyi,K.(1957). *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press.

Pomeranz,K.(2000). *The Great Divergence. China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton University Press.

Praver,J.(1972). *The Crusaders’ Kingdom: European Colonialism in the Middle Ages*. New York: Praeger.

Romeiro,A.R. (1994). “Reforma agraria e Distribuição de Renda”. In: João Pedro

Stédile. (Org.). A QUESTAO AGRARIA HOJE. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 105-143.

Romeiro,A.R.(1998). Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura. São Paulo: Fapesp/Annablume.

Rosenberg,N. and Birdzell,L.E.(1986). How the West Grew Rich. The economic transformation of the industrial world. Basic Books.

Rosenthal,J-L and Bin Wong,R.(2011). Before and beyond Divergence: The Politics of Economic Change in China and Europe. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sen,A.(1998). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia da Letras.

Shapiro,B.(2019). The Right Side of History. Sydney: HarperCollins. Kindle Edition.

Scott,H.M (ed.). (1990). Enlightened Absolutism: Reform and Reformers in Later Eighteenth Century Europe. Houndmills: MacMillan.

Sen,A.K.(1998). O Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo : Companhia das Letras.

Sigaut,F.(1975). L'Agriculture et le Feu. Rôle et place du feu dans les techniques de préparation du champ de l'ancienne agriculture européenne. Paris : EHESS et Mouton and Co.

Sigaut,F.(1977). "Quelques notions de base en matière de travail du sol dans les anciennes agricultures européennes". In: Les hommes et leurs sols, n.1 spécial du Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée, v. 12/3, Avril/Septembre.

Slack,P.(1990). The English Poor Law, 1531-1782. Cambridge University Press.

Slack,P.(2015). The Invention of Improvement: Information and Material Progress in Seventeenth Century England. Oxford: Oxford University Press.

Slicher, Van Bath, B.H.(1966). The Agrarian History of Western Europe, A.D.500-1500. London: E. Arnold Publishers Ltd.

Sweezy,P.M.(1972). "Uma critica". In: Do feudalismo ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Stark,R.(2014). How the West Won. The Neglected Story of the Triumph of Modernity. Wilmington: ISI Books. Kindle Edition.

Stark,R.(2017). Bearing False Witness. Debunking Centuries of Anti-Catholic History. London: SPCK. Kindle Edition.

Takahashi,H.K.(1972). "Uma contribuição para a discussão". In: Do feudalismo ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

- Tarde,G.(1979). Les Lois de l'Imitation. Genebra : Slatikine.
- Tilly,C. (1995). Citizenship, Identity, and Social History. *International Review of Social History* 40 (supp. 3), 1-19.
- Usher,A.P.(1954). A history of mechanical inventions. Harvard University Press.
- Van Zanden,J.L.(2009). The Long Road to the Industrial Revolution. The European Economy in a Global Perspective, 1000-1800. Leiden: Brill.
- Van Zanden,J.L.(2013). "Explaining the Global Distribution of Book Production before 1800". In: Prak,M. and Van Zanden,J.L. (eds.), *Technology, Skills and the Pre-modern Economy*. Leiden: Brill, pp. 321-40.
- Veblen,T.(1965). A Teoria da Classe Ociosa. São Paulo: Livraria Pioneira.
- Vilar,P.(1975). "A transição do feudalismo ao capitalismo". In: Santiago, Theo A. (Org). *Capitalismo, transição*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- Vries,P. (2015). *State, Economy, and the Great Divergence. Great Britain and China, 1680s-1850s*. Bloomsbury Publishing Plc. Kindle Edition.
- Wallerstein,I.(1979). The capitalist world-economy. Editions de la Maison des Sciences de l'Homme/Cambridge University Press.
- Webster,C.(2002). The Great Instauration: Science, Medicine and Reform. Bern: Peter Lang.
- Weeb,S. and B. English Poor Law History. (1927). London: Longmans, Green and Co.
- White,L.(1962). Medieval Technology and Social Change. Oxford University Press.
- White,L.(1967). The Historical Roots of Our Ecological Crisis". In: *Science*, 155.
- Woodside,A. and Elman,B.A.(1994). "Afterword: The Expansion of Education in Ch'ing China". In: Woodside and Elman, eds., *Education and Society in Late Imperial China, 1600-1900*. Berkeley: University of California Press, pp.525-60.
- Wittfogel,K.A.(1957). Oriental Despotism: a Comparative Study of Total Power. New Haven: Yale University Press.
- Wuthnow,R.(1989). Communities of Discourse. Cambridge,MA: Harvard University Press.

